

Relatório de Atividades do TJSC/2004

Des. Jorge Mussi

Presidente

Apresentação



Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, em que pesem as dificuldades financeiras comuns ao seu bom funcionamento em todo o Brasil, iniciou neste ano, sob nossa gestão, um programa de ações voltadas para desafogar a Justiça de 1º Grau. Já em nosso discurso de posse, aliás, em 1º de fevereiro, anunciamos que se administraria com “os olhos voltados para o primeiro grau de jurisdição”. Preocupação mais do que pertinente quando se sabe que tramitam hoje nas 110 comarcas catarinenses, sob responsabilidade de pouco mais de 300 juízes, cerca de 1,5 milhão de processos. Neste sentir, um projeto em especial ganhou relevância e foi alçado à posição de carro-chefe desta Administração, que vislumbrou na conciliação a forma de agilizar o andamento dos processos em suas principais comarcas.

Por conta disso, três Mutirões da Conciliação e da Cidadania – como acabaram batizados – foram realizados no Estado, especificamente nas comarcas de São João Batista, Blumenau e Jaraguá do Sul, este envolvendo também a comarca de Guaramirim. Os números obtidos até agora demonstram que se está trilhando o caminho correto. O primeiro mutirão ocorreu em São João Batista, em março, quando foram realizadas quase 900 audiências e registrado um índice de conciliação de 73,6%, com a participação de 45 conciliadores durante um dia de trabalho. Na segunda edição, em Blumenau, em agosto deste ano, o número de audiências chegou a 2,7 mil, com registro de êxito em 90,5% dos casos, contando com 200 conciliadores em dois dias de evento. O mutirão de Blumenau, realizado nos pavilhões da Proeb, foi o maior evento do gênero já realizado em todo o país, segundo o instituto de pesquisa Ranking Brasil, que inclusive expediu certificado neste sentido ao Tribunal de Justiça. No último evento do gênero deste ano, em Jaraguá do Sul, 200 conciliadores trabalharam sobre quase 3 mil processos durante três dias para, ao final, atingir índice de sucesso em 87% dos casos.

Estes números, em verdade, atestam igualmente o reconhecimento ao esforço de todos os envolvidos em busca de soluções práticas para um problema tão latente, qual seja, a propalada morosidade da Justiça. A semente da conciliação, em formato de mutirão, parece ter sido lançada em solo fértil, como atestam os diversos eventos desta natureza que começaram a se propagar por várias comarcas do Estado, em iniciativas dos próprios juízes locais, em total consonância com os demais operadores do Direito e também das partes. A estratégia é clara, vem se solidificando no Estado e pode ser aplicada em qualquer unidade da federação que tenha por pretensão acelerar o ritmo de resolução de ações de uma forma dinâmica, eficaz e pouco dispendiosa, desafogando comarcas onde o movimento processual é bastante intenso.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desta forma, descortina mais uma vez a possibilidade de, com criatividade e vontade política, suplantar eventuais dificuldades estruturais e orçamentárias, com vistas a prestar um melhor e mais ágil atendimento aos jurisdicionados. Independentemente das prementes reformas pelas quais todos anseiam, é necessário também administrar o problema maior do acúmulo de processos com o que se dispõe à mão, pois o desejo de acertar por certo multiplica os mais franciscanos dos recursos e oferece um alento aos que clamam por Justiça. Este projeto aponta para uma via exequível, que prescinde de alterações legais e de maiores recursos – até porque limitados – e aposta na conciliação como uma das formas de atingir o desiderato comum de distribuir Justiça para todos.

Neste ano, há que se destacar, igualmente, que se deu início ao processo de instalação das 53 varas aprovadas pelo Legislativo em passado recente. A primeira delas ocorreu na Capital, com a implantação da primeira Vara de Direito Bancário do Brasil. A intenção do Judiciário Catarinense, ao criar uma vara para se ocupar com matéria específica, foi possibilitar maior agilização e celeridade no julgamento de ações correlatas. Com questões que guardam muita semelhança entre si, a busca é praticamente pela produção em escala, possível de ser alcançada a partir do treinamento específico de todos os envolvidos no projeto. Posteriormente, foram instaladas ainda novas unidades jurisdicionais nas comarcas de São José (Infância e Juventude), Balneário Camboriú (Criminal) e Joinville (Criminal).

Em todas elas, o processo de transição transcorreu de forma altamente profissional. Após a captação das ações, ocorreu uma triagem com separação de matérias, identificação de fase processual e tipo de procedimento. Na seqüência, houve uma espécie de auditoria dos processos, com a conferência de número de folhas e checagem de certidões pendentes, com a juntada de documentos. Além disso, todos os novos funcionários passaram por treinamento especializado, com ensinamentos não só sobre matérias técnicas como também sobre a forma de melhor tratar os operadores do Direito e os jurisdicionados – em última análise, os principais clientes do Judiciário. Iniciativas desta natureza demonstram uma nova visão do Poder Judiciário sobre o serviço público, banindo o amadorismo e profissionalizando ao máximo todos os setores em busca da excelência no desempenho de suas funções.

Vale registrar que na Unidade de Direito Bancário foram, até a presente data, proferidas 1.177 decisões, sendo 453 sentenças com julgamento de mérito, 323 sem julgamento de mérito e 401 liminares; atendidas 1400 pessoas (média de 60 a 80 atendimentos diários); expedidos 3.600

processos para os Gabinetes dos quatro juízes que lá atuam (média de 700 processos por semana enviados do Cartório aos Gabinetes); e expedidos 120 mandados de busca e apreensão, dados que bem demonstram que a especialização é efetivamente o caminho que conduz à maior eficiência.

Houve também a inauguração das sedes próprias das Casas da Cidadania nas cidades de Leoberto Leal, Palma Sola, Vítor Meirelles, Nova Trento, José Boiteux, Laurentino e Witmarsum, todas elas construídas com recursos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Espaço que congrega serviços de qualidade à população, representando o acesso fácil e gratuito a seus direitos, a Casa da Cidadania representa uma idéia simples, como as boas idéias comumente o são, levada a cabo pela visão criativa de administrações anteriores e pelo empenho de todos aqueles que acreditaram que seria possível aproximar o Judiciário do cidadão e tornar a distante noção de justiça uma realidade para todos os que ali procurassem auxílio para a resolução de seus conflitos. Mais uma fórmula criativa que merece ser valorizada e expandida na luta pela solução pacífica dos conflitos postos à apreciação do Judiciário.

Outro marco da Administração em 2004 foi a retomada das obras de construção do prédio anexo do Tribunal de Justiça, paralisadas há quase três anos por problemas registrados após a rescisão contratual com a primeira empresa responsável pelos trabalhos. Em 22 de novembro, em solenidade ocorrida no Gabinete da Presidência, foi assinado o contrato e a respectiva ordem de serviço autorizando o início dos trabalhos de conclusão do Anexo do Tribunal de Justiça. A empresa Tecon Tecnologia em Construção Ltda., de Manaus-AM, foi a vencedora da licitação e está responsável pelo término da obra, orçada em R\$ 14,2 milhões, que consiste na edificação da torre principal, com 11 andares e 11,5 mil metros quadrados de área construída. A Tecon, após receber a ordem de serviço, já se instalou no canteiro de obras e deu início aos trabalhos, que tem prazo de 18 meses para findar. A nova edificação será erguida com recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e vai abrigar gabinetes padronizados para todos os Desembargadores, salas de sessões e toda a estrutura da Diretoria Judiciária. Mais uma ação voltada para dar melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores, com reflexos imediatos também no atendimento ao público que busca pelos serviços da Justiça catarinense.

Já no plano político-institucional, tivemos um ano de grandes embates em defesa dos interesses maiores do Judiciário. Conseguimos fazer valer o acordo firmado com o Executivo em gestões anteriores, garantindo assim a manutenção da elevação escalonada na repartição dos recursos orçamentários e financeiros do Governo, cujo duodécimo do Judiciário, desde 2003, vem recebendo incremento de 0,25%. Para 2005, por conta deste acordo, teremos 7% da receita líquida disponível do Estado. Apenas para recordar, nossa participação até 2002 era de 6%. Garantir esta evolução não foi tarefa fácil, e precisou ser conduzida através de um trabalho de sensibilização das autoridades aos reclames dos jurisdicionados pela expansão e melhoria dos serviços do Judiciário em Santa Catarina.

Outra não foi a preocupação do Judiciário – garantir a segurança jurídica dos cidadãos – no episódio envolvendo a utilização dos recursos da Conta Única por parte do Poder Executivo. O Tribunal de Justiça, por seu Pleno, firmou total oposição ao projeto original do Governo, que pretendia lançar mão de 100% dos recursos oriundos da Conta Única, justamente por entender que tal medida colocaria em risco verbas de

terceiros, que sequer litigavam contra o Estado e cujos valores estavam sob a guarda institucional do Poder Judiciário. Posteriormente, a partir de fato novo colocado na forma de projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa – que permitiu ao Governo utilizar em sua totalidade os recursos vinculados aos processos dos quais é parte – voltou o Judiciário a entabular conversações com o Executivo, culminando estas tratativas no compromisso firmado pelo Senhor Governador em instituir um fundo de reserva integrado por 20% dos valores disponibilizados para, sob administração do Tribunal de Justiça, garantir eventuais saques em ações em que o Estado acabar vencido. Com sensatez e espírito democrático, o Judiciário logrou êxito em demonstrar aos demais Poderes sua disposição permanente ao diálogo como principal forma de equacionar eventuais embates. Foi honrado, com isso, o compromisso de zelar pela harmoniosa convivência com o Executivo e o Legislativo, assumido quando do início desta gestão.

Foram muitos os desafios enfrentados nesse primeiro ano de gestão, mas também foram muitas as conquistas obtidas, e isso graças à indispensável colaboração de todos aqueles que, comigo, estão à frente do Poder Judiciário Catarinense: os Senhores Desembargadores Anselmo Cerello, Alberto Luiz da Costa, Pedro Manoel Abreu, Carlos Alberto Silveira Lenzi e Eládio Torret Rocha, assim como do esforço, apoio e dedicação dos Senhores Desembargadores componentes do Tribunal Pleno, Juízes Substitutos de Segundo Grau, Magistrados e Servidores, que apostaram e contribuíram para que o nosso ideal de encontrar e implementar soluções para uma mais rápida e eficaz prestação jurisdicional, através de ações simples, capazes de minimizar os obstáculos existentes, permanesse sempre vivo e fosse, enfim, alcançado. A todos, o meu muito obrigado! Nas páginas que seguem, estão à disposição informações e estatísticas pertinentes as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina durante o transcurso do ano de 2004, tanto na esfera administrativa quanto na jurisdicional.

Desembargador Jorge Mussi

Sumário

Composição do Tribunal	9
Presidência	17
Coordenadoria de Magistrados	19
Assessoria de Imprensa	25
Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial	31
Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas	43
Auditoria Interna	51
Casa da Cidadania	55
Mediação Familiar	65
Ouvidoria dos Servidores	73
Vice-Presidência	81
2ª Vice-Presidência	91
3ª Vice-Presidência	99
Corregedoria-Geral da Justiça	105
Academia Judicial	157
Diretoria Geral Judiciária	167
Diretoria Judiciária	169
Diretoria de Documentação e Informações	219
Diretoria Geral Administrativa	235
Diretoria de Engenharia e Arquitetura	237
Diretoria de Informática	241
Diretoria de Infra-Estrutura	249
Diretoria de Saúde	257
Diretoria de Recursos Humanos	265
Diretoria de Material e Patrimônio	275
Diretoria de Orçamento e Finanças	299

Composição do Tribunal



Desembargadores

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Des. Alcides dos Santos Aguiar
Des. Alberto Luiz da Costa — Corregedor-Geral da Justiça
Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva
Des. Anselmo Cerello — Primeiro Vice-Presidente
Des. Jorge Mussi — Presidente
Des. Carlos Prudêncio
Des. José Gaspar Rubick
Des. Pedro Manoel Abreu — Segundo Vice-Presidente
Des. Orli de Ataíde Rodrigues
Des. José Trindade dos Santos
Des. João Eduardo Souza Varella
Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi — Terceiro Vice-Presidente
Des. Cláudio Barreto Dutra
Des. Newton Trisotto
Des. Sérgio Torres Paladino
Des. Maurílio Moreira Leite
Des. Solon D'Eça Neves
Des. José Mazoni Ferreira
Des. Volnei Ivo Carlin
Des. Irineu João da Silva
Des. Luiz César Medeiros
Des. Vanderlei Romer
Des. Eládio Torret Rocha — Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Des. Wilson Augusto do Nascimento
Des. Nelson Juliano Schaefer Martins
Des. José Volpato de Souza
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Des. Fernando Carioni
Des. José Antônio Torres Marques
Des. Luiz Carlos Freyesleben
Des. Rui Francisco Barreiros Fortes
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzzi
Des. Marcus Túlio Sartorato
Des. César Mimoso Ruiz Abreu
Des^a. Salete Silva Sommariva
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes



Des. Nicanor Calfrio da Silveira

Des. Salim Schead dos Santos

Juizes de Direito Substitutos de Segundo Grau

Juiz Jaime Ramos

Juíza Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Juiz Jorge Henrique Schaefer Martins

Juiz Newton Janke

Juiz Victor José Sebem Ferreira

Juiz José Carlos Carstens Köhler

Juiz Dionísio Jenczak

Juiz Sérgio Izidoro Heil

Juíza Sônia Maria Schmitz

Juiz Túlio José Moura Pinheiro

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Jânio de Souza Machado

Conselho de Administração

Des. Jorge Mussi – Presidente

Des. Anselmo Cerello – Primeiro Vice-Presidente

Des. Alberto Luiz da Costa – Corregedor Geral da Justiça

Des. Pedro Manoel Abreu – Segundo Vice-Presidente

Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi – Terceiro Vice-Presidente

Des. José Trindade dos Santos – Conta Única e Fundo de Reaparelhamento do Judiciário

Des. Luiz César Medeiros – Desenvolvimento Humano

Des. José Antônio Torres Marques – Planejamento e Orçamento

Des. Volnei Ivo Carlin - Patrimônio e Edificações

Des. César Mimoso Ruiz Abreu – Justiça e Cidadania

Des. Newton Trisotto - Informática



Conselho da Magistratura

Des. Jorge Mussi – Presidente
Des. Alberto Luiz da Costa – Corregedor-Geral da Justiça
Des. Anselmo Cerello – Primeiro Vice-Presidente
Des. Pedro Manoel Abreu – Segundo Vice-Presidente
Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi – Terceiro Vice-Presidente
Des. Eládio Torret Rocha – Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Des. Sérgio Paladino
Des. José Volpato de Souza
Des. Fernando Carioni

Academia Judicial

Des. Alberto Luiz da Costa - Presidente
Des. Nelson Schaefer Martins – Diretor Executivo
Des. Solon d'Eça Neves – Vice-Diretor Executivo

Coordenadoria de Magistrados

Des. Rogério Lemos

Juiz Assessor da Presidência

Juiz Laudenir Fernando Petroncini

Juízes Corregedores

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Juiz Roberto Lucas Pacheco
Juíza Soraya Nunes Lins Bianchini
Juiz Luiz Henrique Martins Portelinha
Juiz Paulo Roberto Camargo Costa



Chefe de Gabinete da Presidência

Bel. Cláudia Nicolazzi Medeiros da Cunha Delpizzo

Diretor-Geral Administrativo

Bel. Sérgio Galliza

Diretor-Geral Judiciário

Bel. Alberto Pizzolatti Remor

Comissões

Comissão de Jurisprudência

Des. Anselmo Cerello – Presidente
Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Des. Fernando Carioni
Des. Salim Schead dos Santos

Comissão do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina

Des. Anselmo Cerello – Presidente
Des. Wilson Augusto do Nascimento
Des. Rui Francisco Barreiros Fortes
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu
Desa. Salete Silva Sommariva
Juiz Victor José Sebem Ferreira

Comissão de Regimento Interno

Des. Anselmo Cerello – Presidente
Des. Newton Trisotto
Des. Luiz César Medeiros
Des. Vanderlei Romer



Des. José Volpato de Souza
Juiz Newton Janke

Comissão Permanente do Concurso de Ingresso à Magistratura

Membros titulares:

Des. Anselmo Cerello - Presidente
Des. Luiz César Medeiros
Des. Vanderlei Romer
Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Des. José Antônio Torres Marques
Des. Salim Schead dos Santos

Membros suplentes:

Des. Eládio Torret Rocha
Des. Volnei Ivo Carlin
Des. Wilson Augusto do Nascimento
Des. Rui Francisco Barreiros Fortes
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Catarinense:

Dr. Domingos Afonso Krieger Filho - titular,
Dr. Mario César Bertoncini - suplente.

Comissão Permanente de Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro

Des. Anselmo Cerello - Presidente,
Des. Sérgio Torres Paladino - suplente.

Juizes Substitutos de 2º Grau:

Dr. Jaime Ramos - titular
Dr. Jorge Henrique Schaefer Martins - titular
Dr. Nilton João de Macedo Machado - suplente
Dr. José Carlos Cartens Köehler- suplente

Representante do Ministério Público:

Dr. André Carvalho

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Catarinense:

Dr. Giovani Rodrigues Mariot



Representante do Colégio Notarial:

Dr. Murilo Krobel

Representantes do Colégio Registral:

Dra. Gleci Palma Ribeiro Mello

Dr. Jordan Fabrício Martins

Dra. Maria Alice Costa da Silva

Comissão de Gestão de Informatização – CGINFO

Des. Newton Trisotto – Presidente

Juiz Dinart Francisco Machado

Juiz Luiz Henrique Martins Portelinha

Juiz Odson Cardoso Filho

Juiz Emanuel Schenkel do Amaral e Silva

Juiz Paulo Roberto Fróes Toniazzo

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Comissão de Análise de Documentos do Tribunal de Justiça

Sr. Alberto Pizzolatti Remor – Presidente

Sr. Almir Tadeu Peres

Sra. Graziela Cechinel Giordani

Sra. Maria Madalena Steinbach

Sr. Maurício Walendowsky Sprícigo

Sra. Orivalda Lima Silva

Sra. Kátia Simone Góes Rabelo

Presidência

Presidente:

Des. Jorge Mussi

Coordenadoria de Magistrados

Coordenador:

Des. Rogério Lemos



FORAM APRECIADAS AS SEGUINTE PROMOCÇÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

Merecimento

- Promoção da Juíza Viviane Isabel Daniel à Comarca de Itá.
- Promoção do Juiz Geraldo Corrêa Bastos à 2ª Vara Criminal da comarca de Curitibanos.
- Promoção da Juíza Daniela Vieira Soares para a 2ª Vara da comarca de Ibirama.
- Promoção da Juíza Maira Salete Menegheti à 2ª Vara da Comarca de Xanxerê.
- Promoção do Juiz Paulo Marcos de Farias à 1ª Vara da comarca de São Miguel do Oeste.
- Promoção da Juíza Livia Francio Rocha à comarca de Lebon Régis.
- Promoção do Juiz Antônio Augusto Baggio e Ubaldo à 1ª Vara Criminal de Chapecó.
- Promoção do Juiz Giuliano Ziembowicz à Comarca de Pinhalzinho.
- Promoção do Juiz Marcelo Pons Meirelles à 2ª Vara da comarca de São Miguel do Oeste.
- Promoção do Juiz Uziel Nunes de Oliveira à Comarca de São José do Cedro.

Antigüidade

- Promoção do Juiz Rubens Sérgio Salfer à 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma.
- Promoção do Juiz Rudson Marcos à comarca de Quilombo.
- Promoção da Juíza Adriana Lisboa à 2ª Vara da comarca de Campos Novos.
- Promoção da Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta à comarca de Trombudo Central.
- Promoção do Juiz Fernando de Castro Faria à comarca de Abelardo Luz.
- Promoção do Juiz Adilor Danieli à 2ª Vara da comarca de Balneário Camboriú.
- Promoção do Juiz Sílvio José Franco à 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.
- Promoção da Juíza Lilian Telles de Sá Vieira à comarca de Imaruí.
- Promoção da Juíza Liene Francisco Guedes à 1ª Vara da comarca de Caçador.

FORAM APRECIADAS AS SEGUINTE REMOCÇÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU:

- Remoção do Juiz Márcio Rocha Cardoso.
- Remoção do Juiz Paulo Roberto Fróes Toniazzo.
- Remoção do Juiz Roque Cerutti.



Remoção do Juiz Leandro Passig Mendes.
Remoção da Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta .
Remoção do Juiz Fúlvio Borges Filho.
Remoção do Juiz Alexandre karazawa Takaschima.
Remoção da Juíza Liene Francisco Guedes.
Remoção do Juiz Elleston Lissandro Canali
Remoção da Juíza Eliza Maria Strapazzon
Remoção do Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto
Remoção da Juíza Maria da Conceição dos Santos M. de Souza
Remoção da Juíza Adriana Mendes Bertoncini
Remoção do Juiz Flávio Luís Dell'Antônio.
Remoção da Juíza Andréia Régis Vaz
Remoção do Juiz Elleston Lissandro Canali
Remoção do Juiz Yhon Tostes

FORAM APRECIADOS OS SEGUINTE PEDIDOS DE OPÇÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU:

Opção do Juiz Antônio Augusto Baggio e Ubaldo
Opção do Juiz Giancarlo Bremer Nones
Opção do Juiz Gilmar Antônio Conte
Opção do Juiz Ermínio Amarildo Darold
Opção do Juiz Márcio Rocha Cardoso

FORAM APRECIADOS OS SEGUINTE PEDIDOS DE PERMUTA:

Permuta entre os Juízes Jorge Luiz Costa Beber e Carlos Roberto da Silva
Permuta entre os Juízes Emanuel Schenkel do Amaral e Silva e Osmar Mohr
Permuta entre os Juízes Pedro Caetano de Carvalho e Karen Francis Schubert
Permuta entre os Juízes Flávio Luís Dell'Antônio e Mônica Elias de Lucca

REMOÇÃO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE 2º GRAU:

Foi apreciada a remoção do Juiz Jânio de Souza Machado

EFETIVAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS:

Foram efetivados 23 (vinte e três) Juízes Substitutos.



DIREÇÃO DE FORO:

Foram apreciadas e deferidas 23 (vinte e três) indicações para as funções de Diretor do Foro.

PREENCHIMENTO DE VAGA NO TRE:

Lista tríplice para preenchimento de cargo de Juiz Substituto, na categoria Jurista.

Lista tríplice para preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, na categoria Jurista.

Lista tríplice para preenchimento de cargo de Juiz Substituto, na categoria Jurista.

Escolha do Juiz Henry Goy Petry Júnior, para Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito.

Lista tríplice para preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, na categoria Jurista.

Escolha do Juiz Newton Varella Júnior, para Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito.

Assessoria de Imprensa

Conselheiro Responsável:

Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi

Jornalista Responsável:

Ângelo Medeiros



Tribunal de Justiça demonstrou nestes últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2004, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 775 informes oficiais, assim divididos: 283 *releases* (matérias jornalísticas) e 492 notas para colunas com aproveitamento nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Este número, 775 informes oficiais, representa um acréscimo de produção em comparação com o ano anterior da ordem de 27%. Em 2003, foram redigidos 601 informes oficiais. Neste ano, em média, registrou-se 3,10 informes produzidos a cada dia útil trabalhado, com aproveitamento estimado de 95% de todo o material enviado às redações.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta destes contatos, aliás, foram viabilizadas entrevistas do Presidente do TJ, junto à emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, ainda no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados, de 1º e 2º graus, para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela Assessoria neste período, sempre objetivando fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e suas diversas interpretações sob a ótica dos órgãos de comunicação do estado e do país, disponibilizando estas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 110 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço na página da Intranet e Internet, oferecendo ao público interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”. Neste porém, foram 919 inserções durante todo o ano de 2004, numa média de 76,58 novas inserções mensais nas páginas do Tribunal de Justiça.

Em 2004, como grande destaque, o Poder Judiciário de Santa Catarina manteve espaço na mídia eletrônica, com a produção do programa “Justiça Legal”, veiculado em TV aberta pela retransmissora do SBT em todo o território catarinense, num projeto idealizado pelo Desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi e pelo juiz Ricardo Roesler, e que contou com a supervisão da Assessoria de Imprensa do TJ e produção da Rede SC – contratada através do devido processo licitatório.

Foram retransmitidas 27 edições neste período, num total de 710 minutos de programação inédita. Ainda no meio eletrônico, em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a Assessoria iniciou projeto de rádio, com a veiculação de programa semanal de 25 minutos intitulado “Justiça Cidadã”, transmitido semanalmente pela Rádio Udesc FM nas áreas de cobertura da emissora em Florianópolis, Joinville e Lages, com abrangência em boa parte do território catarinense.



O mesmo programa também ocupa espaço na grade da Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal, e que pode ser sintonizada no Estado através da Internet. Pelo conjunto de atividades desenvolvidos neste último ano e sua inegável repercussão junto aos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído na divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e assim cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações.

Informes Oficiais (releases e notas) – Evolução Anual**1998**

261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,04

1999

175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases. Média produção/dia útil(*) = 0,70

2000

333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,33

2001

141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases. Média produção/dia útil(*) = 0,56

2002

345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,38

2003

601 informes oficiais = 325 notas + 286 releases. Média produção/dia útil(*) = 2,40

2004

775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases. Média produção/dia útil(*) = 3,10

*250 dias/ano



Programa de TV Justiça Legal

2001

Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembléia Legislativa
Duração: agosto, setembro, outubro, novembro
Número de programas: 16
Tempo de exposição: 240 minutos

2002

Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembléia Legislativa
Duração: outubro, novembro, dezembro
Número de programas: 12
Tempo de exposição: 180 minutos

2003

Licitação – modalidade carta convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Convênio com o SBT-SC
Duração: abril/dezembro
Número de programas: 39
Tempo de exposição: 1.170 minutos

2004

Licitação – modalidade carta convite
Programa Semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: junho/dezembro
Número de programas: 27
Tempo de Exposição: 710 minutos

Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial

Profissional Responsável:

Eneide Camboim Harris



Reativada e reestruturada neste ano, a Assessoria de Relações Públicas incorporou às suas responsabilidades as atividades de protocolo e cerimonial, participando de forma ativa na preparação e produção dos vários eventos e solenidades realizadas no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, tanto em sua sede, no Tribunal de Justiça, em Florianópolis, quanto nas comarcas do interior.

Teve participação direta na organização das solenidades de instalação das novas Varas no Estado e também na inauguração de novas unidades do projeto Casa da Cidadania. Organizou ainda as cerimônias de posse de novos juízes, assim como coordenou a reabertura do espaço no hall do prédio do TJ para a realização de exposições e eventos culturais. Coordenou as visitas programadas ao Tribunal, tanto de embaixadores quanto de acadêmicos, e realizou trabalho de apoio ao gabinete da presidência em relação aos acontecimentos no âmbito social.

A seguir, o relatório pormenorizado de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2004:

Visita da Encarregada de Negócios da Croácia ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Data: 6-4-2004.

Horário: 10h15min.

Local: Sala *VIP*, no *Hall* Superior do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Recepção: Desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi, Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Entrega da Ordem do Mérito Judiciário ao Excelentíssimo Senhor Maurício Corrêa

Data: 23-4-2004.

Horário: 18h.

Local: Auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Jantar em Homenagem ao Excelentíssimo Senhor Maurício Corrêa

Data: 23-4-2004.

Horário: 20h.

Local: Hotel Maria do Mar.

Endereço: Rodovia João Paulo, 2.285 – Bairro: João Paulo – Florianópolis/SC.



Visita da Comitiva de Magistrados da China ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Data: 6-4-2004.

Horário: 16h.

Local: Sala *VIP*, no *Hall* Superior do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Recepção: Desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi, Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Exposição de Fotos Panorâmicas de Florianópolis

Período: 14 a 25-6-2004.

Local: Espaço Cultural (*Hall* de Entrada) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Expositor: Raphael de Andrade.

Inauguração da Casa da Cidadania do Município de Palma Sola

Data: 21-6-2004.

Horário: 13h30min.

Local: Casa da Cidadania de Palma Sola.

Endereço: Rua João Pauletti, Centro – Palma Sola/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Doutor Luiz Henrique da Silveira – Governador do Estado de Santa Catarina; Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi; Doutor Humberto Goulart da Silveira – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de Dionísio Cerqueira; Senhora Nair Libera Javornik – Prefeita Municipal; Doutor Silvio Antonio Neugebauer – Vice-Prefeito; Vereador Élio Luiz Werlang – Presidente da Câmara de Vereadores; Deputados: Herneus João de Nadal, Pedro Baldissera e Rogério Mendonça e Reverendo Padre Salésio Ricardo Guaresi — Vigário da Paróquia Nossa Senhora das Graças.

Visita do Arcebispo Metropolitano Tarasios, Representante da Igreja Ortodoxa Grega na América Latina ao Tribunal de Justiça

Data: 2-7-2004.

Horário: 11h.

Local: Sala *VIP* / Capela Ecumênica do Tribunal de Justiça.

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 – Centro – Florianópolis/SC.

Recepção: Desembargador Anselmo Cerello, Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.



Inauguração da Casa da Cidadania do Município de José Boiteux

Data: 10-7-2004.

Horário: 9h.

Local: Casa da Cidadania de José Boiteux.

Endereço: Rua Treze de Maio, s/n – José Boiteux/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Deputado Federal João Matos; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Doutora Daniela Vieira Soares – Juíza de Direito Diretora do Foro da comarca de Ibirama; Doutor Mauro Ferrandin – Juiz de Direito Coordenador da Casa da Cidadania; Doutor Laudenir Fernando Petroncini – Juiz de Direito; Vereador Evaldo Possamai – Presidente da Câmara de Vereadores; Deputado Rogério Mendonça e Reverendo Padre Nicolau Augusto Heinzen — Pároco e representante da Igreja Católica de José Boiteux.

Exposição “Brasil V Séculos de História” – Esculturas

Período: 5 a 20-7-2004.

Local: Espaço Cultural (*Hall* de Entrada) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Expositor: Nilton Campos Altieri.

Inauguração da Casa da Cidadania do Município de Vitor Meireles

Data: 10-7-2004.

Horário: 11h30min.

Local: Casa da Cidadania de Vitor Meireles.

Endereço: Rua Santa Catarina, 1.200 – Centro – Vitor Meireles/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Senhor Luiz Lúcio Fossa – Prefeito Municipal; Deputado Federal João Matos; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Doutor Laudenir Fernando Petroncini – Juiz de Direito; Doutor César Otávio Scirea Tesserolli – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de Presidente Getúlio; Senhor Aldo Schneider – Secretário Regional de Ibirama; Vereador Inácio Petersen – Presidente da Câmara de Vereadores; Deputado Rogério Mendonça e Reverendo Padre Agustinus Sujono, Pároco e representante da Igreja Católica de Vitor Meireles.



Solenidade de Posse dos Novos Juízes Substitutos

Data: 16-7-2004.

Horário: 17h.

Local: Auditório do Anexo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 – Centro – Florianópolis/SC.

Composição da Mesa de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Doutor Ricardo José Roesler – Juiz de Direito Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses e Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados.

Empossados: Gustavo Marcos de Farias; Joana Ribeiro; Jeferson Osvaldo Vieira; Marcelo Volpato de Souza; Marcos Bigolin; Clarice Ana Lanzarini; Lucilene dos Santos; Rafael Milanesi Spillere; Marcos D'Ávila Scherer; Rodrigo Coelho Rodrigues; Maycon Rangel Favareto; Cláudia Margarida Ribas Marinho; Paula Botke e Silva; João Batista da Cunha Ocampo Moré; Ederson Tortelli; Anna Finke; Renato Guilherme Gomes Cunha; Rogério Carlos Demarchi; Juliano Schneider de Souza; Sérgio Renato Domingos; João Baptista Vieira Sell e Antônio Carlos Ângelo.

Dia da Cultura e da Paz – Lei Estadual 12.865, de 12 de Maio de 2004

Data: 25-7-2004.

Horário: 9h às 11h40min.

Local: Avenida Beira-mar Norte – Florianópolis/SC.

Objetivo: Promover manifestações públicas, conscientizando e integrando a sociedade catarinense na busca da paz mundial e do resgate à cultura.

Coordenação: Secretaria da Organização do Lazer e Fundação Catarinense de Cultura – FCC, em conjunto com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional.

Participação da Senhora Eneide Camboim Harris, Assessora de Relações Públicas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, designada pelo Ato 1.672 do Governo Estadual, de 6-7-2004, para compor comissão que teve como atribuição dar cumprimento e fiscalizar as cerimônias alusivas ao Dia da Cultura e da Paz.

Inauguração da Casa da Cidadania do Município de Witmarsum

Data: 29-7-2004.

Horário: 14h.

Local: Casa da Cidadania de Witmarsum.

Endereço: Rua Wily Pett, 29 – Centro – Witmarsum/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Deputado Rogério Mendonça – representando o Governador do Estado de Santa Catarina; Vereador Valquírio Berkenbrock – Presidente da Câmara de Vereadores de Witmarsum, representando o Prefeito Municipal; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Doutor César Otávio Scirea Tesserolli – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de Presidente Getúlio e Reverendo Padre João Ferrari — Pároco da Pároquia Nossa Senhora das Graças.



Inauguração da Casa da Cidadania do Município de Laurentino

Data: 29-7-2004.

Horário: 16h.

Local: Casa da Cidadania de Laurentino.

Endereço: Rua Antônio Cristino da Silva, s/n – Centro – Laurentino/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Deputado Rogério Mendonça – representando o Governador do Estado e o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; Doutor Ernani Dutra – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Senhor Arduíno Nardelli – Prefeito Municipal de Laurentino; Senhor Moacir Tonet – Vice-Prefeito de Laurentino; Senhor Orlando Cristofolini – Presidente da Câmara de Vereadores de Laurentino; Doutor Ricardo Rafael dos Santos – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de Rio do Oeste; Doutor Luis Felipe de Oliveira Czesnat – Promotor de Justiça da comarca de Rio do Oeste – Senhor Valcir Nardelli – Prefeito Municipal de Rio do Oeste e Frei José Maria da Silva, da Paróquia de Santo Antônio de Pádua.

Inauguração da Casa da Cidadania do Município de Nova Trento

Data: 8-8-2004.

Horário: 10h.

Local: Casa da Cidadania de Nova Trento.

Endereço: Rua Salvador Gessele, 120 – Centro – Nova Trento/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Deputado Rogério Mendonça – representando o Governador do Estado; Doutor Romano José Enzweiler – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de São João Batista; Professor Moacir Antônio Fachini – Secretário da Educação, representando o Prefeito Municipal de Nova Trento; Doutora Andréa Machado Speck – Promotora de Justiça da comarca de São João Batista; Doutor Vladimir Dalbosco – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Tijucas e Reverendo Padre Faustino José Tonini – Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, da Cidade de Castro – Paraná.

Exposição de Quadros em Óleo sobre Tela – Vários Artistas

Período: 9 a 20-8-2004.

Local: Espaço Cultural (*Hall* de Entrada) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Organizador: *Marchand* Sidnei Tedesco.

Posse do Juiz Jânio de Souza Machado no Cargo de Juiz Substituto de Segundo Grau

Data: 11-8-2004.

Horário: 17h.

Local: Auditório do 10º Andar – Tribunal de Justiça de Santa Catarina.



Solenidade de Entrega das Novas Instalações do Fórum de Mafra

Data: 23-8-2004.

Horário: 14h.

Local: Fórum de Mafra.

Endereço: Avenida Coronel José Severiano Maia, 863 – Mafra/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Senhor Lourenço Schreiner – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra, representando o Governador do Estado de Santa Catarina; Desembargadores: Cláudio Barreto Dutra, Volnei Ivo Carlin e José Volpato de Souza; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Juiz Ricardo José Roesler – Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses; Doutor Edenildo da Silva – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de Mafra; Doutor Luís Francisco Delpizzo Miranda – Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Mafra; Doutor Laudares Capella Filho – Promotor de Justiça da 1ª Vara da comarca de Mafra, representando o Corregedor-Geral do Ministério Público; Doutor Adriano Zanotto – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Santa Catarina; Doutora Sirlei Braz W. Rechetelo – Presidente da OAB, Subseção de Mafra; Vereadora Taisa Von Linsingen Tavares – Presidente da Câmara Municipal de Mafra e Reverendo Padre Mário Hack – Vigário da Paróquia Nossa Senhora das Graças da Vila Ivete.

Exposição de Quadros em Óleo sobre Tela – Vários Artistas

Período: 3 a 17-9-2004.

Local: Espaço Cultural (*Hall* de Entrada) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Organizadora: Professora Nelita Theilacker.

Solenidade de Descerramento do Retrato do Excelentíssimo Senhor Desembargador Antonio Fernando do Amaral e Silva

Data: 17-9-2004.

Horário: 17 h.

Local: Galeria de Presidentes do Gabinete da Presidência – Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Solenidades Alusivas aos 113 Anos de Instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Exposição Comemorativa – 113 Anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Período: 1º a 10-10-2004.

Abertura: 11h.

Local: Beiramar Shopping.

Endereço: Rua Bocaiúva, 2.468 – Centro – Florianópolis/SC.

Sessão Solene do Tribunal Pleno, com Entrega de Medalhas da Ordem do Mérito Judiciário



Data: 1º-10-2004.

Horário: 18h.

Local: Auditório do Anexo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Agraciados: Ministro José Júlio Pedrosa; Senador Jorge Konder Bornhausen; Conselheiro Salomão Ribas Júnior; Doutor Casildo Maldaner; Coronel PM Jorge Luiz de Freitas Martins; Senhor Algemiro Manique Barreto e Doutor Mário José Gonzaga Petrelli.

Jantar em Homenagem aos Agraciados com as Medalhas da Ordem do Mérito Judiciário

Data: 1º-10-2004.

Horário: 20h30min.

Local: Hotel Maria do Mar.

Endereço: Rodovia João Paulo, 2.285 – Bairro: João Paulo – Florianópolis/SC.

Exposição de Quadros na Técnica da Digitopintura (Pintura com os Dedos)

Período: 4 a 15-10-2004.

Local: Espaço Cultural (*Hall* de Entrada) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Expositor: Miquelângelo Figueroa (Mikki).

1ª Mostra de Talentos dos Servidores do Poder Judiciário

Período: 21 a 29-10-2004.

Local: Espaço Cultural (*Hall* de Entrada) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Expositores: Eli Borges, Márcia Rosane Bittencourt Alves, Maurício Walendowsky Sprícigo, Neide Walendowsky Sprícigo, Selma Regina Peres e Talita Martins Nunes.

Coordenação: Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça, em parceria com a Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial.

Visita da Comitiva Presidida pelo Governador da Província de Aomori e Sra., Japão, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Data: 25-10-2004.

Horário: 16h30min.

Local: Sala *VIP*, *Hall* Superior do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Recepção: Desembargador Anselmo Cerello, Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Desembargadora Salete Sommariva.

Exposição de Quadros em Acrílica sobre Tela – Artistas: Vera Sabino, Semy Braga, Neri Andrade e Suely Beduschi

Período: 3 a 12-11-2004.

Local: Espaço Cultural (*Hall* de Entrada) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Organizador: *Marchand* Antonio Carlos de Macedo Fasanaro.



Visita dos Alunos de 3ª e 4ª Séries do Colégio São Paulo – Ascurra/SC ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Data: 5-11-2004.

Horário: 10h.

Locais de Visitação: Museu do Poder Judiciário Catarinense e Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Solenidade de Instalação da Unidade de Direito Bancário da Comarca da Capital

Data: 9-11-2004.

Horário: 18h.

Local: Fórum da Comarca da Capital.

Endereço: Avenida Governador Gustavo Richard, 434 – Centro – Florianópolis/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Doutor Manoel Cordeiro Júnior – Procurador-Geral Adjunto, representando o Governador do Estado de Santa Catarina em exercício; Ministro Hélio de Melo Mosimann; Desembargador Anselmo Cerello – Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Desembargador Alberto Luiz da Costa – Corregedor-Geral da Justiça; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Doutor Saul Steil – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca da Capital; General João Tranquilo Beraldo – Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada; Doutor Hélio do Valle Pereira – Juiz Especial Instalador; Doutor Ricardo José Roesler – Presidente da Associação dos Magistrados e Doutor Adriano Zanotto – Presidente da OAB, Secção de Santa Catarina.

Exposição de Quadros em Óleo e Acrílico sobre Várias Texturas

Período: 16 a 26-11-2004.

Local: Espaço Cultural (*Hall* de Entrada) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Expositora: Kátia Regina Amorim Hauptli (Rahuka).

Comemoração ao Dia de Santa Catarina de Alexandria

Data: 25-11-2004.

Horário: 16h.

Local: Capela Ecumênica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 – Centro – Florianópolis/SC.

Celebrantes: Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, Padre Pedro José Koehler e Diácono Pedro Paulo Raimundo, representando a Igreja Ortodoxa Grega.

Participações: Desembargador Anselmo Cerello – Primeiro Vice-Presidente, representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses, sob a regência da Maestrina Najla Elisângela dos Santos, acompanhada pela tecladista Melina Figueiredo Alves de Arruda.



Solenidade de Instalação da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da Comarca de São José

Data: 26-11-2004.

Horário: 17h.

Local: Salão do Tribunal do Júri – Fórum da Comarca de São José.

Endereço: Rua Domingos André Zanini, 380 – Barreiros – São José/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Senhor Ademar Koerich – Secretário Adjunto de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, representando o Governador do Estado de Santa Catarina; Desembargador Alberto Luiz da Costa – Corregedor-Geral da Justiça; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Doutor Sérgio Ramos – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de São José; Doutora Maria da Conceição dos Santos Mendes de Souza – Juíza Instaladora; Doutor Joares Vieira Thives – Presidente Subseção da OAB de São José, representando o Presidente da OAB, Secção de Santa Catarina; Doutor Robson Ferreira – Procurador Geral do Município de São José, representando o Prefeito Municipal; Doutor Carlos Alberto Platt Nahas – Promotor de Justiça da Infância e da Juventude e Doutor Ricardo José Roesler – Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses.

Solenidade de Instalação da Segunda Vara Criminal da Comarca de Balneário Camboriú

Data: 7-12-2004.

Horário: 17h.

Local: Fórum da Comarca de Balneário Camboriú.

Endereço: Avenida das Flores, s/n – Bairro dos Estados – Balneário Camboriú/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Senhor Ademir Manoel Furtado – Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí, representando o Governador do Estado de Santa Catarina; Desembargador Alberto Luiz da Costa – Corregedor-Geral da Justiça; Doutor Dão Koeddermann – Chefe de Gabinete representando o Prefeito Municipal de Balneário Camboriú; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Doutor Ricardo José Roesler – Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses; Doutora Sônia Maria Mazzetto Moroso – Juíza de Direito Diretora do Foro da comarca de Balneário Camboriú; Doutor Gilmar Antônio Conte – Juiz Instalador; Doutora Reti Jane Popelier – Conselheira Estadual da OAB, representando o Presidente da Secção da OAB de Santa Catarina; Doutor Jean Michel Forest – Promotor de Justiça, representando o Ministério Público e Doutora Iolanda Aschutti – Presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú.



Jantar em Homenagem ao Desembargador Alberto Luiz da Costa

Data: 8-12-2004.

Horário: 20h.

Local: Lira Tênis Clube.

Endereço: Rua Tenente Silveira, 641 — Centro.

Visita da Embaixadora da Bélgica ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Data: 9-12-2004.

Horário: 10h.

Local: Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Recepção: Desembargador Anselmo Cerello – Primeiro Vice-Presidente, representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Chegada do Papai Noel ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Data: 17-12-2004.

Horário: 18h.

Local: *Hall* de Entrada do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Solenidade de Instalação da Terceira Vara Criminal da Comarca de Joinville

Data: 20-12-2004.

Horário: 17h.

Local: Fórum da Comarca de Joinville.

Endereço: Rua Hermann August Lepper, 980 – Saguçu – Joinville/SC.

Composição do Local de Honra: Desembargador Jorge Mussi – Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Senhor Francisco Luis Martins Fidélis – representando o Governador do Estado; Desembargador Alberto Luiz da Costa – Corregedor-Geral da Justiça; Desembargador Vanderlei Romer; Desembargador José Volpato de Souza; Desembargador Rogério Domingos Farias Lemos – Coordenador de Magistrados; Doutor Renato Luiz Carvalho Roberge – Juiz de Direito Diretor do Foro da comarca de Joinville; Doutor João Alexandre Dobrowolski Neto – Juiz Instalador; Doutor José Geraldo de Ramos Virmont – Vice-Presidente da OAB, representando o Presidente da OAB – Seção de Santa Catarina; Doutor Paulo César Ramos de Oliveira – Promotor de Justiça, representando o Ministério Público; Doutor Celso Pereira – Procurador-Geral de Joinville e Coronel Fernando R. Goulart – Comandante do 62º Batalhão de Infantaria.

Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas

Conselheiro Responsável pela Área:

Des. José Antônio Torres Marques

Assessores:

Bel. Alexandre do Anjos

Bel. Bianca Wisbeck Bernstorff

Bel. João Luiz Martelli Moreira

Bel. Liliane Cardoso Pereira

Bel. Maria Madalena Steinbach

Bel. Wanderley Horn Hülse



Em 2004, a Assessoria de Planejamento participou ativamente do Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP). Concluiu-se a segunda Auto-Avaliação, em que, após validação pelo Núcleo Regional da Qualidade de Santa Catarina, obteve-se 112,25 pontos, de um total de 500 pontos possíveis. Como consequência dessa pontuação, o Poder Judiciário catarinense recebeu, pela primeira vez, o certificado de reconhecimento.

Em seguida, o Comitê Gestor do Programa de Qualidade elaborou o Plano de Melhorias da Gestão, composto por 53 Oportunidades de Melhoria eleitas prioritárias, as quais serão transformadas em projetos a serem executados a partir de 2005.

Além disso, o Poder Judiciário foi incluído, pela primeira vez, como membro do Núcleo Regional da Qualidade de Santa Catarina, juntamente com representantes de outras instituições públicas, possibilitando uma troca constante de experiências e o aprendizado mútuo.

Os membros desta Assessoria participaram dos seguintes eventos relacionados ao PQSP.

Seminário das Organizações Reconhecidas e Premiadas pelo Prêmio Nacional da Gestão Pública – Ciclo 2003;

Curso de Preparação para a Banca Examinadora do Prêmio de Qualidade do Governo Federal – Ciclo 2004;

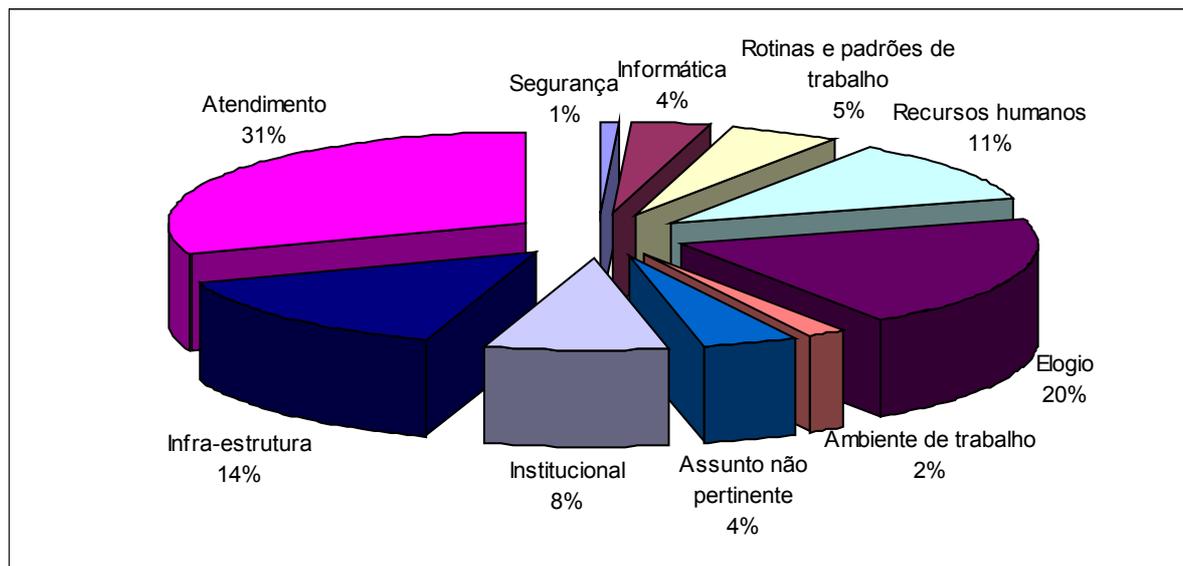
5º Congresso Internacional da Qualidade para a Competitividade;

Visita ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para conhecimento do programa de qualidade daquela instituição.

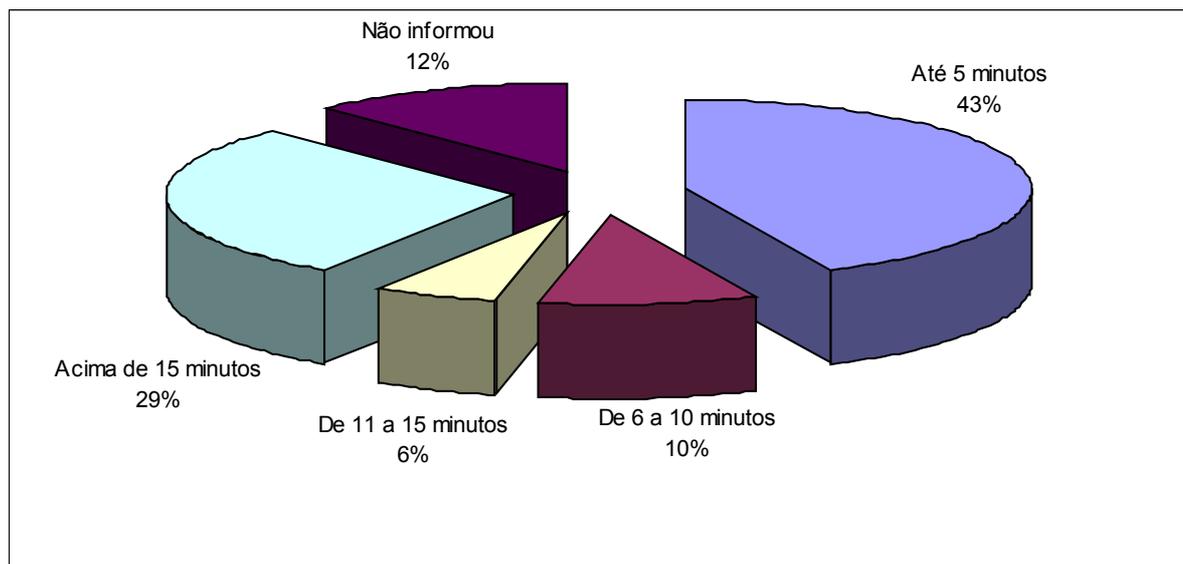
Em seqüência ao projeto de Pesquisa de Avaliação da Satisfação do Usuário, iniciado em 2003, foram instaladas caixas coletoras em todas as comarcas de entrância final, além de Balneário Camboriú, durante 3 meses. Foram recolhidos aproximadamente 2.000 formulários preenchidos, que restaram compilados no sistema desenvolvido na própria Assessoria (Sisquest). O resultado da pesquisa deu origem a relatórios enviados aos Diretores de Foro, para serem analisados juntamente com esta Assessoria, com o propósito de implementação de melhorias nas comarcas pesquisadas, a partir do próximo ano.

Abaixo, alguns resultados gerais com relação à pesquisa de satisfação:

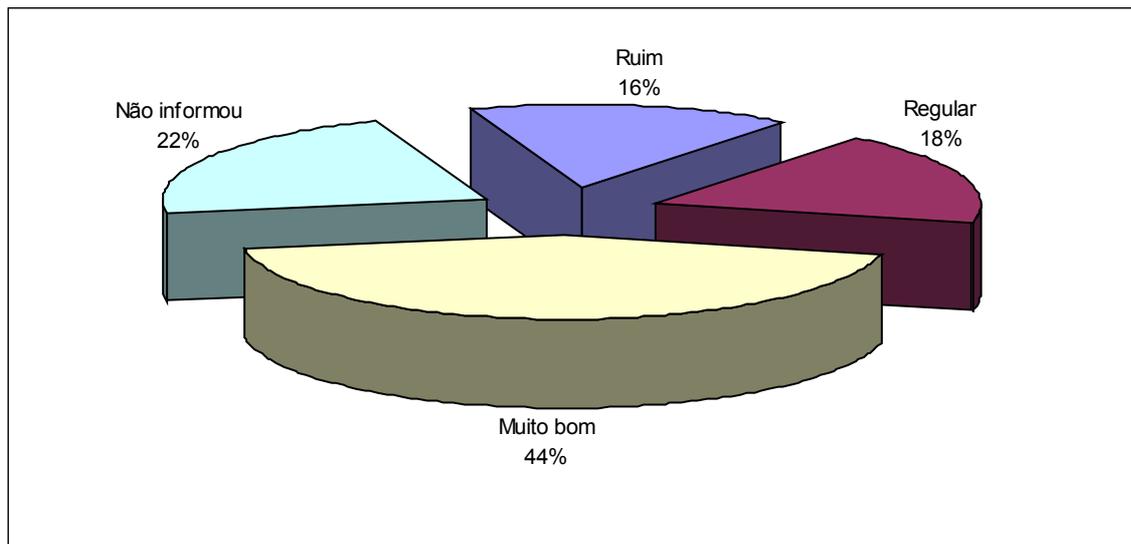
Grau de Reclamações/elogio dos usuários



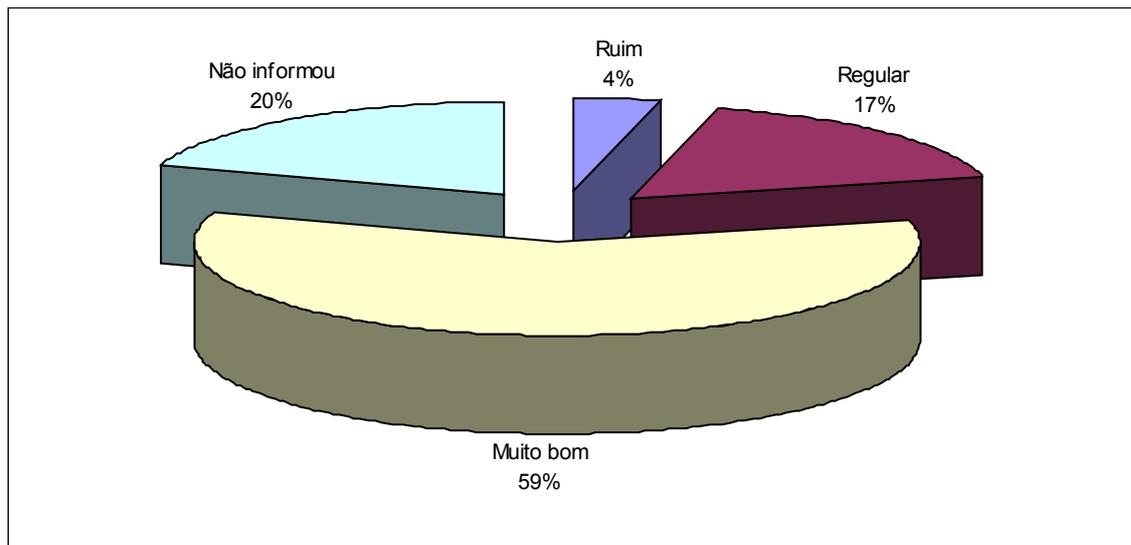
Tempo de espera para atendimento



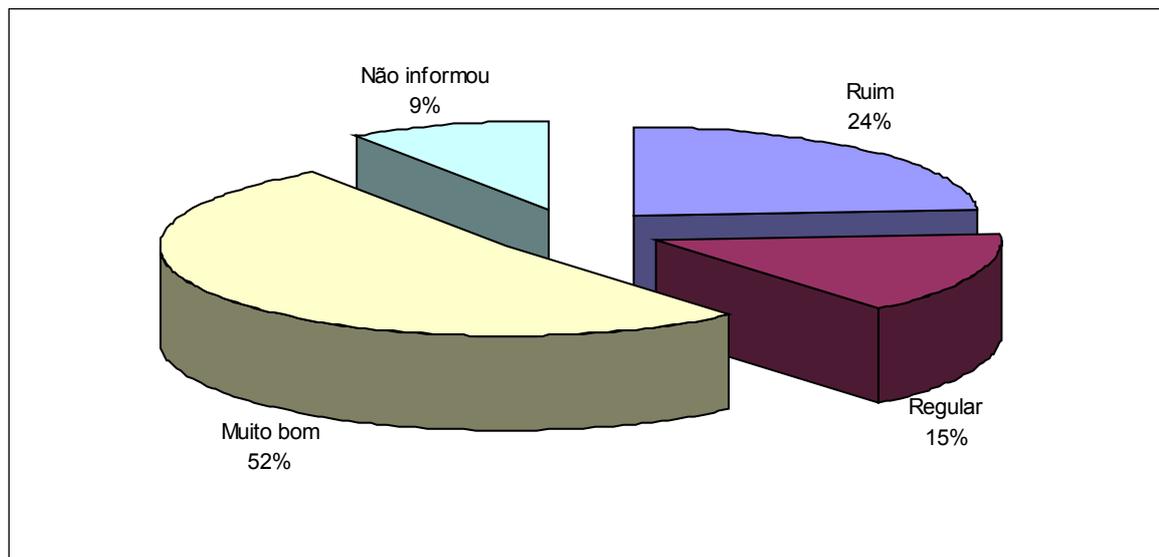
Grau de satisfação quanto à organização dos ambientes



Grau de satisfação quanto à limpeza dos ambientes



Grau de satisfação quanto ao atendimento nos ambientes



Com relação ao Programa 5S, efetuou-se a segunda avaliação nas comarcas de Garuva e Itapoá. No Tribunal de Justiça, o programa foi implantado preliminarmente nesta Assessoria, sob a orientação de dois consultores externos, com o objetivo de posterior expansão às demais unidades. Os Assessores de Planejamento participaram, ainda, do curso “Auditor de 5S”, promovido pelos Correios.

Esta Assessoria, juntamente com a Auditoria Interna, deu início ao projeto de Padronização de Rotinas e Procedimentos das unidades da Secretaria do Tribunal de Justiça. Os diretores apontaram as atividades prioritárias, cujos fluxos devem ser analisados e, posteriormente, transcritos em manuais, utilizando-se de um software adquirido para esse fim. Para tanto, estão sendo realizadas reuniões com representantes de cada área, contando com a colaboração de um consultor externo.

Quanto ao acompanhamento de projetos, foram cadastrados 109 novos projetos, todos devidamente detalhados. A experiência do Tribunal de Justiça na área de planejamento foi apresentada no 4º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, em março deste ano, sendo até mesmo, publicada na revista “Administração da Justiça”, do Centro de Estudos Judiciários.

Foi dada especial atenção aos projetos de Reestruturação das Unidades Judiciárias da Capital e de Instalação das Varas, da Lei Complementar nº 224/02 (São José, Balneário Camboriú e Joinville), todos sob responsabilidade do Gabinete da Presidência. Esta Assessoria participou de visitas técnicas àquelas unidades, onde foram analisados aspectos como quadro de pessoal, estrutura física e equipamentos.

Foram realizadas reuniões para revisão do Orçamento de 2005, com o intuito de adequá-lo às novas prioridades apontadas pelo Gabinete da Presidência e demais unidades do Tribunal. Tendo em vista a conclusão dos trabalhos da Comissão do Plano de Cargos, o Gabinete da Presidência incumbiu esta Assessoria de efetuar estudos acerca do quadro ideal de pessoal do Poder Judiciário. O trabalho foi realizado no decorrer de 8 semanas, com apoio da Corregedoria-Geral da Justiça e demais unidades do Tribunal.



A Assessoria está colaborando no desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina, participando de todas as reuniões dos grupos de trabalho responsáveis pelos diversos módulos que compreendem o novo sistema. Por fim, a Asplan foi a responsável pela coleta dos dados necessários ao preenchimento das pesquisas encaminhadas pelo Ministério da Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, abrangendo dados estatísticos, processuais, estruturais e funcionais.

Auditoria Interna

Coordenador:

Bel. Ivan Bertoldi



A Auditoria Interna, unidade de controle e assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2004, entre outros trabalhos, 502 relatórios/manifestações em processos administrativos.

As atividades, em quase a totalidade, envolveram a realização de despesas ou a geração de receitas, cabendo destacar: análise de processos de licitação, dispensa e inexigibilidade; pagamentos de parcelas de contratos; aditivos de contratos; aposentadoria de servidores; pedidos de devolução de valores recolhidos ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça; balanços, balancetes e relatórios de gestão fiscal.

Ademais, a Auditoria prestou assessoria ao Gabinete da Presidência, inclusive no atendimento a diligências oriundas do Tribunal de Contas do Estado.

Em relação ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, além de atender às diversas consultas efetuadas pelos cartórios e demais interessados, realizou auditorias em 67 cartórios extrajudiciais, abrangendo 31 comarcas, com o objetivo de verificar o recolhimento dos valores destinados ao FRJ e conscientizar sobre a maneira correta de fazê-lo.

Desse trabalho nos cartórios extrajudiciais resultaram as notificações nos seguintes valores:



COMARCA		NOTIFICAÇÕES EM 2004	
		PENDENTES DE PAGTO	PAGO
1	BARRA VELHA	0,00	3.144,20
2	BIGUAÇU	0,00	11.771,09
3	CUNHA PORÃ	0,00	208,25
4	CURITIBANOS	0,00	944,66
5	GUARAMIRIM	88.390,59	1.792,75
6	IBIRAMA	0,00	1.054,78
7	IMARUÍ	0,00	1.200,15
8	ITAJAÍ	10.038,46	0,00
9	ITAPEMA	14.136,56	0,00
10	JOAÇABA	7.267,81	0,00
11	MAFRA	3.637,73	0,00
12	MARAVILHA	0,00	261,28
13	PALMITOS	0,00	934,52
14	PAPANDUVAS	0,00	849,57
15	PINHALZINHO	0,00	5.854,32
16	PORTO BELO	0,00	126,74
17	PRESIDENTE GETÚLIO	0,00	4.621,35
18	SANTA ROSA DO SUL	0,00	377,75
19	SÃO CARLOS	0,00	348,11
20	SÃO JOSÉ DO CEDRO	0,00	6.627,34
21	SÃO MIGUEL D'OESTE	0,00	2.274,95
22	SOMBRIO	0,00	15.491,38
23	TAIÓ	0,00	1.058,37
24	URUBICI	0,00	212,03
SUBTOTAL		123.471,15	59.153,59
TOTAL ANUAL			182.624,74

Não foi constatada falta de recolhimentos nos cartórios das comarcas de Bom Retiro, Brusque, Imbituba, Indaial, Mondai, Pomerode e Rio Negrinho.

Relativo as custas e despesas, foi remetido questionário a todas as comarcas visando identificar situações em que as cobranças não estão sendo efetuadas corretamente, cujo trabalho de orientação deve ser concluído nos primeiros meses do próximo exercício.

Casa da Cidadania

Conselheiro Responsável pela Área:

Des. César Abreu



BREVE HISTÓRICO



Projeto Casa da Cidadania iniciou-se, definitivamente, com a realização, elaboração e aprovação no dia 21 de março de 2001, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, da Resolução nº 2/01-TJ , que instituiu tal projeto.

A elaboração do projeto originou-se de idéias advindas da Comarca de Tubarão, que pretendia oportunizar atendimento desburocratizado, informal e sem custo à população em geral, principalmente aos desprovidos de condições financeiras.

O projeto vem comprovando que as parcerias são férteis, e que os serviços prestados estão sendo de interesse da sociedade. Inúmeros municípios e instituições de ensino atenderam ao convite do Poder Judiciário, manifestando elevado interesse em instalar, em suas dependências, uma unidade da Casa da Cidadania.

Hoje, o Projeto conta com 64 (sessenta e quatro) unidades distribuídas em todas as regiões do Estado. Chama a atenção o elevado número de unidades concentradas no Alto e Médio Vale do Itajaí.

No âmbito do Poder Judiciário Catarinense, a Coordenação do Projeto está localizada no edifício do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, contando com a disposição de três funcionários, Alcebir Dal Pizzol, na função de Secretário Executivo do projeto, Renato Boabaid, na função de Assessor designado para o Projeto e Eliedite Mattos Ávila, na função de Coordenadora do Projeto da Mediação Familiar.



DAS UNIDADES INSTALADAS

Segue abaixo, para conhecimento de todos, as unidades instaladas, as regiões a que pertencem e as respectivas datas de instalação:

Unidade	Região	Data
Camboriú	Litoral	28 de junho de 2000
Rio Maina (Criciúma)	Sul	23 de agosto de 2000
Curitibanos *	Planalto	23 de novembro de 2000
Catanduvas	Meio-Oeste	14 de maio de 2001
Palma Sola	Extremo-Oeste	15 de maio de 2001
São Miguel do Oeste	Extremo-Oeste	15 de maio de 2001
Ipuaçu	Extremo-Oeste	16 de maio de 2001
Ouro Verde	Extremo-Oeste	16 de maio de 2001
Canelinha	Vale do Rio Tijucas	12 de junho de 2001
Tijucas	Vale do Rio Tijucas	12 de junho de 2001
Vidal Ramos	Alto Vale do Itajaí	22 de junho de 2001
Vitor Meirelles	Alto Vale do Itajaí	5 de julho de 2001
Witmarsum	Alto Vale do Itajaí	5 de julho de 2001
Dona Emma	Alto Vale do Itajaí	5 de julho de 2001
Jose Boiteux	Alto Vale do Itajaí	6 de julho de 2001
Presidente Getúlio	Alto Vale do Itajaí	6 de julho de 2001
Timbó Grande	Planalto Norte	9 de julho de 2001
Jaborá	Meio-Oeste	10 de julho de 2001
Garuva	Norte	11 de julho de 2001
Próspera (Criciúma)	Sul	16 de julho de 2001
Pouso Redondo	Alto Vale do Itajaí	23 de julho de 2001
Leoberto Leal	Alto Vale do Itajaí	7 de agosto de 2001
Imbuia	Alto Vale do Itajaí	7 de agosto de 2001
Aurora	Alto Vale do Itajaí	7 de agosto de 2001
Salete	Alto Vale do Itajaí	8 de agosto de 2001
Rio do Campo	Alto Vale do Itajaí	8 de agosto de 2001
Mirim Doce	Alto Vale do Itajaí	8 de agosto de 2001
Laurentino	Alto Vale do Itajaí	9 de agosto de 2001
Rio do Oeste	Alto Vale do Itajaí	9 de agosto de 2001
Ascurra	Vale do Itajaí	9 de agosto de 2001
Presidente Nereu	Vale do Itajaí	10 de agosto de 2001
Lontras	Vale do Itajaí	10 de agosto de 2001
Rio das Antas	Meio-Oeste	24 de agosto de 2001
Fraiburgo	Meio-Oeste	27 de agosto de 2001
Monte Carlo	Meio-Oeste	27 de agosto de 2001
Formosa do Sul	Oeste	28 de agosto de 2001
Irati	Oeste	28 de agosto de 2001
Águas Frias	Oeste	29 de agosto de 2001
Indaial	Vale do Itajaí	26 de setembro de 2001
Agronômica	Alto Vale do Itajaí	26 de setembro de 2001
Treze Tílias	Meio-Oeste	27 de setembro de 2001
Zortéa	Meio-Oeste	27 de setembro de 2001
Rio dos Cedros	Médio Vale do Itajaí	6 de novembro de 2001
Timbó	Médio Vale do Itajaí	6 de novembro de 2001
Benedito Novo	Médio Vale do Itajaí	6 de novembro de 2001



Unidade	Região	Data
Doutor Pedrinho	Médio Vale do Itajaí	6 de novembro de 2001
Iraceminha	Extremo-Oeste	10 de novembro de 2001
Maravilha	Extremo-Oeste	10 de novembro de 2001
Ilhota	Vale do Itajaí	14 de novembro de 2001
Piratuba	Oeste	15 de novembro de 2001
Florianópolis *	Litoral	19 de novembro de 2001
Cocal do Sul	Sul	20 de novembro de 2001
Tubarão	Sul	20 de novembro de 2001
Romelândia	Extremo-Oeste	1 de novembro de 2002
Lacerdópolis	Meio-Oeste	20 de fevereiro de 2003
Ouro	Meio-Oeste	20 de fevereiro de 2003
Ipira	Meio-Oeste	20 de fevereiro de 2003
Luzerna	Meio-Oeste	21 de fevereiro de 2003
Joaçaba	Meio-Oeste	21 de fevereiro de 2003
Balneário Barra do Sul	Litoral Norte	22 de maio de 2003
Balneário Camboriú	Litoral Norte	17 de julho de 2003
Nova Trento	Vale do Itajaí	11 de setembro de 2003
Erval Velho	Meio-Oeste	18 de setembro de 2003
Petrolândia	Vale do Itajaí	24 de setembro de 2003

*Desativadas por motivos administrativos.

MUNICÍPIOS COM PESSOAL JÁ TREINADO E AGUARDANDO INSTALAÇÃO

COMARCA DE ANITA GARIBALDI

Município de Celso Ramos

COMARCA DE CAMPO BELO DO SUL

Município de Cerro Negro (convênio assinado – aguardando inauguração para 2005)

COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL

Município de Campo Alegre (convênio assinado – aguardando inauguração para 2005)

COMARCA DE CATANDUVAS

Município de Vargem Bonita (convênio assinado – aguardando inauguração para 2005)

COMARCA DE IPUMIRIM

Município de Lindóia do Sul

COMARCA DE BRUSQUE

Município de Botuverá



MUNICÍPIOS QUE JÁ POSSUEM SEDE DA CASA DA CIDADANIA, CONSTRUÍDAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COM RECURSOS ORIUNDOS DA CONTA ÚNICA, INAUGURADAS EM 2004:

Leoberto Leal
Palma Sola
José Boiteux
Vitor Meireles*
Witmarsum
Laurentino
Nova Trento
Rio do Campo (Prédio da casa da cidadania, destinado ao Fórum)

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM A CONSTRUÇÃO EM 2004

Iraceminha
Piratuba
Campo Alegre
Botuverá

Municípios contemplados para a construção das Unidades do Projeto Casa da Cidadania nos próximos três anos, conforme Plano Plurianual:

2005	2006	2007
CAMBORIÚ	RIO DAS ANTAS	TREZE TÍLIAS
JABORÁ	RIO MAINA	SALETE
CANELINHA	LUZERNA	PASSO DE TORRES
DESCANSO	ITÁ	OURO
DIONÍSIO	ITAPIRANGA	SÃO JOÃO DO SUL
CERQUEIRA		

PEDIDOS PARA INSTALAÇÃO DE NOVAS CASAS DA CIDADANIA

Cabe ressaltar que tramitam neste Tribunal aproximadamente 46 (quarenta e seis) pedidos para instalação de Casas da Cidadania, provenientes de Prefeituras, Universidades e de Deputados Estaduais representando suas regiões, e que se encontram em fase de apreciação.



DA CAPACITAÇÃO DOS CONCILIADORES E SECRETÁRIOS

O Tribunal de Justiça, no ano de 2004, visando ao aprimoramento do pessoal responsável pelas Casas da Cidadania, ofereceu cursos de capacitação às pessoas que já atuam nas Casas, aos novos parceiros que aderiram ao projeto, aos conciliadores e aos secretários que irão atuar nas novas unidades que serão instaladas no decorrer do ano de 2005.

CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE PARA CONCILIADORES E SECRETÁRIOS DAS CASAS DA CIDADANIA

– (Blumenau, 5 a 7 de maio de 2004).

Curso com 18 horas-aula, coordenado pelo Tribunal de Justiça e ministrado pela Doutora Elisabet Valero Moreira, envolvendo os secretários e conciliadores em atividade e para aqueles que atuarão nas unidades em que os serviços serão instaladas.

Pessoas treinadas: 481
Custo com alimentação e hospedagem: R\$ 6.709,00
Custo com a Palestrante: R\$ 2.500,00
Custo total: R\$ 9.209,00

CURSO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – 1ª PARTE – PARA CONCILIADORES E SECRETÁRIOS DAS CASAS DA CIDADANIA

– (Balneário Camboriú, 16 a 18 de junho de 2004).

Curso coordenado pelo Tribunal de Justiça e ministrado pelo professor Juan Carlos Vezzulla. (18 horas-aula)

Pessoas treinadas: 45
Custo com alimentação e hospedagem: R\$ 7.044,00
Custo com orientador: R\$ 3.000,00
Custo total: R\$ 10.044,00

CURSO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR – 2ª PARTE – PARA CONCILIADORES E SECRETÁRIOS DAS CASAS DA CIDADANIA

– (Rodeio, 11 a 13 de agosto de 2004). Curso coordenado pelo Tribunal de Justiça e ministrado pelo professor Juan Carlos Vezzulla. (18 horas-aula)

Pessoas treinadas: 38
Custo com alimentação e hospedagem: R\$ 5.732,92
Custo com orientador: R\$ 3.000,00
Custo total: R\$ 8.732,92



CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR E NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO DE FAMÍLIA

– (Florianópolis, 1º a 3 de setembro de 2004). Curso coordenado pelo Tribunal de Justiça e ministrado pelos servidores Eliedite Mattos Ávila e Alcebir Dal Pizzol. (18 horas-aula)

Pessoas treinadas: 41

Custo com alimentação e hospedagem: R\$ 7.142,75

Custo com orientadores: R\$ 1.500,00

Custo total: R\$ 8.642,75

CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA SECRETÁRIOS E CONCILIADORES DAS CASAS DA CIDADANIA

- (Maravilha, 23 e 24 de setembro; Fraiburgo, 7 e 8 de outubro; Blumenau, 4 e 5 de novembro; Balneário Camboriú, 2 e 3 de dezembro de 2004)

Os quatro cursos foram coordenados pelo Tribunal de Justiça e ministrados pelo Magistrado Alexandre Dittrich Burh (*Princípios Básicos da Lei nº 9.099/95 aplicado aos Juizados de Conciliação*), pelo Dr. Paulo Afonso de Meirelles (*Negociação – Método de resolução de conflito*) e pelo servidor Alcebir Dal Pizzol (*Reflexos e reflexões, avaliando e aprimorando os serviços do Juizado de Conciliação junto às Casas da Cidadania*). (12 horas-aula)

Pessoas treinadas: 142

Custo com alimentação e hospedagem: R\$ 17.387,08

Custo com orientadores: R\$ 5.360,00

Custo total: R\$ 22.747,08



DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Uma das formas de avaliação do andamento dos serviços foi realizada durante as quatro etapas de treinamento realizadas nas quatro regiões do Estado, envolvendo os Secretários e Conciliadores de quase todas as unidades do projeto.

Por ocasião desses encontros, com a abordagem do tema: *Reflexos e reflexões, avaliando e aprimorando os serviços do Juizado de Conciliação junto às Casas da Cidadania*, foram colhidos os seguintes dados, informações e peculiaridades: 88% dos conciliadores são voluntários; 90% dos secretários são servidores municipais; 85% das pessoas que atuam nas unidades das Casas da Cidadania já receberam treinamento por parte do Tribunal de Justiça; 52% dos conciliadores e 30% dos secretários possuem nível superior e disposição para aprendizagem; gira em torno de 80% o índice de resolução dos conflitos levado aos Juizados de Conciliação, e, resolvidos através da Mediação e da Conciliação; os principais conflitos tratados em ordem crescente são os de família, seguidos dos de cobrança; principais serviços oferecidos nas referidas unidades do projeto: juizado de conciliação/mediação; Conselho Municipal da Criança e Adolescente; Conselho Tutelar; expedição de carteira de trabalho.

Na maioria dos projetos, o Magistrado colabora com orientações e homologa os acordos celebrados pelos mediadores; em quase todas as unidades, a divulgação dos serviços das Casas da Cidadania é realizada por meio de *banner*, *folder* e cartazes, confeccionados pela gráfica do Poder Judiciário; há necessidade imediata de equipamentos de informática para quase 70% das unidades.

Algumas não possuem nem ao menos computador; necessidade contínua de capacitação de secretários e conciliadores; necessidade da criação de maiores vínculos entre juízes, secretários e conciliadores; necessidade de reunir juízes, coordenadores das unidades do projeto, os coordenadores executivos e orientadores dos cursos de formação, para avaliação, sugestões e criação de procedimentos uniformes, bem como para definir com clareza a finalidade da Casa da Cidadania.

DO NÚMERO APROXIMADO DE SECRETÁRIOS E CONCILIADORES/MEDIADORES EM ATIVIDADE

Secretários: 59 (todos, servidores públicos municipais colocados à disposição do projeto).

Conciliadores/Mediadores: 150 – alguns servidores públicos municipais, em sua maioria são voluntários, estudantes universitários, prevalecendo aposentados em diversas áreas profissionais.



DAS METAS A SEREM ATINGIDAS ATÉ DEZEMBRO DE 2005

Planejamento e execução de mais uma rodada de cursos de formação, inicial e de base, para os novos secretários e conciliadores que aderiram ao projeto, bem como para os novos projetos que se pretende instalar no decorrer de 2005. Concluir toda a rodada até junho de 2005.

Realização da reunião com juízes coordenadores das Casas da Cidadania (maio/2005).

Instalação de 6 Casas da Cidadania nos municípios com pessoal já treinado (junho/2005).

Analisar pedidos para novas instalações (instalação e treinamento) aproximadamente 10 unidades (durante o ano de 2005).

Produzir um compêndio de documentação básica: textos, resoluções, modelos e outros dados pertinentes (EM FASE DE CONCLUSÃO).

Planejar e executar um Encontro Estadual de Operadores do Projeto Casas da Cidadania – Tribunal de Justiça, Prefeituras Municipais, Universidades, Conciliadores, Secretários, Assembléia Legislativa, OAB, Ministério Público, ou seja, todo o pessoal envolvido no Projeto – *Evento Técnico Político Administrativo* – (outubro/novembro/2005).

Mediação Familiar

Profissional Responsável:

Eliedite Mattos Ávila



COMARCAS QUE INSTALARAM O PROJETO EM 2004

Vara da Família de São José

Vara da Família de Chapecó

Comarca de Ituporanga

Comarca de Dionísio Cerqueira

Comarca de Concórdia

COMARCAS COM PROJETO EM FUNCIONAMENTO

1ª e 2ª Varas da Família da Comarca da Capital

Vara da Família da Comarca de Joinville

Vara da Família da Comarca de Balneário Camboriú

Vara da Família de Chapecó

Vara da Família de São José

Comarca de Dionísio Cerqueira

Comarca de Ituporanga

Comarca de Concórdia

SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO FAMILIAR (SMF) NAS COMARCAS PARA 2005

Comarca de Correia Pinto

Comarca de Lages

Comarca de Videira

Comarca de Gaspar



PARCERIAS

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) – Campus Itajaí – Curso de Psicologia

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) – Campus Palhoça – Curso de Psicologia

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Curso de Psicologia e Serviço Social

Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC) – Curso de Direito, Serviço Social e Psicologia

Universidade de Concórdia (UNC) – Curso de Direito, Serviço Social e Psicologia

Profissionais voluntários

Destacamos ainda o apoio de vários advogados, do Ministério Público e do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

RESPONSABILIDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Firmar convênios com as Universidades interessadas na execução do projeto. Oferecer estágio curricular. Treinamentos: Formação de base de 16 horas. A capacitação inicial está sendo realizada por funcionários deste Poder. Necessidade de contratação de professores externos ou Institutos de Mediação para a realização de uma formação complementar em torno de 44 horas.

RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Supervisão dos alunos

TREINAMENTOS REALIZADOS EM 2004

Para os Fóruns de Justiça

Número de cursos: 7

Número total de participantes: 157 pessoas treinadas

Fóruns de Justiça que solicitaram e receberam o treinamento de base: Catanduvas; Itajaí e Balneário Camboriú; Concórdia; Capital; São José, Chapecó e Ituporanga.

Público-alvo: professores e estudantes das universidades conveniadas, profissionais do Judiciário, profissionais voluntários e advogados.



Para os conciliadores do Projeto Casa da Cidadania

Número de cursos: 1

Número de participantes: 42

Público-alvo: Conciliadores e secretários das Casa da Cidadania

** É importante ressaltar que para os serviços de mediação familiar instalados dentro dos Fóruns de Justiça é exigido dos participantes nível superior completo ou incompleto. Por outro lado, para os conciliadores do projeto Casas da Cidadania do TJ não é exigido nível superior. Os cursos são ministrados separadamente.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Consultoria e assessoramento técnico para implementação e implantação dos serviços de mediação familiar, requisitados pelos Juízes de Direito das comarcas e universidades conveniadas; Estabelecimento de modelos e procedimentos adotados pelo serviço; Treinamento e capacitação dos mediadores familiares; Participação na organização dos cursos de capacitação em mediação para os mediadores familiares nos Fóruns de Justiça e para os conciliadores das Casas da Cidadania; Relatório anual estatístico dos serviços de mediação familiar implantados dentro dos Fóruns de Justiça; Cursos de capacitação aos assistentes sociais forenses na área da mediação; Elaboração da Apostila de mediação familiar para os cursos de formação de base; Divulgação em jornais, rádio e televisão; Elaboração de material informativo; produção, pesquisa, publicação e documentação sobre a temática; Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nas comarcas que dispõem do serviço de mediação familiar.

SUGESTÃO PARA APRIMORAMENTO DO PROJETO DO TJSC

Criação de um sistema de software para implantação de um banco de dados para fins estatísticos e avaliação dos atendimentos; Designação de um magistrado responsável pelo projeto; Criação de vagas para estagiários bolsistas que atuam nos serviços implantados; Orçamento para curso de formação complementar para os mediadores familiares, uma vez que não foi realizado neste ano; Realização dos cursos de formação de base e complementar por regiões no Estado; Sistema de supervisão dos mediadores; Ampliação e divulgação dos serviços.



DADOS ESTATÍSTICOS

Número de atendimentos em 2004 nas Varas de Família do Fórum da Capital (projeto-piloto).

Período: fevereiro a novembro de 2004

Em 2004, foram atendidos 1.652 casos no serviço de mediação familiar. Em 886 casos foram agendadas sessões para um mediador. 766 casos tiveram outros encaminhamentos: questões que envolvem pedidos de alvará judicial, contestação de ação, questões de extremo litígio, execução de alimentos e casos em que o paradeiro dos cônjuges é desconhecido.

Citamos, ainda, encaminhamentos a outros serviços da comunidade que não são considerados casos de mediação e situações de competência territorial de outros Fóruns de Justiça. Observa-se, nesta triagem inicial, que muitos usuários só buscam informações e orientações jurídicas a respeito de sua separação, e outros expõem seus conflitos como forma de desabafo, sem necessidade de intervenção específica.

Algumas pessoas saem com intenção de repensar sua vida conjugal, evitando dessa forma o ingresso de ações litigiosas prematuras. Observa-se, ainda, que a grande maioria das queixas iniciais dirigidas ao serviço de mediação familiar são de cunho social.

Dos 886 casos encaminhados para mediação, 26% (228) resultaram em acordos homologados de forma consensual. Em 14% deles (120) não foi possível um acordo por meio da mediação, sendo estes encaminhados para uma ação judicial litigiosa; os outros 538 (60%) foram arquivados no setor (reconciliados, acordos informais ou não comparecimento das partes) e ainda os casos em acompanhamento ou agendados.

Dos 228 casos de acordos homologados, observou-se que: 37% correspondem à dissolução de união estável; 26% à separação; 20% a divórcio direto; 14% a alimentos; 3% à guarda/modificação de guarda/visitas.

É importante ressaltar que o serviço de mediação dispõe de termos de acordo padrão para cada tipo de ação homologada. As ações contemplam os acordos referentes à separação, divórcio, união estável, guarda, visitas, alimentos e divisão de bens, quando há disponibilidade dos conflitantes.

Os conflitos referentes às ações acima detalhadas são trabalhados, inicialmente, com um mediador da área psicossocial. O serviço conta com a presença de um advogado para prestar as informações jurídicas necessárias, além de revisar o aspecto jurídico referente aos acordos efetuados e solicitar ao juiz sua homologação. A média de sessões realizadas para cada acordo ficou em duas sessões.



A importância do Serviço de Mediação fica evidenciada pelo baixo índice de casos que efetivamente necessitaram de uma ação judicial litigiosa nos casos mediados, no total de apenas 14%, colaborando sobremaneira na redução do número de processos litigiosos no Judiciário.

Em relação ao perfil dos usuários do serviço de mediação familiar, através de pesquisa documental observou-se que: 71% das pessoas que procuram, inicialmente, o SMF são do sexo feminino; 47% correspondem a faixa etária entre 20 e 30 anos de idade; 66% dos usuários têm vínculo empregatício; 32% desejam resolver a questão da pensão alimentícia; 55% têm apenas um filho; 42% possuem o ensino fundamental incompleto; 41% com renda fixa de dois salários mínimos.

Ouvidoria dos Servidores

Ouvidor:

Bel. Jonas Araújo



UM BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA OUVIDORIA

Para servir como elo entre o Poder Judiciário e seus Servidores, a Presidência do Tribunal resolveu criar a Ouvidoria dos Servidores. A partir de janeiro do ano de 2003, por meio da Portaria de Convocação n. 101/2003, de 6-1-03, o servidor Jonas Araújo procedeu à elaboração dos projetos e estruturação da Ouvidoria, com a elaboração da minuta de resolução, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração deste Tribunal, em 17-3-03; após algumas adequações foi aprovada sob n. 06/03-GP, publicada em 28-4-03, no Diário da Justiça n. 11.178; ato contínuo, foi nomeado referido servidor para exercer o encargo de Ouvidor. Em relação ao seu funcionamento, começou em um espaço cedido na sala da ASPLAN, 9º andar; em seguida foi para sala 410F, 4º andar; após foi para o 11º andar, sala 1110B; e no momento atende na sala 1101B, no mesmo andar.

EQUIPE DE TRABALHO

A equipe de trabalho é composta pelo Ouvidor, Jonas Araújo e por dois auxiliares, Franciele Wundervald, desempenhando atividades no período da manhã, e André Souza Tristão, no período da tarde, os quais têm-se empenhado para atender aos Servidores da melhor maneira possível.

ATENDIMENTO AOS SERVIDORES

Com os atendimentos diários, por meio de esclarecimentos via telefone, pessoalmente e por *e-mails*, servindo de elo de comunicação entre os servidores e a Presidência e/ou Órgãos Administrativos do Poder Judiciário, a Ouvidoria desempenha papel preponderante, não só “ouvindo”, mais principalmente promovendo, respondendo, encaminhando e motivando soluções para os mais diversos assuntos que lhe são encaminhados.

A Ouvidoria se fez representar, no decorrer do ano de 2004, nas reuniões de planejamento e avaliação com o corpo diretivo do Tribunal, também em audiências com o Governador do Estado, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Procurador-Geral do Estado, Procurador de Justiça, Deputados Estaduais etc., juntamente com associações representativas dos servidores, gestionando e encaminhando pleitos.



VISITA ÀS COMARCAS

Além dos atendimentos normais na sede da Ouvidoria, foram procedidas visitas aos servidores das comarcas: Balneário Camboriú, Blumenau, Lages, Laguna, São José.

EVENTOS E CONGRESSOS

Para melhor atender aos Servidores, o Ouvidor busca aperfeiçoar e atualizar seus conhecimentos, também por participações em encontros, congressos e simpósios. Neste ano, no mês de junho, participou do IX – ENO – Encontro Nacional de Ouvidores/*Ombudsman* e I Colóquio Luso-Brasileiro de Ouvidoria, realizado em João Pessoa/PB, no auditório do Hotel Tropical Tambaú Beach Vacation, cujo tema foi: "A Ouvidoria na defesa dos direitos da pessoa humana", promovido pela Associação Brasileira de Ouvidores em parceria com a ABO seccional da Paraíba, onde reuniu 350 profissionais de Ouvidorias da iniciativa privada e da área pública, de 24 diferentes Estados.

O evento teve dez Palestras, 10 seções de Oficinas. Dentre as palestras, destacamos a proferida pelo Dr. Henrique Nascimento Rodrigues sobre o tema: "A Provedoria de Justiça de Portugal"; bem como a proferida pelo Dr. Germán Mundaraín, Defensor Del Pueblo da Venezuela e Presidente da FIO (Federação Iberoamericana de *Ombudsman*), sobre o tema: "Os Defensores Del Pueblo na América". Dentre as oficinas, destacamos: "A Integração dos Sistemas de Ouvidorias: A realidade que temos", coordenada pela Diretora Vera Ramos, bem como: "Ouvidoria nas Empresas Públicas: "A Instituição Pública enfrentando os desafios do mercado: Peculiaridades", coordenada pela Ouvidora Kátia Santana.

Ao final do evento foi realizada uma assembléia dos associados a qual deliberou pela realização do X Encontro Nacional de Ouvidores em Florianópolis, Santa Catarina, em data a ser marcada, no segundo semestre de 2005.

ESTATÍSTICA DOS ATENDIMENTOS

Formas de comunicação dos servidores para com a Ouvidoria

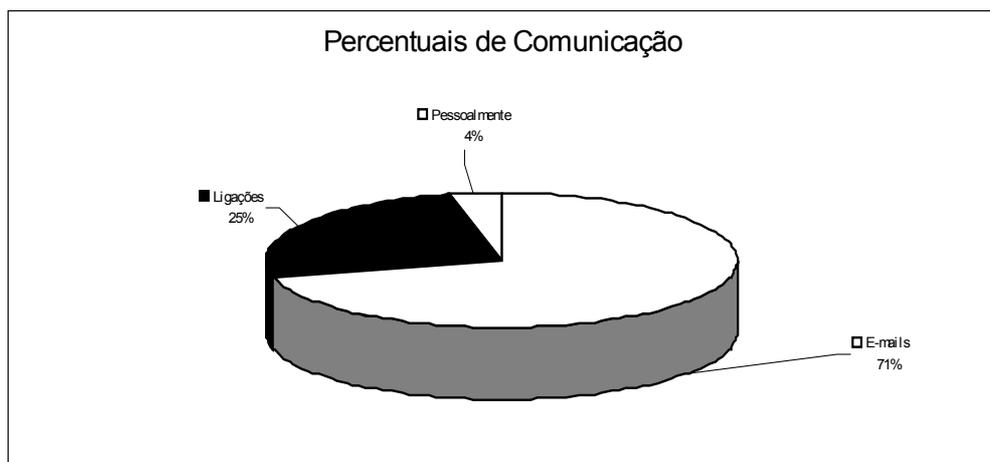
Desde janeiro, na data de 1º-1-04 até o dia 30-11-04 foram realizados 1.024 atendimentos, sendo:

597 e-mails;

110 ligações;

091 pessoalmente.

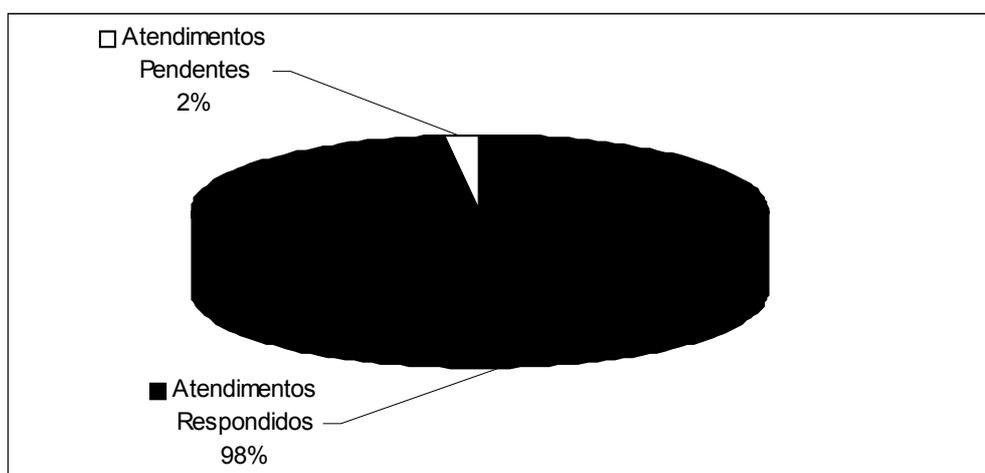
Gráfico 1: Percentuais de comunicação



Atendimentos

Como já descrito, ocorreram 1.024 atendimentos por meio desta Ouvidoria, sendo que: 848 atendimentos foram solucionados; 16 atendimentos estão pendentes, pois foram encaminhados para os setores responsáveis para serem respondidos.

Gráfico 2: Percentuais referentes aos Atendimentos



Tipos de manifestação

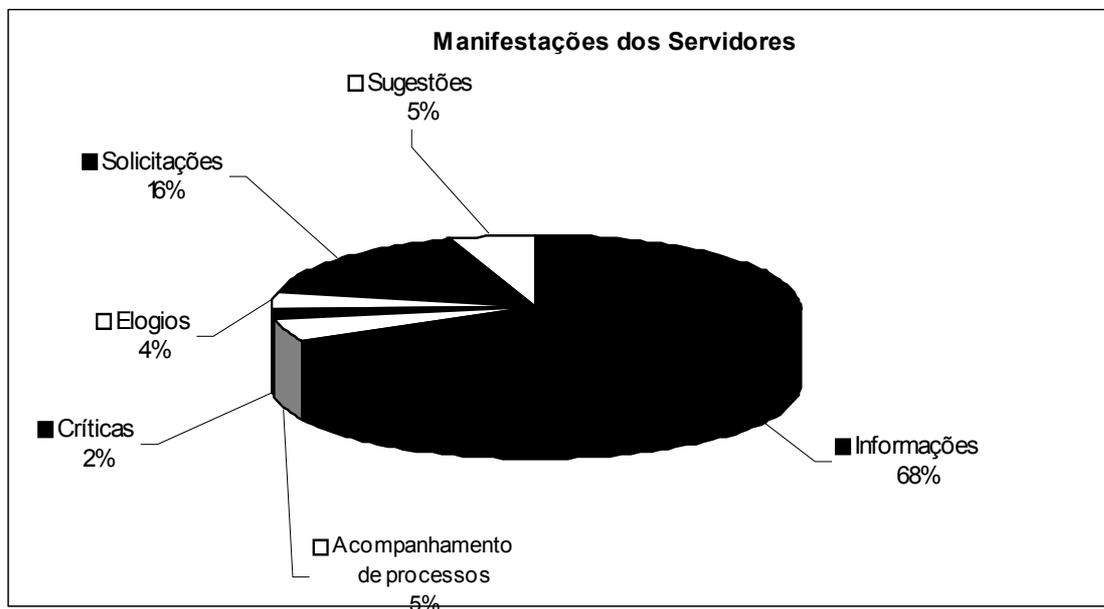
Foram diversas as manifestações dos servidores, entre elas:

- 374 – Informações
- 58 – Acompanhamento de Processos Administrativos
- 144 – Solicitações
- 104 – Elogios
- 85 – Reclamações

83 – Sugestões

76 – Críticas

Gráfico 3: Percentuais referentes a manifestações dos servidores



Assuntos Abordados pelos Servidores

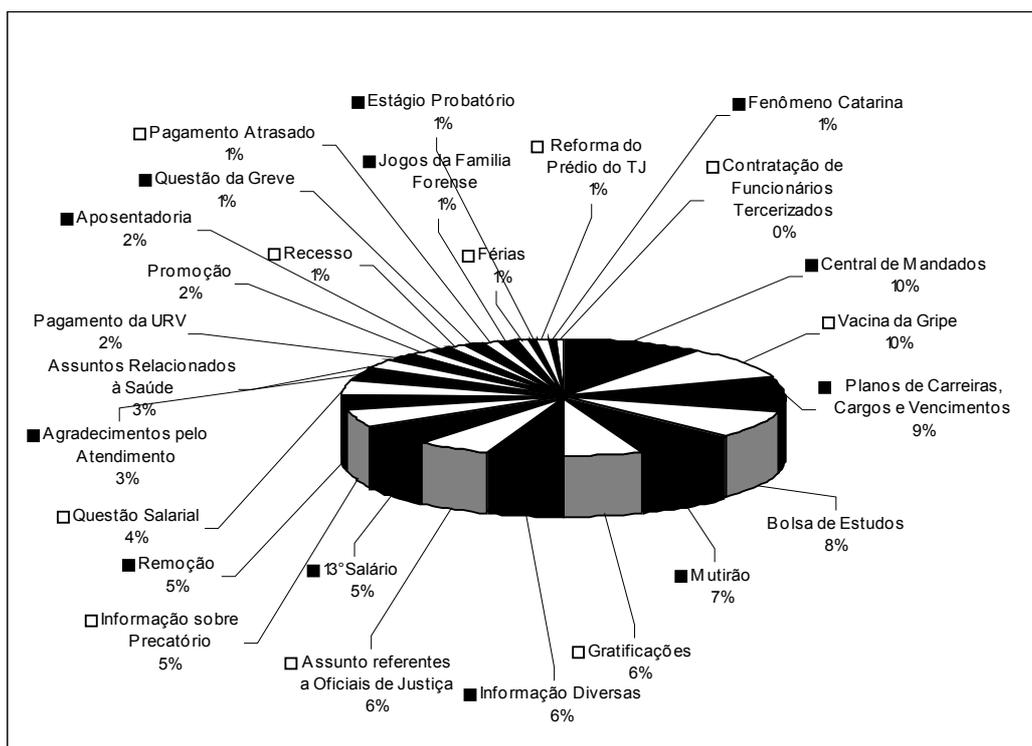
Os assuntos abordados pelos servidores, por meio dos atendimentos, foram:

- 91 Central de mandados;
- 84 Vacina da gripe;
- 83 Planos de carreira , cargos e vencimentos;
- 84 Bolsa de estudo;
- 63 Assunto mutirão;
- 51 Gratificações;
- 50 Informações diversas;
- 49 Assunto referentes a Oficiais de Justiça;
- 48 13° salário;
- 43 Informações sobre precatório;
- 40 Remoção;
- 33 Questão salarial;
- 29 Agradecimento pelo atendimento;
- 23 Assunto relacionado à saúde;
- 21 Pagamento URV;
- 16 Promoção;
- 14 Aposentadoria;
- 12 Recesso;



- 12 Assunto referente à greve;
- 11 Pagamento atrasado;
- 11 Jogos da família forense;
- 08 Férias;
- 06 Estágio probatório;
- 06 Reforma do prédio/TJ;
- 04 Contratação de funcionários terceirizados.

Gráfico 4 – Percentuais referentes aos Assuntos Abordados pelos Servidores



Comarcas que se comunicaram com a Ouvidoria

Os servidores que se comunicaram com a Ouvidoria pertencem às seguintes Comarcas:

88 – Capital	05 – Araranguá
67 – Tribunal de Justiça	04 – Pomerode
36 – Lages	04 – Videira
35 – São José	04 – Catanduvas
33 – Balneário Camboriú	04 – São Bento do Sul
31 – Joinville	04 – Caçador
29 – Itajaí	03 – Tijucas
29 – Itapema	03 – Biguaçu
29 – Brusque	03 – Xanxerê
28 – Blumenau	03 – São Miguel do Oeste
28 – Tubarão	03 – Fraiburgo
18 – Criciúma	03 – Curitibaanos
16 – Jaraguá do Sul	03 – Pinhalzinho
14 – Correia Pinto	03 – Ibirama
14 – Joaçaba	03 – Santa Cecília



13 – Turvo	03 – São João Batista
12 – Palhoça	03 – Maravilha
11 – Concórdia	02 – Navegantes
10 – Chapecó	02 – Porto Belo
10 – Herval do Oeste	02 – Quilombo
09 – São Joaquim	02 – Ibirama
08 – Rio do Sul	02 – Campo Belo do Sul
08 – Indaial	02 – Campos Novos
08 – Braço do Norte	02 – Jaguaruna
07 – Gaspar	02 – São Francisco do Sul
07 – Guaramirim	02 – Barra Velha
07 – Ascurra	02 – Campo Erê
07 – Capivari	02 – Itaiópolis
07 – Porto União	01 – Sombrio
06 – Itapoá	01 – Campo Belo do Sul
06 – Mafra	01 – Urussanga
05 – Curitibanos	01 – São José do Cedro
05 – Piçarras	01 – Cunha Porã
05 – Coronel Freitas	01 – Modelo
05 – São Francisco do Sul	01 – Santo Amaro da Imperatriz
05 – São Miguel	01 – Rio Negrinho
04 – Ascurra	01 – Seara
04 – Barra Velha	01 – São Domingos
04 – Campo Erê	01 – Ponte Serrada

Vice-Presidência

Vice-Presidente:

Des. Anselmo Cerello



SUSPENSÃO DE LIMINARES

1. Pedido de suspensão de liminares.

 deferidos: 18
 indeferidos: 17
 parcialmente deferidos: 5
 prejudicados: 2
 não conhecidos: 1

2. Pedido de suspensão de execução de tutela antecipada.

 deferidos: 1

3. Pedido de suspensão de segurança

 não conhecidos: 2

4. Agravo no pedido de suspensão de liminar

 deferidos: 2
 indeferidos: 9
 prejudicados: 4

5. Pedido de suspensão de sentença/acórdão

 não conhecidos: 8

6. Agravo Regimental

 indeferidos: 2
 não conhecidos: 1

7. Reclamação incidental à suspensão de segurança: 1

8. Embargos de declaração:

 Rejeitados: 5



DESPACHOS PROFERIDOS EM PROCESSOS REFERENTES AO PREPARO RECURSAL

1. Pedido de assistência judiciária:
 - deferidos: 1353
 - indeferidos: 120
 - deferido para alguns: 10
2. Encaminhados ao TRF 4ª Região, dada a sua competência: 26
3. Competência Justiça Estadual: 8
4. Deserção por falta do pagamento do preparo recursal: 122
5. Processos encaminhados à comarca de origem ante a inoccorrência do duplo grau de jurisdição (art. 475 do CPC ou ausência de sentença): 11
6. Insuficiência do preparo recursal / ausência de pagamento das custas iniciais: 9
7. Embargos de declaração: 2
8. Abertura do prazo para a parte recorrer na comarca de origem: 1
9. Desnecessidade de recolhimento do preparo recursal (réu revel, processo administrativo, curador, ação penal subsidiária): 7
10. Preparo em processos criminais: 6



11. Recolhimento do preparo ao final: 1

12. Preparo recursal (sentença única que julga vários processos): 1

13. Diligência para comprovar o preparo recursal/condição de beneficiário: 18

14. Impugnação à assistência judiciária: 11

15. Pedido de reconsideração: 21

16. Incompetência da 1ª Vice-Presidência: 5

17. Não conhecimento: 3

18. Intimação para parte juntar declaração de hipossuficiência: 188

19. Despacho revogando decisão de deserção/indeferimento da inicial: 15

20. Saneamento de irregularidades: 9

21. Despacho dando prosseguimento ao feito: 15

22. Indeferimento da petição inicial (ausência de pagamento das custas iniciais):18

TOTAL: 2076 despachos/acórdãos



ASSESSORIA ESPECIAL

1. Projetos de Atos Regimentais: 4

2. Pareceres: 8

3. Ofícios Expedidos: 420

4. Atualizações:

Código de Divisão e Organização Judiciárias – disponibilizado na Comissão
Regimento Interno - disponibilizado na Comissão

5. Projetos:

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina – Partes I, II
e III (Divisão e Organização Judiciárias, Administração Judiciária e Regime Jurídico da
Magistratura) – disponibilizado para toda a Magistratura.

Regimento Interno do Poder Judiciário – em discussão na Comissão de Regimento
Interno – disponibilizado para os membros do Tribunal de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DO CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

1. Reuniões: 13

2. Processos:

Pendentes: 153

Recebidos: 60

Retornados da Corregedoria-Geral da Justiça: 7



Distribuídos para estudo: 60

Encaminhados à Comissão de Regimento Interno: 5

Encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça: 6

Encaminhado ao Vice-Corregedor-Geral da Justiça: 1

Encaminhados à Presidência: 3

Encaminhado ao Conselho de Administração: 1

Encaminhados à Comissão de Concurso para Ingresso na Magistratura: 2

Sobrestados aguardando o novo Código de Divisão e Organização Judiciárias: 83

Resolvidos: 19

3. Principais Decisões:

elaboração do Novo Código de Divisão e Organização Judiciárias em Partes, a serem consolidadas em único texto ao final;

divulgação do projeto do Código após a definição dos rumos da Reforma do Judiciário;

realização de estudos e inovações a serem contempladas no novo Código;

aprovação dos projetos de Atos Regimentais encaminhados pela Presidência e pela Assessoria Especial da 1ª Vice-Presidência;

comparação entre os Códigos de Divisão e Organização Judiciárias dos Estados da Federação;

participação de representantes da AMC na Comissão para as deliberações relativas ao novo Código;

definição de 5 (cinco) projetos de lei base;

fusão dos projetos de lei base em único projeto, disponibilizado à Magistratura Catarinense em dezembro de 2004, para discussão e aprovação em 2005.



COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

1. Reuniões: 6

2. Principais Decisões:

atualização, pela assessoria especial, do Regimento Interno para a comissão;

estudos de inovações a serem contempladas no novo Regimento Interno;

compilação dos estudos, pela assessoria especial, no novo Regimento Interno do Poder Judiciário, passando a tratar, além do Tribunal de Justiça, da estrutura do Primeiro Grau;

início dos estudos para aprovação do novo Regimento Interno do Poder Judiciário.

3. Processos:

Pendentes: 0

Recebidos: 5

Distribuídos para estudo: 5

Sobrestados aguardando novo Regimento Interno: 5

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

1. Reuniões: 6

2. Revista Jurisprudência Catarinense:

JC 101 – publicada em maio/2004

JC 102 – publicada em agosto/2004

JC 103 – em fase de encadernação

JC 104 – recebimento de material



3. Principais Decisões:

manutenção da capa, da estrutura, dos índices;

acréscimo de editorial, de índice onomástico, de artigos de juristas renomados, de pareceres das Procuradoria-Gerais de Justiça, do Estado e do Município;

inclusão de marcador de página e de fotografia da maquete das novas instalações do Tribunal de Justiça na JC;

estudos para realização de encontro entre os membros das comissões de Jurisprudência do Estados do Centro-Sul;

estudos para elaboração de ementário catarinense;

estudos para terceirização da impressão da Jurisprudência Catarinense ou aquisição de maquinário de impressão, dependendo do custo.

CONSELHO DA MAGISTRATURA

1. Processos recebidos: 19

2. Processos julgados: 19

3. Recurso de decisão: 4

4. Pedido de providências: 8

5. Consulta: 5

6. Embargos de declaração em recurso de decisão: 1

7. Informações: 1



CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE

1. Edital nº 25/2003, de 1/9/2003, encerrado em julho de 2004
2. Edital nº 25/2004, de 5/7/2004, em andamento – aplicadas as provas – seletiva e direito penal

CONCURSO PARA O CARGO DE ADVOGADO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

3. Edital nº 14/2004, de 21/5/2004, encerrado em dezembro de 2004

CONCURSO PARA INGRESSO E REMOÇÃO NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO

1. Edital nº 62/2000, de 3/10/2000, encerrado em agosto de 2004

2ª Vice-Presidência

2º Vice-Presidente:

Des. Pedro Manoel Abreu



PENDENTES DE 2003			
NATUREZA	fixos	Pend. Var	Impedidos
RespCível	898	330	288
RE/Resp Cível	900	364	338
RECível	159	8	2
Med. Cautelar	1	0	0
Diversos	47	4	4
REspCrime	18	0	0
RECrime	0	0	0
RE/RespCrime	11	0	0
TOTAL	2034	706	632

JANEIRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	53	31	2
RE/Resp Cível	24	25	4
RECível	6	2	0
Medida Cautelar	3	4	0
Diversos	28	49	1
REspCrime	1	14	0
RECrime	0	0	0
RE/REspCrime	2	0	0
TOTAL	117	125	7

FEVEREIRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	170	164	7
RE/RespCível	128	60	4
RECível	27	62	2
Medida Cautelar	4	1	0
Diversos	79	84	1
REspCrime	49	15	0
RECrime	0	0	0
RE/REspCrime	12	8	0
TOTAL	469	394	14



MARÇO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	228	169	15
RE/RespCível	150	204	18
RECível	22	50	0
Medida Cautelar	6	6	0
Diversos	143	103	2
REspCrime	23	49	0
RECrime	2	0	0
RE/REspCrime	7	20	0
TOTAL	581	601	35

ABRIL			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	162	129	31
RE/RespCível	166	209	20
RECível	25	41	0
Medida Cautelar	3	3	0
Diversos	109	122	0
REspCrime	23	26	0
RECrime	2	3	1
RE/REspCrime	6	8	0
TOTAL	496	541	52

MAIO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	199	230	49
RE/RespCível	136	121	16
RECível	23	29	1
Medida Cautelar	4	3	0
Diversos	88	102	1
REspCrime	19	13	0
RECrime	1	0	0
RE/REspCrime	4	2	0
TOTAL	474	500	67

JUNHO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	249	146	127
RE/RespCível	181	159	40
RECível	79	108	5
Medida Cautelar	6	6	2
Diversos	173	178	2
REspCrime	33	7	0
RECrime	2	0	0
RE/REspCrime	10	6	0
TOTAL	733	610	176



JULHO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	197	93	116
RE/RespCível	115	51	37
RECível	37	46	1
Medida Cautelar	1	0	0
Diversos	76	73	1
REspCrime	34	24	0
RECrime	1	1	0
RE/REspCrime	6	4	0
TOTAL	467	292	155

AGOSTO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	297	144	173
RE/RespCível	333	168	145
RECível	67	31	5
Medida Cautelar	4	4	0
Diversos	94	68	4
REspCrime	38	24	0
RECrime	1	3	0
RE/REspCrime	14	10	0
TOTAL	848	452	327

SETEMBRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	141	144	79
RE/RespCível	163	179	129
RECível	24	46	6
Medida Cautelar	6	5	2
Diversos	75	88	8
REspCrime	14	61	0
RECrime	0	1	0
RE/REspCrime	2	12	0
TOTAL	425	536	224

OUTUBRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	285	141	215
RE/RespCível	250	116	214
RECível	69	10	36
Medida Cautelar	2	1	1
Diversos	97	38	8
REspCrime	20	22	3
RECrime	2	1	0
RE/REspCrime	8	8	0
TOTAL	733	337	477



NOVEMBRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	197	208	121
RE/RespCível	150	162	138
RECível	31	16	24
Medida Cautelar	0	4	0
Diversos	109	144	5
REspCrime	18	28	4
RECrime	2	3	0
RE/REspCrime	18	12	4
TOTAL	525	577	296

DEZEMBRO			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	265	217	247
RE/RespCível	155	123	149
RECível	30	39	28
Medida Cautelar	3	2	2
Diversos	91	101	33
REspCrime	32	11	24
RECrime	1	1	0
RE/REspCrime	16	14	8
TOTAL	593	508	491

ACUMULADA DO 1º SEMESTRE			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	1061	869	231
RE/RespCível	785	778	102
RECível	182	292	8
Medida Cautelar	26	23	2
Diversos	620	638	7
REspCrime	148	124	0
RECrime	7	3	1
RE/REspCrime	41	44	0
TOTAL	2870	2771	351



ACUMULADA DO 2º SEMESTRE			
NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
RespCível	1382	947	951
RE/RespCível	1166	799	812
RECível	258	188	100
Medida Cautelar	16	16	5
Diversos	542	512	59
REspCrime	156	170	31
RECrime	7	10	0
RE/REspCrime	64	60	12
TOTAL	3591	2702	1970

ESTATÍSTICA ANUAL - 2004					
NATUREZA	PEND 2002	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES	IMPEDIDOS
RespCível	898	2443	1816	1512	288
RE/RespCível	900	1951	1577	1278	338
RECível	159	440	480	116	2
Medida Cautelar	1	42	39	7	0
Diversos	47	1162	1150	70	4
REspCrime	18	304	294	31	0
RECrime	0	14	13	1	0
RE/REspCrime	11	105	104	12	0
TOTAL	2034	6461	5473	3027	632
			PROCESSOS EM GABINETE		2395

3ª Vice-Presidência

3º Vice-Presidente:

Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi



Conforme solicitação feita por meio eletrônico, venho apresentar o Relatório Estatístico e informar-lhe das atividades que foram desenvolvidas por esta 3ª Vice-Presidência, a qual incumbe, primordialmente, presidir, com função judicante, a Câmara Civil Especial (art. 12 do Ato Regimental n. 41/00 e art. 1º, inc. III, alínea 'c' do Ato Regimental n. 48/01).

Antes de demonstrar os dados estatísticos, necessário tecer alguns comentários acerca do aumento considerável de recursos dirigidos a este Tribunal de Justiça. O volume de recursos, nos últimos anos, cresceu de forma tão significativa, que se tornou imperioso o aumento do número de Desembargadores deste Tribunal – de 27 para 40 –, na tentativa, inglória, de suprir a demanda judicial e oferecer uma prestação jurisdicional mais célere aos jurisdicionados.

Contudo, não obstante a real necessidade do aumento do número de julgadores, é ainda mais premente, que ocorra uma reforma no sistema processual brasileiro e, mais especificamente, no sistema recursal.

Isto porque, embora tenha havido um aumento do número de Magistrados, caso não ocorra tal reforma, inevitavelmente o Poder Judiciário caminhará, a passos largos, para o acúmulo inenfrentável de demandas e, em decorrência, para o seu descrédito.

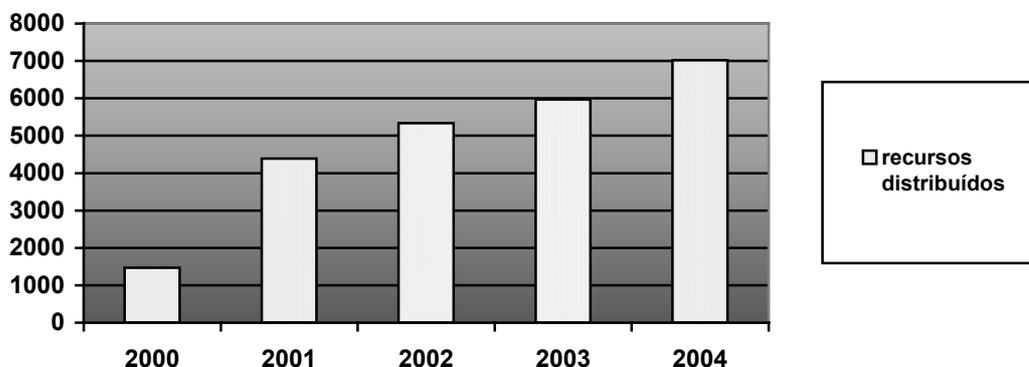
É preciso que se desenvolvam meios de obstar o crescente número de recursos com intuito nitidamente procrastinatório, valorizando a decisão do juiz de 1ª Instância, o qual, mais próximo da realidade dos fatos, em regra, decide com sabedoria e justiça.

Torna-se mais palpável tal afirmação quando, em um levantamento recentemente realizado por este Gabinete – no período compreendido entre maio e novembro – verificou-se que, dos Agravos de Instrumento por mim despachados, excetuando-se aqueles em que é dado provimento ou negado seguimento de plano ou, ainda, não contém pedido de efeito suspensivo/ativo, embora em análise perfunctória, em apenas 17,60% a decisão de primeiro grau restou modificada, ou seja, em 82,40% dos casos, a decisão proferida pelo Togado *a quo* foi confirmada.

Necessário salientar, ainda, que qualquer reforma no intuito de conter o volume de recursos tornar-se-á letra morta, caso não ocorra, também, uma mudança de mentalidade, à burocracia cultural sedimentada, uma vez que tal passo requer que libertemos as amarras de conceitos que não mais refletem a realidade sócio-jurídica nacional.

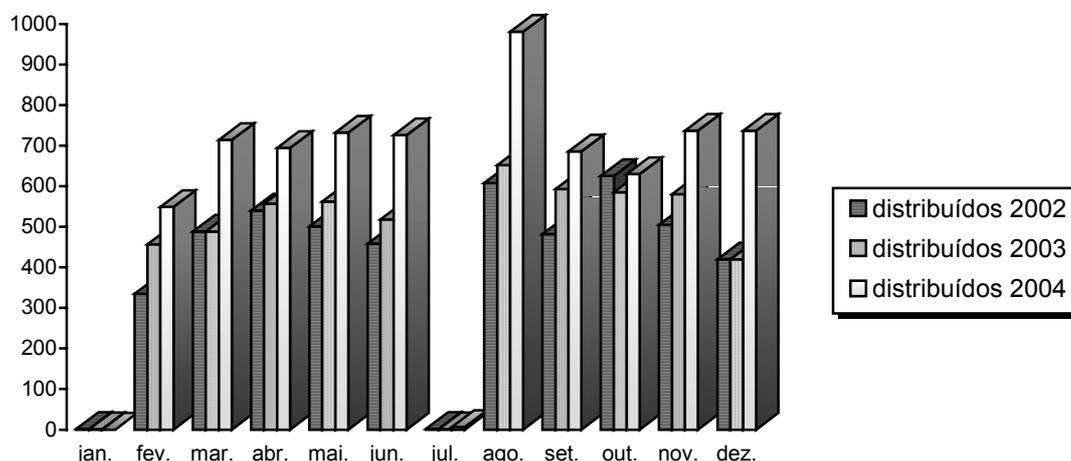
O gráfico a seguir espelha o paralisante aumento no número de recursos interpostos contra decisões interlocutórias proferidas pelos Magistrados de 1º grau: os termos do art. 1º, III, a, do Ato Regimental n. 48/2001, compete ao 3º Vice-Presidente substituir o 2º Vice-Presidente em suas faltas ou impedimentos.

Gráfico 1 – Evolução do número de agravos de instrumento distribuídos à Câmara Civil Especial de 2000 a 2004



Especificamente, fazendo um quadro comparativo entre os anos de 2002, 2003 e 2004, caso a Câmara receba no mês de dezembro o mesmo número de agravos de instrumento que ingressaram em novembro deste ano, 737 (setecentos e setenta e sete), fecharemos a estatística anual com o expressivo número de 7.752 (sete mil setecentos e cinquenta e dois) recursos, o que significa um aumento de 1.822 agravos, os quais representaram um acréscimo de 29,84%, em relação ao mesmo período de 2003, como se pode verificar pelo Gráfico 2

Gráfico 2 – Quadro comparativo entre os recursos distribuídos à Câmara Civil Especial em 2002, 2003 e 2004





Dessa forma, em que pese o empenho dos Magistrados que integraram esta Câmara Civil Especial no decorrer desses 3 (três) anos, nem sempre a prestação jurisdicional foi tão célere quanto deveria.

Ressalto, por fim, que o volume da análise da admissibilidade dos Recursos Especiais e Extraordinários, que competem ao 3º Vice-Presidente em caso de falta ou impedimento do 2º Vice-Presidente, restou comprometida em razão do volume de Agravos de Instrumento, tal como informado, estando neste gabinete, ainda pendentes de tal análise 1156 recursos. São estas as informações que entendo pertinentes na oportunidade.

Corregedoria-Geral da Justiça

Corregedor-Geral da Justiça:

Des. Alberto Luiz da Costa

Vice-Corregedor Geral da Justiça:

Des. Eládio Torret Rocha

Juizes-Corregedores:

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Juiz Roberto Lucas Pacheco

Juíza Soraya Nunes Lins Bianchini

Juiz Luiz Henrique Martins Portelinha

Juiz Paulo Roberto Camargo Costa



INTRODUÇÃO

Em cumprimento às disposições ínsitas no artigo 383, inciso XIX, da Lei n. 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina), tenho a honra de apresentar a este Egrégio Conselho da Magistratura o relato das atividades desenvolvidas nos setores desta Corregedoria-Geral da Justiça, referentes ao exercício de 2004.

Por outro vértice, deve ser registrado o apoio recebido da Presidência e da Vice-Presidência desta Corte de Justiça, cujos esforços ajudaram na concretização dos objetivos deste Órgão Correicional.

Por derradeiro, enfatizo que o trabalho realizado contou com o valioso auxílio e dedicação do Vice-Corregedor, dos Juízes-Corregedores e de toda a equipe de servidores que compõe a Corregedoria-Geral de Justiça, cuja colaboração foi primordial para atingir as metas propostas no início dessa gestão que foi o de auxiliar e orientar o Primeiro Grau de Jurisdição, sem prejuízo da necessária fiscalização, tudo para manter elevado o prestígio do Poder Judiciário.



CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Corregedoria-Geral de Justiça, em continuidade aos trabalhos desenvolvidos, de forma eficiente, das gestões anteriores, agregou outras tarefas, também árduas e intensas, nos campos administrativo, censório e, com destaque, ao objetivo dessa gestão que foi o de auxiliar e orientar o Primeiro Grau de Jurisdição, sem prejuízo da necessária fiscalização, tudo para manter elevado o prestígio do Poder Judiciário.

Por outro lado, em busca da otimização dos serviços prestados por este Órgão Correicional, dentro da esfera de suas atribuições, aumentou-se o número de Juízes-Corregedores, de três para cinco, e foram realizadas mudanças no espaço físico, no que tange ao aumento de salas e pintura em geral, a fim de que o ambiente de trabalho se tornasse o mais agradável possível a todos, além do reaparelhamento de alguns setores, com a aquisição de novos computadores, dois automóveis, mesas de trabalho, e módulo para a sala de reuniões, composto de uma televisão, um videocassete, um dvd, um projetor e duas câmaras fotográficas digital.

De outro vértice, apresentarei, abaixo, relato das atividades realizadas neste ano de 2004:

1. Visitas, acompanhado de Juízes-Corregedores, com realização de reuniões com os Juízes, Promotores e Advogados nas comarcas de Joaçaba, Campos Novos, Lages, Criciúma, Tubarão, Braço do Norte, Joinville, Balneário Camboriú, Itajaí, Blumenau e Gaspar.
2. Visitas e Inspeções Judiciais realizadas pelos Juízes-Corregedores nas comarcas de Santa Rosa do Sul, Forquilha, Armazém, Modelo, Itá, Ipumirim, Gaspar, Navegantes, Indaial, Cunha Porã, Palmitos, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Campo Erê, Anchieta, Itapiranga, Descanso, Mondaí, Maravilha, Imbituba, Imaruí, Laguna, Tubarão, Braço do Norte, Orleans, Lauro Müller, Urussanga, Içara, Araranguá, Turvo, Sombrio, Jaguaruna, Garopaba, Capinzal, Herval D'Oeste, Catanduvas, Concórdia, Seara, Ipumirim, Joaçaba, Campos Novos, Lages, Correia Pinto, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Otacílio Costa, Blumenau, Indaial, Timbó, Pomerode, Jaraguá do Sul, Guaramirim, São Francisco do Sul, Joinville, Barra Velha, Piçarras, Itajaí, Brusque, São Bento do Sul, Criciúma, Curitiba, Ituporanga, Rio do Sul, Taió, Trombudo Central, Ibirama, Mafra, Porto União, Caçador, Xanxerê, Chapecó, Canoinhas, Lebon Régis, Santa Cecília, Rio do Oeste, Capivari de Baixo, Tijucas, Balneário Camboriú e Itapema.
3. Foram expedidas 35 circulares para conhecimento e esclarecer diversas matérias em áreas de atuação da Justiça de Primeiro Grau;
4. Foram expedidas 100 portarias;
5. Foram autuados 642 processos, dos quais 330 encerrados e 312 ainda em tramitação.



6. Participação, acompanhado de Juízes-Corregedores, do XXXIV ENCOGE realizado na cidade de Cuiabá/MT nos dias 12 a 16 de maio de 2004, e do 36º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça realizado na cidade de Belém/PA, nos dias 07 a 10 de outubro de 2004.
7. Participação de aperfeiçoamento junto ao Projeto SIPIA - 3º Encontro Nacional realizado nos dias 30/05 a 04/06 do corrente ano, na cidade de Recife/PE, Módulos InfoAdote e InfoInfra. Referido projeto é desenvolvido pelo Poder Judiciário de Pernambuco, sob tutela da Autoridade Central Brasileira, ligada ao Ministério da Justiça;
8. Após a conclusão, iniciado na gestão anterior, o Código do Foro Extrajudicial foi distribuído a todos os setores competentes, com a realização de reuniões com os cartórios extrajudiciais pela equipe de assessores correicionais comandada por um Juiz-Corregedor;
9. Com o trâmite administrativo apropriado, opinamos pelo vitaliciamento de 23 Juízes e Juízas Substitutos, cujo processos foram encaminhados ao egrégio Conselho da Magistratura para deliberação;
10. Atualmente, estão em fase de acompanhamento 54 novos Juízes Substitutos, impendendo enaltecer o proficiente trabalho desenvolvido pela Academia Judicial em sua importante tarefa.
11. Deve-se levar em consideração, também, o trabalho desenvolvido pela Assessoria de Custas deste Órgão Correicional, quando de sua participação no Mutirão de Conciliação realizados pela Presidência desta Corte de Justiça nas comarcas de Blumenau e Jaraguá do Sul, e pelo estudo e elaboração do Manual do Contador, encaminhado aos Senhores Juízes, Contadores, Escrivães e servidores para conhecimento e apresentação de sugestões, críticas, etc., com prazo até 21 de dezembro do corrente ano.
12. Destaca-se o trabalho realizado pelos membros da Comissão Estadual Judiciária da Adoção, que tornaram possível a aprovação de 81 processos de habilitação internacional. Só no ano de 2004, neste Estado, 137 crianças foram adotadas por nacionais e 44 por estrangeiros.
13. Deve-se destacar, também, a participação de vários eventos ligados à Adoção, dentre os quais pode-se citar: o 1º Encontro sobre Adoção realizado na comarca de Gaspar no dia 15/10/04; 1º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção realizado na comarca de Jaraguá do Sul nos dias 10 e 11/09/04; Seminário na comarca de Joinville em 02/07/04; Seminário de Lançamento da Cartilha “ECA” na comarca de Campos Novos no dia 26/05/04; Seminário sobre Adoção no contexto sócio-jurídico na comarca de Brusque em 15/04/04, bem como o lançamento do livro “Poetizando a Adoção” na comarca de Campos Novos, no dia 04 de novembro de 2004.

Destaca-se, ainda, o prestigioso e dedicado trabalho desenvolvido pelo eminente Desembargador Eládio Torret Rocha, na atuação e fiscalização junto aos cartórios e escritórios extrajudiciais.



Por derradeiro, registra-se a efetiva colaboração dos Juízes-Corregedores, do Secretário da Corregedoria, Secretário Jurídico, Assessores, Escrivã Correicional, Chefes de Divisão e Seção, e demais servidores e estagiários desta Corregedoria-Geral de Justiça, no desenvolvimento e eficiência dos trabalhos por eles desempenhados.

INSPEÇÕES REALIZADAS E PROVIMENTOS EDITADOS

Para uma melhor visualização das inspeções judiciais e extrajudiciais realizadas no transcorrer e dos provimentos exarados no corrente ano, foram elaborados os quadros a seguir contendo os dados pertinentes às referidas atividades.

QUADRO 1 - INSPEÇÕES

COMARCA	JUDICIAL	EXTRAJUDICIAL
ARMAZÉM	CGJ-482/2004	
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	CGJ-495/2004	
BRUSQUE	CGJ-353/2004	
FORQUILHINHA	CGJ-484/2004	
GASPAR	CGJ-176/2004	
GUARAMIRIM	CGJ-532/2004	
INDAIAL	CGJ-245/2004	
IPUMIRIM	CGJ-356/2004	
ITÁ	CGJ-355/2004	
ITAJAÍ		CGJ-630/2004
ITAPEMA		EMERGENCIAL
JOINVILLE	CGJ-285/2004	
MODELO	CGJ-357/2004	
NAVEGANTES	CGJ 214/2004	
SANTA ROSA DO SUL	CGJ-483/2004	



QUADRO 2 — PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº	EMENTAS
01/2004	Inserir no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça as atualizações das normas relativas às Serventias Extrajudiciais.
02/2004	Dá nova redação ao artigo 70, caput, do Código de Normas do Foro Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça, para estender o Protocolo Unificado às petições endereçadas às Turmas de Recursos e referentes aos Recursos Especial e Extraordinário para os Tribunais Superiores.
03/2004	Dá nova redação ao § 1º do art. 294, relativo ao Fundo Nacional Antidrogas, e aos artigos 357 e 359, relativos ao Fundo Penitenciário Nacional, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
04/2004	Altera o disposto nos Provimentos números 11/97, 81/98 e 09/00, dando nova definição territorial às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Turmas de Recursos.
05/2004	Dá nova redação ao inciso IV do artigo 911 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
06/2004	Regulamenta a instalação, no Juízo Cível da comarca da Capital, da Unidade de Direito Bancário, em Regime de Exceção.
07/2004	Regulamenta a instalação da 3ª vara criminal da comarca de Joinville.
08/2004	Regulamenta a instalação da 2ª vara criminal da comarca de Balneário Camboriú.
09/2004	Regulamenta a instalação da Vara da Infância e Juventude e Anexos da Comarca de São José.
10/2004	Dispõe sobre a comunicação, pela Corregedoria-Geral da Justiça, da decretação de indisponibilidade de bens aos ofícios de registro de imóveis.
11/2004	Modifica o <i>caput</i> e cria o parágrafo 3º do art. 203 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

COMPOSIÇÃO

GABINETE DO CORREGEDOR

Corregedor: Des. Alberto Luiz da Costa

Vice-Corregedor: Des. Eládio Torret Rocha

JUÍZES CORREGEDORES

Luiz Henrique Martins Portelinha

Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Paulo Roberto Camargo Costa

Roberto Lucas Pacheco

Soraya Nunes Lins Bianchini

SECRETÁRIO JURÍDICO

Luiz Gustavo Granzotto de Campos



ASSESSORA PARA ASSUNTOS ESPECÍFICOS

Ana Dirlei Gonçalves Tenfen

RECEPÇÃO

Mariana Amorim Hauptli – Assessora para Assuntos Específicos

Flávio Comichole - Bolsista

ASSESSORIA CORREICIONAL JUDICIAL

Ana Paula Sanceverino de S. Machado - Assessora Correicional

André Couto Ferreira – Assessor Judicial

Elizabeth Lukaszewski da Costa – Assessora Correicional

Luciana Santos da Silva – Assessora Judicial

Marcelo Muller Teive – Assessor Judicial

Rodrigo de Aguiar Damiani - Assessor Correicional

Silvana Zardo – Assessora Judicial

ASSESSORIA CORREICIONAL EXTRAJUDICIAL

Adolfo Pereira Carpes Neto

Alessandro Gilbert Lise – Assessor Judicial

Carlos Augusto Marques

Cláudio Rodrigo Ferraresi – Assessor para Assuntos Específicos

Daniel Boabaid – Assessor para Assuntos Específicos

Elizete Lanzoni Alves

Marcos Augusto Silva - Assessor Correicional

Xedes Ribeiro Freitas

ESCRIVÃO CORREICIONAL

Perla Maria Fusinatto Schappo



COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

Mery-Ann das Graças Furtado e Silva - Secretária

Inês Fritzen

Myrtis Maria Malburg

Lidiane Alves França - Estagiária

GABINETE DO SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Paulo Sérgio Pizzolatti Remor – Secretário

Carolina Louisi Donald Sprícigo – Assessora para Assuntos específicos

Deivid Bernard da Silva - Bolsista

ASSESSORIA DE CUSTAS

Lady Ignês Donatti

Rita de Cássia Horner

Zenaide Teresinha Irber

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Ézio Martins Faccini

Mauro Camillo Duarte

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Sônia Maria Schmitt Pasini - Chefe da Divisão

Edmilson de Souza - Terceirizado

Gedielson Maia - Bolsista



SEÇÃO DE EXPEDIENTES E SERVIÇOS GERAIS

Isolde Schutz de Souza - Chefe da Seção

Carla Rosana Sommer

Eduardo Dalri – Terceirizado

Kátia Regina Coelho Gonçalves

SEÇÃO DE CONTROLE DE SERVIÇOS AUXILIARES

Neuza Marieta Silveira Medeiros - Chefe da Seção

Aguinaldo João de Faria

Luciana Rauppi Di Bernardi

Odilon Agenor da Silva

MOTORISTAS

Eliel da Silva

Fernando Braga

Hélio Antônio Dias de Oliveira Júnior

Pedro Manoel Pereira

SEÇÃO DE ARQUIVO, DOCUMENTAÇÕES E PUBLICAÇÕES

João Carlos Garcia – Chefe da Seção

Elene Nicolaos Antonakopoulou Pereira

DIVISÃO JUDICIÁRIA

Antônio Carlos Michelin – Chefe da Divisão

Michelle Feuser – Assessora para Assuntos Específicos

Camila de Souza – Bolsista

SEÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADES JUDICIAIS

Cristiane Regina da Silva - Chefe da Seção

Solange Faria de Oliveira



SEÇÃO DE CONTROLE DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Neuza Marieta Silveira Medeiros – Chefe da Seção

Aguinaldo João de Faria

Luciana Rauppi Di Bernardi

Odilon Agenor da Silva

MOTORISTAS

Elieel da Silva

Fernando Braga

Hélio Antônio Dias de Oliveira Júnior

Pedro Manoel Pereira



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ASSESSORIA CORREICIONAL

A Assessoria Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça é formada por Assessores Correicionais e pela Escrivã Correicional, os quais no ano de dois e quatro desenvolveram diversas atividades.

Foram realizadas inspeções em várias Comarcas do Estado, tanto no âmbito judicial como no extrajudicial. Durante as inspeções, além de colher informações para Juízes-Corregedores sobre a situação do cartório, a assessoria também teve como atribuição orientar os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.

No mês de maio do corrente ano, numa atitude inovadora, o Desembargador Corregedor-Geral da Justiça encaminhou para a Vara da Família da Comarca de Joinville uma força-tarefa, onde dois Juízes-Corregedores comandaram uma equipe formada por sete pessoas, composta pela Escrivã Correicional, duas Assessoras Correicionais, dois Assessores Judiciários, contando ainda com dois Técnicos Judiciários Auxiliares da região, onde, em pouco tempo (dois dias e meio) foram expedidos mais de quatrocentos (400) expedientes, divididos entre mandados de averbações, cartas de sentença e certidões de URH's, beneficiando assim, centenas de jurisdicionados que aguardavam pela emissão dos mesmos há muito tempo.

Durante o ano, a Escrivã Correicional assessorou diretamente o Juiz-Corregedor, indicado como Coordenador Jurisdicional da Implantação, na elaboração dos provimentos de instalação da Unidade de Direito Bancário da Capital, 2ª Vara Criminal de Balneário Camboriú e Joinville, e ainda da Vara da Infância Juventude e Anexos da Comarca de São José. Colaborou, também, com a triagem dos processos que deveriam ser devolvidos às varas de origem.

Além de assessorar as inspeções e correições, a Assessoria Correicional auxilia os Juízes-Corregedores na pesquisa de materiais para os pareceres emitidos no expressivo montante de processos em trâmite nesta Corregedoria, bem como, atende diariamente consultas de partes, advogados e funcionários do Poder Judiciário, seja por telefone ou por e-mail, procurando sempre esclarecer as dúvidas, ou, quando sendo matéria não pertinente as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça, dar o devido encaminhamento.

Frise-se que a Assessoria Correicional está sempre atenta as alterações que ocorrem na legislação vigente, propondo, quando for o caso, alterações ao Código de Normas.

Por fim, das inspeções realizadas no ano de 2004, visando a uniformização de relatórios adotados nesta Corregedoria, a Escrivã Correicional elaborou um modelo de "relatório de inspeção", o qual foi apresentando ao Desembargador Corregedor-Geral da Justiça e aos Juízes-Corregedores, que poderá



servir de norte para as próximas inspeções, haja vista apresentar um questionário que abrange os aspectos pertinentes a todos os tipos de cartórios, previstos no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

No âmbito dos serviços atinentes às serventias extrajudiciais, além das inspeções correicionais efetuadas e da análise dos processos autuados na Corregedoria, já constantes de tópico específico neste relatório, foram promovidas ações visando a eficiência da prestação dos referidos serviços para bem atender os anseios e necessidades da população catarinense.

Com a implantação, em fevereiro do corrente ano, da nova versão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, entendeu-se necessário admoestar os responsáveis por esses cartórios para aspectos relevantes do Código e, bem assim, concitá-los a cumprirem suas obrigações com eficiência, zelo e correção. Para tanto, foram realizados encontros pela equipe da assessoria correicional em 15 regiões de nosso Estado, assim distribuídas: Blumenau, Brusque, Canoinhas, Capital, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Xanxerê.

O objetivo visado foi alcançado com esses encontros regionais que contaram com a presença de 96% (noventa e seis por cento) das serventias convocadas, conforme relatório apresentado aos eminentes Desembargadores deste Tribunal de Justiça no final do mês de junho transato.

Foi ainda elaborado, por solicitação da 1ª Vice-Presidência, quadros demonstrativos contendo a relação de serventias vagas para posterior preenchimento mediante concurso público por remoção ou ingresso. Na realização deste trabalho foi analisada cada serventia, mediante contatos com secretários de foros e os próprios responsáveis pelos cartórios extrajudiciais.

Com a divulgação do resultado final do concurso para o preenchimento das vagas para serventias extrajudiciais pelo Edital de Concurso nº 62/2000, a Assessoria Correicional prestou importante auxílio aos senhores magistrados e secretários de foros por ocasião das transmissões de acervos, além de prestar os necessários esclarecimentos aos novos cartórios.

Concluída a etapa de divulgação do Código de Normas e transcorrido o prazo necessário para as devidas adequações às novas diretrizes, foram iniciadas as inspeções correicionais.

Dentre as correições realizadas, há de se destacar o trabalho desenvolvido junto ao Ofício do Registro Civil e de Imóveis da comarca de Itapema, com reflexos imediatos em todas as demais serventias do Estado, porquanto deixou evidenciado que a Corregedoria exercerá com firmeza sua função de fiscalização não apenas em relação às serventias de pequenas localidades ou com pouco movimento, mas também àquelas cujos titulares muitas vezes acreditam possuir imunidades. Após exaustivo trabalho correicional, realizado no período de 27 de setembro a 09 de novembro do corrente ano, foram colhidas importantes informações e documentação para a instauração de procedimento administrativo.

Nos dias 16 a 19 de novembro foi realizada inspeção correicional no Primeiro Tabelionato de Notas e



Ofício de Protestos de Títulos da comarca de Itajaí e outras serão efetivadas em serventias da região sul do Estado na semana de 13 a 17 de dezembro.

Procedeu-se, ademais, a um levantamento da situação de todas as serventias extrajudiciais em cada um dos municípios catarinenses, levando-se em consideração a área territorial, a população e as datas de criação dos municípios e de instalação das comarcas e serventias. Este trabalho proporcionou uma visão ampla de toda a estruturação dos serviços extrajudiciais.

É importante ressaltar que com o trabalho desenvolvido pela Assessoria Correicional em 2004 foi possível obter uma radiografia dos 676 cartórios extrajudiciais do Estado de Santa Catarina, incluindo os anexados e os ainda não instalados, além de melhor organizar e incrementar as informações acerca de cada serventia.

Este diagnóstico motivou a realização de estudo visando melhor adequar o número de serventias em todos os municípios catarinenses, de forma a corrigir distorções, seja em razão da grande extensão territorial, seja em função do número de habitantes destinatários dos serviços.

O resultado desse trabalho está sendo apresentado aos nobres integrantes deste Sodalício para análise da necessidade da desanexação ou criação de novas serventias.

Por outro lado, restou clara a necessidade de melhor estruturar este setor afeto aos serviços extrajudiciais, com mais servidores, magistrados e equipamentos, a permitir um melhor desempenho de suas atividades no ano vindouro, com eficiência e eficácia na árdua mas indispensável função de fiscalização e orientação dos referidos serviços.

Neste norte, foi encaminhado projeto ao egrégio Tribunal de Justiça, acompanhado de organograma detalhado, apresentando o arcabouço necessário para a concretização desse objetivo, pois os serviços extrajudiciais são imprescindíveis para a população e o Poder Judiciário precisa estar atento à sua evolução e preparado para cumprir sua missão a contento.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Compete à Divisão Administrativa providenciar as requisições de serviços e de material; dar baixa dos bens que serão remetidos à Divisão de Patrimônio do Tribunal de Justiça; manter o almoxarifado da Corregedoria abastecido com material de expediente utilizado diariamente; digitalização de processos; expedição, recepção e arquivamento de autos e documentos; controle de provimentos, portarias, circulares e ofícios-circulares; autuação e controle de processos; assentamentos funcionais.

Com o advento da Lei Complementar Estadual nº 175, de 28 de dezembro de 1998, a qual: *“Regula, no âmbito estadual, a gratuidade determinada pela Lei Federal nº 9.534/97, do registro civil de nascimento e óbito e da primeira certidão relativa a tais atos, ou das demais certidões em favor de pessoas reconhecidamente pobres, pelos Ofícios de Registros Civil não oficializados, institui o Selo de Fiscalização e dá outras providências”*, passou a coordenar todos os serviços relativos ao Selo de



Fiscalização, tais como: atualização do cadastro dos cartórios extrajudiciais; cadastro dos registros de nascimentos e óbitos; controle dos pedidos de selos de fiscalização e repasse para a Diretoria de Orçamento e Finanças dos dados referentes ao ressarcimento dos assentamentos de nascimentos e óbitos e as alterações que se fizerem necessárias

As documentações expedidas e recebidas são protocoladas pela Seção de Expediente e Serviços Gerais. Após protocolada, a documentação é distribuída aos setores competentes, inserida em processos e, quando for o caso, arquivada. Todo material de consumo e assentamentos funcionais também são controlados por esta seção.

Compete a seção de Arquivo, Documentação e Publicações a digitalização da documentação da Corregedoria-Geral da Justiça, tais como, processos, portarias, circulares, provimentos, etc. Essa seção é responsável, também, pela publicação da documentação, controle de bens patrimoniais e arquivamento de processos.

A representação gráfica permite visualizar, em termos quantitativos, os dados estatísticos da Divisão Administrativa, no que se refere: Acompanhamento de ofícios expedidos e recebidos; Acompanhamento de provimentos, circulares e portarias; Acompanhamento de processos; Acompanhamento de processos digitalizados; Acompanhamento da compra de selos de fiscalização; Acompanhamento dos registros de nascimentos e óbitos; Ressarcimento - Atos Gratuitos (Nascimento e Óbito)

DIVISÃO JUDICIÁRIA

Dentre as atividades desenvolvidas na Divisão Judiciária, que demandam maior trabalho, podemos ressaltar o gerenciamento e manutenção dos sistemas de estatística da Justiça de Primeiro Grau e o de Antecedentes Penais. Em relação às demais atividades, destaca-se: Elaboração e remessa ao Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, junto ao Supremo Tribunal Federal, das informações estatísticas e da estrutura da Justiça de Primeiro Grau do Estado; Desenvolvimento e manutenção do sistema de coleta das informações estatísticas das Casas da Cidadania do Estado; Gerenciamento, auditoria, processamento e digitação dos mapas estatísticos da Justiça de 1º grau, captados a partir do Sistema de Automação do Judiciário - SAJ/PG; Administração do Sistema de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências ("Rol de Culpados", "Beneficiados pela Lei 9.099/95", "Processos Suspensos" e "Registro Geral de Mandados de Prisão Emitidos"), destacando-se a importação das informações diretamente do SAJ/PG, o fornecimento de certidões requisitadas pelo Judiciário dos demais Estados da Federação, bem como o cadastramento e controle dos usuários autorizados a ter acesso ao sistema; Gerenciamento do cadastro de usuários para acesso ao Ciasc, sistema Pro-3, da Secretaria de Segurança Pública (convênio nº 9.277/2003-0); Confecção, remessa e manutenção das planilhas com as atividades judicantes dos Magistrados; Atualização das planilhas/gráficos do Movimento Forense e do Plantão Judiciário na página da internet/intranet (Informativo sobre comarcas); Controle e atualização na intranet/internet dos bancos de dados com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, cartórios extrajudiciais,



movimento forense, etc.); Registro das inspeções realizadas pelos magistrados nas cadeias públicas; Registro das penas disciplinares aplicadas aos servidores da Justiça de Primeiro Grau; Atualização do banco de dados que contém informações relativas aos cartórios extrajudiciais (tipo de serventia, titular, endereço, atribuições, etc); Registro e atualização do endereço e fichário de assinatura dos magistrados; Prestação de informações nos processos de promoção, remoção e opção de magistrados.

Para uma melhor visualização do fluxo de trabalho desta Divisão, relacionamos, abaixo, estatística das atividades desenvolvidas durante o ano de 2004:

Mapas estatísticos processados ou digitados - 6.396
Mapas estatísticos auditorados - 645
Mapas estatísticos regerados (correção de problemas) - 292
Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos) - 51
Relatórios de promoção/remoção/opção (juízes inscritos) - 164
Registros de penas disciplinares - 05
Registros de antecedentes criminais captados via SAJ - 6.856 (*)
Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ - 12.524 (*)
Registros de processos suspensos captados via SAJ - 8.124 (*)
Registros de mandados de prisão captadas via SAJ - 4.228 (*)
Certidões de antecedentes fornecidas - 152
Registro e arquivo de inspeção de cadeias públicas - 216
Fornecimento de listagens com endereço das comarcas - 12

(*) Os números apresentados indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas, tais como: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, nº antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade, revogação/suspensão de mandados e etc.

Para o ano de 2004, destacamos as seguintes atividades desenvolvidas:

Implantação de nova forma de captura das informações relativas ao “Rol de Culpados e Outras Ocorrências”. Visando tornar mais ágil, seguro e evitar o retrabalho, reformulou-se o sistema de coleta das informações junto ao SAJ/PG das comarcas/varas, tornando o processo totalmente automático, com atualização diária e melhor operacionalizável. A nova sistemática está sendo implantada nas comarcas/varas que estão passando a utilizar a versão 3.0, e posteriores, do SAJ/PG.

Reformulação das planilhas eletrônicas que registram o movimento forense da Justiça de Primeiro Grau, publicadas na Internet, com a possibilidade de se consultar os dados de vários anos, bem como melhor visualização da atividade cartorária ao longo do tempo. Tal medida amplia o acesso aos dados estatísticos do primeiro grau servindo, além de instrumento de transparência, como fonte de pesquisa e estudo aos mais diversos interessados.

Implementação do processo de revisão dos mapas estatísticos gerados a partir do saj/pg.



Visando atender as modificações propostas pelos Exm^{os} Srs. Juízes-Corregedores e acolhidas pelo Exm^o Sr. Desembargador Corregedor-Geral (processo n^o CGJ 149/2004), iniciou-se, em conjunto com a Assessoria de Planejamento e Diretoria de Informática do eg. Tribunal de Justiça, o processo de implementação das melhorias determinadas.

Fornecimento de informações estatísticas, sob a forma de relatórios e listagens comparativas por comarca e por entrância, do movimento forense e da atividade judicante à diversos órgãos, tais como: Gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Estadual, jornalistas, estudiosos do assunto etc.

Visando dar cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor esta Divisão, juntamente com os demais setores da Corregedoria, participou de reunião com os novos juízes substitutos, nomeados em julho/2004, oportunidade em que foi efetuada explanação sobre a estrutura da Divisão e atividades desenvolvidas, bem como repassadas orientações e instruções acerca dos principais procedimentos a serem adotados pelos magistrados em relação aos mapas estatísticos, cadastro funcional, inspeções nas cadeias/presídios, sistema de plantões judiciais, sistema de antecedentes penais e etc.

ASSESSORIA DE CUSTAS

A Assessoria de Custas foi formalmente criada pela Resolução n. 43/01-GP, de 15 de outubro de 2001, estando vinculada ao gabinete do Corregedor-Geral da Justiça. As servidoras Lady Ignês Donatti, Rita de Cássia Hörner e Zenaide Teresinha Irber são as responsáveis pelas atribuições e atividades desenvolvidas pela Assessoria de Custas.

Atendimento do Disque-Corregedoria pelo telefone (48) 221-1400:

O Disque-Corregedoria é um serviço de atendimento ao público através do qual a classe jurídica, notários, registradores, servidores do Poder Judiciário e a população em geral têm acesso a informações relacionadas aos Foros Judicial e Extrajudicial.

Dentre as informações mais solicitadas, destacamos:

Foro Judicial – Valor das custas relativas a propositura de ações, de conduções dos oficiais de justiça, de preparo de recursos ao Tribunal de Justiça e aos tribunais superiores, do protocolo unificado, etc.

Foro Extrajudicial – Emolumentos relativos aos atos notariais e registrais, valores a serem recolhidos ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça, procedimentos para reaver valores recolhidos indevidamente, etc.

Endereço e telefone de comarcas, varas e escritórios notariais e registrais.

Perguntas sobre horário de atendimento, tabela de atualização monetária, portal eletrônico da Corregedoria-Geral da Justiça, etc.

Apresentamos a seguir os quadros com a quantificação das consultas e solicitações de informações atendidas pelo serviço do Disque-Corregedoria.



Elaboração de pareceres em processos sobre custas e emolumentos:

18 (dezoito) pareceres

Elaboração de pareceres em processos sobre cálculos de liquidação:

19 (dezenove) pareceres.

Atendimento de consultas e informações por fax e *e-mail*:

Foram enviados 17 (dezesete) fax e 271 (duzentos e setenta e um) *e-mails*.

Atendimento de consultas pessoais sobre atualização de valores, custas e emolumentos:

Foram atendidas 49 (quarenta e nove) pessoas no decorrer do ano.

Análise e conferência de cálculos judiciais e atualização de valores por solicitação dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores.

Orientação aos contadores judiciais quanto a execução de cálculos de liquidação de maior complexidade.

Confecção mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na *internet*.

Atualização mensal das séries históricas de indicadores econômicos e financeiros disponibilizadas no Sistema de Automação do Judiciário – Módulo de Custas (SAJ/Custas). No mês de abril, com a colaboração do servidor José Luciano Terhorst, TSI da comarca de Curitiba, foram revisados os dados das séries históricas do SAJ/Custas.

Confecção e manutenção das Tabelas de Multas (do tipo e substitutivas) previstas pela Lei 7.209, de 11/7/84 e das Tabelas de Multas de Tóxicos e Fianças previstas pela Lei 6.368, de 21/10/76.

Orientação aos contadores e escrivães sobre cálculo e retenção de imposto de renda.

Colaboração da assessora Zenaide Teresinha Irber na revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Colaboração da assessora Zenaide Teresinha Irber na formatação teórica e definição de exercícios aplicados aos cálculos processuais do Curso de Capacitação dos Contadores Judiciais em Planilha Eletrônica. Trata-se de um projeto da Academia Judicial previsto para o próximo ano.

Solicitação de disponibilização de cálculo de atualização monetária no portal eletrônico da CGJ: está em fase de desenvolvimento pela Assessoria de Informática da CGJ a disponibilização de cálculo simplificado de atualização monetária de valores.

Solicitação de disponibilização de guias de recolhimento judicial no portal eletrônico do Tribunal de Justiça: está em fase de desenvolvimento pela Divisão de Internet da Diretoria de Informática a disponibilização das guias de recolhimento de portes de remessa e retorno e preparo de recursos aos tribunais superiores.

Elaboração do texto inicial do Manual do Contador Judicial: o texto inicial do manual foi encaminhado pelo Excelentíssimo Corregedor-Geral aos Senhores Juízes, Contadores, Escrivães e servidores para conhecimento e apresentação de sugestões, críticas, etc., com prazo até 21 de dezembro do corrente.

Participação em reuniões:

Tema: Implementações no módulo de custas do SAJ



Data: 28/01/2004

Local: Softplan

Tema: Metodologia de tabulação qualitativa do Disque-Corregedoria

Data: 16/08/2004

Local: Asplan

Tema: Revisão do Regimento de Custas e Emolumentos

Data: 16, 19 e 20/08/2004

Local: Auditoria Interna

Tema: Implementação de recolhimentos de valores através de bloqueto bancário
24, 31/08 e 02/09/2004

Local: Diretoria de Informática

Colaboração da assessora Zenaide Teresinha Irber no Mutirão da Conciliação e da Cidadania em atividades da fase preparatória de elaboração de cálculos processuais e contas de custas:

Comarca de Blumenau

Período de 12 a 16/07/2004.

Comarca de Jaraguá do Sul

Período de 22/11 a 03/12/2004.

Participação no curso de capacitação de Procedimentos do Cartório Judicial Cível:

26 a 29/04/2004 - Zenaide Teresinha Irber

10 a 19/05/2004 - Rita de Cássia Hörner

21 a 30/06/2004 - Lady Ignês Donatti

Participação da assessora Zenaide Teresinha Irber em seminário:

Tema: Lei 10.267/2001 – Geo-referenciamento, Cadastro e Registro de Imóveis.

Data: 04 e 05/11/2004

Cidade: Porto Alegre/RS



ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Buscou-se, neste ano que agora se encerra, atender a necessidade de todos os seus usuários, sendo desenvolvidos alguns trabalhos em continuidade aos executados no ano de 2003 e os demais no desenvolvimento de novos projetos e planos iniciados nesta gestão, em atenção a solicitações feitas.

Dentre estes projetos e atividades destacamos: Projeto do Rol de Antecedentes Criminais – Captura Automática de Dados das Comarcas com SAJ3, onde foram elaborados os programas e realizados os ajustes necessários para o funcionamento do mesmo, com o desenvolvimento de novas páginas para pesquisa na Internet em tecnologia JSP (Java Server Pages), modificações para controle de acesso na Internet/Intranet, permissão para alteração de sigla e senha dos usuários, emissão de relatórios e certidões, alterações na importação, captura e depuração dos dados vindos das comarcas, melhorias e aprimoramento da Pesquisa Fonética, alterações no módulo de cadastro de usuários para acesso via Internet e alterações no Banco de Dados; Projeto de Nova Página para Cálculo de Atualização Monetária na Internet, onde com apoio da Diretoria de Informática foi possível desenhar e implantar a nova página para o cálculo de atualização monetária, com um novo layout, utilizando ferramentas inovadoras, tornando-a mais prática e dinâmica; Elaboração, Definição e Desenvolvimento do Projeto do Banco para Jurados Voluntários, onde está sendo desenvolvido um Banco de Dados visando o cadastramento de candidatos a jurados, com consulta através da Internet, em tecnologia JSP (Java Server Pages); Projeto de Sistema de Acompanhamento Estatístico, com automatização da coleta de dados diretamente do Banco de Dados Oracle relativo ao movimento forense no Estado de Santa Catarina, baseado em planilhas eletrônicas e disponibilização das informações na Internet/Intranet; Sistema de Selos, onde foram realizados diversos ajustes nos programas e elaborados novos relatórios de tal forma que o mesmo pudesse funcionar da melhor maneira possível; Sistema Extrajudicial, onde foi desenvolvido um sistema para controle dos Cartórios Extrajudiciais para Emissão de Relatório do Tempo de Aposentadoria; Elaboração e Definição do Projeto de Inspeção Virtual, onde foi desenvolvido um Sistema que permite o acesso a qualquer comarca do Estado por parte de usuários autorizados, visando obter informações sobre os andamentos processuais, bem como o planejamento de diversas informações; Desenvolvimento de Programas para Automatização dos procedimentos de geração dos mapas estatísticos mensais; Participação em Treinamento de Avaliação do Projeto SIPIA II, Módulos InfoAdote e InfoInfra; Desenvolvimento e implantação de Sistema para visualização de dados funcionais dos Srs. Magistrados; Manutenção dos Sistemas em operação na Corregedoria, sobre a plataforma Cachê, inclusive com a elaboração de novos relatórios, alterações no Banco de Dados e ajustes em programas; Auxílio para a Assessoria de Informática Jurídica na manutenção da base atualizada de pesquisa textual de Provimentos e Circulares exarados pela Corregedoria; Manutenção da base de imagens de Provimentos e Circulares geradas pela Divisão Administrativa, com consulta através de link restrito na internet; Elaboração de procedimentos e treinamento para a geração de Cds de imagens de Processos da Corregedoria, utilizando o software Alchemy para a pesquisa das informações; Realização de Alterações na página web da Corregedoria buscando torná-la mais prática e dinâmica; Manutenção do Parque Computacional da Corregedoria, através de atendimentos e intervenções diversas, inclusive com a troca de equipamentos, instalação



de software, formatação de Hds, eliminação de vírus, mantendo com isso, todo o parque computacional da Corregedoria-Geral da Justiça em operação com boa taxa de atendimento e satisfação dos usuários.

Estamos cientes de que muito há que se fazer ainda no âmbito desta Assessoria para concluir todas as propostas que nos chegam, em especial dos Juizes Corregedores e do Secretário da Corregedoria, pessoas altamente comprometidas com a melhor forma de exercício das atribuições deste Órgão Censorial. Vale a pena registrar, também, o elevado espírito de trabalho dos servidores à disposição da Corregedoria no trato com esta Assessoria e no interesse despertado para a realização dos projetos idealizados, de forma factível e atingível, pela alta administração deste Órgão Censorial.

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO - CEJA

PROJETOS ESPECÍFICOS

- Habilitação e cadastro de pretendentes estrangeiros
- Cadastro de pretendentes nacionais
- Cadastro de instituições e programas de abrigo
- Cadastro de crianças e adolescentes abrigados
- Cadastro de crianças em condições de adoção
- Incentivo e acompanhamento à formação de grupos de estudos e apoio à adoção

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação formulado por estrangeiros interessados em adotar no Estado;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção dos bancos de dados de pretendentes estrangeiros à adoção; pretendentes brasileiros; crianças e adolescentes em condições de adoção e entidades de abrigo;
- Elaboração de projetos relacionados à infância e juventude, para fins de captação de recursos junto a organizações internacionais;
- Organização de eventos: cursos de capacitação aos assistentes sociais forenses, na área de adoção; seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de estudos e apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de abrigo;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de abrigo;
- Elaboração de material informativo;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com



interessados estrangeiros e brasileiros;

Acompanhamento das adoções internacionais através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;

Apoio técnico às Assistentes Sociais forenses e Juízes da Infância e Juventude;

EVENTOS

A CEJA colaborou e esteve à frente da organização dos eventos:

16 de abril - Seminário: Adoção no Contexto Sócio Jurídico – Brusque;

26 de maio - Seminário de Lançamento da Cartilha ECA na Comunidade- Campos Novos;

02 de julho - Encontro sobre Adoção – Joinville;

10 e 11 de setembro - I Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Jaraguá do Sul;

15 de Outubro - I Encontro sobre Adoção de Gaspar – Gaspar;

04 de Novembro – Evento de lançamento do livro “Poetizando a Adoção” - Campos Novos.

Todos os eventos realizados contaram com a participação do Desembargador Alberto Luiz da Costa. Em Campos Novos, no Seminário de Lançamento da Cartilha ECA na Comunidade também estiveram presentes os Juízes Corregedores: Doutor Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Doutor Paulo Roberto Camargo Costa e Doutor Luiz Henrique Martins Portelinha.

DADOS ESTATÍSTICOS

SESSÕES DE JULGAMENTO DOS PEDIDOS DE HABILITAÇÃO INTERNACIONAL:

7 sessões realizadas

86 processos julgados; destes 81 foram habilitados e 5 convertidos em diligência.

ADOÇÕES INTERNACIONAIS

44 crianças/adolescentes foram adotados por estrangeiros:

Itália: 11

França: 12

Holanda: 06

Espanha: 06



HABILITAÇÕES NACIONAIS

2435 é o total de candidatos brasileiros inscritos nas comarcas do Estado de Santa Catarina. 60% residem em Santa Catarina. 92% pretendem adotar crianças recém nascidas ou até 2 anos.

ADOÇÕES NACIONAIS

137 crianças adotadas por candidatos brasileiros residentes em Santa Catarina e em outros Estados da Federação.

Importante registrar que, apesar de reincidentes solicitações, temos tido muita dificuldade para obtermos das comarcas informações sobre as adoções efetivadas. Essa situação vem comprometendo as estatísticas estadual, sendo que os dados acima correspondem a apenas 46 comarcas que prestaram a informação, o que em termos percentuais, representa menos de 50% da realidade estadual.

Detalhamento sobre o perfil dos adotantes e crianças adotadas vide anexo II.

ENTIDADES DE ABRIGO CADASTRADAS NA CEJA

82 são os programas de abrigo ou família acolhedora cadastrados na comissão, sendo a maior concentração destes na Capital onde funcionam 6 projetos/instituições.

CRIANÇAS/ADOLESCENTES ABRIGADOS

1084 são as crianças/adolescentes abrigados em instituições no Estado de Santa Catarina.

62% destes tem idade acima de 10 anos.

69% encontram-se nas instituições por motivos de abandono ou maus tratos decorrentes da situação de carência extremada das famílias.

Detalhamento acerca da situação de abrigamento vide gráfico – anexo III

GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO

21 são os grupos de estudos e apoio à adoção existentes em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

PROPOSTAS EM CURSO

A proposta de aquisição de um módulo de adoção, cuja pendência foi registrada em 2003, foi encaminhada e incluída como prioridade à Comissão de Gestão de Informatização deste Tribunal através do Juiz Corregedor Dr. Luiz Henrique Martins Portelinha, o qual foi designado como gerente do projeto, juntamente com o Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva na condição de sub-gerente.



O acompanhamento e supervisão às instituições de abrigo vem sendo efetuado a distância, ou seja, através da coleta de dados via formulário específico e contato telefônico com as instituições e juizados da infância e da juventude. A partir das informações obtidas é que compusemos um banco de dados que detalha a realidade de cada criança que é abrigada, com dados da situação familiar, jurídica, escolar, de saúde, relacionamento entre outros.

Este trabalho requer visitas anuais às instituições, como forma de verificar *in loco* a realidade dessas crianças institucionalizadas, e discutir com a equipe técnica dos abrigos e juizados da infância a situação concreta de cada uma, e as possibilidades de encaminhamento, quer para a família biológica, quer para adoção.

O programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e o acompanhamento das ações daqueles já instalados é um projeto de relevância da comissão. Através desses grupos o judiciário tem tido um importante espaço para discutir com a sociedade todos os encaminhamentos processuais e técnicos das adoções, desmistificando a imagem de justiça morosa e burocratizante. Os eventos realizados neste ano contaram com a participação de um número expressivo de pessoas, sendo que em dois desses a platéia somou mais de 500 participantes.

A presença do Desembargador Alberto Luiz da Costa nos eventos reforçou junto às comunidades a importância que o Poder Judiciário vem dando a esta área da Justiça da Infância e da Juventude, não só pelo cargo que ele representa enquanto Corregedor Geral da Justiça mas, principalmente, pela forma humanitária e terna que conduziu seus discursos.

CONCLUSÃO

Ao finalizar este relatório quero destacar, por primeiro, a decidida cooperação do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, Desembargador Jorge Mussi, que, com grande descortino e desde o início de sua gestão dotou esta Corregedoria com recursos materiais necessários à agilização de seus serviços.

Sua Excelência de pronto concordou com a designação e nomeação de mais dois Juízes-Corregedores, ao mesmo tempo em que determinou a aquisição de dois veículos para este Órgão Correicional, além de determinar à Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça, a tomada das providências necessárias à reforma de suas dependências.

De outra parte, por segundo, coloco em relevo o profícuo labor desenvolvido pelo eminente Desembargador Eládio Torret Rocha, Digníssimo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, ao qual, por delegação, competiu superintender, orientar, ajudar e fiscalizar o Foro Extrajudicial, percorrendo todos os rincões deste Estado, em cuja faina contou com o destacado auxílio do Dr. Juiz-Corregedor e da respectiva Assessoria Correicional.

Malgrado o esforço despendido, não foi possível em pouco menos de um ano de gestão atingir as metas do plano de ação apresentado às eleições de dezembro de 2003, restando por concluir tão-só



quatro dentre as vinte e sete metas propostas.

Finalmente, destaco que compensador foi o trabalho desenvolvido, pois contou com o inestimável concurso e prestígio do Pleno deste Egrégio Tribunal de Justiça, por seus preclaros integrantes; com a decidida cooperação dos Senhores Doutores Juízes-Corregedores, da Assessoria e Escrivania Correicional, dos membros integrantes e servidores da Comissão Estadual de Adoção – CEJA, da Secretaria deste Órgão e respectivo corpo administrativo; e com a prestigiosa colaboração e consideração da valorosa e exemplar Magistratura de Primeiro Grau de Jurisdição.

A todos rendo os meus mais profundos agradecimentos, com o registro de que cópia deste documentos será disponibilizado na página desta Corregedoria, na *Internet*.

ANEXOS

QUADRO 2 - ACOMPANHAMENTO DOS SELOS DE FISCALIZAÇÃO

MÊS	SELOS ISENTOS	SELOS NORMAIS	SELOS EMERGENCIAIS	SELOS NORMAIS DE 2 ATOS	SELOS NORMAIS DE 4 ATOS	SELOS EMERGENCIAIS DE 2 ATOS	SELOS EMERGENCIAIS DE 4 ATOS	SELOS ISENTOS DE 2 ATOS	TOTAL
Jan,	581.284	625.592	96.052	5.060	0	0	0	1.056	1.309.044
Fev,	461.648	521.180	122.452	4.488	1.144	0	0	3.168	1.114.080
Mar.	645.084	733.524	105.336	10.032	0	0	0	2.112	1.496.088
Abr.	565.048	581.020	137.236	9.152	6.908	0	0		

QUADRO 3 - RESSARCIMENTOS

MÊS	NASCIMENTOS	ÓBITOS	TOTAL DE ATOS	VALOR RESSARCIMENTO (R\$)	QUANTIDADE DE CARTÓRIOS
Jan.	8235	2663	10898	R\$ 258.282,60	197
Fev.	6723	2160	8883	R\$ 210.527,10	190
Mar.	7385	2192	9577	R\$ 226.974,90	186
Abril	8468	2834	11302	R\$ 267.857,40	189
Mai	7912	2769	10681	R\$ 253.139,70	195
Junho	7775	3019	10794	R\$ 255.817,18	186
Julho	7608	2948			

MESES
INSPEÇÃO CORREICIONAL JUDICIAL
INSPEÇÃO CORREICIONAL EXTRAJUDICIAL

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

1

ABRIL

1

MAIO

2

JUNHO

4

JULHO

AGOSTO

3

SETEMBRO

2

OUTUBRO

NOVEMBRO

1

DEZEMBRO

1

QUADRO 4 - INSPEÇÕES CORREICIONAIS REALIZADAS

GRÁFICO 1 - ACOMPANHAMENTO DE PROVIMENTOS, CIRCULARES, PORTARIAS E OFÍCIOS CIRCULARES

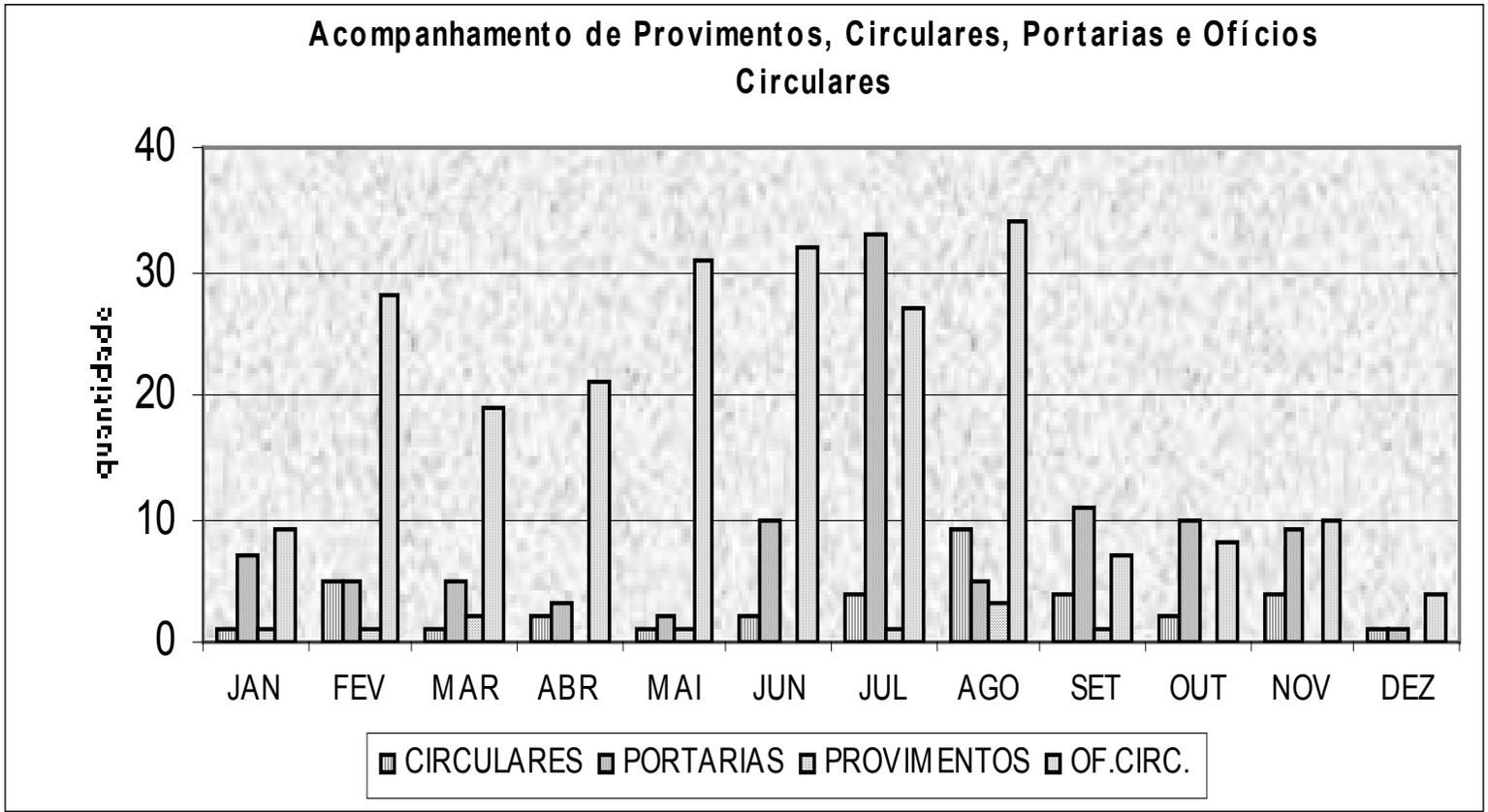


GRÁFICO 2 - AQUISIÇÃO DE SELOS DE FISCALIZAÇÃO

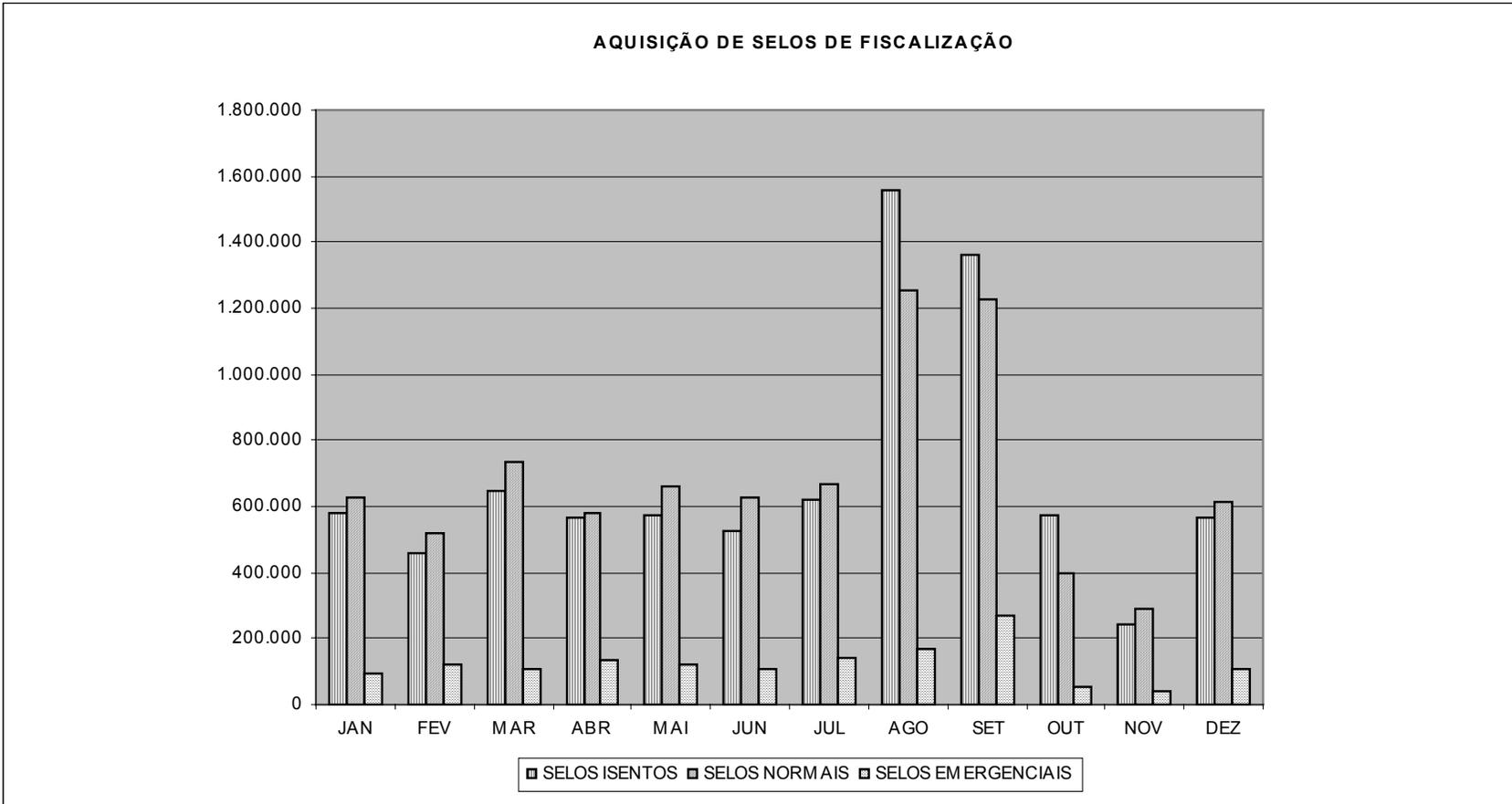
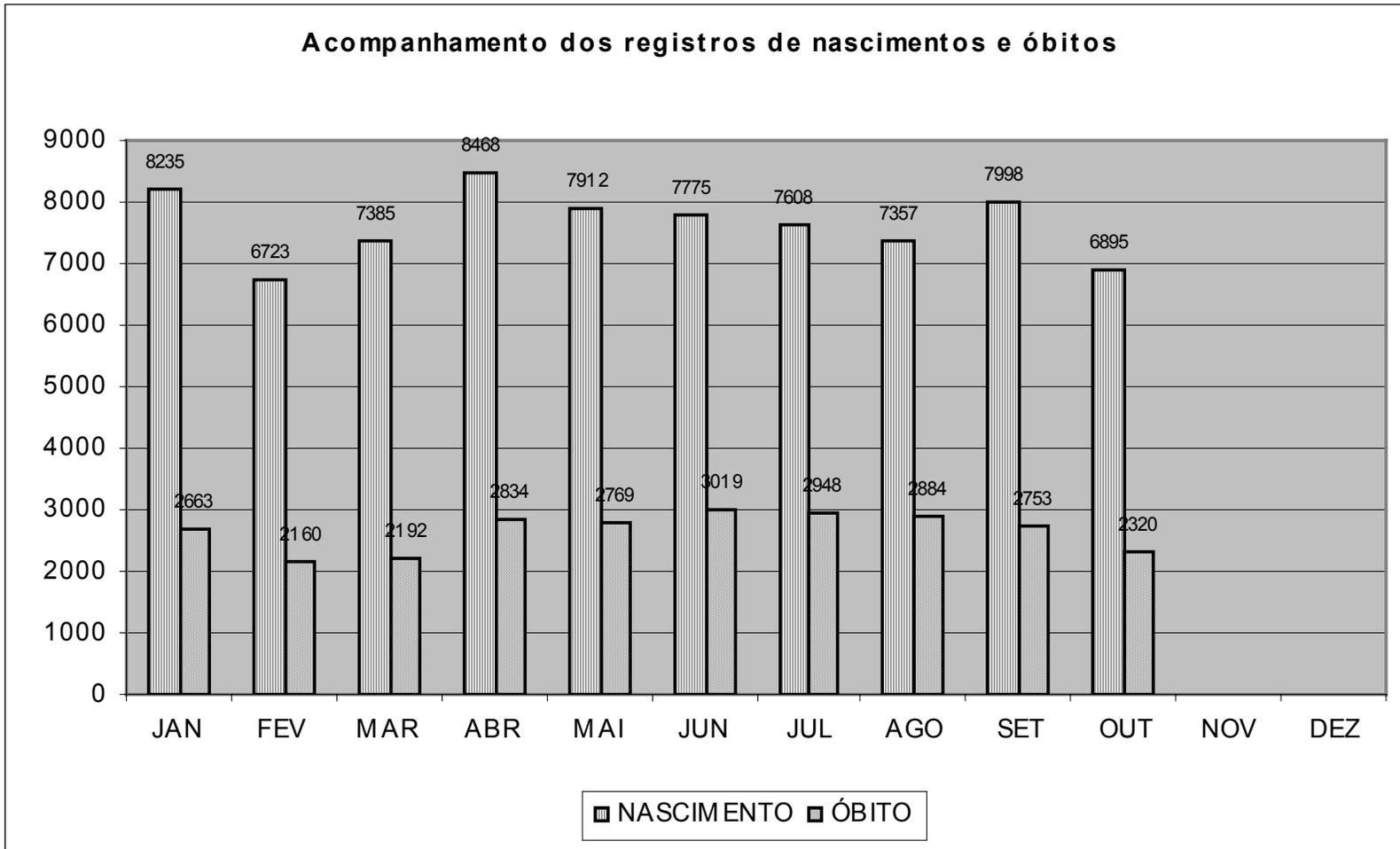


GRÁFICO 3 - ACOMPANHAMENTO DOS REGISTROS DE NASCIMENTOS E ÓBITOS



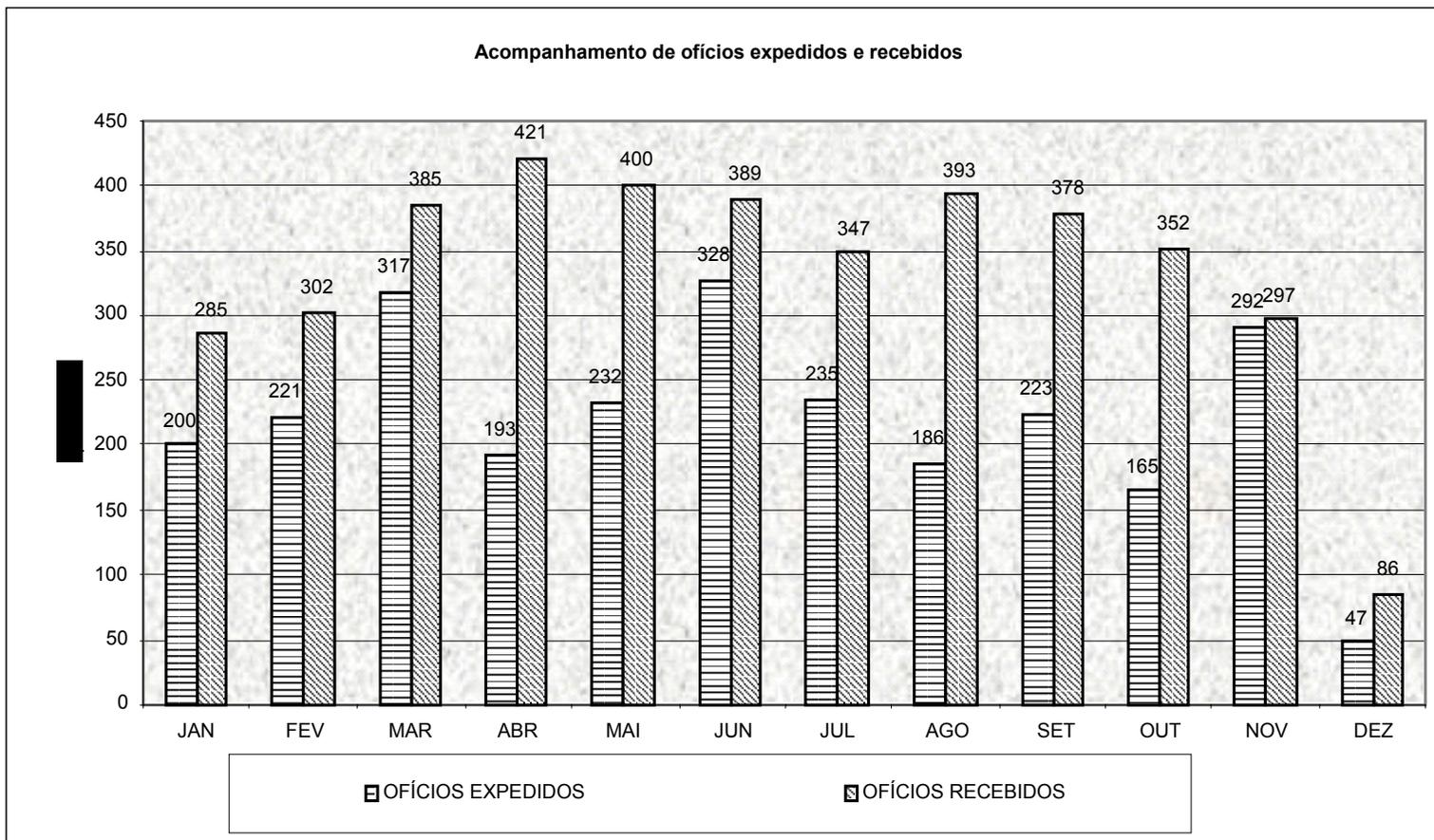
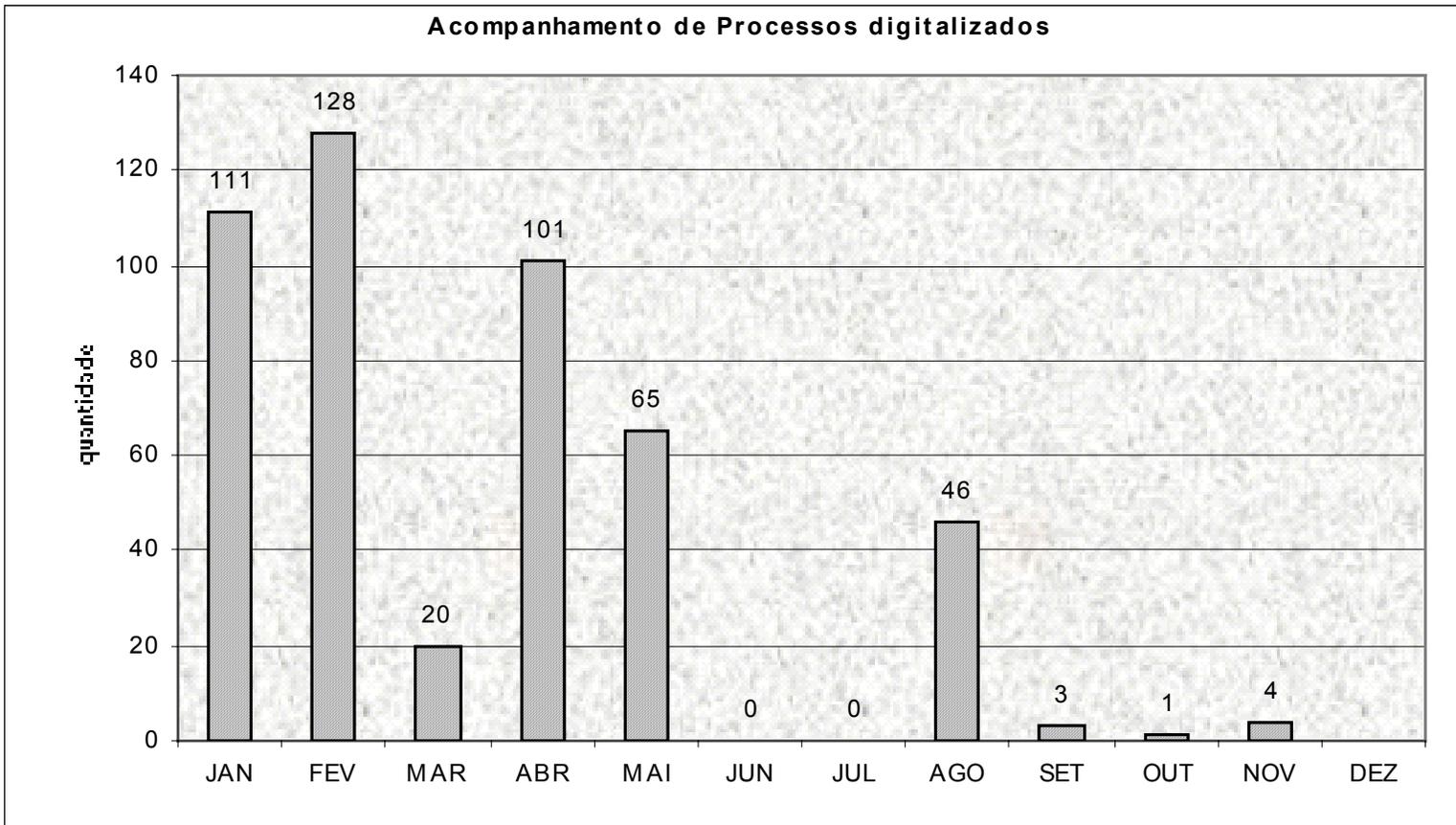
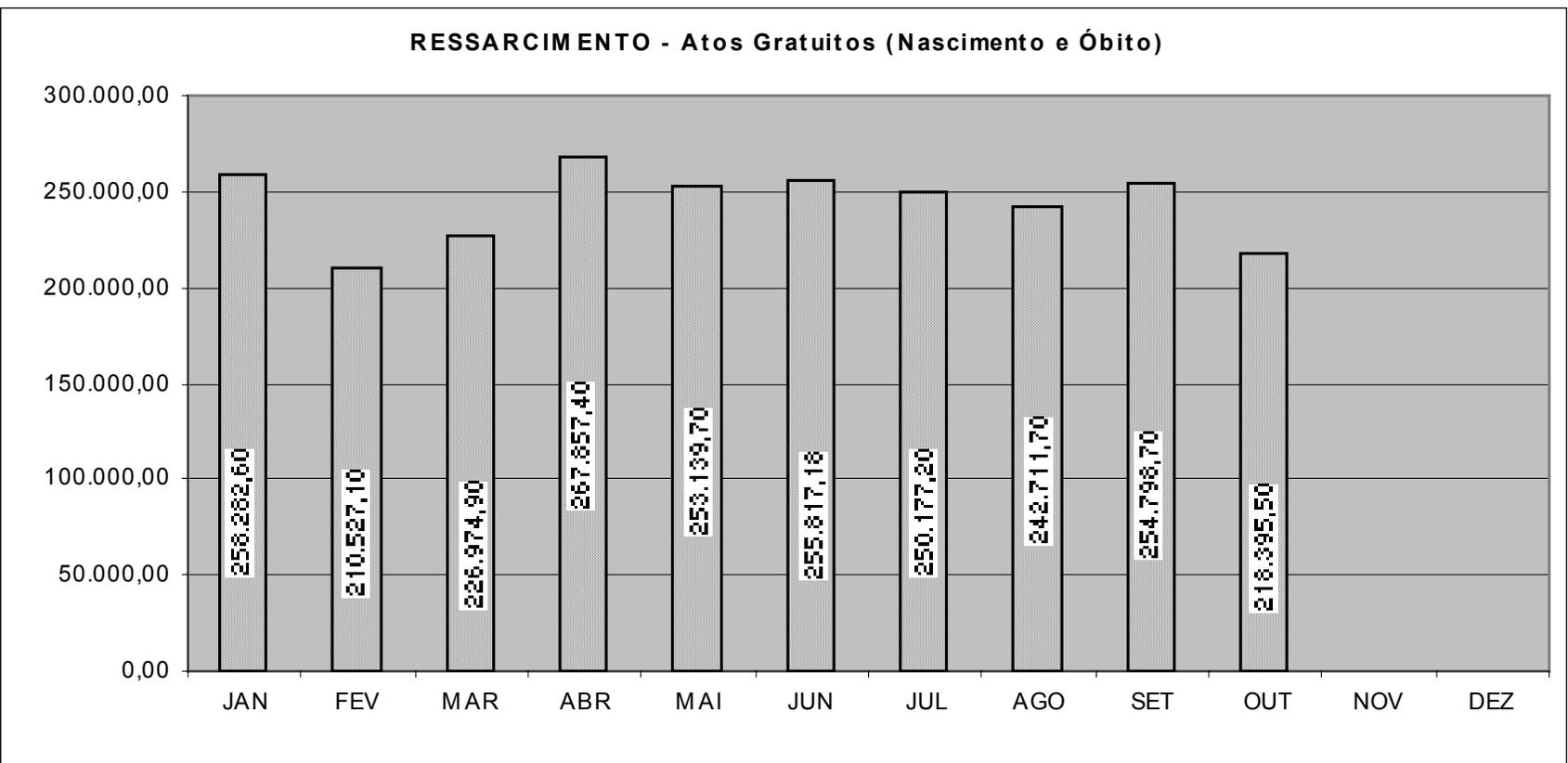


GRÁFICO 5 - ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS



**GRÁFICO 6 - ACOMPANHAMENTO DE VALORES PAGOS EM REAL (R\$) AOS
CARTÓRIOS - RESSARCIMENTO**



ANEXO 2 - QUADROS E GRÁFICOS DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

QUADRO 5 - MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU

Ano
Processos **Iniciados** total
Executivos Fiscais (Mun/Est/Fed) **Iniciados**
Iniciados SEM Execuções
Processos **Encerrados** total
Execuções Fiscais Mun/Est/Fed **Encerradas**
Encerrados SEM Execuções
Processos **Julgados** total
Execuções Fiscais Mun/Est/Fed **Julgadas**
Julgados SEM Execuções
Em Andamento final do ano total
Execuções Fiscais (Mun/Est/Fed) **Andamento**
Em Andamento Sem Execuções

1997

375.705
57.535
318.170
273.734
24.148
249.586
231.059
35.312
195.747
564.657
154.695
409.962

1998

446.779
98.598
348.186
404.927
109.296
295.631
347.313
118.841
228.472

GRÁFICO 8 - MOVIMENTO FORENSE GERAL DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU (TODOS OS TIPOS DE PROCESSOS)

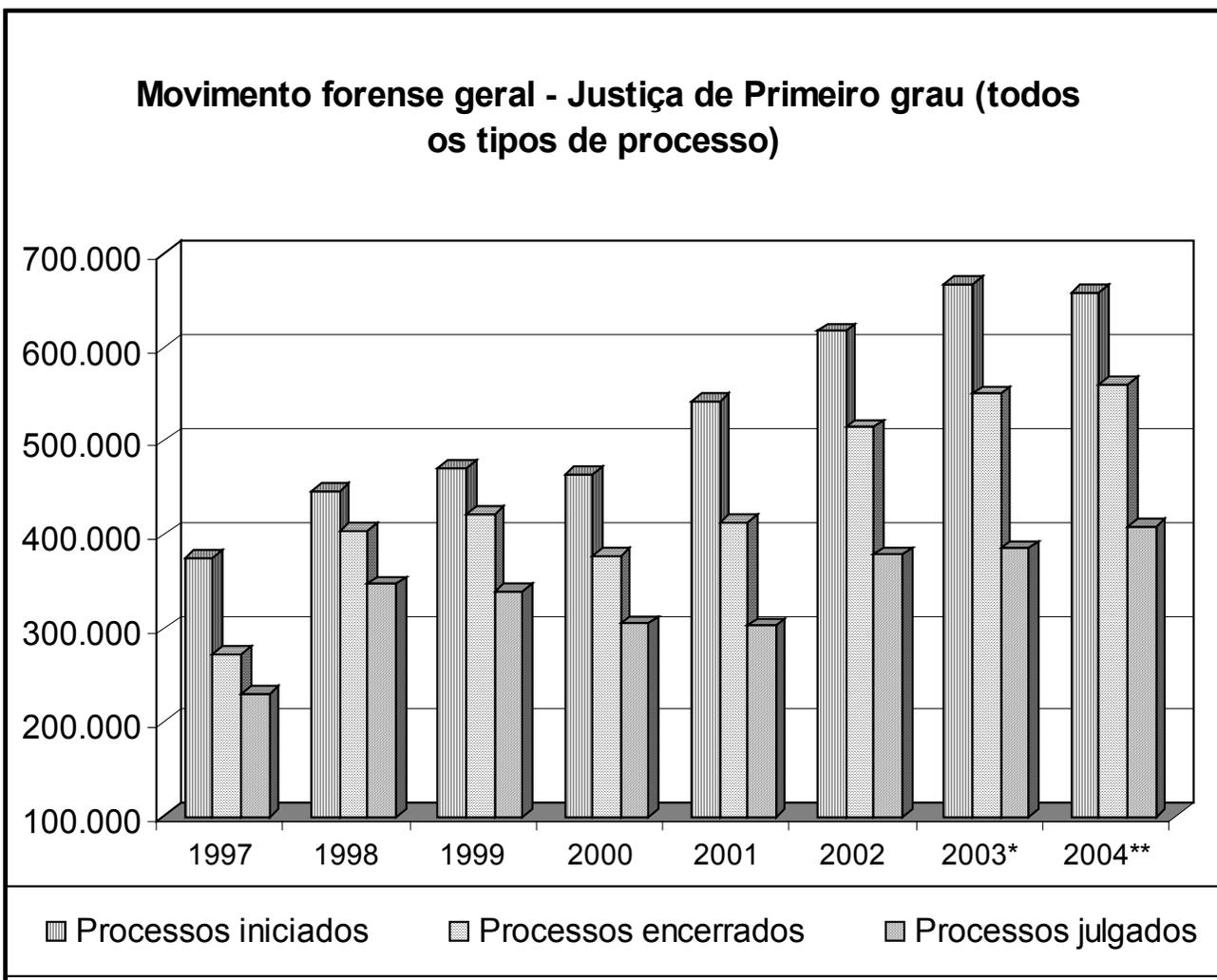
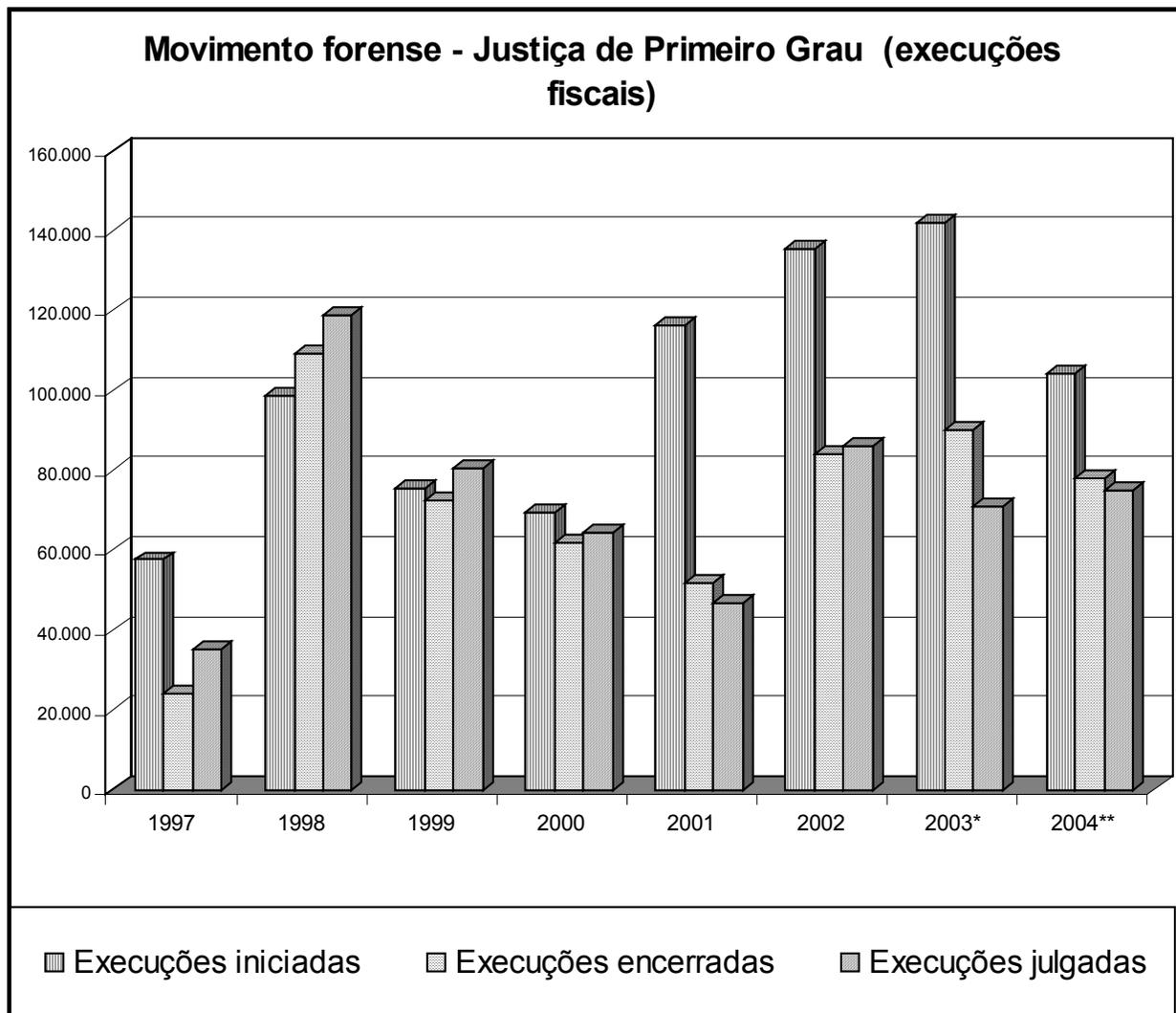


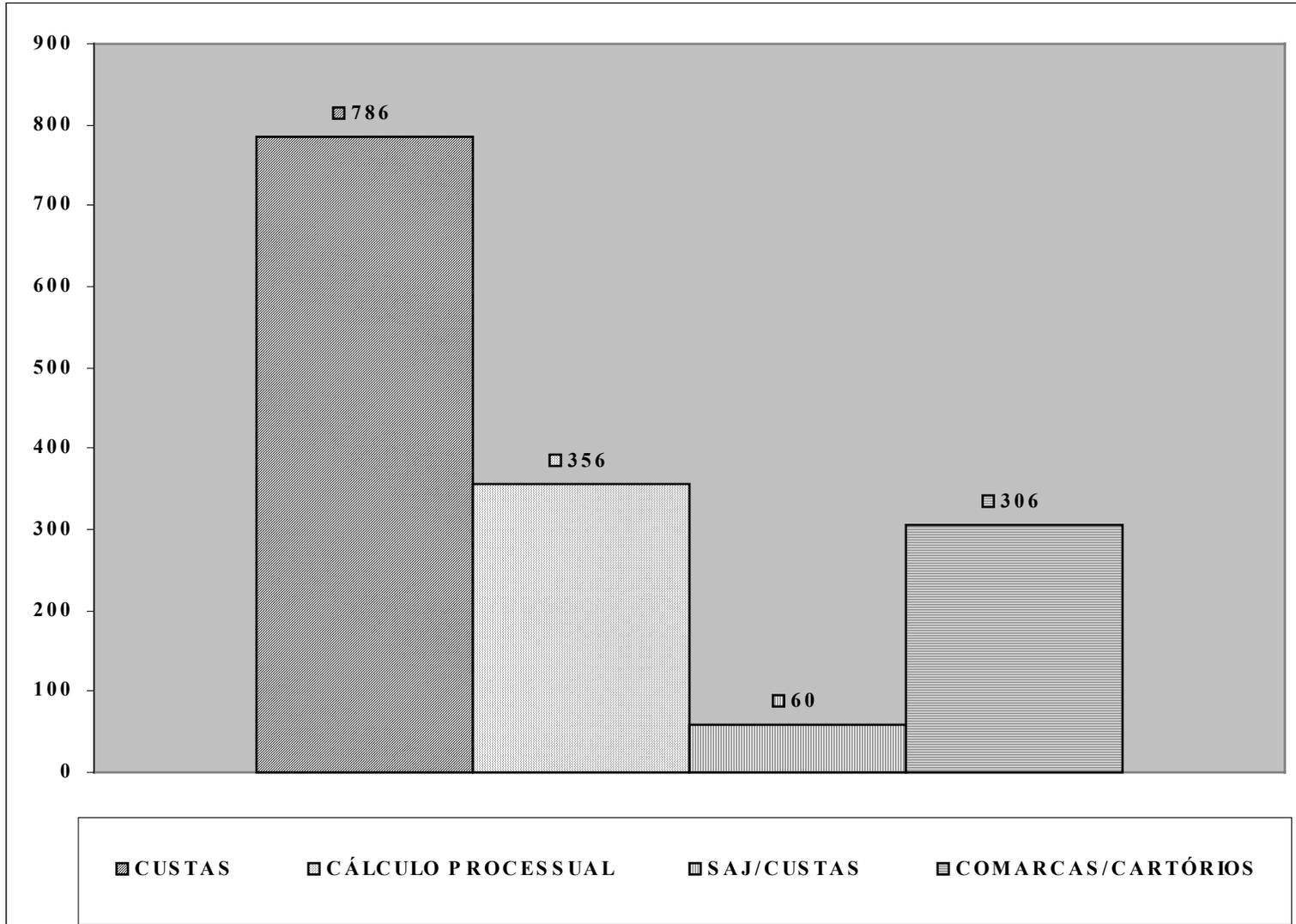
GRÁFICO 9 - MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
(EXECUÇÕES FISCAIS)



ANEXO 3 - QUADROS DA ASSESSORIA DE CUSTAS

QUADRO 6 – DISQUE-CORREGEDORIA – FORO JUDICIAL

	MÊS/ANO
	CUSTAS
	CÁLCULO PROCESSUAL
	SAJ/CUSTAS
	COMARCAS/CARTÓRIOS
	TOTAIS
Janeiro	62
	28
	3
	26
	119
Fevereiro	64
	30
	3
	27
	124
Março	106
	57
	6
	79
	248
Abril	60
	33
	4
	26
	123
Maiο	67
	30
	12
	17
	126
Junho	57
	27
	7
	19
	110
Julho	50
	15



Obs.: Os dados do mês de dezembro foram projetados

MÊS/ANO
EMOLUMENTOS
NORMAS
RECLAMAÇÕES
ASSUNTOS NÃO PERTINENTES
TOTAIS

Janeiro

39
45
5
60
149

Fevereiro

43
50
6
59
158

Março

62
112
16
137
327

Abril

46
55
7
58
166

Maiο

48
29
4
42
123

Junho

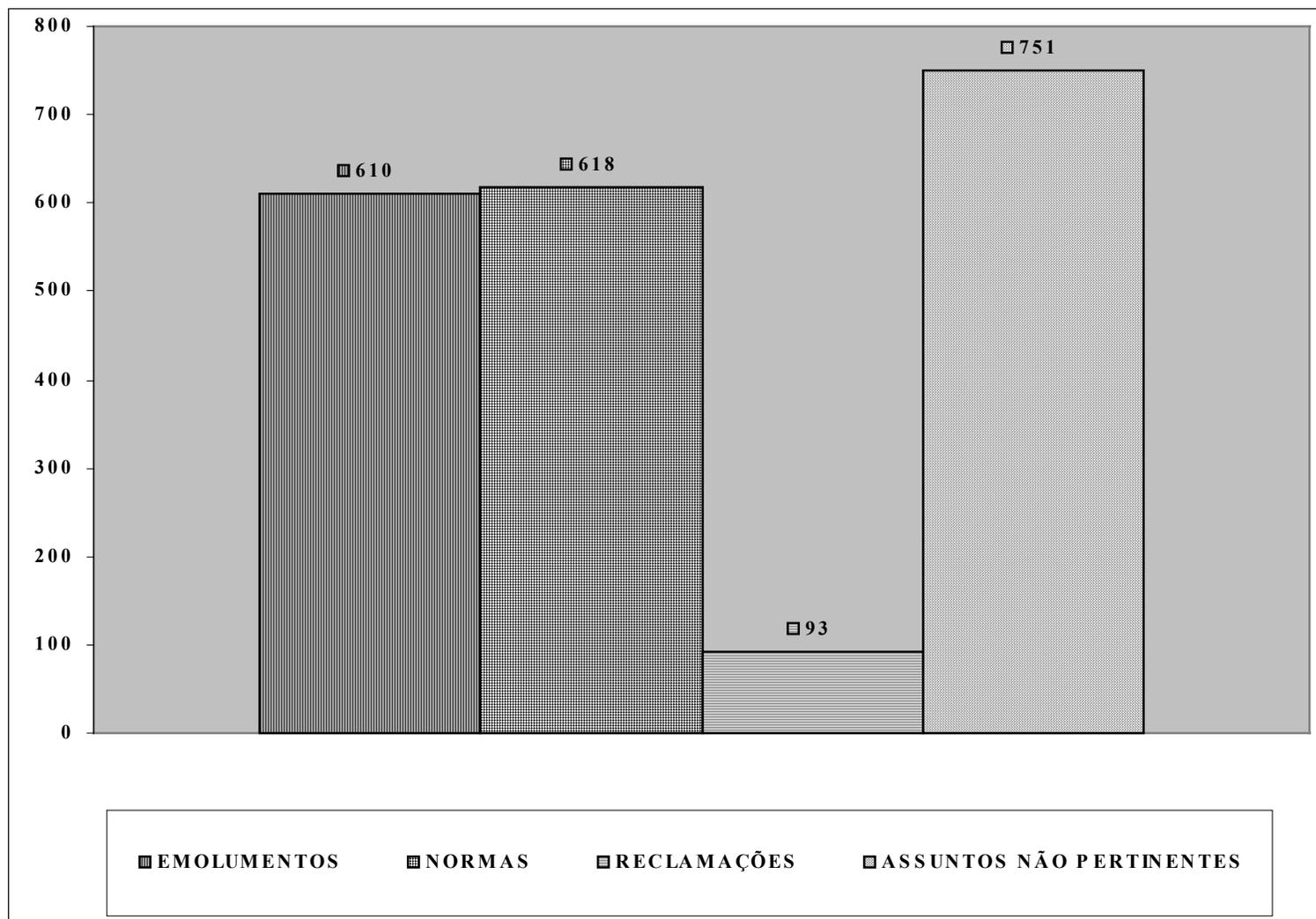
51
40
5
29
125

Julho

28
29

QUADRO 7 – DISQUE-CORREGEDORIA – FORO EXTRAJUDICIAL

GRÁFICO 11 – DISQUE-CORREGEDORIA – FORO EXTRAJUDICIAL



Academia Judicial

Presidente:

Des. Alberto Luiz da Costa

Diretor Executivo:

Des. Nelson Schaefer Martins

Vice-Diretor Executivo:

Des. Solon d`Eça Neves



CURSOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS

CURSO PARA JUÍZES EMPOSSADOS EM FASE DE VITALICIAMENTO Carga horária – 62 horas-aula			
80 Local	Turma	Período	Número de magistrados participantes
Florianópolis	1	19 a 29/07/04	23

ENCONTRO DOS JUÍZES VITALICIANDOS Carga horária – 15 horas-aula			
Local	Turma	Período	Número de magistrados participantes
Balneário Camboriú	1	2 e 03/12/04	32

CURSO DE INTRODUÇÃO AO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO CARTÓRIO JUDICIAL CÍVEL Carga horária – 6 horas-aula			
Comarca	Turma	Período	Número de magistrados participantes
Itajaí	1	5, 9 e 16/08/04	8
Canoinhas	1	19, 24 e 30/08/04	8
Tubarão	1	26 e 31/08/04 e 08/09/04	7
Brusque	1	2, 13 e 14/09/04	5
Fraiburgo	1	13 e 20/09/04	8
Blumenau	1	20 e 27/09/04 e 14/10/04	22
São Miguel do Oeste	1	23 e 27/09/04 e 04/10/04	12
Balneário Camboriú	1	14, 18 e 25/10/04	8
Lages	1	18 e 25/10/04 e 18/11/04	7
Rio do Sul	1	21 e 25/10/04 e 03/11/04	11
Total	10		96



CURSOS DIRIGIDOS A SERVIDORES

CURSO DE NOÇÕES JURÍDICAS Carga horária – 40 horas-aula			
Comarca	Turma	Período	Número de servidores participantes
Capital	1	15 a 29/04/04	15
	2	6 a 19/05/04	22
	3	20/5 a 02/06/04	19
	4	17 a 30/06/04	22
	5	12 a 25/08/04	22
Criciúma	2	17 a 30/06/04	19
	3	8 a 21/07/04	21
	4	29/07 a 11/08/04	21
Chapecó	2	24/06 a 07/07/04	19
	3	15 a 28/07/04	18
	4	5 a 18/08/04	14
	5	19/08 a 1º/09/04	17
	6	23/09 a 06/10/04	16
Joinville	2	1º a 14/07/04	20
	3	22/07 a 04/08/04	29
	4	12 a 25/08/04	19
	5	26/08 a 10/09/04	23
	6	16 a 29/09/04	26
Total	18		362



CURSO DE INTRODUÇÃO AO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO CARTÓRIO JUDICIAL CÍVEL Carga horária – 40 horas-aula			
Comarca	Turma	Período	Número de servidores participantes
Itajaí	1	5 a 18/08/04	20
	2	9 a 22/09/04	24
Canoinhas	1	19/08 a 1º/09/04	20
	2	25/11 a 09/12/04	26
Tubarão	2	26/08 a 10/09/04	19
	3	23/09 a 06/10/04	20
	4	2 a 17/12/04	19
Brusque	1	02/09 a 16/09/04	18
	2	7 a 22/10/04	19
Fraiburgo	1	9 a 22/09/04	16
	2	7 a 21/10/04 período matutino	14
	3	7 a 21/10/04 período noturno	15
Blumenau	1	16 a 29/09/04	28
	2	14 a 27/10/04	27
São Miguel do Oeste	1	23/09 a 07/10/04	13
	2	18/11 a 1º/12/04	18
Balneário Camboriú	1	14 a 27/10/04	14
	2	18/11 a 1º/12/04	20
Lages	1	14 a 27/10/04	22
	2	18/11 a 1º/12/04	11
Rio do Sul	1	21/10 a 05/11/04	19
	2	25/11 a 09/12/04	22
Total	22		424

ENCONTRO PARA SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DE NOVOS INSTRUTORES DO CURSO DE NOÇÕES JURÍDICAS Carga horária – 16 horas-aula			
Local	Turma	Período	Número de servidores participantes
Capital	1	2 a 03/06/04	11

CURSO DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E REDES LOCAIS Carga horária – 180 horas-aula			
Local	Turma	Período	Número de servidores participantes
Capital	1	22/03 a 29/04/04	10
Capital	2	14/06 a 22/07/04	10
Capital	3	27/09 a 10/11/04	8
Total	3		28



CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA Carga horária – 29 horas-aula			
Local	Turma	Período	Número de servidores participantes
Capital	1	30/08 a 1º/09/04	20
Capital	2	1º/09 a 03/09/04	23
Total	2		43

ENCONTRO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA Carga horária – 20 horas-aulas			
Local	Turma	Período	Número de servidores participantes
Capital	1	16 a 18/12/04	53



EVENTOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS DE ÁREAS CORRELATAS (acadêmicos, advogados, membros do Ministério Público, professores)

Módulos de Atualização em Direito	Local	Período	Carga horária	Nº de participantes
Temas				
1) Controle de Constitucionalidade das Leis e Atos Normativos nos Tribunais de Justiça	Florianópolis	04/06/04	4 horas-aula	137
1) Ações Acidentárias e Benefícios Previdenciários	Florianópolis	18/06/04	4 horas-aula	58
1) Estatuto do Desarmamento 2) Aspectos do Novo Código Civil 3) Direito do Consumidor	Criciúma	18 e 19/06/04	6 horas-aula	49
1) Concretização dos Direitos Fundamentais nas Decisões Judiciais	Florianópolis	24/06/04	3 horas-aula	98
1) Visão Geral sobre o Novo Código Civil 2) Aspectos do Novo Código Civil – Sucessões	Treze Tílias	25 e 26/06/04	6 horas-aula	28
1) Direito de Família no Novo Código Civil 2) Estatuto do Desarmamento	Balneário Camboriú	02/07/04	4 horas-aula	31
1) Direitos e Garantias Fundamentais 2) Alterações do CPC a partir de 2002 3) Estatuto do Desarmamento	Joinville	06/08/04	8 horas-aula	37
1) Tutelas Jurisdicionais Preventivas e o Princípio da Efetividade do Processo 2) Crimes Ambientais: responsabilidade da pessoa jurídica	São Miguel do Oeste	20/08/04	4 horas-aula	49
1) Crimes hediondos e lei de ocasião: análise crítica da Lei n.º 8.072/90. 2) Aspectos do Novo Código Civil – Sucessões. 3) Estatuto do Desarmamento. 4) Hermenêutica: a nova perspectiva de compreensão do Direito. 5) Tutelas de urgência e a efetividade do Processo Civil.	Rio do Sul	1º a 3/09/04	12 horas-aula	21
1) Direito de Família no Novo Código Civil 2) Estatuto do Desarmamento	Lages	1º/10/04	4 horas-aula	13
1) A Constituição da União Européia	Florianópolis	20/10/04	4 horas-aula	36
1) Direito da Concorrência e Comércio 2) Bolsa de Valores e Mercado de Valores Mobiliários	Florianópolis	14/12/04	4 horas-aula	51
Seminário sobre Fomento Mercantil	Florianópolis	28 e 29/10/04	10 horas-aula	253
Congresso Estadual de Magistrados Sobre Efetividade e Racionalização da Justiça	Blumenau	11 e 12/11/04	8 horas-aula	130
Total: 14 módulos			81 horas-aula	991



CURSOS E EVENTOS EXTERNOS COM A PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Curso/Evento	Período	Carga Horária	Número de participantes
4ª Reunião Técnica de Implantadores – Programa de Implantação de Servidores e de Capacitação de Novos Servidores.	29/04/04	11 horas-aula	43
Capacitação Técnica de Pregoeiro e Equipe de Apoio	16 a 18/02/04	22 horas-aula	5
Paisagismo e Jardinagem	01/03 a 29/06/04	187 horas-aula	2
Encontro para Implantação de Sistema de Controle Interno no Poder Judiciário	18/03/04	4 horas-aula	36
Curso de Aperfeiçoamento em Endodontia	19/03 a 19/11/04	100 horas-aula	1
Curso Projetando Websites para Unidades de Informação	31/03 a 02/04/04	18 horas-aula	1
Fórum Internacional de Tecnologia da Arquitetura e Construção	14/04 a 16/04/04	12 horas-aula	3
18ª Bienal Internacional do Livro	15 a 17/04/04	8 horas-aula	2
XX Congresso Brasileiro de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude	21 a 24/04/04	24 horas-aula	2
Curso de Aprimoramento e Aperfeiçoamento para Escrivães Judiciais	26 a 27/04/04	19 horas-aula	104
Congresso Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação	26 a 28/04/04	22 horas-aula	12
XXI NEMU – Núcleo de Estudos Museológicos de Santa Catarina	26 a 28/04/04	20 horas-aula	2
7º Seminário Perspectivas da Economia Brasileira	29/04/04	8 horas-aula	1
1ª Reunião dos Arquivos Judiciais da Região Sul	11/05/04	8 horas-aula	2
Workshop “Balanced Scorecard”	11/05/04	8 horas-aula	2
1º Congresso Internacional de Psicologia Jurídica e Transdisciplinaridade	11 a 14/05/04	40 horas-aula	1
IV Congresso Brasileiro de Direito do Estado	12 a 14/05/04	24 horas-aula	2
9º ENAPA - Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção	12 a 15/05/04	30 horas-aula	2
Congresso Sul-Brasileiro de Serviço Social e II Simpósio Catarinense de Serviço Social	14 e 15/05/04	22 horas-aula	4
1º Seminário Profissional sobre Protocolo, Cerimonial e Eventos na América Latina	19 a 21/05/04	24 horas-aula	1
Seminário “Digitalização de Documentos: uma abordagem arquivística”	24/05/04	7 horas-aula	1
XV Fórum Nacional de Juizados Especiais	26 a 28/05/04	8 horas-aula	72
I Congresso de Direito de Família do Mercosul	02 a 04/06/04	34 horas-aula	22
XX Congresso Nacional da ABRAMINJ	10 a 12/06/04	12 horas-aula	3
Gerenciamento do Sistema de Registro de Preços e o Controle das Licitações e da Execução Contratual	14 e 15/06/04	12 horas-aula	2
IX Encontro Nacional de Ouvidores/Ombudman	21 a 23/09/04	18 horas-aula	1
Curso de Atualização e Habilitação em Analgesia Inalatória por Óxido Nitroso e Oxigênio	21 a 28/06/04	96 horas-aula	1
Curso “Procedimentos e Cálculo de Aposentadoria e Pensões no Setor Público”	29 e 30/06/04	16 horas-aula	6
Congresso Técnico da Fenasoft	29/06 a 01/07/04	25 horas-aula	2
VI Congresso Brasileiro de Terapia Familiar	21 a 24/07/04	40 horas-aula	2
Cálculo de Aposentadoria na Reforma da Previdência	05 e 06/08/04	12 horas-aula	13
I Encontro Sul-Brasileiro da ABMP	05 a 07/08/04	15 horas-aula	16



Curso/Evento	Período	Carga Horária	Número de participantes
Curso de Mestre-de-Cerimônias	09 e 10/08/04	16 horas-aula	1
10° Congresso Mundial de Gestão de Recursos Humanos e 30° CONARH	17 a 20/08/04	40 horas-aula	1
Expo Construção 2004 e 4ª Feira de Tecnologia, Máquinas e Equipamentos para Indústria da Construção Civil	18 a 20/08/04	21 horas-aula	1
VII Encontro Nacional do Cerimonial do Judiciário	25 a 27/08/04	35 horas-aula	1
Encontro Nacional Sócio-Jurídico	02 a 04/09/04	12 horas-aula	1
1° Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção de Santa Catarina	10 e 11/09/04	11 horas-aula	8
XI Encontro Catarinense de Arquivos	13 a 15/09/04	24 horas-aula	6
Congresso de Auditoria de Sistemas e Segurança da Informação	13 a 16/09/04	8 horas-aula	2
XVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	15 a 17/09/04	37 horas-aula	1
15° Congresso Catarinense de Recursos Humanos	15 a 17/09/04	20 horas-aula	11
Excelência no Atendimento ao Usuário de Bibliotecas	29 e 30/09/04	12 horas-aula	3
1° Encontro dos Conselhos Carcerários do Estado de Santa Catarina	22/10/04	5 horas-aula	1
VI Encontro Estadual dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente	27 a 29/10/04	24 horas-aula	15
Seminário sobre Georreferenciamento e o Registro de Imóveis	04 e 05/11/04	13 horas-aula	1
Congresso Internacional de Excelência Judiciária	15 a 18/11/04	34 horas-aula	2
XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade	17 a 22/11/04	44 horas-aula	3
Curso de Formação em Terapia Cognitiva	26 /06/04 a 20/05/06	280 horas-aula	1
TOTAL: 50 cursos/eventos		1.582 h/aula	429

Diretoria Geral Judiciária

Diretor-Geral:

Bel. Alberto Pizzolatti Remor

Diretoria Judiciária

Diretora:

Bel. Suzete Opilhar



ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

O Tribunal de Justiça, durante o ano judiciário de 2004, desenvolveu as seguintes atividades:

SESSÕES

Foram realizadas **564** sessões ordinárias, **02** extraordinárias e **06** solenes, assim distribuídas:

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORD.	SOLENES
TRIBUNAL PLENO	20	1	6
SEÇÃO CIVIL	1	0	0
GRUPO CÂMARAS DTO. CIVIL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DTO. COMERCIAL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DTO. PÚBLICO	10	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO. CIVIL	40	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO. CIVIL	38	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO. CIVIL	39	1	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO. COMERCIAL	39	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO. COMERCIAL	39	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO. COMERCIAL	39	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO. PÚBLICO	42	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO. PÚBLICO	41	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO. PÚBLICO	39	0	0
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	9	0	0
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	41	0	0
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	42	0	0
CONSELHO DISCIP. MAGISTRATURA	10	0	0
CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL	8	0	0
CÂMARA DE FÉRIAS CIVIL	8	0	0
CÂMARA CÍVEL ESPECIAL	39	0	0



PROCESSOS CÍVEIS

Foram distribuídos **31.393** processos, **4.155** incidentes, julgados por acórdão **23.578**, julgados por despacho **6.478** e assinados **24.126** processos, assim distribuídos:

	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	ASSINADOS
	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		
Ação Civil Pública	90	0	36	35	38
Ação de Execução	1	0	1	0	1
Ação Direta de Inconstitucionalidade	88	0	72	4	73
Ação Popular	2	0	0	0	0
Ação Rescisória	66	0	52	12	51
Ação de Improbidade Administrativa	22	0	3	2	3
Agravo (Art. 557, parágrafo 1º do CPC)	0	957	766	88	774
Agravo de Instrumento	7919	0	4922	2228	4962
Agravo (Art. 4º Lei 4.348/64) Ped. Susp. Lim.	0	2	2	0	2
Agravo (Art. 39 Lei 8.038/90) Ap. Cível	0	6	6	0	6
Agravo (Art. 39 Lei 8.038/90) Agr. Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo 532 do CPC	0	7	11	0	10
Agravo (Art. 527, III) em Agr. Instrumento	0	2	1	0	1
Agr. (§ 3º Art. 4º Lei 8437/92) Ped. Susp. Lim	0	15	13	1	13
Agravo Decisão de Deserção	6	0	2	4	2
Agravo Reg. Ação Civil Pública	0	3	3	0	3
Agravo Reg. Ação Direta de Inconst.	0	2	2	0	1
Agravo Reg. Ação Rescisória	0	4	5	1	5
Agravo Reg. Agravo de Instrumento	0	120	101	7	101
Agravo Reg. Autos Suplementares	0	1	0	0	0
Agravo Regimental na Apelação Cível	0	51	37	3	33
Agravo Regimental Apelação Cível (MS)	0	10	7	0	9
Agravo Reg. Embargos de Divergência	0	0	1	0	1
Agravo Reg. Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Agravo Reg. Mandado de Segurança	0	57	32	6	34
Agravo Reg. Medida Cautelar	0	5	1	0	2
Agravo Reg. Pedido Suspensão Liminar	0	4	4	1	2
Agravo Reg. Reclamação	0	2	2	0	2
Agravo Retido em Apelação Cível	0	3	0	0	1
Apelação Cível	19488	0	12289	2642	12617
Apelação Cível em Mand. de Segurança	1684	0	1096	809	1162
Argüição de Inconstitucionalidade	7	0	19	0	20
Conflito de Competência	185	0	137	19	138
Declaratória de Inexistência	0	0	0	0	1
Devolução de Custas em MS	0	1	0	1	0
Emb. à Execução no Mandado de Segurança	0	0	0	2	0
Emb. Declaração Ação Civil Pública	0	2	1	1	1
Emb. Declaração na Ação Rescisória	0	16	10	2	10
Emb. Decl. Agr. Art. 532 do CPC Ap. Cível	0	0	1	0	1



	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	ASSINADOS
	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		
Emb. de Declaração na Apelação Cível	0	1759	1553	156	1563
Emb. Declaração na Ap. Cível (MS)	0	107	117	8	120
Emb. Declaração na Arguição	0	4	3	0	2
Emb. Declaração na ADIN.	0	8	4	2	2
Emb. Declaração Agravo de Instrumento	0	653	496	119	486
Emb. Declaração Ag. Regimental (MS)	0	0	0	0	1
Emb. Declaração Conflito de Competência	0	0	1	0	1
Emb. Declaração Exceção de Suspeição	0	0	1	0	0
Emb. Declaração Habeas Corpus	0	4	4	0	4
Emb. Declaração Mandado de Segurança	0	202	202	8	206
Emb. Declaração na Medida Cautelar	0	3	1	3	1
Emb. de Decl. Embargos Infringentes	0	28	30	0	31
Emb. Declaração Pedido Execução Acórdão	0	1	1	0	1
Embargos de Divergência	0	0	0	0	3
Emb. Execução Ped. Execução Acórdão	0	6	15	7	15
Emb. Exec. Ped. Exec. Honorários Advocatícios	0	0	1	0	1
Embargos Infringentes	175	0	135	5	140
Exceção de Litispendência e Ilegitimidade	0	0	1	0	0
Exceção de Suspeição	11	0	17	2	18
Habeas Corpus	182	0	138	20	139
Habeas Data	1	0	0	0	0
Impug. Assistência Judiciária	0	1	0	3	0
Impug. Valor Causa Ação Rescisória	0	5	7	0	4
Impug. Valor Causa Autos Suplementares	0	1	0	0	0
Incidente de Falsidade	0	1	0	0	0
Mandado de Injunção	2	0	0	1	0
Mandado de Segurança	1399	0	1093	221	1187
Medida Cautelar Incidental	0	92	73	21	71
Medida Cautelar Inominada	10	0	3	5	3
Medida Cautelar de Sequestro	0	1	0	1	0
Pedido Assistência Judiciária	1	0	1	0	1
Pedido de Correição	0	0	1	0	1
Pedido de Execução Acórdão	4	0	10	13	9
Pedido de Execução Sentença em AR	0	1	0	1	0
Pedido de Intervenção no Estado	4	0	0	0	0
Pedido de Intervenção no Município	4	0	1	1	1
Pedido de Reconsideração	1	0	0	0	0
Pedido de Suspensão de Liminar	1	0	1	0	0
Pedido de Uniformização Jurisprudência	1	0	1	0	1
Pedido Execução Honorário Advocatício	1	1	3	2	3
Pedido de Sequestro	1	0	0	1	0
Petição em Agravo de Instrumento	0	2	0	2	0
Petição em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
Processo Administrativo	11	0	6	0	6
Processo LOMAN/ADMINSTRATIVO	1	0	3	0	4



	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	ASSINADOS
	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		
Processo de Vitaliciedade	1	0	1	0	0
Reclamação	12	0	4	4	5
Reclamação em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Recurso de Concurso	0	0	1	0	1
Recurso de Decisão	10	0	10	3	11
Recurso em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1

PROCESSOS CRIMINAIS

Foram distribuídos **5.595** processos, **150** incidentes, julgados por acórdão **5.395**, julgados por despacho **121** e assinados **5.475** processos, assim distribuídos:

	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	ASSINADOS
	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		
Agravo de Instrumento	121	0	93	19	92
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	2	2	0	2
Agravo Regimental Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Apelação Criminal	2989	0	2893	30	2922
Apelação Estatuto da Criança e Adolescente	75	0	36	0	34
Autos Suplementares em Inquérito	1	0	2	0	2
Carta Testemunhal	2	0	5	0	7
Conflito de Jurisdição	16	0	14	0	18
Emb. Declaração Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Emb. Declaração Apelação Criminal	0	80	81	0	81
Emb. Declaração Embargos Infringentes	0	2	3	0	3
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1
Embargos de Decl. Habeas Corpus	0	12	11	0	11
Embargos de Declaração Inquérito	0	4	2	0	2
Embargos de Declaração Inquérito Judicial	0	1	1	0	0
Embargos de Declaração Mand. Segurança	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração Processo Crime	0	5	4	0	4
Embargos de Declaração Reclamação	0	2	0	2	0
Embargos de Decl. Recurso Criminal	0	19	20	0	20
Embargos de Decl. Recurso de Agravo	0	4	4	0	4
Embargos de Decl. Representação	0	1	1	0	1
Embargos de Decl. Revisão Criminal	0	11	7	1	7
Embargos Infringentes	16	0	21	0	24



	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	ASSINADOS
	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		
Exceção de Impedimento	1	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	3	0	2	0	4
Habeas Corpus	1262	0	1156	16	1185
Habeas Data	1	0	1	0	2
Inquérito	125	0	68	12	66
Inquérito Judicial	1	0	4	0	4
Interpelação	3	0	2	0	2
Mandado de Segurança	30	0	27	2	27
Medida Cautelar Incidental	0	0	0	0	1
Medida Cautelar Seqüestro	1	0	0	0	0
Notícia Criminal	10	0	9	2	9
Pedido de Afastamento em Inquérito	0	1	1	0	1
Pedido de Correição	1	0	0	0	0
Pedido de Desaforamento	7	0	5	0	5
Pedido de Explicações	1	0	0	0	2
Processo Crime	74	0	33	1	29
Queixa Crime	2	0	5	1	4
Reclamação	56	0	41	17	43
Recurso Criminal	363	0	389	6	393
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Recurso de Habeas Corpus	3	0	3	0	2
Recurso de Agravo	157	0	173	1	178
Recurso (Mandado de Segurança)	18	0	20	0	20
Representação	13	0	10	7	11
Revisão Criminal	214	0	220	3	227
Susp. Condicional do Proc. em Proc. Crime	0	1	0	0	0
Termo Circunstanciado	29	0	20	1	20



**COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA O NÚMERO DE PROCESSOS
JULGADOS NO CÍVEL:**

Capital	9138
Criciúma	3553
Blumenau	2978
Lages	2453
Itajaí	2095
Joinville	1866
Araranguá	1762
Tubarão	1715
Chapecó	1658
São José	1515
Concórdia	948
Balneário Camboriu	947
Caçador	688
Rio do Sul	607
Brusque	587
Joaçaba	581
Mafra	563
Jaraguá do Sul	486
Sombrio	449
São Bento do Sul	442

**COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM PARA O NÚMERO DE PROCESSOS
JULGADOS NO CRIME:**

Capital	670
Joinville	609
Itajaí	419
Chapecó	387
Balneário Camboriú	373
Blumenau	372
Criciúma	291
São José	252
Lages	197
Curitibanos	162
Tubarão	149
Palhoça	147
Brusque	145
Caçador	139
Xanxerê	133
Rio do Sul	106
Jaraguá do Sul	100
Campos Novos	97
Araranguá	95
São Miguel do Oeste	89



RELATÓRIO SINTÉTICO DO ANO DE 2004 – DIRETORIA JUDICIÁRIA

	Total Geral
Baixa Interior/Capital	18237
Processos Arquivados	11260
Retorno do STF	720
Retorno do STJ	1199
Remessa ao STF	739
Remessa ao STJ	1822
Remessa Turma de Recursos	135
Remessa Distribuidor	162
Remessa Diligência	1109
Remessa TRF 4ª Região	72
Remessa TRE	0
Remessa TRT	1
Remessa Justiça Federal	43
Aud. Justiça Militar	6
Presidente Tribunal	13
Despachos 2ª Vice-presidência	5494
Despachos 3ª Vice-presidência	115
Ofícios Expedidos	1752

QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
AMARAL E SILVA	2	18	2	0	11	5	12	6
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	26	9	3	0	15	2	12	21
ALCIDES AGUIAR	12	13	2	0	7	1	5	19
ALBERTO COSTA	7	5	0	0	1	0	1	11
ANSELMO CERELLO	3	8	27	1	24	10	23	5
JORGE MUSSI	43	8	0	0	1	1	2	49
CARLOS PRUDÊNCIO	23	13	0	0	0	1	0	35
GASPAR RUBIK	12	11	1	0	5	2	13	17
PEDRO MANOEL ABREU	8	0	0	0	0	0	1	8
ORLI RODRIGUES	16	9	2	0	11	3	12	13
TRINDADE DOS SANTOS	24	9	2	0	4	6	3	25
SOUZA VARELLA	4	20	1	3	1	0	7	27
SILVEIRA LENZI	2	15	3	0	1	1	4	18
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	12	13	0	0	4	3	5	18
NEWTON TRISOTTO	19	13	6	0	25	1	30	12
SÉRGIO PALADINO	16	10	1	0	16	1	16	10
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	5	13	2	0	13	4	11	3



DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					DECISÕES			
SOLON D'EÇA NEVES	16	9	2	0	11	2	10	14
MAZONI FERREIRA	19	12	2	0	5	5	5	23
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	3	13	1	0	8	2	10	7
VOLNEI CARLIN	11	15	2	0	14	3	15	11
IRINEU JOÃO DA SILVA	11	11	0	0	11	0	10	11
VANDERLEI ROMER	14	11	1	0	6	5	7	15
ELÁDIO TORRET ROCHA	10	1	2	0	6	3	6	4
WILSON A. DO NASCIMENTO	8	11	1	0	12	1	12	7
NELSON SCHAEFER MARTINS	10	7	1	0	10	4	9	4
JOSÉ VOLPATO	11	12	1	0	11	3	11	10
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	3	16	3	0	9	3	9	10
FERNANDO CARIONI	14	9	1	0	12	5	8	7
MONTEIRO ROCHA	15	13	1	0	10	5	11	14
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	18	10	0	0	2	0	1	26
TORRES MARQUES	11	12	1	1	11	4	11	10
RUI FORTES	11	12	3	0	6	6	6	14
GASTALDI BUZZI	13	8	1	1	5	2	3	16
MARCUS TULIO SARTORATO	18	8	0	0	4	1	4	21
CÉSAR ABREU	10	8	2	0	12	2	13	6
SALETE SILVA SOMMARIVA	18	11	3	0	5	1	5	26
RICARDO FONTES	14	10	1	0	4	1	3	20
NICANOR DA SILVEIRA	18	17	1	0	16	0	14	20
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	3	6	0	0	1	2	0	6
TOTAL	513	429	82	6	330	101	340	599



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO TRIBUNAL PLENO, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
AMARAL E SILVA	18	2	11	5	12
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	9	3	15	2	12
ALCIDES AGUIAR	13	2	7	1	5
ALBERTO COSTA	5	0	1	0	1
ANSELMO CERELLO	8	27	24	10	23
JORGE MUSSI	8	0	1	1	2
CARLOS PUDÊNCIO	13	0	0	1	0
GASPAR RUBIK	11	1	5	2	13
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	0	0	1
ORLI RODRIGUES	9	2	11	3	12
TRINDADE DOS SANTOS	9	2	4	6	3
SOUZA VARELLA	20	1	1	0	7
SILVEIRA LENZI	15	3	1	1	4
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	13	0	4	3	5
NEWTON TRISOTTO	13	6	25	1	30
SÉRGIO PALADINO	10	1	16	1	16
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	13	2	13	4	11
SOLON D'EÇA NEVES	9	2	11	2	10
MAZONI FERREIRA	12	2	5	5	5
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	13	1	8	2	10
VOLNEI CARLIN	15	2	14	3	15
IRINEU JOÃO DA SILVA	11	0	11	0	10
VANDERLEI ROMER	11	1	6	5	7
ELÁDIO TORRET ROCHA	1	2	6	3	6
WILSON A. DO NASCIMENTO	11	1	12	1	12
NELSON SCHAEFER MARTINS	7	1	10	4	9
JOSÉ VOLPATO	12	1	11	3	11
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	16	3	9	3	9
FERNANDO CARIONI	9	1	12	5	8
MONTEIRO ROCHA	13	1	10	5	11
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	10	0	2	0	1
TORRES MARQUES	12	1	11	4	11
RUI FORTES	12	3	6	6	6
GASTALDI BUZZI	8	1	5	2	3
MARCUS TÚLIO SARTORATO	8	0	4	1	4
CÉSAR ABREU	8	2	12	2	13
SALETE SILVA SOMMARIVA	11	3	5	1	5
RICARDO FONTES	10	1	4	1	3
NICANOR DA SILVEIRA	17	1	16	0	14
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	6	0	1	2	0



DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
TOTAL	429	82	330	101	340

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS NO TRIBUNAL PLENO, POR CLASSE EM 2004

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Civil Pública	1	0	0	0	0
Ação Direta de Inconstitucionalidade	88	0	72	4	73
Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Ação de Improbidade Administrativa	1	0	0	0	0
Ação Popular	1	0	0	0	0
Agravo (§3º, art. 4º Lei 8437/92) Ped. Susp. Liminar	0	14	12	1	12
Agravo de Decisão de Deserção	6	0	2	4	2
Agravo de Instrumento	18	0	1	10	2
Agravo do Art. 4º, Lei 4348/64, Ped. Susp. Liminar	0	2	2	0	2
Agravo do Art. 557, parág. 1º do CPC	0	6	4	1	4
Agravo Regimental ADIN	0	2	2	0	1
Agravo Regimental Apelação Cível	0	1	1	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	0	0	1
Agravo Regimental em MS	0	14	12	0	13
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	4	4	1	2
Agravo Regimental em Reclamação	0	2	1	0	1
Apelação Cível (MS)	4	0	2	0	2
Arguição de Inconstitucionalidade	7	0	19	0	20
Emb. à Exec. Pedido Exec. do Acórdão	0	2	2	1	2
Emb. de Decl. em Ação Direta de Inconst.	0	4	3	0	2
Emb. de Decl. em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Emb. de Decl. em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Emb. de Decl. em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Emb. de Decl. em Inquérito Judicial	0	1	1	0	0
Emb. de Decl. em Reclamação	0	1	0	1	0



	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Emb. de Decl. em Representação	0	1	1	0	1
Emb. de Declaração em Agr. Reg. (MS)	0	0	0	0	1
Emb. Decl. no Pedido de Execução	0	0	1	0	1
Emb. Decl. no Pedido de Execução do Acórdão MS	0	1	0	0	0
Emb. Declaração na ADIN	0	4	1	2	0
Emb. Declaração no MS	0	12	9	1	9
Embargos Declaração na Arguição	0	0	1	0	1
Embargos Declaração ADIN.	0	4	2	0	1
Exceção de Litispendência e Ilegitimidade	0	0	1	0	0
Habeas Corpus	3	0	2	1	2
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	0	1	0
Inquérito	5	0	4	1	2
Inquérito Judicial	1	0	4	0	4
Mandado de Injunção	2	0	0	1	0
Mandado de Segurança	233	0	122	53	138
Notícia Criminal	1	0	1	0	1
Pedido de Correição	0	0	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão	0	1	1	0	1
Pedido de Execução Honorários Advocatícios	0	0	3	0	3
Pedido de Explicações	1	0	0	0	0
Pedido de Intervenção Federal no Estado	4	0	0	0	0
Pedido de Intervenção Município	4	0	1	1	1
Pedido de Reconsideração	1	0	0	0	0
Pedido de Suspensão de Liminar	1	0	1	0	0
Processo Administrativo	11	0	6	0	6
Processo Crime	0	0	0	1	0
Processo de Vitaliciedade	1	0	1	0	0
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	1	0	3	0	4
Queixa Crime	1	1	2	1	1
Reclamação	10	0	2	6	3
Recurso de Concurso	0	0	1	0	1
Recurso de Decisão	10	0	10	3	11
Representação	12	0	7	4	7
Termo Circunstanciado	1	0	1	0	1
TOTAL	429	82	330	101	341



QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	1	0	0	0	0	0	0	1
ANSELMO CERELLO	1	0	0	0	0	0	0	1
CARLOS PRUDÊNCIO	4	0	0	0	0	0	0	4
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	3	0
ORLI RODRIGUES	2	0	0	0	0	0	0	2
NEWTON TRISOTTO	0	2	0	0	2	0	2	0
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	1	0	0	0	1	0	1	0
WILSON A. DO NASCIMENTO	1	0	0	0	1	0	1	0
NELSON SCHAEFER MARTINS	1	0	0	0	0	0	0	1
FERNANDO CARIONI	0	1	0	0	0	0	0	1
MONTEIRO ROCHA	0	1	0	0	0	0	0	1
RUI FORTES	0	1	0	0	0	0	0	1
GASTALDI BUZZI	1	1	0	0	0	0	0	2
MARCUS TULIO SARTORATO	0	1	0	0	0	0	0	1
CÉSAR ABREU	1	1	0	0	2	0	2	0
SALETE SOMMARIVA	0	2	0	0	0	0	0	2
NICANOR DA SILVEIRA	1	1	0	0	0	0	0	2
TOTAL	14	11	0	0	6	0	9	19

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEÇÃO CIVIL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	0	0	0	0	0
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	0
CARLOS PRUDÊNCIO	0	0	0	0	0
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	3
ORLI RODRIGUES	0	0	0	0	0



DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
NEWTON TRISOTTO	2	0	2	0	2
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	0	0	1	0	1
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	0	1	0	1
NELSON SCHAEFER MARTINS	0	0	0	0	0
FERNANDO CARIONI	1	0	0	0	0
MONTEIRO ROCHA	1	0	0	0	0
RUI FORTES	1	0	0	0	0
GASTALDI BUZZI	1	0	0	0	0
MARCUS TÚLIO SARTORATO	1	0	0	0	0
CÉSAR ABREU	1	0	2	0	2
SALETE SOMMARIVA	2	0	0	0	0
NICANOR DA SILVEIRA	1	0	0	0	0
TOTAL	11	0	6	0	9

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEÇÃO CIVIL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	0	0	3	0	3
Conflito de Competência	10	0	3	0	3
Embargos de Divergência	0	0	0	0	3
Embargos Infringentes	1	0	0	0	0
TOTAL	11	0	6	0	9



QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DIREITO CIVIL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
CARLOS PRUDÊNCIO	25	7	3	0	1	2	2	32
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	15	0
ORLI RODRIGUES	9	12	3	0	10	5	9	9
MAZONI FERREIRA	12	9	0	0	6	0	6	15
MONTEIRO ROCHA	6	9	4	0	7	1	10	11
WILSON A. NASCIMENTO	4	10	2	0	7	1	8	8
JOSÉ VOLPATO	10	8	5	0	13	0	14	10
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	16	7	1	0	11	0	6	13
MARCUS TÚLIO SARTORATO	22	5	3	0	6	0	5	24
SALETE SILVA SOMARIVA	16	7	0	0	11	1	9	11
DIONÍZIO JENCZAK	3	2	0	0	4	1	2	0
TOTAL	123	76	21	0	76	11	86	133

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	0
CARLOS PRUDÊNCIO	7	3	1	2	2
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	15
ORLI RODRIGUES	12	3	10	5	9
MAZONI FERREIRA	9	0	6	0	6
MONTEIRO ROCHA	9	4	7	1	10
WILSON A. DO NASCIMENTO	10	2	7	1	8
JOSÉ VOLPATO	8	5	13	0	14
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	7	1	11	0	6
MARCUS TÚLIO SARTORATO	5	3	6	0	5



DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
SALETE SILVA SOMMARIVA	7	0	11	1	9
DIONÍZIO JENCZAK	2	0	4	1	2
TOTAL	76	21	76	11	86

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	10	0	8	5	7
Ação de Execução	1	0	1	0	1
Agravo do Art. 532 do CPC	0	2	2	0	2
Agravo do Art. 557, §1º do CPC	0	1	2	0	2
Agravo Regimental em Autos Suplementares	0	1	0	0	0
Agravo Regimental Embargos de Divergência	0	0	1	0	1
Declaratória de Inexistência	0	0	0	0	1
Emb. Declaração Emb. Infringentes	0	8	12	0	12
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	5	3	1	3
Embargos Infringentes	64	0	46	4	42
Impug. Valor da Causa em Autos Suplement.	0	1	0	0	0
Impug. Valor da Causa em Ação Rescisória	0	2	1	0	0
Incidente de Falsidade em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	1	0	0	1	15
TOTAL	76	21	76	11	86



QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
ALCIDES AGUIAR	4	7	6	0	10	0	10	7
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	0	0	0	0	4	0
TRINDADE DOS SANTOS	9	7	3	0	8	2	12	9
ELÁDIO TORRET ROCHA	6	4	0	0	0	0	1	10
NELSON SCHAEFER MARTINS	4	4	4	0	9	0	10	3
SÉRGIO BAASCH LUZ	4	5	0	0	6	0	5	3
FERNANDO CARIONI	6	5	1	0	5	0	7	7
GASTALDI BUZZI	3	6	2	0	5	0	5	6
RICARDO FONTES	9	7	2	0	9	0	12	9
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	20	6	0	0	15	0	12	11
TULIO PINHEIRO	2	0	0	0	2	0	2	0
MARIA DO ROCIO	0	0	0	0	0	0	1	
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	1	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	68	51	18	0	70	2	82	65

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
ALCIDES AGUIAR	7	6	10	0	10
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	0	0	4
TRINDADE DOS SANTOS	7	3	8	2	12
ELÁDIO TORRET ROCHA	4	0	0	0	1
NELSON SCHAEFER MARTINS	4	4	9	0	10
SÉRGIO BAASCH LUZ	5	0	6	0	5
FERNANDO CARIONI	5	1	5	0	7
GASTALDI BUZZI	6	2	5	0	5



DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
RICARDO FONTES	7	2	9	0	12
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	6	0	15	0	12
TULIO PINHEIRO	0	0	2	0	2
MARIA DO ROCIO	0	0	0	0	1
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	0	1	0	1
TOTAL	51	18	70	2	82

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	4	0	3	0	3
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	1	2	1	2
Agravo do Art. 532 do CPC em Ap. Cível	0	4	7	0	7
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	10	11	0	11
Emb. Decl. no Agravo do art. 532 do CPC	0	0	1	0	1
Embargos Infringentes	47	0	44	1	56
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	2	1	0	1
TOTAL	51	18	70	2	82



QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
JOÃO MARTINS	0	0	0	0	0	0	1	0
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	78	131	18	0	132	24	99	71
ANSELMO CERELLO	3	0	0	0	3	0	8	0
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	10	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	84	125	10	0	78	12	76	129
NEWTON TRISOTTO	44	131	44	0	160	15	187	44
VOLNEI CARLIN	81	123	31	0	159	5	149	71
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	41	127	31	0	151	23	179	25
VANDERLEI ROMER	89	111	45	0	172	12	191	61
RUI FRANCISCO FORTES	81	119	23	0	121	24	139	78
CÉSAR ABREU	71	122	23	0	136	8	140	72
NICANOR DA SILVEIRA	66	151	14	0	120	24	109	87
SÔNIA MARIA SCHMITZ	2	1	2	0	3	1	14	1
NEWTON JANKE	5	14	1	0	13	7	13	0
TOTAL	645	1155	242	0	1248	155	1315	639

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO GRUPO DE CÂMARAS DIREITO PÚBLICO, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
JOÃO MARTINS	0	0	0	0	1
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	131	18	132	24	99
ANSELMO CERELLO	0	0	3	0	8
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	10
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	125	10	78	12	76
NEWTON TRISOTTO	131	44	160	15	187
VOLNEI CARLIN	123	31	159	5	149
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	127	31	151	23	179
VANDERLEI ROMER	111	45	172	12	191



DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
RUI FRANCISCO FORTES	119	23	121	24	139
CÉSAR ABREU	122	23	136	8	140
NICANOR DA SILVEIRA	151	14	120	24	109
SÔNIA MARIA SCHMITZ	1	2	3	1	14
NEWTON JANKE	14	1	13	7	13
TOTAL	1155	242	1248	155	1315

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Civil Pública	1	0	2	0	2
Ação Rescisória	8	0	18	0	21
Agravo de Instrumento	1	0	0	0	0
Agravo do Art. 532 do CPC	0	1	2	0	1
Agravo do Art. 557 §1º do CPC	0	1	1	0	2
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Agravo Regimental (MS)	0	33	14	6	15
Apelação Cível	3	0	1	0	1
Conflito de Competência	2	0	2	0	2
Devolução de Custas em MS	0	1	0	1	0
Emb. à Execução em MS	0	0	0	2	0
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	7	5	0	5
Emb. Declaração em MS	0	182	189	6	193
Emb. Declaração Emb. Infringentes	0	10	7	0	8
Emb. Exec. Ped. Exec. Acórdão	0	4	13	6	13
Embargos Infringentes	63	0	45	0	42
Impug. Valor Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	1069	0	934	118	996
Medida Cautelar Incidental	0	2	2	1	2
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	0
Pedido de Execução de Sentença em AR	0	1	0	1	0
Pedido de Execução do Acórdão	3	0	9	12	8
Pedido de Uniform. de Jurisprudência em AI	1	0	1	0	1



	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Pedido de Seqüestro	1	0	0	1	0
Petição em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
Reclamação	1	0	0	0	0
TOTAL	1155	242	1248	155	1315

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	0	0	0	0	0	0	2	0
CARLOS PRUDÊNCIO	1312	871	97	0	8	241	37	2031
ORLI RODRIGUES	1549	958	43	0	426	84	433	2040
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	1	0
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	0	0	19	0
RUY PEDRO SCHNEIDER	0	0	0	0	0	0	1	0
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	0	0	0	0	0	4	0
JOSÉ VOLPATO	0	0	0	0	0	0	2	0
TORRES MARQUES	0	0	0	0	0	0	1	0
SALETE SILVA SOMMARIVA	1198	967	71	0	559	64	555	1613
JORGE SCHAEFER MARTINS	16	2	0	0	18	0	19	0
DIONÍZIO JENCZAK	124	84	47	0	240	15	232	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	51	7	5	0	41	22	41	0
TOTAL	4250	2889	263	0	1292	426	1347	5684



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	0	0	0	0	2
CARLOS PRUDÊNCIO	871	97	8	241	37
ORLI RODRIGUES	958	43	426	84	433
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	1
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	19
RUY PEDRO SCHNEIDER	0	0	0	0	1
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	0	0	0	4
JOSÉ VOLPATO	0	0	0	0	2
TORRES MARQUES	0	0	0	0	1
SALETE SILVA SOMMARIVA	967	71	559	64	555
JORGE SCHAEFER MARTINS	2	0	18	0	19
DIONÍZIO JENCZAK	84	47	240	15	232
SÔNIA MARIA SCHMITZ	7	5	41	22	41
TOTAL	2889	263	1292	426	1347

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	9	0	2	1	2
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	85	45	3	45
Agravo de Instrumento	782	0	377	156	385
Agravo do Art. 527, II em Ag. Instrumento	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em MS	0	4	0	0	0
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	1	2	0	2
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	4	1	1	1
Agravo Regimental no Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Apelação Cível	2000	0	699	204	746
Apelação Cível em (MS)	0	0	0	1	7



	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Conflito de Competência	33	0	22	8	22
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	30	27	3	25
Emb. Declaração Ap. Cível	0	131	82	22	79
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	0	1	0
Habeas Corpus	44	0	27	11	26
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Mandado de Segurança	15	0	2	9	1
Medida Cautelar Incidental	0	4	1	3	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	0
Reclamação	4	0	1	1	1
Reclamação em Ag. Instrumento	0	1	0	0	0
TOTAL	2889	263	1292	426	1347

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
ANSELMO CERELLO	1	0	0	0	1	0	1	0
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	13	0
MAZONI FERREIRA	1031	949	38	0	390	98	431	1530
MONTEIRO ROCHA	1384	959	53	0	565	10	564	1821
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	1216	934	28	0	595	4	540	1579
JORGE SCHAEFER MARTINS	583	32	22	0	296	12	294	329
DIONÍZIO JENCZAK	8	1	1	0	10	0	10	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	9	7	1	0	12	5	12	0
TOTAL	4232	2882	143	0	1869	129	1865	5259



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
ANSELMO CERELLO	0	0	1	0	1
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	13
MAZONI FERREIRA	949	38	390	98	431
MONTEIRO ROCHA	959	53	565	10	564
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	934	28	595	4	540
JORGE SCHAEFER MARTINS	32	22	296	12	294
DIONÍZIO JENCZAK	1	1	10	0	10
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	7	1	12	5	12
TOTAL	2882	143	1869	129	1865

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	10	0	7	1	6
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	6	4	1	8
Agravo de Instrumento	794	0	531	58	516
Agravo do Art. 527, II em Ag. Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em MS	0	1	0	0	0
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	2	2	0	2
Apelação Cível	1979	0	1149	33	1156
Apelação Cível em (MS)	1	0	3	0	3
Conflito de Competência	32	0	19	1	20
Emb. Declaração no MS	0	1	0	0	0
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	25	24	6	20
Emb. Declaração Ap. Cível	0	100	83	10	81
Emb. Declaração Conflito de Competência	0	0	1	0	1



	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Emb. Declaração Exceção de Suspeição	0	0	1	0	0
Exceção de Suspeição	1	0	4	0	4
Habeas Corpus	48	0	35	1	38
Impugnação à Assistência Judiciária	0	0	0	2	0
Mandado de Segurança	14	0	2	10	5
Medida Cautelar	0	1	0	1	1
Medida Cautelar Incidental	0	5	3	3	3
Reclamação	3	0	0	2	0
TOTAL	2882	143	1869	129	1865

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
WILSON A. DO NASCIMENTO	659	935	142	0	1043	25	1063	668
JOSÉ VOLPATO	514	925	155	0	1332	14	1317	248
MARCUS TÚLIO SATORATO	943	886	66	0	514	50	521	1331
DIONÍZIO JENCZAK	214	61	33	0	283	25	264	0
TOTAL	2330	2807	396	0	3172	114	3165	2247



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
WILSON A. DO NASCIMENTO	935	142	1043	25	1063
JOSÉ VOLPATO	925	155	1332	14	1317
MARCUS TÚLIO SATORATO	886	66	514	50	521
DIONÍZIO JENCZAK	61	33	283	25	264
TOTAL	2807	396	3172	114	3165

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	9	0	6	2	4
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	4	3	0	3
Agravo de Instrumento	776	0	732	46	732
Agravo do Art. 527, II em Ag. Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em MS	0	3	3	0	3
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	3	1	0	1
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	1	0	0	0
Apelação Cível	1930	0	1972	43	1979
Conflito de Competência	32	0	28	1	27
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	65	61	0	60
Emb. Declaração Ap. Cível	0	298	302	8	299
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Emb. Declaração no MS	0	4	3	1	3
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	44	0	37	3	36
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	0	2	0	0
Mandado de Segurança	12	0	9	7	8



	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Medida Cautelar	1	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	13	7	2	4
Medida Cautelar Inominada	0	1	0	0	0
Pedido de Assistência Judiciária	1	0	1	0	1
Reclamação	1	0	0	0	0
TOTAL	2807	396	3172	114	3165

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	0	0	0	0	0	0	2	0
ELÁDIO TORRET ROCHA	884	764	26	0	0	1	4	1673
RICARDO FONTES	1512	1121	123	0	949	73	949	1734
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	1596	1103	80	0	704	76	679	1999
SÉRGIO IZIDORO HEIL	184	14	17	0	193	18	193	4
TULIO PINHEIRO	490	407	120	0	938	75	942	4
NEWTON JANKE	5	3	1	0	7	2	7	0
TOTAL	4671	3412	367	0	2791	245	2776	5414



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	0	0	0	0	2
ELÁDIO TORRET ROCHA	764	26	0	1	4
RICARDO FONTES	1121	123	949	73	949
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	1103	80	704	76	679
SÉRGIO IZIDORO HEIL	14	17	193	18	193
TULIO JOSÉ MOURA PINHEIRO	407	120	938	75	942
NEWTON JANKE	3	1	7	2	7
TOTAL	3412	367	2791	245	2776

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	3	0	0	1	0
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	7	9	0	9
Agravo de Instrumento	825	0	695	76	688
Agravo Regimental em MS	0	1	1	0	1
Agravo Regimental na Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	8	8	0	7
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	1	0	1	0
Apelação Cível	2552	0	1716	148	1709
Apelação Cível em (MS)	2	0	0	0	0
Conflito de Competência	11	0	11	1	11
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	86	88	0	88
Emb. Declaração Ap. Cível	0	248	240	5	240
Emb. Declaração no Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	13	0	8	2	8
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	5	0	2	3	2



	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Medida Cautelar Incidental	0	15	10	6	10
Pedido de Execução do Acórdão	0	0	0	1	0
TOTAL	3412	367	2791	245	2776

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	1	0
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	0	0	0	0	12	0
TRINDADE DOS SANTOS	730	1556	272	0	917	299	913	1342
NELSON SCHAEFER MARTINS	1500	890	159	0	762	182	766	1605
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	1200	901	170	0	701	108	712	1462
MARIA DO ROCIO S. RITTA	224	29	42	0	285	8	285	2
TOTAL	3654	3376	643	0	2665	597	2689	4411

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	1
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	0	0	12
TRINDADE DOS SANTOS	1556	272	917	299	913
NELSON SCHAEFER MARTINS	890	159	762	182	766



DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	901	170	701	108	712
MARIA DO ROCIO S. RITTA	29	42	285	8	285
TOTAL	3376	643	2665	597	2689

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	1	0	0	0	0
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	166	131	14	130
Agravo de Instrumento	761	0	612	99	611
Agravo Regim. em Medida Cautelar Incidental	0	2	0	0	0
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	1	0	1	0
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	1	0	0	0
Apelação Cível	2588	0	1538	397	1557
Conflito de Competência	10	0	10	4	11
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	94	78	3	76
Emb. Declaração Ap. Cível	0	356	269	75	276
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Emb. Declaração no MS	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	2	0	2
Habeas Corpus	11	0	8	2	8
Mandado de Segurança	2	0	3	0	4
Medida Cautelar Incidental	0	20	12	2	12
Reclamação	1	0	0	0	0
TOTAL	3376	643	2665	597	2689



QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
ALCIDES AGUIAR	796	1138	76	0	376	8	373	1626
TRINDADE DOS SANTOS	1	0	0	0	0	1	68	0
FERNANDO CARIONI	1569	1102	155	0	929	10	956	1887
GASTALDI BUZZI	1094	1120	103	0	814	5	821	1498
RONALDO MORITZ M. SILVA	109	13	6	0	108	20	109	0
TOTAL	3569	3373	340	0	2227	44	2327	5011

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
ALCIDES AGUIAR	1138	76	376	8	373
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	1	68
FERNANDO CARIONI	1102	155	929	10	956
GASTALDI BUZZI	1120	103	814	5	821
RONALDO MORITZ M. SILVA	13	6	108	20	109
TOTAL	3373	340	2227	44	2327



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	3	0	1	0	1
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	12	12	1	12
Agravo de Instrumento	757	0	714	9	737
Agravo Regimental em MS	0	0	1	0	1
Agravo Regimental na Ação Rescisória	0	2	2	0	2
Apelação Cível	2582	0	1110	27	1186
Conflito de Competência	13	0	18	1	18
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	104	102	2	102
Emb. Declaração Ap. Cível	0	203	218	2	218
Exceção de Suspeição	0	0	4	0	4
Habeas Corpus	12	0	12	0	12
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	2	0	1	1	1
Medida Cautelar Incidentar	0	18	29	0	30
Medida Cautelar Inominada	3	0	2	1	2
Reclamação	1	0	1	0	1
TOTAL	3373	340	2227	44	2327

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	71	0
VOLNEI CARLIN	581	1045	153	0	641	709	639	429
VANDERLEI ROMER	460	1011	191	0	713	687	748	262
NICANOR DA SILVEIRA	808	1054	79	0	595	356	598	990
CÉSAR ABREU	0	0	0	0	0	0	1	0
NEWTON JANKE	281	33	28	0	289	50	302	3
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	0	0	0	0	0	1	0
TOTAL	2130	3143	451	0	2238	1802	2360	1684



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	71
VOLNEI CARLIN	1045	153	641	709	639
VANDERLEI ROMER	1011	191	713	687	748
CÉSAR ABREU	1054	79	595	356	598
NICANOR DA SILVERIA	0	0	0	0	1
NEWTON JANKE	33	28	289	50	302
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	0	0	0	1
TOTAL	3143	451	2238	1802	2360



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	3	0	2	0	2
Ação Civil Pública	31	0	17	21	19
Ação Popular	1	0	0	0	0
Ação de Improbidade Administrativa	7	0	3	1	3
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	193	177	26	177
Agravo de Instrumento	576	0	424	214	428
Agravo Regimental em Ação Civil Pública	0	3	3	0	3
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	9	6	0	7
Agravo Regimental em MS	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Reclamação	0	0	1	0	1
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	36	22	1	21
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	1	0	0	0
Apelação Cível	1938	0	1126	1072	1199
Apelação Cível em (MS)	551	0	293	427	323
Conflito de Competência	14	0	10	0	10
Emb. Declaração Ação Civil Pública	0	1	1	0	1
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	24	16	1	15
Emb. de Decl. Agravo Reg. Apelação Cível	0	3	3	0	3
Emb. de Decl. em Agravo Reg. Ap Cível(MS)	0	1	1	0	1
Emb. Declaração Ap. Cível	0	151	95	27	105
Emb. Declaração Ap. Cível (MS)	0	22	23	4	26
Emb. Declaração no MS	0	2	0	0	0
Exceção de Suspeição	0	0	0	0	1
Habeas Corpus	2	0	2	0	2
Habeas Data	1	0	0	0	0
Mandado de Segurança	17	0	9	7	8
Medida Cautelar Incidentar	0	2	1	1	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Reclamação	1	0	0	0	1
TOTAL	3143	451	2238	1802	2360



QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	461	1036	88	0	1173	105	1093	307
NEWTON TRISOTTO	312	1013	107	0	998	148	1083	286
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	210	1012	107	0	887	234	918	208
JAIME RAMOS	235	111	21	0	366	1	359	0
TOTAL	1218	3172	323	0	3424	488	3453	801

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	1036	88	1173	105	1093
NEWTON TRISOTTO	1013	107	998	148	1083
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	1012	107	887	234	918
JAIME RAMOS	111	21	366	1	359
TOTAL	3172	323	3424	488	3453



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Civil Pública	29	0	11	3	11
Ação de Improbidade Admin. (Lei 8.429/92)	7	0	0	0	0
Ação Rescisória	4	0	1	2	1
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	12	12	1	12
Agravo de Instrumento	578	0	569	14	571
Agravo do Art.39 em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	1	0	1	0
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	1	0	0	0
Apelação Cível	1955	0	1919	296	1941
Apelação Cível em (MS)	560	0	572	154	577
Conflito de Competência	15	0	9	1	9
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	64	61	0	61
Emb. Declaração Ap. Cível	0	179	180	5	181
Emb. Declaração Ap. Cível (MS)	0	61	67	2	67
Emb. Declaração em Ação Civil Pública	0	1	0	1	0
Emb. Exec. Ped. Exec. Honorários Advocatícios	0	0	1	0	1
Emb. Declaração na Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	3	1	3
Habeas Corpus	4	0	4	0	4
Mandado de Segurança	16	0	6	6	6
Medida Cautelar Incidental	0	3	6	0	5
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Reclamação	0	0	1	1	1
Recurso em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
TOTAL	3172	323	3424	488	3453



QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	0	0	3	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	594	954	50	0	427	42	423	1129
RUI FRANCISCO FORTES	805	919	34	0	360	295	367	1103
CÉSAR ABREU	878	964	77	0	748	96	758	1075
SÔNIA MARIA SCHMITZ	155	334	26	0	192	322	315	1
TOTAL	2432	3171	187	0	1727	755	1866	3308

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	3
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	954	50	427	42	423
RUI FRANCISCO FORTES	919	34	360	295	367
CÉSAR ABREU	964	77	748	96	758
SÔNIA MARIA SCHMITZ	334	26	192	322	315
TOTAL	3171	187	1727	755	1866



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA TERCEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Ação Rescisória	2	0	0	0	0
Ação Civil Pública	28	0	6	11	6
Ação de Improbidade Admin. (Lei 8.429/92)	7	0	0	1	0
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	28	18	4	23
Agravo de Instrumento	574	0	267	69	292
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	0	0	0
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	2	0	0	0
Apelação Cível	1961	0	1059	422	1143
Apelação Cível em (MS)	566	0	226	227	250
Conflito de Competência	13	0	5	2	5
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	29	25	0	25
Emb. Declaração Ap. Cível	0	92	84	1	84
Emb. Declaração Ap. Cível (MS)	0	24	27	2	27
Emb. Declaração Medida Cautelar	0	3	0	3	0
Exceção de Suspeição	3	0	2	0	2
Habeas Corpus	1	0	3	0	3
Mandado de Segurança	13	0	3	6	3
Medida Cautelar de Seqüestro	0	1	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	0	6	1	2	1
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	2	0
Pedido Exec. de Honorários Advocatícios	1	1	0	2	0
Reclamação	0	0	1	0	1
TOTAL	3171	187	1727	755	1866



QUADRO ANUAL DA CÂMARA CIVIL ESPECIAL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
SILVEIRA LENZI	148	1952	175	1508	133	452	125	182
NILTON MACEDO MACHADO	122	265	43	280	39	111	41	0
VICTOR FERREIRA	210	1977	171	1591	107	363	108	297
MARIA DO ROCIO SANTA RITTA	0	1022	158	692	95	305	102	88
SÉRGIO IZIDORO HEIL	125	928	73	866	52	208	53	0
RONALDO MORITZ M. SILVA	0	786	64	280	40	184	36	346
TOTAL	605	6930	684	5217	466	1623	465	913

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA CIVIL ESPECIAL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
SILVEIRA LENZI	1952	175	133	452	125
NILTON MACEDO MACHADO	265	43	39	111	41
VICTOR FERREIRA	1977	171	107	363	108
MARIA DO ROCIO SANTA RITTA	1022	158	95	305	102
SÉRGIO IZIDORO HEIL	928	73	52	208	53
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	786	64	40	184	36
TOTAL	6930	684	466	1623	465



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA CIVIL ESPECIAL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	435	346	36	345
Agravo de Instrumento	6930	0	0	1477	0
Agravo do art. 39 da Lei 8038/90	0	6	6	0	6
Agravo do Art. 527 III do CPC em AI	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	107	98	5	98
Agravo (§ 3º, Art.4º da lei 8437/92 do CPC) em AI	0	1	1	0	1
Emb. de Declaração no Agravo de Instrumento	0	131	14	103	14
Petição em Agravo de Instrumento	0	2	0	2	0
TOTAL	6930	684	466	1623	465

QUADRO ANUAL DA CÂMARA DE FÉRIAS CIVIL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
CÉSAR ABREU	0	13	12	0	9	16	5	0
NICANOR DA SILVEIRA	0	12	5	0	10	7	10	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	87	35	0	32	90	32	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	17	12	0	16	13	16	0
MARCUS TÚLIO SARTORATO	0	65	17	0	18	64	18	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	67	11	0	12	66	12	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	48	11	0	13	46	13	0
TOTAL	0	309	103	0	110	302	106	0



DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA DE FÉRIAS CIVIL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
CÉSAR ABREU	13	12	9	16	5
NICANOR DA SILVEIRA	12	5	10	7	10
SÉRGIO IZIDORO HEIL	87	35	32	90	32
SÔNIA MARIA SCHMITZ	17	12	16	13	16
MARCUS TÚLIO SARTORATO	65	17	18	64	18
JORGE SCHAEFER MARTINS	67	11	12	66	12
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	48	11	13	46	13
TOTAL	309	103	110	302	106

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA DE FÉRIAS CIVIL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Agravo (art. 557 § 1º do CPC)	0	48	47	1	45
Agravo de Instrumento	255	0	0	255	0
Agravo Regimental (MS)	0	7	7	0	7
Agravo Reg. em Agravo de Instrumento	0	28	28	0	27
Apelação Cível	1	0	0	1	0
Emb. Declaração no Agravo de Instrumento	0	20	0	20	0
Habeas Corpus	28	0	28	0	27
Mandado de Segurança	20	0	0	20	0
Petição em Apelação Cível	2	0	0	2	0
Petição em MS	3	0	0	3	0
TOTAL	309	103	110	302	106



QUADRO ANUAL DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
AMARAL E SILVA	10	30	0	0	30	0	28	10
JORGE MUSSI	1	0	0	0	1	0	2	0
GASPAR RUBIK	9	22	2	0	6	0	13	27
SOUZA VARELLA	1	11	1	0	1	0	0	12
SÉRGIO PALADINO	12	28	3	0	35	0	34	8
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	13	24	3	0	32	0	36	8
SOLON D'EÇA NEVES	8	31	0	0	31	0	32	8
IRINEU JOÃO DA SILVA	14	27	1	0	32	3	35	7
TORRES MARQUES	9	26	1	0	30	0	29	6
JAIME RAMOS	2	1	0	0	3	0	3	0
JORGE SCHAEFR MARTINS	0	0	0	0	0	0	1	0
NEWTON JANKE	3	6	0	0	9	0	6	0
CARSTENS KÖHLER	10	18	2	0	29	1	30	0
JÂNIO MACHADO	5	7	1	0	13	0	13	0
TOTAL	97	231	14	0	252	4	262	86

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
AMARAL E SILVA	30	0	30	0	28
JORGE MUSSI	0	0	1	0	2
GASPAR RUBIK	22	2	6	0	13
SOUZA VARELLA	11	1	1	0	0
SÉRGIO PALADINO	28	3	35	0	34
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	24	3	32	0	36
SOLON D'EÇA NEVES	31	0	31	0	32
IRINEU JOÃO DA SILVA	27	1	32	3	35
TORRES MARQUES	26	1	30	0	29



DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
JAIME RAMOS	1	0	3	0	3
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	0	0	0	1
NEWTON JANKE	6	0	9	0	6
CARSTENS KÖHLER	18	2	29	1	30
JÂNIO MACHADO	7	1	13	0	13
TOTAL	231	14	252	4	262

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Emb. Declaração Revisão Criminal	0	11	7	1	7
Emb. de Declaração em Embargos Infringentes	0	2	3	0	3
Embargos de Declaração Inquérito	0	1	0	0	0
Embargos Infringentes	16	0	21	0	24
Inquérito	1	0	1	0	1
Revisão Criminal	214	0	220	3	227
TOTAL	231	14	252	4	262



QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
AMARAL E SILVA	179	593	10	0	587	5	584	190
JORGE MUSSI	0	0	0	0	0	0	10	0
GASPAR RUBIK	251	389	4	0	173	1	260	470
SOUZA VARELLA	18	356	1	0	145	0	119	230
SOLON D'EÇA NEVES	191	663	14	0	597	0	608	271
JAIME RAMOS	0	0	0	0	0	0	1	0
NEWTON JANKE	83	102	1	0	185	1	183	0
CARSTENS KÖHLER	164	315	10	0	487	2	490	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	1	24	5	0	29	1	30	0
JÂNIO MACHADO	74	244	3	0	319	2	305	0
TOTAL	961	2686	48	0	2522	12	2590	1161

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
AMARAL E SILVA	593	10	587	5	584
JORGE MUSSI	0	0	0	0	10
GASPAR RUBIK	389	4	173	1	260
SOUZA VARELLA	356	1	145	0	119
SOLON D'EÇA NEVES	663	14	597	0	608
JAIME RAMOS	0	0	0	0	1
NEWTON JANKE	102	1	185	1	183
CARSTENS KÖHLER	315	10	487	2	490
SÔNIA MARIA SCHMITZ	24	5	29	1	30
JÂNIO MACHADO	244	3	319	2	305
TOTAL	2686	48	2522	12	2590



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Agravo de Instrumento	45	0	30	3	29
Agravo Regimental (MS)	0	1	1	0	1
Apelação Criminal	1504	0	1420	1	1453
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	32	0	10	0	10
Autos Suplementares em Inquérito	1	0	2	0	2
Carta Testemunhável	0	0	0	0	2
Conflito de Jurisdição	9	0	7	0	11
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	1	1	0	1
Emb. Declaração na Apelação Criminal	0	30	32	0	34
Emb. Declaração no Habeas Corpus	0	5	4	0	4
Emb. Declaração no Inquérito	0	2	1	0	1
Emb. Declaração Recurso Criminal	0	7	7	0	7
Exceção de Impedimento	1	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	3
Habeas Corpus	634	0	584	4	598
Habeas Data	1	0	1	0	2
Inquérito	59	0	33	0	34
Interpelação	2	0	2	0	2
Mandado de Segurança	18	0	17	0	17
Medida Cautelar Incidental	0	0	0	0	1
Medida Cautelar de Seqüestro	1	0	0	0	0
Notícia Criminal	9	0	7	2	7
Pedido de Correição	1	0	0	0	0
Pedido de Desaforamento	6	0	4	0	4
Pedido de Explicações	0	0	0	0	2
Processo Crime	39	0	4	0	2
Queixa Crime	0	0	1	0	1
Reclamação	21	0	21	2	20
Recurso Criminal	183	0	210	0	215
Recurso de Agravo	87	0	94	0	98
Recurso em Mandado de Segurança	10	0	13	0	13
Representação	1	0	1	0	2
Susp. Condicional do Proc. em Proc. Crime	0	1	0	0	0
Termo Circunstanciado	21	0	12	0	12
TOTAL	2686	48	2522	12	2590



QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
ALBERTO COSTA	0	0	0	0	0	0	0	0
SÉRGIO PALADINO	129	663	21	0	653	2	645	158
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	63	602	12	1	573	13	576	92
IRINEU JOÃO DA SILVA	139	652	31	0	685	10	687	127
TORRES MARQUES	52	559	13	0	497	54	507	73
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	0	0	0	0	1	0
JAIME RAMOS	22	57	6	0	78	7	77	0
NEWTON JANKE	0	0	1	0	1	0	1	0
CARSTENS KÖHLER	2	71	1	0	74	0	72	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	41	0	1	37	5	37	0
TOTAL	407	2645	85	2	2598	91	2603	450

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
ALBERTO COSTA	0	0	0	0	0
SÉRGIO PALADINO	663	21	653	2	645
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	602	12	573	13	576
IRINEU JOÃO DA SILVA	652	31	685	10	687
TORRES MARQUES	559	13	497	54	507
NILTON MACEDO MACHADO	0	0	0	0	1
JAIME RAMOS	57	6	78	7	77
NEWTON JANKE	0	1	1	0	1
CARSTENS KÖHLER	71	1	74	0	72
SÔNIA MARIA SCHMITZ	41	0	37	5	37
TOTAL	2645	85	2598	91	2603



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Agravo de Instrumento	76	0	63	16	63
Agravo do art. 557, par. 1º CPC	0	2	2	0	2
Apelação Criminal	1485	0	1473	29	1469
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	43	0	26	0	24
Carta Testemunhável	2	0	5	0	5
Conflito de Jurisdição	7	0	7	0	7
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	3	3	0	3
Emb. Declaração na Apelação Criminal	0	50	49	0	47
Emb. Declaração na Reclamação	0	1	0	1	0
Emb. Declaração no Habeas Corpus	0	7	7	0	7
Emb. Declaração no Inquérito	0	1	1	0	1
Emb. Declaração no Processo Crime	0	5	4	0	4
Emb. Declaração Recurso Criminal	0	12	13	0	13
Exceção de Suspeição	2	0	1	0	1
Habeas Corpus	628	0	572	12	587
Inquérito	60	0	30	11	29
Interpelação	1	0	0	0	0
Mandado de Segurança	12	0	10	2	10
Notícia Criminal	0	0	1	0	1
Pedido de Afastamento em Inquérito	0	1	1	0	1
Pedido de Desaforeamento	1	0	1	0	1
Processo Crime	35	0	29	0	27
Queixa Crime	0	0	2	0	2
Reclamação	25	0	18	9	20
Recurso Criminal	180	0	179	6	178
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Recurso de Agravo	70	0	79	1	80
Recurso de Habeas Corpus	3	0	3	0	2
Recurso em Mandado de Segurança	8	0	7	0	7
Representação	0	0	2	3	2
Termo Circunstanciado	7	0	7	1	7
TOTAL	2645	85	2598	91	2603



QUADRO ANUAL DA CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL — 2004

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2003	DISTRIBUIDOS	INCIDENTES	RECEBIDOS	DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2005
					POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO		
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	38	5	0	39	4	39	0
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	0	36	1	0	35	2	33	0
JAIME RAMOS	0	92	0	0	78	14	78	0
JOSÉ CARLOS CARSTEN KÖHLER	0	78	0	0	69	9	69	0
SOUZA VARELLA	0	37	0	0	31	6	30	0
NEWTON JANKE	0	35	1	0	36	0	37	0
TOTAL	0	316	7	0	288	35	286	0

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL, POR RELATOR, EM 2004.

DESEMBARGADORES	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
SALETE SILVA SOMMARIVA	38	5	39	4	39
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	36	1	35	2	33
JAIME RAMOS	92	0	78	14	78
JOSÉ CARLOS C. KÖHLER	78	0	69	9	69
SOUZA VARELLA	37	0	31	6	30
NEWTON JANKE	35	1	36	0	37
TOTAL	316	7	288	35	286



RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E ASSINADOS, NA CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL, POR CLASSE, EM 2004.

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		ASSINADOS
	PROCESSOS	INCIDENTES	POR ACÓRDÃO	POR DESPACHO	
Agravo de Instrumento	27	0	0	27	0
Agravo Regimental (MS)	0	2	0	2	0
Emb. Declaração no (MS)	0	1	0	1	0
Emb. Declaração no Habeas Corpus	0	4	4	0	4
Habeas Corpus	284	0	283	1	281
Habeas Data	1	0	1	0	1
Mandado de Segurança	4	0	0	4	0
TOTAL	316	7	288	35	286

Diretoria de Documentação e Informações

Diretor:

Bel. Almir Tadeu Peres



ASSESSORIA TÉCNICA

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase principal de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (base de jurisprudência)

Foi realizada uma atualização da infobase informatizada de acórdãos, referente ao período de agosto de 2002 a dezembro de 2004, com a disponibilização de 36.250 acórdãos com seu inteiro teor. Na rede interna, foi utilizado o Fólio *Views* e na internet o *Oracle*;

Foram identificados 1.132 acórdãos como segredo de justiça, dentre os 36.250 apontados, com a respectiva abreviação dos nomes das partes – acórdãos estes já disponibilizados na infobase da intranet e *internet*.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase complementar de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Foram realizadas 10 atualizações da infobase informatizada complementar de acórdãos durante o ano de 2004 referente ao período de agosto de 2002 a dezembro de 2004 com a disponibilização de 36.250 acórdãos com seu inteiro teor, na rede interna do Tribunal e nas comarcas do Estado.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de despachos das vice-presidências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Foi realizada uma atualização desta infobase informatizada de despachos das Vice-Presidências com a disponibilização de 1.383 despachos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal.



Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos das Turmas de Recursos

Foram realizadas 4 atualizações da infobase informatizada de acórdãos das Turmas de Recursos com a disponibilização de 2.251 acórdãos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal e na *internet*, totalizando atualmente 2.777 acórdãos em seu inteiro teor, sendo:

- 464 da Primeira Turma de Recursos da Capital na sua forma integral;
- 353 da Segunda Turma de Recursos de Blumenau na sua forma integral;
- 148 da Terceira Turma de Recursos de Chapecó na sua forma integral;
- 352 da Quarta Turma de Recursos de Criciúma na sua forma integral;
- 321 da Quinta Turma de Recursos de Joinville na sua forma integral;
- 322 da Sexta Turma de Recursos de Lages na sua forma integral;
- 291 da Sétima Turma de Recursos de Itajaí na sua forma integral.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Conselho da Magistratura

Foram realizadas 3 atualizações da infobase informatizada de acórdãos do Conselho da Magistratura com a disponibilização de 930 acórdãos em seu inteiro teor, desde o ano de 1990, com acesso restrito, mediante senha.

Acompanhamento, manutenção e atualização da base de Resoluções Administrativas

Atualização diária da base de resoluções administrativas e o respectivo índice com a disponibilização na *internet* e intranet de 72 resoluções relativas ao ano de 2004, assim constituídas:

- Resoluções TJ 10;
- Resoluções RC 4;
- Resoluções GP 38;
- Resoluções CM 5;
- Resoluções DOF 15.

As Resoluções estão disponíveis na intranet no endereço: Administração-Normas e Manuais-Resoluções, bem como o índice das resoluções gerenciado pelo *software Index Server*.



Acompanhamento, manutenção e atualização das bases jurídicas informatizadas

- Regimento Interno do TJSC
- Atos Regimentais do TJSC
- Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina
- Súmulas do TJSC
- Resoluções: GP/TJ/CM/DA/DEF/DDP/DMP/FRJ
- Constituição do Estado de Santa Catarina, incluindo Emendas Constitucionais e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade
- Lei nº 8.067/1990 – Fundo de Reparçamento do Judiciário

Atendimento à pesquisa jurídica virtual (CD-ROM, bases jurídicas na *internet* e bases internas

Atendimento por meio do *E-mail* Juris: 6/dia, 30/semana, 120/mês x 10 meses: 1.200 atendimentos.

Atendimento por meio do *E-mail* JURIS: pesquisas jurídicas especializadas e outras informações solicitadas por magistrados, assessores jurídicos, advogados e público em geral.

Resposta a dúvidas sobre forma de busca de acórdãos na *internet* e outros assuntos inerentes à recuperação rápida da informação.

Remessa, por *E-mail* ou fax, de acórdãos ou de documentos jurídicos solicitados.

Banco de legislação de Santa Catarina

Monitoramento da base da legislação de Santa Catarina, disponível na *internet* no endereço: <http://leis.jol.com.br>, por meio de senhas de acesso, com leis na íntegra desde 1973, atualizada até 2004.

Total de acessos mês/ano: 130x10 = 1.300 (10 meses).

Produção do CD-ROM, vol. 6, do acervo de acórdãos do TJSC

Foi finalizado no dia 22 de dezembro o *CD-ROM*, volume 6, do acervo de acórdãos do TJSC, que neste ano será dividido em dois *CD-ROM's*, sendo que um conterà toda a jurisprudência cível, e o outro, a jurisprudência penal, e, ainda, acórdãos das Turmas de Recursos, Constituição Estadual, Súmulas do TJSC, Regimento Interno, Atos Regimentais, Provimentos e Circulares da Corregedoria-Geral da Justiça, com busca automática por assunto, sob o gerenciamento do *software* Fólio Views na versão 4.2.



Outros serviços correlatos à Assessoria Técnica

Em meados do mês de junho, foi atualizada a pasta de arquivos dos Atos Regimentais, com remissão das suas respectivas modificações, bem como a legislação estadual específica, impressas na Gráfica do Tribunal.

Em novembro, foi editado e atualizado o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, contendo toda a legislação complementar específica, reunida num só volume brochura, com suas respectivas modificações nos artigos do Código, com a Lei correspondente que a alterou, bem como as normas administrativas (Atos Regimentais, Resoluções), que fazem parte da regulamentação dos artigos do Código, impresso pela Gráfica do Tribunal.

Coube também a esta Assessoria, com a Gráfica do Tribunal, a elaboração e confecção da capa, da contracapa, do encarte e do cartaz para a divulgação e venda do *CD-ROM*, vol. 6, da Jurisprudência Catarinense.

Remessa de acórdãos para as revistas LEX e RT – Total: 350 acórdãos.

Produção do *CD-ROM* de Direito Bancário do TJSC

Foi criada uma nova infobase contendo todos os julgados das 3 Câmaras de Direito Comercial, totalizando 19.610 acórdãos, com pesquisa pelo *software* Fólio Views.

ACOMPANHAMENTO DAS ETAPAS DOS PROJETOS E MANUTENÇÃO DE SUAS RESPECTIVAS AÇÕES

Acompanhar a gestão dos projetos definidos pelo Planejamento Estratégico, coordenando, avaliando o seu desenvolvimento, e garantindo a integração de recursos e esforços.

Interagir no processo da elaboração da proposta orçamentária da Diretoria, com base nos objetivos e nas metas estabelecidas, de acordo com as prioridades.

DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Protocolo judicial expresso

Foi implantado no Centro de Atendimento e Informações do Tribunal de Justiça o Protocolo Judicial Expresso, visando a proporcionar o mais rápido atendimento a advogados e partes na protocolização de petições intermediárias dirigidas ao Tribunal de Justiça.

Algumas comarcas aglutinaram serviços diferenciados nos Centros de Atendimento e Informações para maior satisfação de seus usuários, personalizando os serviços de acordo com suas necessidades.



Centro de Atendimento e Informações

Usuários: advogados, estudantes e público em geral.

- Advogados – 6.800
- Partes – 4.000
- Outros – 10.722
- Acordãos – 9.200
- Informações por telefone: 15.700
- Informações por *E-mail*: 32.500

Total de pessoas atendidas no Centro: 20.000

Implantação da Central de Cadastramento do Tribunal de Justiça

Foi implantada uma nova estrutura na recepção do Tribunal de Justiça para controle do acesso ao prédio. O sistema está proporcionando maior segurança e melhor orientação aos que procuram os setores e os gabinetes.

Museu do judiciário catarinense: Projeto: “DIFUSÃO DA MEMÓRIA”

OPERAÇÃO I: Exposição comemorativa dos 113 anos do Tribunal de Justiça.

Local: Beiramar Shopping.

Período: 1º a 10 de outubro de 2004.

Assinaram o livro de presença 1.177 pessoas.

Média de visitas por dia: 117 pessoas.

Perfil do público visitante: clientes habituais do *Shopping*, estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, turistas nacionais e estrangeiros, advogados, pesquisadores (História, Direito, Ciências Sociais e de Comunicação), magistrados, procuradores, servidores do Judiciário de outros Estados e servidores públicos em geral.

Acervo histórico exposto: documentos históricos e fotografias que mostram a criação e a instalação do Tribunal de Justiça, mobiliário antigo, peças e objetos que contam a história do Judiciário catarinense, fotografias do plenário antigo e do atual, fotografias dos prédios que abrigaram a sede do Poder Judiciário catarinense nestes 113 anos.

OPERAÇÃO II: Exposição permanente no Tribunal de Justiça.

Local: *Hall* superior do Anexo do TJ.

Período: 5-1 a 1º-12 de 2004 (221 dias úteis).

Assinaram o livro de presença: 1.328 pessoas.

Média de visitantes por dia: 11 pessoas.



Perfil do público visitante: estudantes de Direito das Universidades federal e estadual (não agendadas).

Total geral: 2.515 visitantes (foram distribuídos 2.515 impressos – *folders* e cadernos com histórico da Justiça para as escolas)

Visitas agendadas e monitoradas no Museu

Turmas do Curso de Direito: 17; turmas de Ensino Fundamental: 8; grupo de servidores do Judiciário: 1.

Total geral de grupos: 26 (vinte e seis)

Operações executadas do Projeto: “Controle e preservação do Acervo Histórico do Judiciário catarinense”

Operação I: pesquisa de Acervo documental

Pesquisas para o livro “As Comarcas de Santa Catarina”:

Foram realizadas pesquisas para obter informações de dados pessoais de 94 magistrados do Judiciário catarinense e de 6 promotores do Ministério Público de Santa Catarina.

Foram montados e arquivados, em pastas individuais, currículos e/ou informações funcionais de 170 magistrados.

Foram pesquisadas informações históricas sobre os 110 municípios catarinenses, sedes de comarcas.

Foi atualizada e incorporada ao acervo do Museu a distribuição de comarcas do Estado com o número de municípios agregados e o número de varas existentes naquelas.

Pesquisa sobre o Tribunal do Júri para o livro “As Comarcas de Santa Catarina”:

Fonte: Biblioteca do Tribunal de Justiça; Fórum da Capital – 1ª Vara Criminal; e site do Tribunal de Justiça.

Pesquisas na Biblioteca: com cópia da matéria necessária, contatos por e-mail e por telefone para fins de informações sobre a Justiça Militar em Santa Catarina.

Pesquisa de campo:

a) No IHGSC – Palácio Cruz e Souza, Câmara Municipal de Florianópolis; e Arquivo Estadual três expedientes vespertinos).

b) Foram necessários ainda dois expedientes na Assembléia Legislativa e três expedientes no Fórum da Capital, em dias de funcionamento do Tribunal do Júri.

c) Entrevista com o Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, em seu Gabinete no TJSC.

d) Foram autorizadas pela Juíza Presidente do Tribunal do Júri da Capital as reproduções fotográficas do Tribunal do Júri.



Pesquisas por contato telefônico, conforme listados abaixo:

- Anchieta
- Anita Garibaldi
- Araquari
- Biguaçu
- Camboriú
- Lages
- Capital
- Arquivo histórico
- Capivari de Baixo
- Correia Pinto
- Forquilha
- Guaramirim
- Itapoá
- Lages
- Associação dos Amigos do Museu Histórico Thiago de Castro
- Museu Malinverne Filho
- Laguna
- Antonio Carlos Marega – **museólogo**
- Otacílio Costa
- São Francisco do Sul
- Santa Rosa do Sul
- Comarca do Norte da Ilha
- Fórum do Estreito
- Museólogo de Laguna
- Assembléia Legislativa
- Centro da Memória
- Arquivo Histórico de Balneário Camboriú
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
- Câmara Municipal de Florianópolis
- Arquivo Público Estadual
- Arquivo Histórico Municipal
- Prefeitura Municipal de Florianópolis
- Pesquisa com os Magistrados:
 - Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
 - Dra. Naiara Brancher Duarte Cardoso
 - Dra. Siomara Gama d'Eça Morgenstern
- São Bento do Sul (48) 222-3414

Pesquisas históricas solicitadas por usuários

- 1) Pesquisas solicitadas e atendidas: pessoalmente 25 (vinte e cinco).
- 2) Pesquisas solicitadas e atendidas por *E-mail*: 17 (dezesete).



Recolhimento de Documentos para o Acervo

Viagens para o recolhimento de processos históricos nas Comarcas, para compor o acervo:

- comarca de Xaxim: **33** processos
- comarca de Concórdia: **20** processos
- comarca de Papanduva: **14** processos
- comarca de Tubarão: **91** processos
- comarca de Abelardo Luz: **74** processos
- comarca de Rio do Sul: **130** processos
- comarca de Araranguá: **235** processos
- comarca de Campos Novos: **224** processos

Capela Ecumênica Santa Catarina de Alexandria

Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira das 10 às 16 horas (sábado e domingo: visitação mediante prévio agendamento).

Relíquias em exposição: pedaço da 5ª costela direita de Santa Catarina de Alexandria; pedra do Monte Sinai; ícone de Santa Catarina; e tela do artista plástico Flávio, representando Santa Catarina de Alexandria.

Atividades oferecidas: Liturgias de vários ritos (batismo, rito memorial, celebrações ecumênicas, palestras bíblicas, encontros religiosos e espaço para meditação).

Média de visitas por mês: 150 pessoas.

Perfil dos visitantes: pessoas da comunidade que freqüentam o Foro da Capital e o Tribunal, grupos e associações religiosas locais e de outras cidades (Itajaí, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Fortaleza – CE).

Serviços prestados à comunidade: celebração de aniversário de Santa Catarina (dia 25/11), Páscoa, Natal para os servidores e familiares, cerimônias de batismo, casamento, missa de sétimo dia no ritual católico.

A Capela está dotada de monitoramento de segurança, ar-condicionado, sonorização, conta também com um zelador, responsável pela manutenção e orientação às visitas.

Os pedidos para a utilização da Capela Ecumênica devem ser encaminhados à Diretoria de Documentação e Informações, pelo *E-mail* capelatj@tj.sc.gov.br ou pelo telefone: (48)221-1470.

Novo sistema de protocolo administrativo

A Seção de Protocolo foi ampliada e reformada, sendo melhoradas as condições de trabalho e atendimento aos usuários internos e externos, foi desenvolvido, com a Diretoria de Informática, um novo Sistema de Protocolo, que agilizará os serviços e facilitará as consultas. O sistema está pronto, faltando apenas a conversão dos dados pela Diretoria de Informática.



Estatística processual

Cadastramento de 22.546 processos administrativos e 1.328 precatórios e arquivamento de 10.270 processos no Arquivo Setorial.

Consultas de processos administrativos e precatórios: em média 25 por dia, aproximadamente 6.000 ao ano.

Movimento de processos administrativos e precatórios: em média 35 por dia, aproximadamente 8.400 ao ano.

Anexação, juntada, apensação e retirada de processos: em média 10 por dia, aproximadamente 2.400 ao ano.

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

Visando à busca constante da modernização, seja por meio de tecnologias ou pela capacitação de seus funcionários, a Biblioteca tem procurado atender a demanda e sempre oferecer melhorias aos usuários, cumprindo com o seu objetivo, que é a divulgação da informação com presteza e segurança.

Após dois anos de reforma, em consequência das graves infiltrações causadas por obras anteriores, realizadas na sua laje superior, retomou seu atendimento normal aos usuários no mês de dezembro de 2003, contando no ano de 2004 com um ambiente de trabalho saudável e agradável para todos os consulentes que aqui buscam informações para solucionar seus conflitos.

Novas estantes deslizantes para obras raras

Com o término das obras, buscando modernizar e, principalmente, atender as necessidades percebidas no decorrer do período, foi adquirido um sistema de estantes de arquivo deslizante para o Setor de Obras Raras. Primeiramente, foi realizada a higienização das obras e, depois, acondicionadas nesta sala com controle da temperatura e de umidade. Pode-se, assim, disponibilizar essas obras aos pesquisadores do Direito, valorizando cada vez mais as pesquisas.

Nova sinalização da biblioteca

Para que o usuário possa melhor situar-se no interior da Biblioteca, foi providenciada a colocação de nova sinalização, orientando cada serviço prestado. Além disso, para maior conforto, a sala de estudos individuais recebeu novos móveis.

Mural informativo

O mural de recortes de artigos publicados em jornais de circulação nacional voltou a ser exposto, sendo a primeira fonte de pesquisa para as novidades do mundo jurídico.



Consultas locais

Outros serviços dirigidos principalmente ao público interno, como as consultas locais, por fax, *E-mail* ou telefone, pedidos de orientação, auxílio e realização de pesquisas, que são realizados diariamente pelas funcionárias desta Biblioteca, também tiveram um aumento considerável.

Pesquisa informatizada

Além da pesquisa bibliográfica, a Biblioteca coloca à disposição de todos os seus usuários pesquisa informatizada de jurisprudência deste e de outros Tribunais de Justiça e Tribunais Superiores por meio de *sites* na *Internet* e também em CD's. Para a orientação e o auxílio aos usuários desta modalidade, contamos com a colaboração de um estagiário do curso de Direito.

Nova sistemática de aquisição de obras bibliográficas

Outro passo muito importante dado em parceria com a Diretoria de Informática e a Diretoria de Material e Patrimônio foi a nova sistemática de requisição e entrega de obras bibliográficas por meio do Sistema de Registro de Preços – Resolução nº 18/2004-GP, de 13 de julho de 2004, com o objetivo de atender aos Magistrados, Cartórios, Diretorias e Assessorias, bem como para atualizar o acervo da Biblioteca do TJ e das Bibliotecas setoriais.

O sistema de Registro de Preços, apesar de ainda estar passando por alguns ajustes, facilitou ao magistrado requisitar suas obras e recebê-las no menor tempo possível. A entrega das obras pela nova sistemática de aquisição iniciou-se no mês de agosto do ano de 2004.

Em se tratando de acervo, houve um acréscimo considerável de novas aquisições, não só para Biblioteca do TJ, mas também para as Bibliotecas setoriais. A atualização deverá ser mantida, sempre que possível, obedecendo às sugestões encaminhadas à Divisão.

Após a aquisição, antes de serem encaminhadas, todas as obras, sob a responsabilidade da Seção de Bibliotecas Setoriais, passam por um preparo, que envolve o registro da origem, valor, setor ao qual se destinam, bem como, obrigatoriamente, recebem um número de Registro que equivale ao tombamento patrimonial. Esses dados, com os de identificação da obra, serão cadastrados em sistema próprio. As obras destinadas às Bibliotecas do Tribunal e setoriais recebem, além do tratamento descrito, também a classificação por assunto, etiquetas de bolso e lombada para possibilitar a organização e empréstimo do acervo. Somente depois de todos os procedimentos descritos, serão encaminhadas ao setor de destino.



Outros trabalhos realizados

Remessa para todos os Cartórios de Códigos atualizados.

Remessa para todas as Comarcas, sob a responsabilidade do Secretário do Foro, de obras básicas para o desenvolvimento dos trabalhos independentemente de possuir espaço físico destinado à biblioteca.

Atendimento dos pedidos de aquisição de obras técnicas para todas as Diretorias e Assessorias especiais do TJ.

Levantamento, regularização e novas assinaturas dos periódicos de interesse para constar no acervo da Biblioteca deste Tribunal.

Levantamento e solicitação de obras emprestadas em atraso.

Encaminhamento, por *e-mail*, de lembretes das obras que deverão ser entregues no dia seguinte.

Encaminhamento, por *e-mail*, para todos os Secretários Jurídicos e Magistrados, da legislação que envolva mudanças nos Códigos e Constituições.

Disponibilização, na página da Biblioteca, das novas aquisições.

Participação das servidoras nos seguintes eventos: XI Encontro Catarinense de Arquivos/VI Painel de Arquivos Municipais de Santa Catarina; Excelência no Atendimento ao Usuário de Bibliotecas; 18ª Bienal Internacional do Livro/SP; e Projetando *Websites* para Unidades de Informação.

Quadro estatístico – Livros e Periódicos adquiridos

Livros preparados p/ Biblioteca do TJ/ Seção de Processamento Técnico	1.705
Periódicos para a Biblioteca	569
Livros preparados p/ Gabinetes de Magistrados, Academia Judicial, Cartórios e demais setores, encaminhados pela Seção de Bibliotecas Setoriais	21.720
Livros encaminhados por empréstimo para os Magistrados das comarcas do interior	324
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de Balneário Camboriú	280
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de Blumenau	263
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de Chapecó	257
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de Criciúma	218
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de Itajaí	228
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de Joinville	285
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de Lages	118
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de São José	363
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da comarca de Tubarão	254
Empréstimos/devoluções/reservas realizadas pela Seção de Pesquisa e Referência	Média de 500 por dia
Higienização das obras raras	2.900

OBS.: a maior parte das aquisições para os Magistrados, Biblioteca do TJ, Bibliotecas Setoriais e demais setores foi feita somente a partir do mês de julho.



DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

- Disponibilização, até 30-11-2004, de 25.542 acórdãos provenientes dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça para serem utilizados pela Seção de Editais e para pesquisa.
- Aplicação de estilo e conferência de dados em campos específicos de cada acórdão para a base de dados.
- Controle de entrada e saída de processos da seção.
- Reunião, em documento único, de acórdão e respectivo voto das decisões tomadas por maioria dos membros dos órgãos julgadores.
- Atualização do programa de cadastramento de matérias publicadas no Diário da Justiça.
- Editoração eletrônica do Diário da Justiça.
- Disponibilização, na intranet, das matérias publicadas no Diário da Justiça.
- Confeção das coletâneas de acórdãos.
- Cadastramento de 25.542 acórdãos a serem arquivados.
- Conferência dos acórdãos cadastrados.
- Arquivamento dos acórdãos.
- Distribuição de acórdãos aos Desembargadores e à Diretoria Judiciária.
- Transmissão de matérias administrativas, oriundas das diversas unidades do Tribunal, para publicação no Diário Catarinense.
- Envio de acórdãos por correio eletrônico.
- Implementação de sistema de coleta de documentos para publicação no Diário da Justiça.
- Confeção da revista Jurisprudência Catarinense, vols. 102 (2º trim. 2003) e 103 (3º trim. 2003).
- Distribuição da revista Jurisprudência Catarinense (vols. 101 e 102).
- Revisão de 1.871 acórdãos dos Desembargadores e Juizes abaixo relacionados:

Fernando Carioni	907
Rui Fortes	488
Solon d'Eça Neves	334
Mazoni Ferreira	307
Salim Schead dos Santos	36
Gaspar Rubik	31
Carlos Prudêncio	26
Cesar Abreu	18
Jorge Schaefer Martins	14
Jânio Machado	11
Wilson Nascimento	1
Sérgio Baasch Luz	1
Gastaldi Buzzi	1
Jaime Ramos	1
Newton Janke	1
Carstens Köhler	1

- Revisão de 96 Atas (1ª e 2ª revisões): do Tribunal Pleno; Órgão Especial; Conselho da Magistratura; Asplan.
- Outros documentos revisados (total de 125):
 - Atos Regimentais.
 - Apostilas.
 - Programas diversos.
 - Matérias para publicação na *internet*.
 - Relatórios de avaliação.
 - Folders* da Diretoria de Saúde.
 - Discursos de Desembargadores.
 - Ofícios.
 - Quadros anuais das Câmaras de Férias.
 - Relatórios anuais das Diretorias.



DIVISÃO DE ARQUIVO CENTRAL

- Foram recebidas, organizadas e arquivadas as seguintes Séries Documentais oriundas dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça:
 - 21.000 Processos judiciais.
 - 10.000 Processos administrativos funcionais, ano 2003.
 - Empenhos e Orçamentos, ano 2001 e 2002.
 - Processos e documentos da Corregedoria, diversos anos.
 - Boletim Financeiro, anos 1999 a 2002.
 - Balancetes mensais, anos 1999 a 2002.
 - Processos de precatório, anos 1987 a 2003.
 - Relatório Estatístico de Consumo de Material, anos 1995 a 1999.
 - Fichas de estoque, anos 1995 a 1999.
 - Processos de baixa de bens, anos 1992 a 1997.
 - Mapas Estatísticos, anos 1997 a 2001.
- Foram realizadas auditoria, troca de caixas e etiquetas na documentação administrativa do Tribunal de Justiça (aproximadamente 1.500 caixas).
- Foram realizadas pesquisas na documentação textual, microfilmada, do Tribunal de Justiça, conforme quadro abaixo:

Arquivo	Tempo empregado/horas	Quantidade de cópias
Arquivo Microfilme	229 horas	8.705
Arquivo Textual	215 horas	-
Total	444 horas	8.705 cópias

- Foi feita a transferência do acervo documental das comarcas de Rio do Sul, Brusque e São João Batista para o prédio do Arquivo Central do Poder Judiciário, localizado às margens da BR 101, Km 210. A massa documental transferida é de aproximadamente 100.000 processos judiciais.
- Foram desarquivados 5.810 processos judiciais oriundos das comarcas da Grande Florianópolis, Tribunal de Justiça e Rio do Sul, assim distribuídos:

Comarca	Processos desarquivados
Arquivo Tribunal de Justiça	221
Capital	3.250
São José	1.075
Palhoça	588
Biguaçu	385
Santo Amaro da Imperatriz	256
Auditoria da Justiça Militar	5
Rio do Sul	35
Fórum Regional do Estreito	-
Total	5.810



- Foi feita a substituição das etiquetas de identificação das 2.830 caixas de microfimes.
- Foram preparados e encaminhados ao CIASC, para microfilmar e posteriormente conferir, as seguintes séries documentais:

Série	Quantidade de Fotogramas	Quantidade de Rolos de Microfilmes
Diário Oficial da União	43.200	8
Diário da Justiça da União	206.450	33
Diário da Justiça do Estado de SC	60.576	12
Processos de Precatório	101.300	20
Processos de Promoção e Remoção de Juizes	38.400	8
Portarias–DARH	25.100	5
Portarias do Gabinete da Presidência	15.600	3
Processos do Conselho da Magistratura	108.900	21
Provimentos	2.300	1
Processos da Divisão Administrativa–CGJ	25.900	5
Processos da Divisão Judiciária – CGJ	62.700	13
Processos da Corregedoria-Geral da Justiça	127.900	30
Processos do Gabinete do Corregedor	62.375	14
Total	880.701	173

Participações em Cursos e Eventos

1ª REUNIÃO DOS ARQUIVOS JUDICIAIS DA REGIÃO SUL, realizada na cidade de Porto Alegre/RS, no dia 11-5-2004.

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS: UMA ABORDAGEM ARQUIVÍSTICA, Seminário da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo, realizado na cidade de São Paulo, no dia 24-5-2004.

VI PAINEL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, realizado na cidade de Florianópolis/SC, nos dias 13,14 e 15 de setembro de 2004.

Diretoria Geral Administrativa

Diretor-Geral:

Bel. Sérgio Galliza

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Diretor:

Eng. Vitor Damiani



FÓRUNS REFORMADOS / TJSC	M ² REFORMADOS	VALOR DOS INVESTIMENTOS	DATA DA ENTREGA
REFORMA DA DJ, DMP DRH E GABINETES PRÉDIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.549,00	R\$ 815.336,68	ABRIL DE 2004
CONCLUSÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE CHAPECÓ	7.737,00	R\$ 983.989,19	JULHO DE 2004
REFORMA/AMPLIAÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE VIDEIRA	1.750,11	R\$ 1.128.092,13	DEZEMBRO DE 2004
REFORMA/AMPLIAÇÃO INTERNA PRÉDIO DA GRÁFICA	401,96	R\$ 132.273,03	MAIO DE 2004
REFORMA PAVIMENTAÇÃO COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA	1.216,00	R\$ 29.922,80	JANEIRO DE 2004
ADAPTAÇÃO PRÉDIO PROVISÓRIO DA COMARCA DE LAGUNA	1.211,73	R\$ 80.111,15	ABRIL DE 2004
ADAPTAÇÃO PRÉDIO PROVISÓRIO DA COMARCA DE ARARANGUÁ	1.843,00	R\$ 151.714,60	ABRIL DE 2004
REFORMA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	15.562,93	R\$ 158.717,95	JULHO DE 2004
INSTALAÇÃO CLIMATIZAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ	5.510,46	R\$ 237.850,00	ABRIL DE 2004
IMPERMEABILIZAÇÃO PARCIAL DO ESTACIONAMENTO E LIGAÇÃO TRIBUNAL DE JUSTIÇA / FÓRUM CAPITAL	720,38	R\$ 262.976,89	JUNHO DE 2004
REFORMA ANTIGO PRÉDIO DO FÓRUM DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	822,00	R\$ 147.779,47	DEZEMBRO DE 2004
AMPLIAÇÃO E EMBASAMENTO DO PRÉDIO DO TJ SETORES H e I	1.843,40	R\$ 1.454.472,94	DEZEMBRO DE 2004
SISTEMA DE CAPTAÇÃO E DRENAGEM DA ÁGUA DE CONDENSÇÃO			
DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO PRÉDIO DO TJ	15.562,93	R\$ 34.946,24	DEZEMBRO DE 2004
TOTAL	55.730,90	R\$ 5.618.183,07	

OBRAS EM ANDAMENTO	M ²	VALOR DE CONTRATO	PREVISÃO DE ENTREGA
REFORMA/AMPLIAÇÃO FÓRUM DE LAGUNA	3.028,36	R\$ 2.171.864,89	MAIO DE 2005
REFORMA/AMPLIAÇÃO FÓRUM DE ARARANGUÁ	2.846,91	R\$ 2.111.319,65	ABRIL DE 2005
REFORMA FÓRUM DA CAPITAL	8.648,58	R\$ 2.473.400,38	ABRIL DE 2005
REFORMA SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO FÓRUM DA CAPITAL	8.648,58	R\$ 468.350,00	NOVEMBRO DE 2005
CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ANEXO AO TJ	15.391,21	R\$ 14.220.705,12	MAIO DE 2006
CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE CONCÓRDIA	5.363,71	R\$ 5.482.206,94	ABRIL DE 2006
CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE ITAPEMA	1.566,23	R\$ 1.275.008,21	OUTUBRO DE 2005
CONSTRUÇÃO CASA DA CIDADANIA DE CAMPO ALEGRE	403,71	R\$ 378.377,48	AGOSTO DE 2005
TOTAL	45.897,29	R\$ 28.581.232,67	



INSTALAÇÃO DE NOVAS VARAS	M² CONSTRUÍDO	VALOR DOS INVESTIMENTOS	DATA DA ENTREGA
VARA BANCÁRIA - COMARCA DA CAPITAL	220,60	R\$ 176.671,46	OUTUB DE 2005
VARA INFÂNCIA, JUVENTUDE E ANEXOS - COMARCA DE SÃO JOSÉ	97,92	R\$ 11.439,85	OUTUB DE 2005
VARA CRIMINAL - BALNEÁRIO CAMBORIÚ	127,23	R\$ 14.943,88	NOVEMB DE 2005
VARA CRIIMINAL - JOINVILLE	130,57	R\$ 10.463,96	NOVEMB DE 2005
TOTAL	576,32	R\$ 213.519,15	

Observação - Administração tem também como prioridade a manutenção corretiva e preventiva nos prédios dos Fóruns e Tribunal de Justiça, além de execução de obras e reformas de pequeno porte.

Assim, o Poder Judiciário aplicou recursos na ordem de R\$ 3.000.000,00, destinados a pequenas obras e em conservação e manutenção dos imóveis de sua propriedade.

Diretoria de Informática

Diretor:

Bel. Simone Meurer



A evolução constante e em ritmo acelerado da tecnologia aplicada aos processos de negócio exige toda dedicação da Diretoria de Informática visando manter em bom funcionamento a estrutura atual do Poder Judiciário e propor os avanços necessários para posicionar a Instituição na vanguarda da prestação jurisdicional célere e racional.

Contando com um quadro de pessoal reduzido, distribuídos em 4 divisões, uma assessoria e duas secretarias, a Diretoria de Informática atua no projeto, desenvolvimento e manutenção de sistemas e da infra-estrutura necessária ao seu adequado funcionamento.

O presente relatório está dividido em tópicos relacionados aos sistemas e ao parque de informática, este com ênfase nas aquisições e instalações e aquele com destaque para as novas implementações. Destarte, ambos apresentarão tópicos relacionados a sua manutenção.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Visando manter a sistemática de compra de equipamentos estabelecida na última gestão, com a renovação do parque de informática, atendimento de novas demandas e manutenção dos estoques em níveis seguros, a Diretoria de Informática proporcionou a aquisição de microcomputadores, impressoras, monitores de vídeo e outros equipamentos destinados aos usuários de informática do Poder Judiciário.

Salientamos que todas as aquisições realizadas respeitaram os critérios, as quantidades e os limites preestabelecidos no planejamento orçamentário do Poder Judiciário. Outrossim, as licitações de equipamentos de informática, em geral, têm sido efetuadas na modalidade de pregão, proporcionando economias no valor final praticado.

Considerando as compras efetuadas no exercício, ressaltamos a distribuição de aproximadamente 500 microcomputadores, 110 impressoras laser e 300 leitores de código de barras, dentre outros destinados à manutenção e reposição de peças, para as comarcas e Tribunal de Justiça.

INSTALAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS

Seguindo as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, a Diretoria de Informática tem orientado prioritariamente seus esforços ao pleno atendimento das necessidades apresentadas pelas unidades que desempenham atividades finalísticas.

Durante o último ano foi dedicada atenção especial aos Gabinetes de Desembargadores, com a atualização de todas as máquinas Compaq (as mais antigas em utilização), permanecendo apenas a máquina utilizada como servidor de arquivos. Com o desenvolvimento deste programa preventivo junto aos gabinetes, muito tem-se reduzido o número de chamados para correção de problemas.

Destaca-se, também, a participação pró-ativa da Diretoria de Informática no apoio à realização dos mutirões de conciliação e cidadania promovidos pelo Poder Judiciário catarinense em diversas comarcas do Estado. Trata-se de projeto prioritário da Presidência do Tribunal de Justiça, para o qual foram preparadas 45 máquinas para o mutirão de São João Batista, 110 máquinas para Blumenau, 79 para Jaraguá do Sul e Guaramirim e 40 máquinas para Lages. Além disso, durante todo o período dos eventos a Diretoria de Informática manteve



técnicos de plantão no local, acompanhando os trabalhos e prestando todo apoio técnico necessário ao bom andamento dos mutirões.

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A informática configura-se, atualmente, como uma ferramenta de trabalho indispensável sob a ótica da execução das atividades com eficiência e eficácia. Em que pese todo o investimento em prevenção e orientação aos usuários, diariamente a Diretoria de Informática recebe solicitações de atendimento para solução de problemas.

Além disso, fornece suporte e orientação aos Técnicos de Suporte em Informática, técnicos lotados nas comarcas e em diretorias do Tribunal de Justiça, responsáveis pelo atendimento aos usuários e manutenção do parque de informática.

Destacamos, entre os inúmeros atendimentos prestados pela Diretoria de Informática, os seguintes números:

- Foram atendidos 2.112 pedidos de comarcas com equipamentos remanejados, peças de reposição e outros itens de informática, representando uma média de 8 pedidos por dia.
- Foram realizados aproximadamente 528 atendimentos via telefone às comarcas com dificuldades.
- Foram atendidos, nas dependências do Tribunal de Justiça, cerca de 8.000 chamados, representando uma média de 30 chamados por dia, referentes à instalação de computadores, impressoras, software, manutenção corretiva destes equipamentos e de outros bens de informática.

MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DE REDE

O crescente número de funcionários e a evolução constante dos softwares utilizados no Poder Judiciário exigem da estrutura de rede de informática constante ampliação e modernização, visando o atendimento adequado desta demanda.

Considerando esta realidade, a Diretoria de Informática procurou renovar os equipamentos que suportam a rede das comarcas e do Tribunal de Justiça. Nesse sentido foram adquiridos novos servidores de rede e switches para a substituição de hubs (equipamentos que controlam o tráfego na rede), onde havia sobrecarga na rede de computadores.

As comarcas que sofreram alteração no seu projeto de rede, recebendo cabeamento estruturado com fibra ótica, também foram agraciadas com a instalação de switches, proporcionando maior agilidade e segurança à rede interna. Neste rol figuram as comarcas de Tubarão, Brusque e Joinville, bem como alguns setores do próprio Tribunal de Justiça.

Já a renovação dos servidores de rede era necessária para suportar, de forma adequada, as novas aplicações que o Poder Judiciário passou a utilizar, tais como o novo servidor de e-mail e a nova versão do SAJ/PG. Assim sendo, foram adquiridos e distribuídos novos servidores de rede, com maior capacidade de processamento e memória, no Tribunal de Justiça e comarcas de São José, Capital / Estreito, Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, São Miguel do Oeste, entre outras para as quais foi feito o remanejamento de máquinas em melhor estado.

Apesar dos investimentos em rede já comentados, as unidades judiciárias avançadas ainda apresentavam performance reduzida na utilização do SAJ/PG. Diante deste fato, a Diretoria de Informática elaborou um



projeto e implementou, como piloto, uma solução de “Serviços de Terminal”, proporcionando uma melhoria na utilização do sistema em questão em localidades onde o acesso ao banco de dados é realizado por intermédio de linhas de comunicação de dados. Atualmente a referida solução está sendo avaliada nas comarcas de Itajaí (Univali) e Blumenau (Juizado Especial).

Certamente a evolução da infra-estrutura computacional disponível proporcionará um aumento da demanda reprimida por soluções de informática, visto que as aplicações passarão a oferecer maior segurança e performance. Diante deste fato, a Diretoria de Informática encaminhou projeto para aquisição de servidor de armazenamento de dados, o qual encontra-se atualmente em licitação. A importância do referido equipamento para o desenvolvimento de novas aplicações caracteriza-se pela robustez no armazenamento de informações e flexibilidade na manutenção do servidor, permitindo que a máquina não necessite ser desligada para a realização de manutenções.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS:

A implantação do SAJ/PG (Primeiro Grau) tornou-se um dos projetos prioritários da Diretoria de Informática, e tem provocado a realização de uma série de outros investimentos, visando o recebimento da nova versão do referido sistema e sua adequada utilização nas comarcas. Assim sendo, todas os setores da diretoria acabam se envolvendo com a implantação do SAJ/PG, respeitando suas competências.

No início da gestão, o desenvolvimento da nova versão do SAJ estava sendo concluído, sendo que 5 comarcas já possuíam o sistema instalado, a título de piloto. Atualmente são 21 comarcas, a saber: Balneário Camboriú, Blumenau, Bom Retiro, Brusque, Camboriú, Chapecó, Coronel Freitas, Criciúma, Descanso, Imaruí, Itajaí, Lages, Lebon Régis, Quilombo, Rio do Oeste, Santo Amaro da Imperatriz, São Domingos, São José, São Miguel do Oeste, Tubarão e Urubici. A atualização nas comarcas supracitadas representa a disponibilização do sistema a, aproximadamente, 35% do total de servidores do Poder Judiciário.

Para que o SAJ/PG esteja efetivamente disponível aos usuários, uma série de ações são desenvolvidas pela Diretoria de Informática visando a utilização posterior do sistema em sua plenitude. Tais medidas compreendem a instalação de memórias e discos rígidos com maior capacidade, padronizando o parque da comarca com equipamentos de 128 Mb de memória RAM e 4 Gb de disco rígido, no mínimo. Destarte, são retirados os microcomputadores tecnologicamente ultrapassados e redistribuídos equipamentos para um melhor aproveitamento da infra-estrutura existente. Destaque-se, ainda, a remessa de novos micros e impressoras, com ênfase para o atendimento das necessidades apresentadas pelos gabinetes de juízes, oficiais de justiça, setor de expedição, entre outros.

A preparação da comarca prevê, também, a revisão das rotinas administrativas e judiciais, a atualização e configuração do sistema em todos os equipamentos da comarca, culminando com o treinamento de todos os funcionários do Fórum. Para o desenvolvimento deste trabalho, a Diretoria de Informática conta com 45 implantadores do sistema, selecionados dentre os servidores do Poder Judiciário e devidamente capacitados para tal, os quais são responsáveis pelo processo de implantação na comarca.

Remotamente, a Diretoria de Informática promove a conversão do banco de dados da versão anterior do sistema para a nova e atualiza o servidor de rede, propiciando o início de produção do sistema na comarca.

Também o SAJ/SG (Segundo Grau) está sendo atualizado, destacando-se o desenvolvimento de um novo módulo, o SAJ/GGS – Gestão de Gabinetes/Segundo Grau. Este atenderá os Gabinetes de Desembargadores, auxiliando-os na elaboração de documentos como acórdãos e despachos, bem como no acompanhamento e controle de processos. O sistema será utilizado também por outros setores da Diretoria Judiciária e Diretoria de Documentação e Informações, contemplando todo o fluxo dos documentos referentes a processos, incluindo as etapas de julgamento, revisão e publicação. Atualmente, o sistema está em fase de avaliação e testes nos Gabinetes dos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara de Direito Público.



A implementação de novas soluções também proporcionou aos usuários facilidades na execução de rotinas administrativas. Ressaltamos, assim, os seguintes sistemas, os quais entraram em produção no corrente exercício:

- Sistema de emissão de ordem bancária e automação de remessa de arquivo às Divisões de Tesouraria e Orçamento da DOF;
- Sistema de Acompanhamento de Licitações;
- Sistema de Registro de Preços;
- Sistema Requisição de Obras Bibliográficas;
- Sistema de Controle de Resenha;
- Sistema de emissão de cédulas funcionais.

No tocante à implantação do *workflow*, ferramenta que se propõe a otimizar recursos e processos, ressaltamos a consolidação do fluxo de substituição do Tribunal de Justiça, abolindo-se por completo o encaminhamento de formulários em papel para tal finalidade. Diversos outros fluxos estão sendo implementados, entre os quais Férias (fase de implementação e testes) e Licença Prêmio (fase de análise, racionalização e definição), Requisição de Material e Serviço (fase de implementação e testes), Produção da Gráfica do TJ (fase de elaboração de proposta de racionalização do fluxo).

No desenvolvimento de novos sistemas destaca-se, ainda, o módulo de segurança para a utilização pela Diretoria de Informática no desenvolvimento de outros sistemas. Aparentemente transparente para o usuário, trata-se de importante ferramenta para o analista de sistemas no que diz respeito ao projeto de novos sistemas. Dessa forma, o desenvolvimento submete-se a uma metodologia e padronização no que diz respeito ao modo como o usuário é considerado pelo sistema e as condições para que o mesmo possa acessá-lo.

MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

Além dos sistemas em desenvolvimento e recém implantados, a Diretoria de Informática possui uma equipe de técnicos responsável pela manutenção de diversos sistemas em funcionamento, bem como pela alteração de funções conforme solicitação do usuário.

Entre os sistemas mantidos pela Diretoria de Informática e que sofreram alterações e/ou receberam novas implementações recentes, podemos citar:

- Sistema de Bolsa de Estudos;
- Sistema de Biblioteca;
- Sistema de Cadastro Funcional e Folha de Pagamento;
- Sistema de Precatórios;
- Sistema do Totem;
- Sistemas de Almoxarifado e Patrimônio;
- Sistema de Controle de Acesso;
- Sistemas de Avaliação de Desempenho e Promoções;
- Sistemas da Diretoria Financeira na Intranet;
- Sistema de Ordem Bancária;
- Sistema de Conta Única, visando adaptação à lei que destina parte dos valores ao Estado e Municípios;
- Sistema do Conselho da Magistratura.



Além disso, há a manutenção das páginas do Poder Judiciário na Internet e Intranet, visando disponibilizar ao usuário, interno e externo, com maior qualidade e de forma prática e intuitiva, os mais variados serviços oferecidos pelo Poder Judiciário catarinense. Pode ser ressaltado o desenvolvimento dos seguintes projetos, todos vinculados à Internet, concluídos no ano de 2004:

- Projeto de novo sistema para o controle de Requisições de Adiantamento para a DOF;
- Emissão de GRJR para pagamento de custas de processos encaminhados aos tribunais superiores;
- Formulários eletrônicos para inscrição de candidatos em concursos promovidos pelo Tribunal de Justiça;
- Páginas para exibição gráfica do organograma do Tribunal de Justiça;
- Novos mecanismos de consulta para a Jurisprudência do Tribunal de Justiça e das Turmas de Recursos, para a base de Provimentos e Circulares da CGJ, para o Sistema de Biblioteca, para o serviço PJSC-Push e para o sistema de acompanhamento de pedidos de compra.

ATUALIZAÇÃO TÉCNICA

Ciente da necessidade de promover a atualização do quadro de Técnicos de Suporte em Informática (TSI) das comarcas e Tribunal de Justiça e estabelecer diretrizes para a orientação do trabalho executado pelo TSI, a Diretoria de Informática realizou, no período de 3 a 6 de novembro de 2004, o IV Encontro Estadual de TSI.

Na oportunidade foram discutidas a organização dos pólos de informática e a nova regulamentação das atividades desenvolvidas pelo TSI, bem como apresentadas palestras técnicas e motivacionais, mini-cursos de atualização e aperfeiçoamento tecnológico, além do repasse de orientações sobre procedimentos adotados pela Diretoria de Informática e a divulgação dos projetos de informática desenvolvidos no âmbito do Poder Judiciário Catarinense. Além disso, propiciou o intercâmbio de experiências e conhecimentos e proporcionou uma maior integração de técnicos de todo o Estado.

O evento, realizado na cidade de Gravatal, contou com a participação de 165 Técnicos de Suporte em Informática de Comarcas e teve, entre os palestrantes, membros da Diretoria de Informática.

Diretoria de Infra-Estrutura

Diretor:

Bel. Ari Dorvalino Schürhaus



A

Diretoria de Infra-Estrutura, vinculada à Diretoria-Geral Administrativa, implementou, no ano de 2004:

TELEFONIA FIXA

Com o objetivo de implantar a tarifação centralizada, foram instaladas mais duas centrais telefônicas digitais, o que aumentou para noventa e três o número de comarcas abrangidas por este sistema.

No primeiro semestre de 2005, o serviço de telefonia digital será estendido a todas as comarcas, com a instalação de mais vinte e seis centrais.

Com a migração para a tecnologia digital, tornar-se-á possível a utilização do tráfego de voz e dados sobre uma mesma linha de comunicação, o que resultará na redução da despesa atual com telefonia em aproximadamente 40%

TELEFONIA MÓVEL

O serviço de telefonia móvel, disponível desde o segundo semestre de 2002 para os Desembargadores, Juízes de Direito de Segundo Grau, Diretores do Tribunal de Justiça e para o pessoal de plantão nas comarcas, sofrerá modificações em 2005.

A mudança será decorrente do novo contrato firmado no corrente ano, com as empresas de telefonia móvel, o qual prevê um “pacote” de 18.000 minutos a preço reduzido, o que acarretará acentuada economia. Com o novo contrato, noventa e sete comarcas passarão a dispor desse serviço, que não será oferecido, porém, àquelas onde não há telefonia móvel.



DESPESA COM TELEFONIA FIXA E MÓVEL EM 2004 (em Reais)

Meses	TJ (fixo)	Comarcas (fixo)	Móvel
Janeiro	18.025,17	79.592,68	11.449,32
Fevereiro	24.881,50	99.791,58	9.477,65
Março	27.429,90	106.787,34	7.618,81
Abril	28.450,18	115.211,62	8.044,80
Mai	28.621,42	110.311,30	7.464,31
Junho	31.969,17	115.628,18	8.453,39
Julho	29.668,26	118.569,90	7.811,01
Agosto	32.974,55	125.979,01	10.579,41
Setembro	34.517,14	121.687,88	6.217,99
Outubro	29.861,42	127.924,91	11.236,20
Novembro	*	*	*
Dezembro	*	*	*
Total	286.398,71	1.121.484,40	88.352,89

(*) Não computados os dados dos meses de novembro e dezembro.

CORREIOS

Neste ano, foi renovado o contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a continuidade da prestação do serviço. Abaixo, em reais, o demonstrativo de despesa com correio no exercício de 2004.

Meses	Sedex e Telegramas	Malote	FAC	TOTAL
Janeiro	37.696,52	22.859,25	142.067,82	202.623,59
Fevereiro	31.312,55	22.089,14	164.413,15	217.814,84
Março	49.856,48	32.122,04	260.632,86	342.611,38
Abril	48.191,70	19617,70	229.237,4	297.116,1
Mai	57.645,20	34.941,92	259.733,22	352.320,34
Junho	59.054,86	34.450,61	270.151,86	363.657,33
Julho	66.744,4	26.084,01	254.816,52	347.644,93
Agosto	56.828,60	31.048,27	280.717,36	368.594,23
Setembro	75.094,83	33.060,86	207.951,69	316.107,38
Outubro	79.411,22	20.398,66	283.359,85	383.169,73
Novembro	*	*	*	*
Dezembro	*	*	*	*
TOTAL	561.836,36	276.741,76	2.353.081,73	3.191.659,85

(*) Não computados os dados dos meses de novembro e dezembro.

ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica, nos meses de janeiro a outubro deste ano, aumentou 36,76%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Igualmente, verificou-se um aumento no consumo de água, na ordem de 8,21%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento no consumo de energia elétrica e de água decorreu especialmente da instalação das novas comarcas no segundo semestre de 2003. Além do consumo, a majoração das tarifas desses serviços também contribuiu para o aumento das despesas.



Abaixo, o demonstrativo das despesas com energia elétrica e água no ano de 2004.

MÊS	ENERGIA ELÉTRICA	ÁGUA
Janeiro	282.298,98	36.175,89
Fevereiro	269.976,44	34.337,75
Março	299.480,86	32.382,01
Abril	282.147,51	33.275,03
Maio	223.380,84	33.521,64
Junho	215.294,88	30.972,88
Julho	260.420,68	34.174,74
Agosto	227.317,93	32.560,48
Setembro	253.713,43	33.897,89
Outubro	238.561,95	35.736,32
Novembro	*	*
Dezembro	*	*
Total	2.552.593,5	337.034,63

(*) Não computados os dados dos meses de novembro e dezembro.

VEÍCULOS OFICIAIS

O Tribunal de Justiça mantém uma política de renovação da frota de veículos oficiais, sustentada em padrões de segurança e economicidade. Com base nessa política, foram retirados da frota onze veículos, considerados inservíveis, segundo os critérios acima referidos, e adquiridos nove, todos de representação.

MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Está sendo desenvolvido, desde novembro deste ano, com previsão de ser implantado a partir de março de 2005, um software que permitirá acompanhar o desempenho de cada unidade da frota oficial, com relação ao custo de manutenção, despesas com combustível, quilometragem e uso do veículo. No quadro a seguir, as despesas de manutenção dos veículos em 2004, em reais:

MÊS	DESPESA COM		
	COMBUSTÍVEL	MANUTENÇÃO	TOTAL
Janeiro	16.191,31	6.192,41	22.383,72
Fevereiro	19.960,10	8.585,96	28.546,06
Março	26.778,12	18.435,62	45.213,74
Abril	25.001,75	6.456,84	31.458,59
Maio	26.753,82	21.772,41	48.526,23
Junho	30.036,01	12.096,88	42.132,89
Julho	28.897,16	16.677,55	45.574,71
Agosto	30.772,75	10.923,55	41.696,3
Setembro	27.912,95	10.289,38	38.202,33
Outubro	30.138,35	15.903,24	46.041,59
Novembro	26.588,50	9.004,11	35.592,61
Dezembro	*	*	*
TOTAL	289.030,82	136.337,95	425.368,77

(*) Não computados os dados do mês de dezembro.



SEGURO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

O Tribunal de Justiça mantém contrato com empresa especializada para instalação e manutenção de extintores de incêndio em sua sede e nos fóruns estaduais.

SEGURANÇA NOS FÓRUNS

Em 2004, foi efetuado um diagnóstico das condições de segurança dos fóruns, a partir de informações dos Juízes de Direito Diretores de Foro. Constatou-se haver falta de segurança, creditada à fragilidade das portas, janelas e basculantes; à ausência de fiscalização nas portarias dos fóruns, tanto das pessoas quanto dos objetos trazidos por elas; à falta de vigilância armada e eletrônica em grande parte das comarcas.

Segundo a pesquisa, em 97,27% das comarcas não há nenhuma fiscalização das pessoas, as quais transitam livremente nos fóruns, sem identificação alguma. No que se refere à vigilância armada, 50% das comarcas dispõem desse serviço: a comarca da Capital, de entrância especial, onze comarcas de entrância final, quinze de entrância intermediária e vinte e oito de entrância inicial. Contudo, apenas em 48% dessas comarcas o serviço é prestado em tempo integral; nas demais, só no período das 13 às 19 horas.

Quanto à vigilância eletrônica, apenas vinte e sete comarcas dispõem desse serviço, ou seja, 24% do total. Diante desse quadro, foi determinada a instalação de sistema de alarme em todas as comarcas de entrância inicial e intermediária, bem como contratado serviço de monitoramento externo desses sistemas. Esse trabalho foi executado, em grande parte, no corrente ano e será concluído no primeiro semestre de 2005.

PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

O Tribunal de Justiça mantém contrato com empresa especializada para instalação e manutenção de extintores de incêndio em sua sede e nos fóruns estaduais.

FOTOCOPIADORAS

Em virtude da opção de adquirir equipamentos fotocopiadores para o Tribunal de Justiça e fóruns, em vez de locá-los, foi firmado contrato para o conserto e a manutenção desses equipamentos, trabalho que é supervisionado pela Diretoria de Infra-Estrutura.

SERVIÇO GRÁFICO

Na Gráfica do Tribunal de Justiça são impressos capas de processos, fôlderes, boletins, informativos, convites, livretos, cartazes, crachás, relatórios, livros, envelopes, etiquetas. E a cada ano, aumenta a necessidade de serviço gráfico, especialmente em razão do crescimento da demanda judicial e da instalação de novas



unidades judiciárias. Em 2004, a produção do setor foi de 15.334.820 impressões – 12.421.447 em equipamentos digitais e 2.913.373 em equipamentos offset. Para o aprimoramento tecnológico e a ampliação do parque gráfico, foram adquiridos, em 2004, duas impressoras laser preto e branco, uma cortadora de papel, uma impressora colorida laser para alta produção e uma empilhadeira.

Diretoria de Saúde

Diretor:

Bel. Eduardo Dutra da Silva



presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2004.

Projetos executados em 2004.

VACINA DA GRIPE

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário na Secretaria do Tribunal de Justiça, Fórum da Capital e Comarcas do interior.

No ano de 2004, por meio do Pregão nº 62/2004, a empresa vencedora foi o Laboratório Aventis Pasteur, a qual aplicou 3.108 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

CAMPANHAS DE SAÚDE

Foram desenvolvidos 2 (dois) projetos de prevenção. São eles:

Estresse

A Campanha de Prevenção “Estresse” aconteceu no primeiro semestre de 2004, com a apresentação da psicóloga Dra. Marilda Marcondes de Mattos, nas seguintes comarcas:

- Videira, no dia 20 de maio de 2004, às 17 horas, para um público de 17 pessoas;
- Fraiburgo, no dia 21 de maio de 2004, às 14 horas, para um público de 63 pessoas, dentre funcionários e convidados da Prefeitura e Secretaria da Educação;
- Blumenau, no dia 3 de junho de 2004, às 17 horas, para um público de 38 pessoas;
- Gaspar, no dia 4 de junho de 2004, às 14 horas, para um público de 18 pessoas;
- Jaraguá do Sul, no dia 17 de junho de 2004, às 18 horas, para um público de 20 pessoas;
- Joinville, no dia 18 de junho de 2004, às 17h30min, para um público de 41 pessoas.

DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A Campanha de Prevenção “LER-DORT” aconteceu no segundo semestre de 2004, com a apresentação do Dr. Renato Grillo Flach e da Dra. Leisa Maria Leal, nas seguintes comarcas:

- São José, no dia 14 de outubro de 2004, às 17 horas, para um público de 34 pessoas (apresentação do Dr. Renato Grillo Flach).
- Laguna, no dia 20 de outubro de 2004, às 14h30min, para um público de 14 pessoas (apresentação da Dra. Leisa Maria Leal).
- Rio do Sul, no dia 27 de outubro de 2004, às 14h30min, para um público de 33 pessoas (apresentação da Dra. Leisa Maria Leal).
- Curitibaanos, no dia 10 de novembro de 2004, às 14h30min, para um público de 47 pessoas (apresentação da Dra. Leisa Maria Leal).



RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS MÉDICOS

A Diretoria de Saúde contou no período de janeiro a novembro de 2004 com o atendimento do Dr. José Alfredo Mussi, cardiologista, Dr. José Carlos Nascimento, Dr. Newton D. Vasconcellos Júnior, clínicos gerais, Dr. Renato Grillo Flach e Dra. Leisa Maria Leal, clínicos gerais e especialistas em Medicina do Trabalho, e Dr. Luiz Alberto Neves May, oftalmologista.

Médicos	Nº de consultas
Dr. José Alfredo Mussi	744
Dr. José Carlos Nascimento	713
Dra. Leisa Maria Leal	907
Dr. Luiz Alberto Neves May	561
Dr. Renato Grillo Flach	999
Dr. Newton Dias de Vasconcelos Junior	486
Total	4.410

RELATÓRIO - JUNTA MÉDICA

Os funcionários do Poder Judiciário foram atendidos no período de outubro de 2002 a agosto de 2004 pela Gerência de Saúde do Servidor (Gesas).

Abaixo estão relacionadas as atividades que foram desenvolvidas pela Diretoria de Saúde, Junta Médica - no período de janeiro a 8 de agosto de 2004.

Licença para Tratamento de Saúde	825
Licença p/tratamento de saúde em pessoa da família	23
Pedido de reconsideração de LTS	17
Pedido de LTS com período reduzido	28
Licença-maternidade	32
Readaptação	19
Remoção	17
Aposentadoria	1
Aposentadoria por invalidez	27
Admissão	543
Solicitação de exames	13
Perícias médicas agendadas na Gesas	1.120
Pedido de redução de carga horária	2
Pedido de reavaliação	4
Pedido de isenção do desconto do IR	20
Pedido de vaga para concurso especial	1
Pedido de revisão de aposentadoria	1
Prorrogação de prazo para posse	1
Pedido de avaliação	1
Pedido de avaliação clínica pericial	2
Processos em diligências	6
Pedido de avaliação psíquica	1



RELATÓRIO DA SEÇÃO PSICOSSOCIAL-AMBULATORIAL

A Dra. Marilda Marcondes de Mattos no período de janeiro a novembro de 2004 realizou avaliação de Juizes Substitutos para Vitaliciamento, avaliação dos candidatos à Magistratura, Palestras sobre Administração de Estresse em Balneário Camboriú, no Encontro de Oficiais de Justiça, e 378 atendimentos psicológicos.

RELATÓRIO DA SEÇÃO DE ENFERMAGEM

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2004, desenvolveu orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicerídeos, ácido úrico) e as atividades descritas abaixo:

1		Número de execuções de eletrocardiograma	347
2		Número de execuções de infravermelho	37
3		Número de execuções de nebulização	154
4		Número de verificações de pressão arterial	2.841
5		Execuções de:	
	5.1	Curativos	535
	5.2	Retirada de pontos	122
	5.3	Lavagem de ouvido	3
	5.4	Imobilização	53
6		Número de execuções de injeção:	
	6.1	Endovenosa	62
	6.2	Intramuscular	313
	6.3	Subcutânea	12
7		Número de medicamentos:	
	7.1	Administrados no local:	
		7.1.1. – doses	236
		7.1.2. – comprimidos	1.639
		7.1.2.1 – controlados (Lexotan 6mg)	70
	7.2.	Fornecidos:	
		7.2.1. – Frascos	10
		7.2.2. – Comprimidos	5.505

RELATÓRIO DA SEÇÃO DE MEDICINA DO TRABALHO

A Seção de Medicina do Trabalho recebeu 4 comunicações de acidente do trabalho, realizou 5 avaliações de ambiente de trabalho e foram atendidos 97 pacientes.

RELATÓRIO DA SEÇÃO DE FARMÁCIA

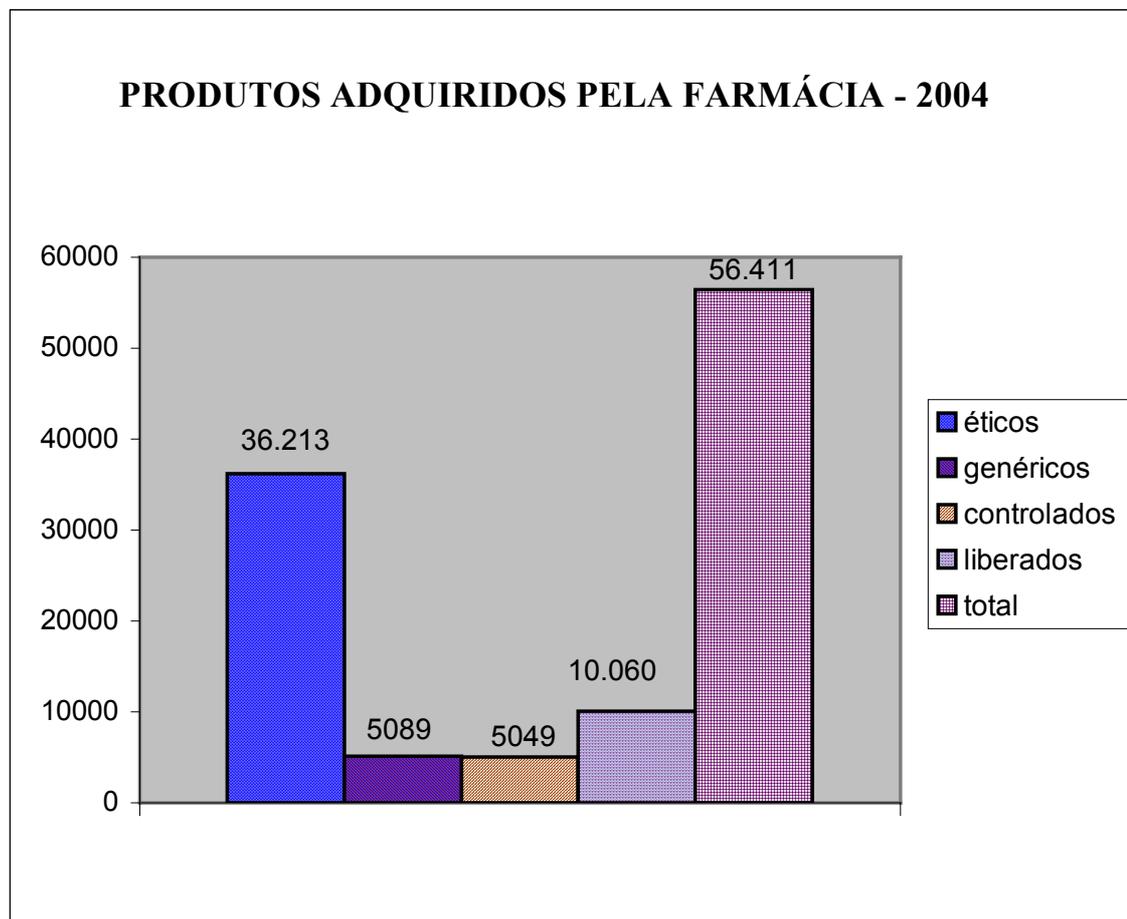
A Farmácia do Poder Judiciário oferece medicamentos a preço de custo, com desconto em folha de pagamento, atendendo funcionários e magistrados, tanto de primeira, quanto de segunda instância, bem como os seus dependentes.

O atendimento é personalizado, e a solicitação é feita com 12 a 24hs de antecedência, sendo que as comarcas do interior são atendidas via malote.

Atualmente a Farmácia do Poder Judiciário atende funcionários do Tribunal de Justiça, Fórum da Capital, Comarcas do interior e aposentados, totalizando, em nosso cadastro, 2.088 funcionários.



Foram repassados aos funcionários no ano de 2004 medicamentos éticos, controlados, genéricos e liberados, conforme gráfico abaixo:





RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

O atendimento odontológico é feito pelo Dr. Eduardo Dutra da Silva, Diretor da Diretoria de Saúde e endodontista, Dr. Dante Del Vale Valcanaia, protesista, Dr. Reginaldo Reitz, Dra. Mabel L. Valente e Dra. Maria Eugênia B. Burg, cirurgiões-dentistas, e, a partir de 16 de novembro, contamos com o Dr. Lauro Egídio Bragaglia, cirurgião-dentista

Dentista	Nº de consultas
Dr. Dante Del Vale Valcanaia	417
Dr. Eduardo Dutra da Silva	437
Dra. Mabel Larroyd Valente	490
Dra. Maria Eugênia Bonnassis Burg	1.209
Dr. Reginaldo Reitz	1.160
Dr. Lauro Egídio Bragaglia	31
Total	3.744

RELATÓRIO DA SEÇÃO DE PRÓTESE

A Seção de Prótese atende aos funcionários da Secretaria do Tribunal e das Comarcas, confeccionando próteses parciais fixas e, inclusive, sobre implantes. Abaixo seguem atividades desenvolvidas no período de janeiro a novembro de 2004.

Fundição de Estrutura Metal Cerâmica	40
Prótese Sobre Implante	55
Confecção de Provisórios (elementos)	164
Confecção de Modelos	139
Placa de Registro	9
Aplicação em Cerâmica (elementos)	25
Moldeira Individual	10
Aplicação em Resina	10
Placa de Clareamento	22
Confecção de Troqueis	7
Placa Mio-relaxante	3
Confecção de Núcleos	15
Restauração Onley-onlay	2
Total	501

Diretoria de Recursos Humanos

Diretor:

Bel. Afonso Hoeltgebaum Filho



A

Diretoria de Recursos Humanos tem como objetivo principal coordenar, organizar, supervisionar, executar, orientar e controlar o sistema de pessoal relativo à captação, movimentação, avaliação, acompanhamento e remuneração, bem como ao controle de registros de direitos, deveres e benefícios funcionais dos magistrados e servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e dos juizes de paz e seus suplentes.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A DRH possui atualmente a seguinte estrutura:

- Assessoria Técnica, composta por dois Assessores;
- Divisão de Acompanhamento e Movimentação Funcional, composta pelas Seções de Controle e Movimentação de Cargos, Psicossocial e Progressão Funcional;
- Divisão de Registro, Remuneração e Benefícios, composta pelas Seções de Folhas de Pagamento, Benefícios, Registro e Informações e Direitos e Deveres.

PRINCIPAIS PROJETOS

Implantação de soluções para a permanente avaliação de currículos e fichas de desempenho dos servidores, na busca de profissionais com perfil de liderança

- Banco de Talentos
O projeto foi iniciado em 2001 com a criação de um sistema para cadastramento das informações relevantes de cada servidor. Durante o ano de 2002, em razão da falta de analistas, o trabalho evoluiu lentamente. Foi realizada revisão do sistema e correção de alguns problemas que estavam ocorrendo. Em 2003, foram realizados testes para que o sistema pudesse ser liberado aos servidores para preencher os dados cadastrais. Foram definidos quais os dados que deveriam ser disponibilizados em relatórios, porém, em virtude do sistema informatizado precário, não houve a possibilidade, também em 2004, de colocá-lo em funcionamento.
- Implantação do Programa de Melhoria do Clima Organizacional (298) Projeto previsto para 2003/2 a ser realizado pela Coergo.
Em 2004, o Projeto ficou sob a responsabilidade da DRH. Foram revistos alguns conceitos, e o projeto teve início no dia 21 de junho, com a aplicação da pesquisa de melhoria do clima organizacional na Diretoria de Orçamento e Finanças (projeto piloto), com a participação efetiva de 19 servidores, em duas etapas:
- Primeira etapa: 21 de junho de 2004;
- Segunda etapa: 26 de junho de 2004.
O relatório com o resultado e as propostas de projetos de melhoria sugeridas foram entregues ao Diretor-Geral Administrativo para análise. A divulgação dos projetos que serão aplicados, com a finalidade de melhorar os itens apontados como insatisfatórios e críticos na Diretoria de Orçamento e Finanças, será feita na aplicação da pesquisa nas demais Diretorias.
Após, a pesquisa foi realizada nas Diretorias de Engenharia e Arquitetura, Documentação e Informações, Informática, Infra-Estrutura, Judiciária, Material e Patrimônio, Recursos Humanos e Saúde, com a participação de 287 servidores, divididos em duas etapas:
- Primeira etapa: de 2 a 4 de agosto de 2004;



- Segunda etapa: de 23 a 27 de agosto de 2004.
O relatório com os resultados e as propostas dos projetos de melhoria sugeridas foram entregues aos Diretores-Gerais Administrativo e Judiciário para análise. A previsão para a divulgação dos projetos que serão aplicados, com a finalidade de melhorar os itens apontados como insatisfatórios e críticos, é fevereiro de 2005.

VALORIZAÇÃO FUNCIONAL E INTELECTUAL DOS SERVIDORES, ESTIMULANDO O SEU INGRESSO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO.

Bolsa de Estudos (Esmesc, graduação e pós-graduação)

Foi instituída pela Resolução n. 19/02-GP, em 29 de abril de 2002, pelo Programa de Capacitação e Qualificação dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, a concessão de bolsas de estudo para cursos de graduação, alterada pela Resolução 45/02-GP, de 22 de outubro de 2002.

A Resolução nº 41/02-GP, de 2 de outubro de 2002, estendeu os efeitos da Resolução 19/02-GP aos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina que freqüentam a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Esmesc.

A Resolução nº 02/04-GP, de 23 de janeiro de 2004, instituiu aos servidores efetivos do Poder Judiciário a concessão de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado.

O percentual concedido é de 70% da mensalidade.

São gerenciadas 335 (trezentas e trinta e cinco) bolsas de graduação, sendo:

- Justiça de primeiro grau: 275;
- Justiça de segundo grau: 60.

São gerenciadas 45 (quarenta e cinco) bolsas da Esmesc, sendo:

- Justiça de primeiro grau: 35;
- Justiça de segundo grau: 10.

Em 2004, foram concedidas 23 (vinte e três) bolsas de pós-graduação, sendo:

- Justiça de primeiro grau: 18;
- Justiça de segundo grau: 5.



PRINCIPAIS ATIVIDADES

Movimentação funcional

- Provimento de vagas por Edital de Remoção.
Foram abertos 111 editais de remoção.
Cargos e quantidade de vagas oferecidas à remoção aos servidores da justiça de primeiro grau:

Cargos	Vagas
Secretário do Foro	1
Escrivão Judicial	10
Assistente Social	2
Técnico Judiciário Auxiliar	173
Oficial de Justiça	12
Comissário da Infância e da Juventude	9
Agente de Portaria e Comunicação	11
Agente de Serviços Gerais	11
Total de vagas oferecidas	229

- Provimento de vagas por Edital de Aproveitamento
Foram abertos 40 editais de aproveitamento.
Cargos e quantidade de vagas oferecidas aos candidatos aprovados em concurso público para o provimento de cargos da justiça de primeiro grau:

Cargos	Vagas
Técnico Judiciário Auxiliar	87
Oficial de Justiça	7
Comissário da Infância e da Juventude	11
Assistente Social	1
Agente de Portaria e Comunicação	6
Total de vagas oferecidas	112

PROGRAMA DE BOLSA DE TRABALHO

Foi publicada a Resolução n. 44/02-GP, em 25 de outubro de 2002, que alterou a redação de artigos da Resolução n. 21/00-GP, de 10 de maio de 2000, que disciplina a contratação de estudantes de segundo e terceiro graus.

São gerenciadas 360 (trezentas e sessenta) vagas de Bolsistas, distribuídas da seguinte forma:



- Justiça de primeiro grau: 289;
- Justiça de segundo grau: 71.

PROGRAMA DE ESTÁGIO REMUNERADO

Publicação da Resolução n. 38/02-GP, em 3 de outubro de 2002, que dispõe sobre o estágio remunerado nos gabinetes dos Magistrados. A Resolução n. 17/04-GP, de 9 de julho de 2004, acrescentou mais 170 vagas de estágio remunerado.

São gerenciadas 850 (oitocentas e cinquenta) vagas de estagiários, sendo:

- Justiça de primeiro grau: 746;
- Justiça de segundo grau: 104.

PROGRAMA DE AMBIENTAÇÃO DOS NOVOS SERVIDORES

No âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina algumas ações foram implementadas buscando integrar o novo servidor e ampliar as suas possibilidades de contribuição, adotando medidas para bem recebê-lo e prestando orientações sobre a instituição:

- Preparação do ambiente onde o servidor iniciaria suas atividades, para bem recebê-lo, incluindo a confecção de cartão de boas-vindas para ser entregue no dia da posse;
- Contato com representante da Diretoria onde o servidor seria lotado para estar presente na posse e acompanhar o servidor até o seu setor de trabalho;
- Recepção do novo servidor no dia da posse;
- Acompanhamento até o local da posse.

ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO DOS NOVOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO CATARINENSE

Nos dias 12, 13 e 14 de maio foi realizado o VI Encontro de Integração dos Novos Servidores do Judiciário Catarinense. Participaram do evento 139 novos servidores. No grupo, foram incluídos os ocupantes dos cargos de Técnico Judiciário Auxiliar, Agente Administrativo Auxiliar e Agente Operacional de Serviços Diversos, além de novos servidores de diferentes cargos e comarcas.

No período de 20 a 22 de outubro, a exemplo do que ocorreu no VI Encontro, uma segunda turma de novos servidores do Judiciário de todo o Estado foi convidada a participar do VII Encontro de Integração dos Novos



Servidores do Poder Judiciário Catarinense, com a participação de 42 servidores.

O VIII Encontro de Integração de Novos servidores foi realizado no período de 17 a 19 de novembro, com a participação de 43 servidores.

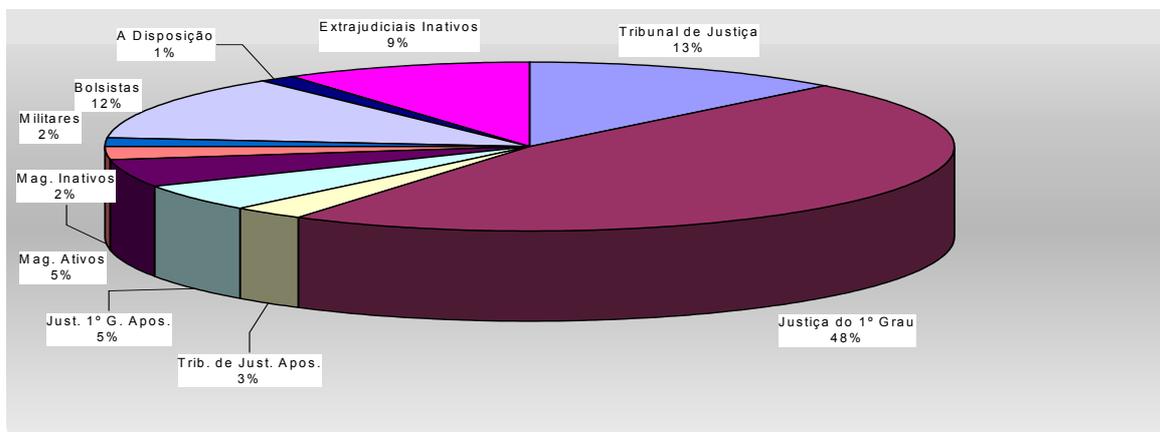
Além de toda a organização, desenvolveu-se dinâmicas de grupo a fim de facilitar a apresentação e motivar os participantes.

FOLHAS DE PAGAMENTO

- Confecção das folhas de pagamento e suplementares em todos os meses;
- Pagamento de atrasados para os servidores em 10% (dez por cento) nos meses de janeiro a agosto, 20% (vinte por cento) nos meses de setembro, outubro e novembro, e 30% (trinta por cento) no mês de dezembro;
- Preparação da folha de pagamento referente à antecipação de 50% (cinquenta por cento) do décimo-terceiro salário aos servidores e magistrados, em abril de 2004;
- Preparação da folha de pagamento referente à segunda parcela do décimo-terceiro salário para servidores e magistrados, em dezembro de 2004, antecipada para o dia 30 de novembro de 2004;
- Proposta de nova resolução para a consignação de valores em contracheque, visando ao pagamento dos vencimentos no dia 20 de cada mês.

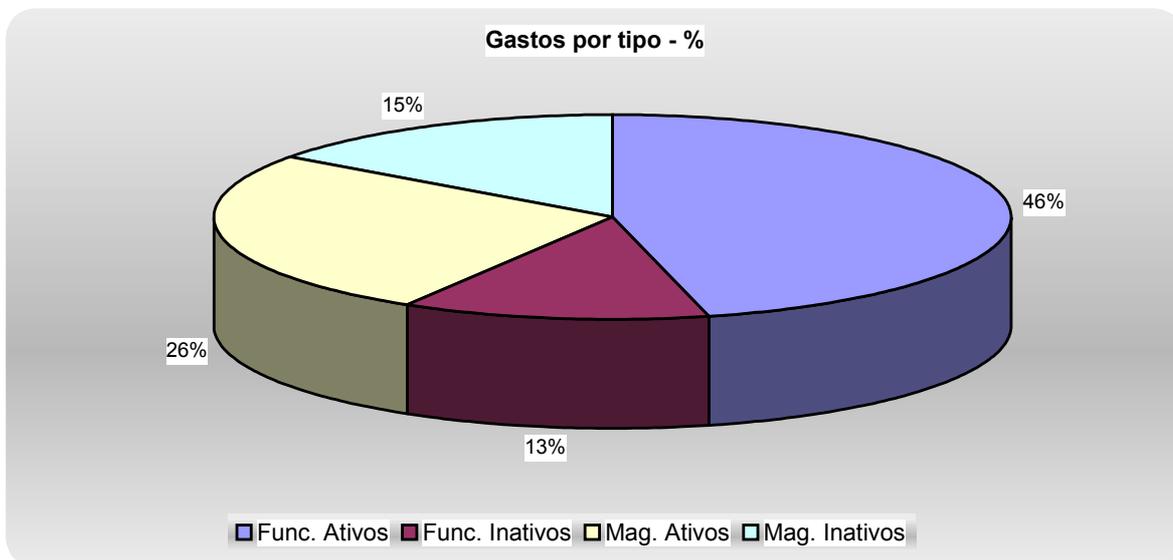
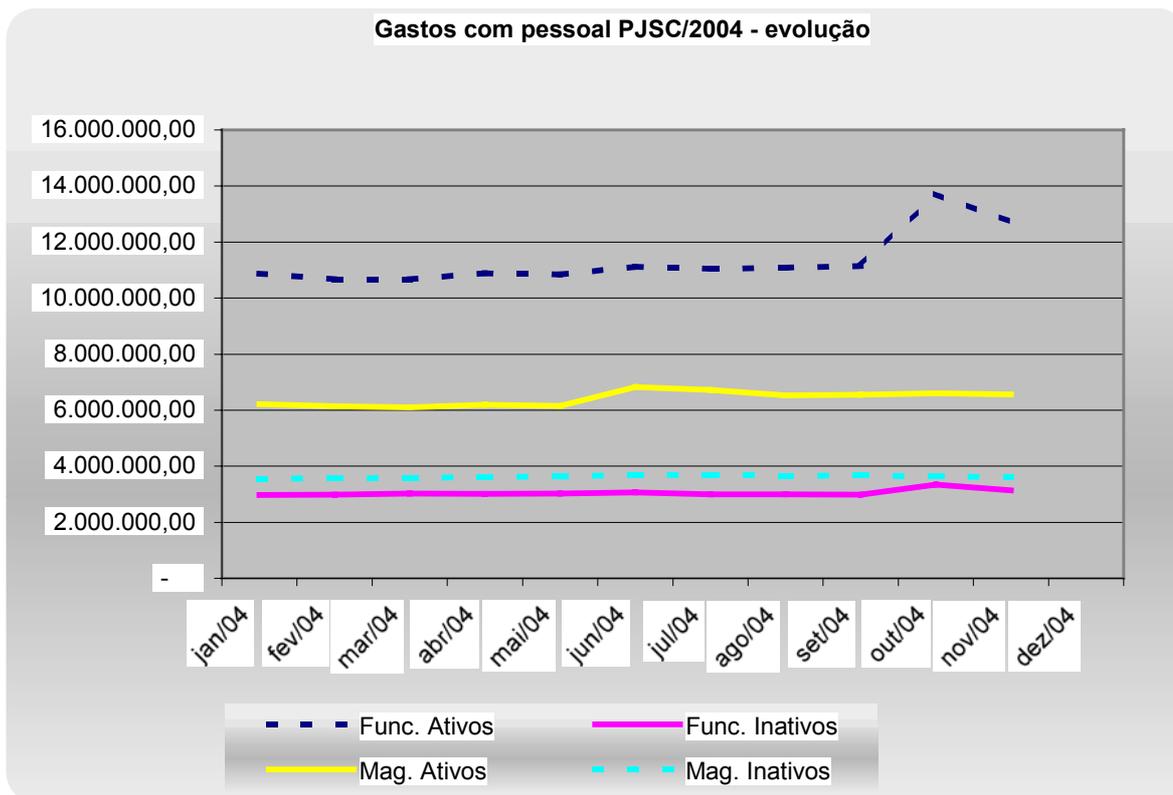
Matrículas calculadas no Poder Judiciário, por vínculo (planilha 1):

Vínculo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Tribunal de Justiça	753	750	751	778	783	793	795	799	799	799	794	798
Justiça do 1o Grau	2.927	2.970	3.021	3.078	3.110	3.147	3.169	3.186	3.211	3.220	3.246	3.251
Trib. de Just. Apos.	176	180	180	180	181	180	180	179	179	178	178	178
Just. 1o. G. Apos.	324	329	339	339	339	340	338	341	339	341	340	343
Mag. Ativos	339	339	340	338	338	337	359	359	359	359	359	359
Mag. Inativos	152	152	152	154	154	155	155	154	154	153	152	151
Militares	103	105	104	105	104	104	102	101	98	98	98	99
Bolsistas	767	782	793	827	857	913	915	986	1.068	1.034	1.079	1.104
À Disposição	93	90	89	88	86	87	86	87	88	88	87	84
Extrajudiciais Inat	588	586	585	586	588	588	584	585	583	580	580	580
Totais	6.222	6.283	6.354	6.473	6.540	6.644	6.683	6.777	6.878	6.850	6.913	6.947



Gastos com Pessoal no Poder Judiciário - evolução - inclusive extrajudiciais (planilha 2):

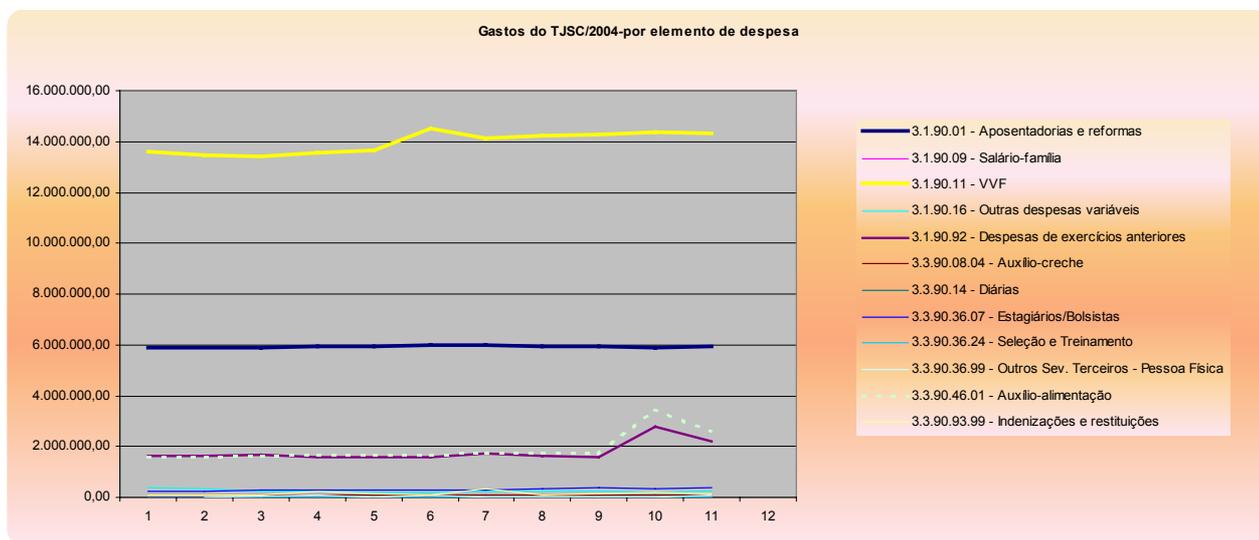
Período	Func. Ativos	Func. Inativos	Mag. Ativos	Mag. Inativos	TOTAIS
jan/04	10.881.000,00	2.975.500,00	6.211.800,00	3.554.075,00	23.622.375,00
fev/04	10.666.700,00	2.989.900,00	6.137.200,00	3.563.200,00	23.357.000,00
mar/04	10.667.818,99	3.019.672,76	6.098.419,46	3.572.778,90	23.358.690,11
abr/04	10.892.000,00	3.012.000,00	6.186.000,00	3.619.000,00	23.709.000,00
mai/04	10.836.000,00	3.021.000,00	6.157.000,00	3.629.000,00	23.643.000,00
jun/04	11.115.501,00	3.062.222,00	6.822.000,00	3.696.000,00	24.695.723,00
jul/04	11.038.000,00	3.004.000,00	6.714.200,00	3.676.500,00	24.432.700,00
ago/04	11.088.724,92	2.995.153,17	6.520.387,40	3.651.889,29	24.256.154,78
set/04	11.153.355,00	2.982.800,91	6.549.460,99	3.663.359,44	24.348.976,34
out/04	13.719.565,88	3.340.719,85	6.604.423,71	3.635.746,45	27.300.455,89
nov/04	12.705.944,00	3.143.470,00	6.565.677,00	3.620.383,00	26.035.474,00
dez/04	15.205.098,92	3.406.891,62	12.688.998,99	7.288.896,92	38.589.886,45
13º	8.327.702,08	3.366.321,33	5.026.686,37	4.125.730,32	20.846.440,10
TOTAIS	148.297.410,79	40.319.651,64	88.282.253,92	51.296.559,32	328.195.875,67





GASTOS DO TJSC/2004 - por elemento de despesa

Período	3.1.90.01 - Aposentadorias e reformas	3.1.90.09 - Salário-família	3.1.90.11 - VVF	3.1.90.16 - Outras despesas variáveis	3.1.90.92 - Despesas de exercícios anteriores	3.3.90.08.04 - Auxílio-creche	3.3.90.14 - Diárias	3.3.90.36.07 - Estagiários/Bolsistas	3.3.90.36.24 - Seleção e Treinamento	3.3.90.36.99 - Outros Sev. Terceiros - Pessoa Física	3.3.90.46.01 - Auxílio-alimentação	3.3.90.93.99 - Indenizações e restituições	Totais
jan/04	5.893.898,32	1.914,00	13.619.967,55	404.890,46	1.618.841,98	94.924,66	11.600,00	258.880,31			1.601.218,30	116.257,00	23.622.392,58
fev/04	5.898.881,01	1.783,00	13.462.247,00	312.515,00	1.620.368,00	93.769,00	12.400,00	259.906,00	5.166,00	8.571,00	1.603.171,00	78.385,00	23.357.162,01
mar/04	5.915.524,84	1.847,00	13.399.494,70	242.885,21	1.668.782,01	92.680,06	4.000,00	266.694,65	5.760,72	25.441,22	1.631.621,97	102.737,00	23.357.469,38
abr/04	5.950.746,00	1.847,00	13.575.000,00	215.770,00	1.587.957,00	94.950,00	0,00	289.444,00	0,00	76.020,00	1.665.098,00	253.792,00	23.710.624,00
mai/04	5.954.000,00	1.825,00	13.663.000,00	194.400,00	1.598.600,00	92.310,00	0,00	285.000,00	13.213,00	0,00	1.677.100,00	160.732,00	23.640.180,00
jun/04	6.009.000,00	1.868,00	14.514.000,00	212.720,00	1.601.000,00	93.490,00	0,00	310.274,00	3,71	102.275,00	1.696.500,00	108.333,00	24.649.463,71
jul/04	5.966.000,00	1.868,00	14.155.000,00	259.300,00	1.711.000,00	94.665,00	0,00	299.000,00	0,00	0,00	1.708.000,00	353.780,00	24.548.613,00
ago/04	5.929.800,00	1.847,00	14.207.500,00	251.357,00	1.608.300,00	92.500,00	0,00	347.669,00	0,00	10.920,00	1.714.500,00	88.689,00	24.253.082,00
set/04	5.923.438,00	1.762,00	14.278.979,00	229.799,00	1.582.071,00	91.561,00	4.968,00	369.063,00	0,00	4.183,00	1.723.820,00	137.634,00	24.347.278,00
out/04	5.883.394,09	1.273,80	14.372.737,73	200.626,99	2.782.108,39	90.226,88	3.348,00	338.939,67	0,00	0,00	3.436.504,69	179.180,12	27.288.340,36
nov/04	5.922.863,00	3.205,00	14.319.821,00	255.216,00	2.190.788,00	89.429,00	12.960,00	379.587,00	182,00	103.552,00	2.598.181,00	161.699,00	26.037.483,00
dez/04													0,00
13º	4.842.929,47		13.191.595,00										18.034.524,47
Totais	70.090.474,73	21.039,80	166.759.341,98	2.779.479,66	19.569.816,38	1.020.505,60	49.276,00	3.404.457,63	24.325,43	330.962,22	21.055.714,96	1.741.218,12	286.846.612,51



GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

Foram concedidas 472 gratificações de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar n. 90/93, o que representa, atualmente, um percentual de aproximadamente 80% (oitenta por cento) dos servidores com curso superior concluído nos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Diretoria de Material e Patrimônio

Diretora:

Bel. Luis Michels



As funções institucionais da Diretoria de Material e Patrimônio estão relacionadas com as determinações constitucionais contidas no artigo 70 da Constituição Federal, cumuladas com as do artigo 58 da Constituição Estadual, visando a atender às necessidades do Poder Judiciário catarinense. A Diretoria de Material e Patrimônio tem duas atribuições básicas: operacionalizar os procedimentos de abastecimento de materiais por meio da realização de compra, estocagem e distribuição; e operacionalizar o controle de uso e de guarda dos materiais por meio da contabilização, emissão de regras e fiscalização do respectivo uso. Para operacionalizar o abastecimento, a Diretoria de Material e Patrimônio conta com as Divisões de Compras, de Almoxarifado, de Contratos e Convênios e, para o controle de uso e de guarda dos materiais, a de Patrimônio.

ATRIBUIÇÕES

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Operacionalizar os procedimentos de abastecimento de materiais e serviços, por intermédio da realização de compra, estocagem e distribuição; operacionalizar o controle de uso e guarda dos materiais por meio da contabilização, emissão de regras e fiscalização do respectivo uso.

ASSESSORIA TÉCNICA

Examinar os procedimentos da licitação, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei n. 8.666/93; emitir pareceres sobre licitações e contratos; assessorar as Comissões de Licitação no tocante à defesa dos recursos interpostos nos procedimentos licitatórios; participar de comissões especiais de licitações; analisar técnica/juridicamente os pedidos de reequilíbrio de preços; analisar os pedidos de compensação financeira; analisar os pedidos de dilação de prazos e acréscimos de valores contratuais; instruir processos de reconhecimento de despesas; responder a eventuais diligências dos órgãos de controle externo (Tribunal de Contas e Assembléia Legislativa).



DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

Orientar o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade e economicidade, garantindo o abastecimento das unidades administrativas e jurisdicionais de materiais de consumo e permanentes; coordenar, supervisionar e controlar a distribuição e entrega de materiais de consumo e permanentes; prestar informações em processos administrativos relativos ao gerenciamento do abastecimento e distribuição e entrega de materiais de consumo e permanentes; criar métodos e padrões, objetivando melhorar o fluxo de abastecimento, estocagem e distribuição de materiais de consumo e permanentes; efetuar outras atividades relativas ao gerenciamento de materiais de consumo e permanentes estocados.

SEÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS

Receber e analisar a qualidade dos materiais entregues no Almojarifado; receber as amostras oriundas das licitações e controlá-las para retirada pelos fornecedores; codificar os materiais entregues no Almojarifado; receber e codificar as notas fiscais dos materiais entregues diretamente nas unidades lotacionais; gerenciar os materiais de consumo e permanentes devolvidos pelas unidades lotacionais por defeitos e/ou sem funcionamento; efetuar outras atividades correlatas ao recebimento de materiais de consumo e permanentes.

SEÇÃO DE CONTROLE DE ESTOQUE

Avaliar e processar as requisições de materiais; definir critérios para armazenagem; administrar os endereços de armazenagem; controlar a reposição do estoque; guardar os materiais nos endereços subseqüentes; controlar a retirada dos materiais em estoque; fazer inventário; efetuar outras atividades correlatas à reposição de estoque dos materiais de consumo e permanentes.

SEÇÃO DE CONFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS

Conferir as requisições atendidas pela Seção de Controle de Estoque; empacotar os materiais para remessa; emitir nota fiscal para remessa para transportadora; emitir protocolo de remessa por viatura do Tribunal de Justiça; rotular todos os pacotes com dados das Unidades Requisitantes; acompanhar a retirada dos pacotes pela transportadora e veículo do Tribunal de Justiça.



DIVISÃO DE COMPRAS

Aprovar requisições de compras dentro do estatuído no inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93; encaminhar à Diretoria de Orçamento e Finanças todas as requisições de compras, bem como processos licitatórios homologados para o devido empenhamento; encaminhar à Divisão de Contratos todos os processos licitatórios homologados para celebração do devido contrato; coordenar e supervisionar atividades atinentes a procedimentos licitatórios; efetuar licitações de acordo com os artigos 22 e 23 da Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002; coordenar, controlar e participar de assuntos inerentes à aquisição de serviços e materiais; orientar os diversos setores do Poder Judiciário quanto ao encaminhamento de solicitações para aquisições.

SEÇÃO DE AQUISIÇÃO DIRETA

Elaborar orçamentos para propiciar aquisições mais adequadas; acompanhar a entrega das aquisições efetuadas; encaminhar aos fornecedores o devido empenho; encaminhar aos setores do Poder Judiciário os empenhos que não forem encaminhados diretamente aos fornecedores; apresentar, mediante informação formal, o melhor orçamento obtido.

SEÇÃO DE CONTROLE DE FORNECEDORES

Levantar custos para instrução de processo licitatório; emitir termo de referência para aquisição por pregão; cadastrar fornecedores interessados em trabalhar com o Poder Judiciário; manter toda a documentação exigida pelo sistema de cadastro de fornecedores; emitir atestados de capacidade técnica; verificar preços de mercado para as aquisições por registro de preços; alimentar índices para cálculos de reajuste de valores; acompanhar empresas advertidas pelo Tribunal de Justiça; indicar empresas cadastradas a participar de licitação por convite; confeccionar PRO – Pedido de Reserva Orçamentária para todos os processos licitatórios; publicar trimestralmente “chamamento público” aos fornecedores para cadastramento no Tribunal de Justiça, em cumprimento ao § 1º do art. 34 da Lei n. 8.666/93.

SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE PEDIDOS

Receber e analisar todas as requisições de compras de materiais e/ou serviços advindos das comarcas e demais setores que integram o Poder Judiciário; conferir o preenchimento do formulário de modo a ter todas as informações necessárias à aquisição; verificar no sistema o limite legal para aquisição com base no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93; encaminhar para os setores competentes todas as requisições de compras que necessitem de parecer técnico para a sua aprovação; processar todos os pedidos atinentes ao registro de preço, de modo a instruir processo de compra; prestar informações acerca do andamento das requisições de compras; encaminhar para a Seção de Aquisição Direta toda requisição de compra que necessite de orçamento; alimentar em sistema próprio todas as requisições de compras para o devido acompanhamento por parte do usuário; receber todas as notas fiscais atinentes à aquisição direta; encaminhar à Divisão de Almoxarifado todas as notas fiscais atinentes à



aquisição de materiais para a devida contabilização; encaminhar à Diretoria de Orçamento e Finanças todas as notas fiscais de material ou serviço para o devido pagamento; aplicar multa para as aquisições com atendimento irregular.

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

Protocolar e instruir todos os processos licitatórios; publicar todos os avisos de licitação; prestar informações acerca do andamento dos processos licitatórios; alimentar, no Sistema de Acompanhamento de Licitações, todas as etapas de cada processo licitatório; encaminhar para arquivamento todo processo licitatório concluído; instruir todas as dispensas e inexigibilidades de licitações; divulgar os resultados dos certames licitatórios.

DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Coordenar as áreas envolvidas com controle de contratos e convênios; receber e analisar os pedidos de elaboração de minutas, contratos, convênios e aditivos, corrigindo-os; analisar processos de prorrogação de contratos e convênios; receber e encaminhar notas fiscais (protocolo); analisar e conferir os pedidos de pagamento, prestando as informações necessárias para a liquidação das despesas; encaminhar os processos de pagamento para a Diretoria de Orçamento e Finanças; controlar e coordenar contratos e convênios no que concerne a prazos, reajustes e sanções administrativas; calcular reajustes; publicar, resumidamente, contratos, aditivos e convênios.

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

Receber e encaminhar notas fiscais para protocolo; verificar a autenticidade e validade das certidões negativas; emitir guia de retenção do ISS para os contratos de serviços; encaminhar os processos para os setores competentes para avaliação dos serviços executados ou materiais recebidos, objetivando o registro contábil (Divisão de Almoxarifado) e liberação do pagamento (Diretoria de Orçamento e Finanças); efetuar cálculos de reajuste dos contratos, respeitado o índice previsto contratualmente; reter garantias (bem como liberá-las) conforme previsto contratualmente; prestar informações à Assessoria Técnica desta Diretoria no caso de descumprimento de cláusulas contratuais; efetuar cálculos de multas por atraso na entrega de materiais/serviços e, por faltas, quando se tratar de locação de mão-de-obra; emitir pedidos de entrega de equipamentos e de carimbos, além das autorizações para mudanças de magistrados; emitir ofícios e Cl's; emitir relatórios diversos no que tange a contratos e convênios; controlar prazos contratuais; atender a fornecedores por telefone, e-mail e pessoalmente.



SEÇÃO DE ELABORAÇÃO

Acompanhar o limite financeiro contratual – máximo de 25% para obras e 50% para reformas, em consonância com o previsto na Lei n. 8.666/93; controlar as garantias contratuais, Seguro Garantia e/ou Carta Fiança; controlar o arquivo dos processos licitatórios que originarem contratos; cadastrar contratos/convênios, disponibilizando-os à Seção de Controle e Acompanhamento Contratual; cadastrar contratos/convênios, disponibilizando-os na internet; contatar as empresas/fornecedores objetivando a assinatura dos contratos; efetuar cálculos das multas rescisórias; efetuar cálculos de reajustes dos contratos para rescisão; elaborar aditivos aos contratos; elaborar minutas dos convênios e contratos; elaborar os convênios e contratos; emitir ofícios e CI's; encaminhar cópia dos contratos e convênios para as contratadas, fóruns e demais unidades administrativas envolvidas; fazer relatórios sobre quantitativos de contratos e convênios.

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

Coordenar e supervisionar o registro para controle do patrimônio móvel e imóvel do Poder Judiciário catarinense; respeitar as regras da contabilidade pública de forma a possibilitar a administração dos bens permanentes durante toda sua vida útil; normatizar os procedimentos quanto ao registro, controle e zelo pelo bem público, observando-se a legislação pertinente; normatizar o procedimento quanto ao recolhimento e baixa dos bens inservíveis; coordenar e supervisionar os serviços de recebimento, conferência, guarda e distribuição de bens permanentes reutilizáveis no âmbito do Poder Judiciário catarinense; gerenciar a distribuição de móveis às unidades lotacionais do Poder Judiciário; desenvolver outras atividades correlatas.

SEÇÃO DE REGISTRO PATRIMONIAL

Processar as incorporações e alterações de bens móveis e imóveis no sistema patrimonial; efetuar os procedimentos quanto à legalização dos bens imóveis do Poder Judiciário; efetuar a identificação patrimonial por meio de etiquetas com código de barras nos bens móveis de caráter permanente; manter arquivada em pasta específica toda a documentação dos imóveis pertencentes ao Poder Judiciário catarinense; extrair, conferir e encaminhar relatórios aos órgãos pertinentes, comunicando toda e qualquer alteração no sistema patrimonial para o correspondente registro contábil; extrair, encaminhar e controlar os termos de responsabilidade das residências do Poder Judiciário ocupadas por magistrados e promotores de justiça; executar outras atividades correlatas.



SEÇÃO DE CONTROLE PATRIMONIAL

Efetuar auditorias patrimoniais dos bens móveis de caráter permanente pertencentes ao Poder Judiciário; registrar a transferência de bens nas lotações quando ocorrer; extrair e encaminhar termos de responsabilidade às unidades gestoras sempre que necessário; instruir processos de baixa dos bens móveis; extrair, conferir e encaminhar relatórios de baixa para fins de registros contábeis; gerenciar os consertos de móveis e equipamentos; executar outras atividades correlatas.

SEÇÃO DE ALIENAÇÃO DE BENS

Analisar e emitir parecer em processos de doação e/ou leilão de bens móveis; proceder triagem e formação de lotes para alienação dos bens; providenciar a efetiva doação de bens baixados por inservibilidade, acompanhando a sua retirada; emitir termo de doação às entidades beneficiadas; atuar em todas as etapas no procedimento de leilão de bens móveis; executar outras atividades correlatas.

GABINETE DA DIREÇÃO

Todas as necessidades de materiais, obras e serviços do Poder Judiciário catarinense dependem, em grande escala, de atividades de terceiros, denominados pela Administração Pública de "Fornecedores".

Tais aquisições se dão por meio de procedimentos efetuados pela Diretoria de Material e Patrimônio, em conjunto com a Diretoria de Orçamento e Finanças, e colocados à disposição do Poder Judiciário por intermédio das demais unidades administrativas integrantes da Diretoria-Geral Administrativa (Diretorias de Informática, de Recursos Humanos, de Infra-Estrutura, de Saúde, de Engenharia e Arquitetura e pela própria Diretoria de Material e Patrimônio).

A Diretoria de Material e Patrimônio é uma unidade administrativa sistêmica, tendo como principal função abastecer o Poder Judiciário catarinense de materiais de escritório (papel, lápis, borracha, caneta, formulários etc.), materiais de consumo (café, açúcar, leite, água etc.), materiais de higiene (papel higiênico, sabonete, sabão, toalhas etc.), mobiliários (armários, mesas, cadeiras, sofás etc.) e de equipamentos diversos (relógios de protocolo, microcomputadores, impressoras, estabilizadores etc.).

Também realiza contratação de empresas especializadas em prestação de serviços, como locação de mão-de-obra (digitadores, serventes, seguranças etc.), de desenvolvimento de sistemas de informática, de manutenção de equipamentos e outros que porventura sejam necessários para a prestação dos serviços jurisdicionais.

Além disso, de igual forma, executa os procedimentos necessários à contratação de empresas destinadas a reformas ou construção empreendidas no Palácio da Justiça, nas comarcas do Judiciário ou nas Casas da Cidadania (sejam eles de sua propriedade ou locados).



Os quantitativos de materiais necessários para o abastecimento são comprados, controlados e distribuídos pela Diretoria de Material e Patrimônio, por meio das Divisões de Compras, de Almoxarifado e de Patrimônio, sendo que as duas últimas agregam a função de controle do uso. Já as necessidades de serviços são qualificadas pelas unidades administrativas responsáveis pelo gerenciamento, e sua execução é controlada pela Divisão de Contratos e Convênios, por envolver prazos contratuais.

DADOS ESTATÍSTICOS

PAECERES JURÍDICOS **612**

PARECERES TÉCNICOS

- Informações 115
- Despachos 160
- Exposição de Motivos 001

SUB-TOTAL **276**

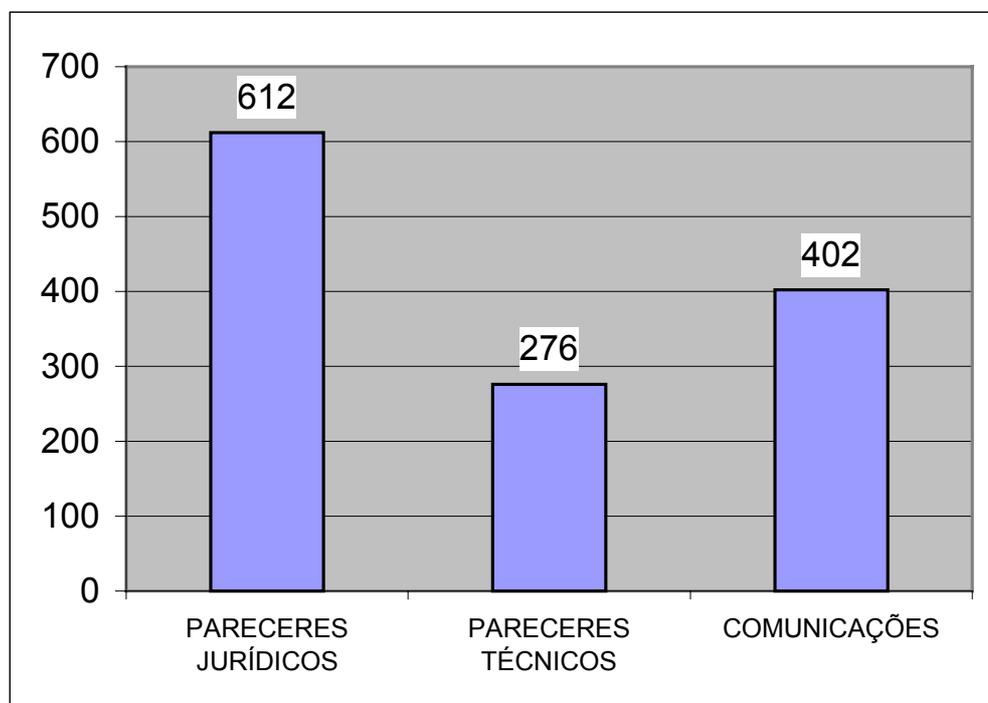
COMUNICAÇÕES EFETUADAS

- Internas 132
- Ofícios 270

SUB-TOTAL **402**

TOTAL **276**

GRÁFICO ILUSTRATIVO



Tomando por base as informações acima e considerando uma média de, aproximadamente, 250 dias de trabalho, podemos deduzir que, no decorrer do ano de 2004, foram emitidos cerca de 5 (cinco) documentos/dia.

DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

A Divisão de Almoarifado tem como competência realizar procedimentos administrativos para abastecer de materiais de consumo e permanentes o Poder Judiciário catarinense, possuindo estocados cerca de 10.000 (dez mil) itens, em um espaço físico de, aproximadamente, 4.000 (quatro mil) m², denominado Almoarifado Central.

Para abastecer todo o Poder Judiciário catarinense, a Divisão de Almoarifado realiza vários procedimentos definidos pelas teorias administrativa e contábil (pública e privada), seguindo normas e regras, ditadas, com maior ênfase, pela Lei Federal n. 4.320/64, Decreto-Lei n. 200/67, e contabilidade pública.

Para entender os procedimentos efetuados pela Divisão de Almoarifado é necessário conhecimento prévio de alguns conceitos definidos nas normas administrativas internas, no direito administrativo e na contabilidade pública.

Após os estudos para implantação do código de barras no exercício de 2003, em 2004 a Diretoria de Material e Patrimônio, em conjunto com a Divisão de Informática, empreendeu esforços no sentido de adquirir hardware e



software necessários ao desenvolvimento do sistema.

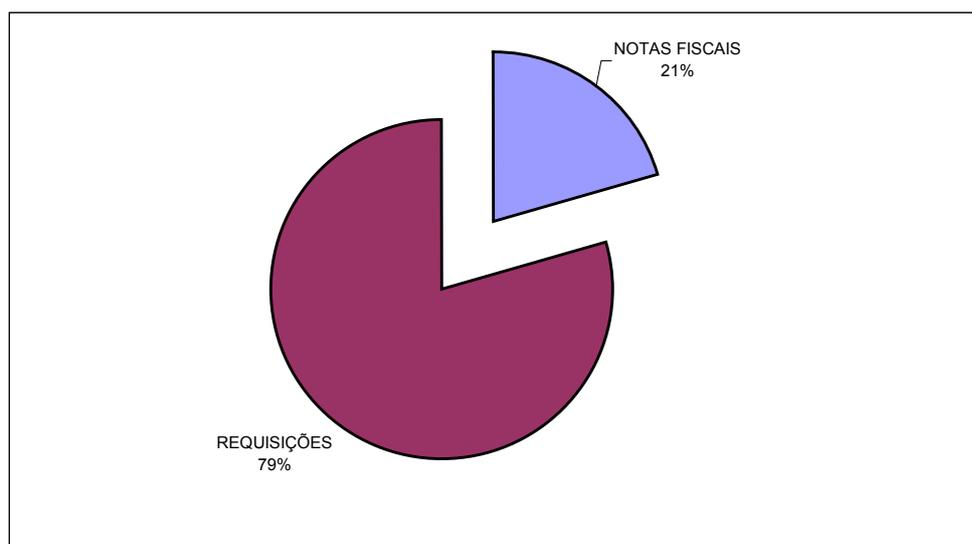
O desenvolvimento de tal sistema servirá para melhorar o controle do estoque, permitindo a elaboração de relatórios que atendam aos dispositivos estatuídos na Lei Federal n. 4.320/64, com respostas imediatas e precisas no que concerne aos inventários anuais obrigatórios.

DADOS ESTATÍSTICOS

DOCUMENTOS PROCESSADOS

• Notas Fiscais	4.614
• Requisições	17.708
TOTAL	22.322

GRÁFICO ILUSTRATIVO



As requisições processadas referem-se à entrada de materiais em estoque e respectivos atendimentos de pedidos. Isto gerou uma movimentação de 87.473 produtos/materiais.

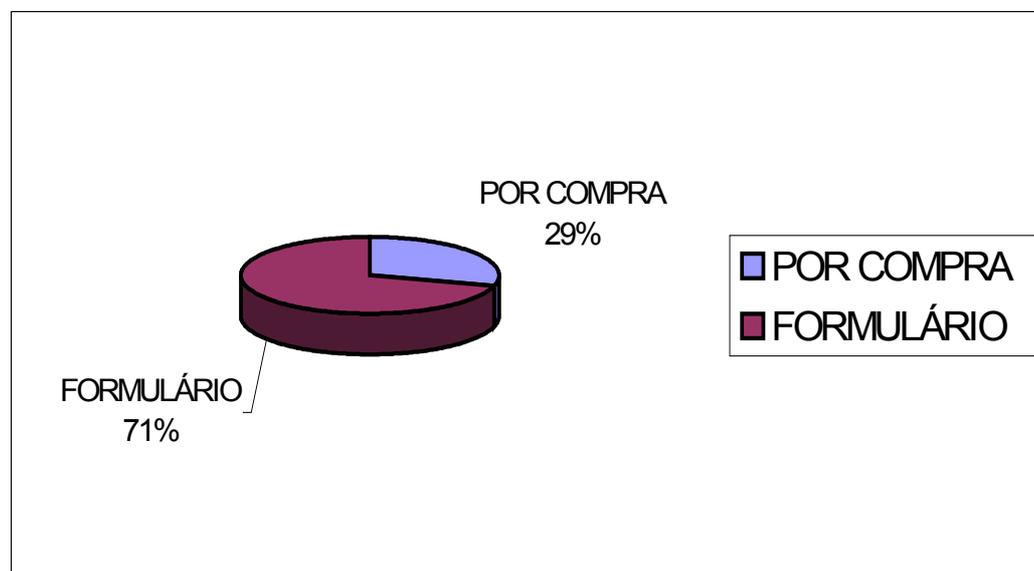
Para atendimento das unidades requisitantes do interior, foram efetuadas 2.709 entregas de materiais e produtos, produzindo 31.611m³ de volume transportado, equivalente a 514.342kg.

Como demonstração do volume de trabalho produzido e de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram processadas aproximadamente 89,28 requisições/dia (documentos processados/250 dias).

INCLUSÕES NO ESTOQUE/ITEM

• Por Compra	237
• Formulário	568
TOTAL	805

GRÁFICO ILUSTRATIVO



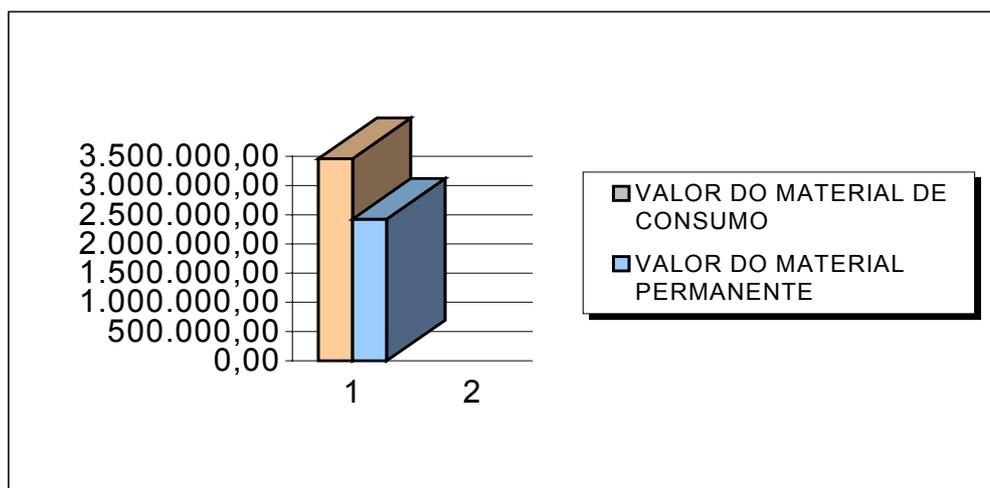
Para as inclusões de Compras, foram geradas 237 (duzentos e trinta e sete) requisições de compras, encaminhadas à Divisão de Compras. Quanto aos formulários, foram produzidos pela Divisão de Artes Gráficas, da Diretoria de Infra-Estrutura, deste Poder Judiciário.

DADOS FINANCEIROS

VALOR DOS MATERIAIS EM ESTOQUE

• Valor do material de consumo	R\$ 3.456.623,24
• Valor do material permanente	R\$ 2.423.896,88
TOTAL	R\$ 5.880.520,12

GRÁFICO ILUSTRATIVO





DIVISÃO DE COMPRAS

A Divisão de Compras tem como competência realizar procedimentos administrativos para efetuar as aquisições de materiais de consumo e permanentes, a contratação de serviços, não produzidos pelo Poder Judiciário catarinense, bem como a construção e reforma de prédios de seu Patrimônio ou daqueles locados para instalação de suas unidades jurisdicionais.

Para realizar esses procedimentos, a Divisão de Compras segue normas e regras. Com maior ênfase à Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, à Lei Federal n. 10.520/2002 e à Lei Complementar n. 101/2000 e às limitações orçamentárias definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Neste exercício, além das atividades usuais, inerentes às suas próprias competências, esta Divisão fiscalizou todos os procedimentos de aquisição, principalmente no que concerne aos descumprimento de prazos, especificações, atendimento etc. (independente de ser a aquisição ou prestação de serviços de grande ou pequena monta), aplicando, aos faltosos, o que disciplina a lei. Essa fiscalização resultou na aplicação de multas, retendo-se, no exercício, a importância de *R\$ 18.553,36 (dezoito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos)*.

Neste ano, foi incrementada ao SAL – Sistema de Acompanhamento de Licitação a inscrição de fornecedores para a retirada de editais, via web. Em pleno funcionamento, este sistema, além de dar transparência a todas as etapas das licitações, permite o gerenciamento de todo o processo licitatório (desde o protocolo até a homologação), permitindo a inserção de dados, a apuração de datas e de etapas do processo.

DADOS ESTATÍSTICOS

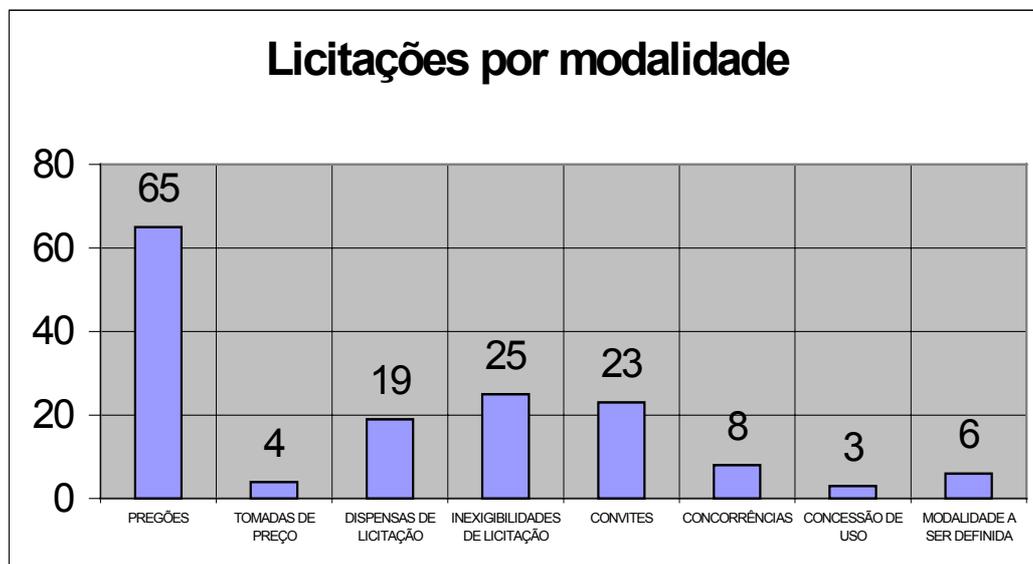
REQUISIÇÕES DE COMPRAS 11.163 LICITAÇÕES (POR MODALIDADE)

• Pregões	65
• Tomadas de preço	4
• Dispensas de licitação	19
• Inexigibilidades de licitação	25
• Convites	23
• Concorrências	8
• Concessões de uso	3
• Modalidade a ser definida	6
	153
TOTAL	11.316



GRÁFICO ILUSTRATIVO

Como demonstração do volume de trabalho produzido e de acordo com os dados estatísticos apresentados, foi



efetuada 1 (uma) licitação/dia e analisadas 45,26 requisições/dia (considerando uma média de 250 dias/ano).

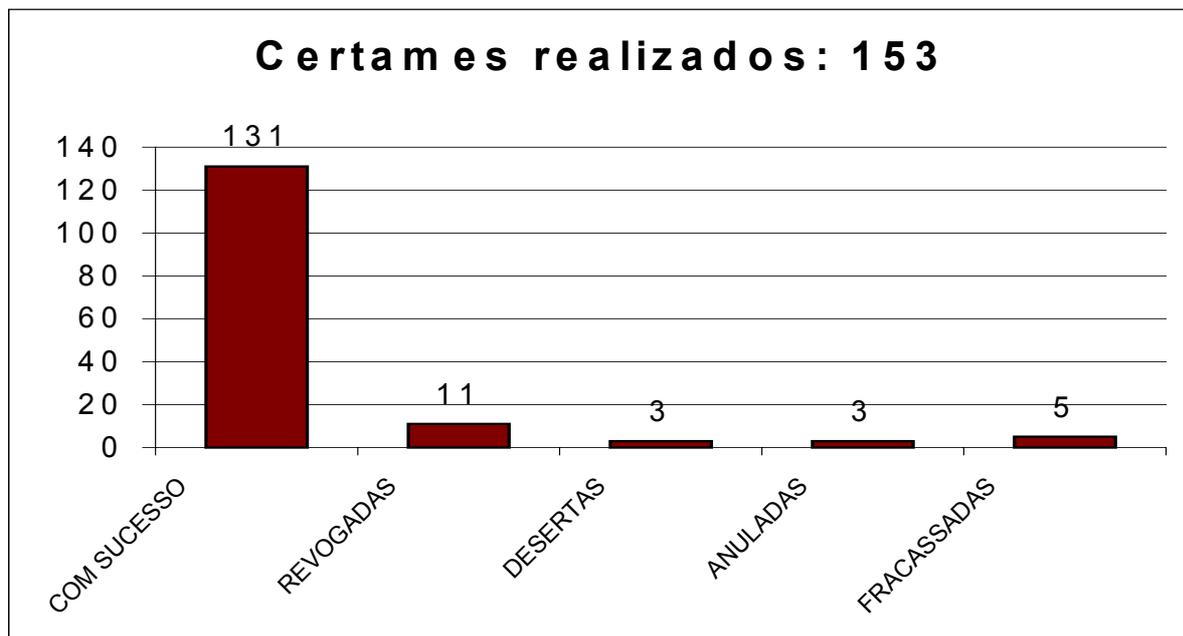
CERTAMES REALIZADOS

- | | |
|---------------|-----|
| • Com sucesso | 131 |
| • Revogadas | 11 |
| • Desertas | 3 |
| • Anuladas | 3 |
| • Fracassadas | 5 |

TOTAL **153**



GRÁFICO ILUSTRATIVO



Como podemos verificar do total de certames licitatórios realizados, alcançamos sucesso em 85,63% deles.

Os demais, 14,37%, ficaram assim distribuídos:

- 3% desertos: não acorreram interessados;
- 3,26% frustrados: acorreram interessados, porém não alcançou-se êxito em virtude de problemas administrativos e/ou jurídicos;
- 1,96% cancelados: por decisão administrativa;
- 7,19% revogados: em virtude de problemas ocorridos no processo licitatório.

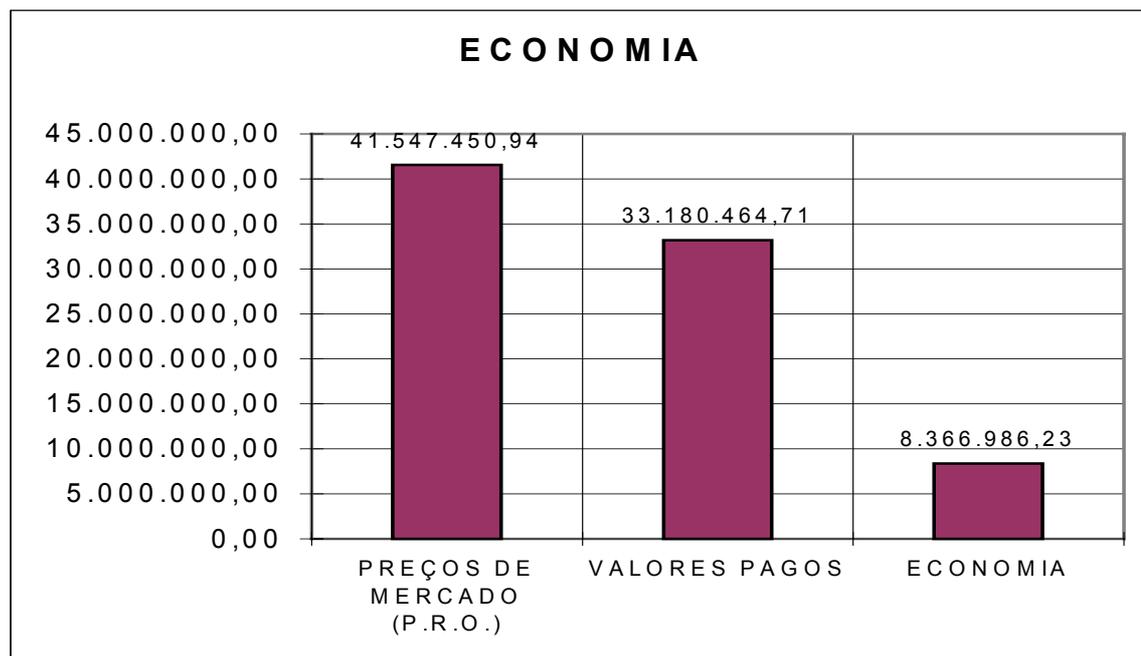
DADOS FINANCEIROS

AQUISIÇÕES EFETUADAS POR INTERMÉDIO DE LICITAÇÕES

- | | |
|--|-------------------|
| • Preços de mercado (reserva orçamentária) | R\$ 41.547.450,94 |
| • Valores pagos | R\$ 33.180.464,71 |

ECONOMIA R\$ 8.366.986,23

GRÁFICO ILUSTRATIVO



O preço de mercado, que resultou na reserva orçamentária, adveio de pesquisa mercadológica efetuada pela Seção de Controle de Fornecedores. Para tanto tomou-se por base o objeto a ser adquirido e o volume desejado pela unidade requisitante.

Como 42,48% das licitações realizadas foram feitas por intermédio da modalidade pregão (que permite a negociação dos preços ofertados), alcançou-se uma economia de R\$ 8.366.986,23 (oito milhões, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos), equivalente a 20,13% do valor reservado.

Entretanto, é oportuno esclarecer, as demais modalidades também apresentaram reduções nos seus valores comparados aos preços de mercado.

DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

A Divisão tem como competência principal o controle dos contratos e convênios, nos termos específicos da Lei n. 8.666/93. Além disso, realiza procedimentos administrativos de recebimento e encaminhamento das notas fiscais, juntamente com os processos, para posterior pagamento; encaminhamento e conferência de notas fiscais para protocolo; encaminhamento de processos para os setores competentes, objetivando liberação de pagamentos; cálculos de reajustes; publicação resumida de contratos, aditivos e convênios; distribuição das vias dos contratos, aditivos e convênios para os setores competentes; emissão de autorização de mudanças dos excelentíssimos Srs. Magistrados; controle de prazos de execução, de alterações de acordos e de pagamentos das contratações em geral efetuadas pelo Poder Judiciário catarinense com terceiro; mantendo, também, como uma de suas atividades principais, a elaboração das minutas dos acordos, em consonância com as normas e regras do direito administrativo.



Para realizar esses procedimentos a Divisão de Contratos e Convênios segue, com maior ênfase, as Leis Federais ns. 8.666/93 e 4.320/64, o Decreto-Lei n. 200/67 e a Lei Complementar n. 101/2000, bem como às limitações orçamentárias definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Em função da competência de controlar os pagamentos, foram aplicadas aos contratados, por descumprimento de suas obrigações, multas contratuais que alcançaram o montante de R\$ 55.556,24 (*cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos*).

Por fim, é bom frisar, que todos os controles efetuados pela Divisão continuam feitos de forma manual, carecendo, para uma melhor eficiência e eficácia dos resultados, a implantação de um sistema informatizado de controle de contratos e convênios.

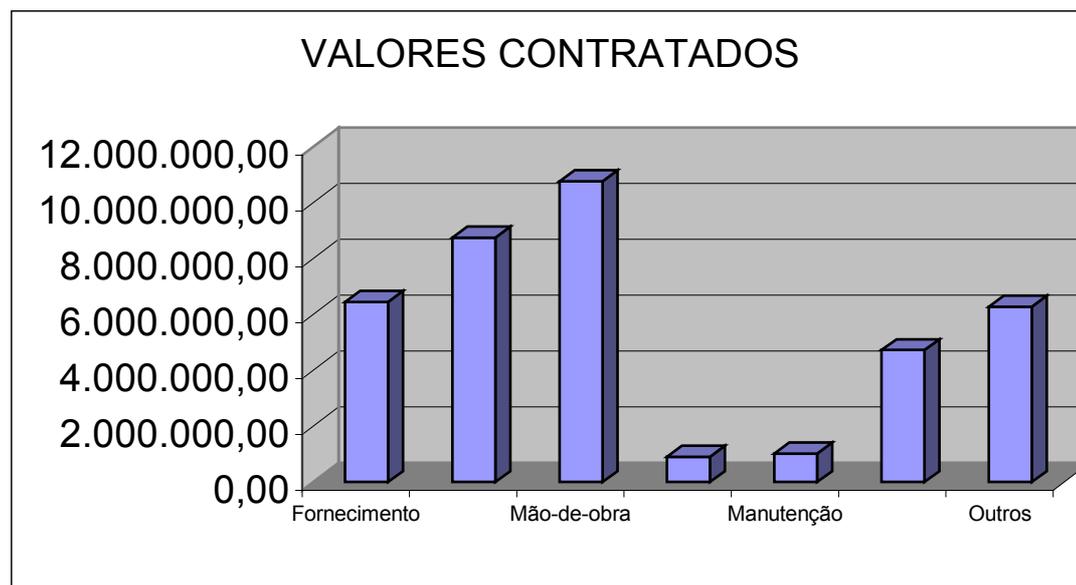
DADOS ESTATÍSTICOS E FINANCEIROS

GRUPO	TIPO	QTDES	VALORES TOTAIS	
			POR TIPO	POR GRUPO
FORNECIMENTO	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	6	456.499,92	6.449.010,64
	MATERIAL E CONSUMO	12	320.972,80	
	EQUIPAMENTOS INFORM.	2	1.477.496,00	
	EQUIPAMENTOS DIVERSOS	5	1.137.943,66	
	COMBUSTÍVEIS	1	302.000,00	
	MATERIAL DE EXPEDIENTE	22	1.963.285,76	
	MOBILIÁRIO	1	100.000,00	
	SONORIZAÇÃO	1	35.992,50	
	PASSAGENS	2	200.000,00	
	VEÍCULOS	2	454.820,00	
IMÓVEIS	REFORMAS	18	7.291.044,04	8.747.968,04
	LOCAÇÃO	20	1.456.924,00	
MÃO-DE-OBRA	LOCAÇÃO EM GERAL	12	10.767.831,37	10.767.831,37
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (DIVERSOS)	CURSOS	1	30.060,00	907.740,00
	ENCADERNAÇÃO	1	68.480,00	
	PUBLICAÇÕES	2	469.000,00	
	TRANSPORTES	2	340.200,00	
MANUTENÇÃO	CALEFAÇÃO	3	39.990,00	1.013.070,91
	EQUIPAMENTOS	28	955.582,41	
	PREDIAL	1	17.498,50	
INFORMÁTICA	SUORTE TÉCNICO	9	3.482.520,00	4.720.740,83
	EQUIPAMENTOS	9	1.200.320,83	
	CONSULTORIA	4	29.920,00	
	SUORTE E-MAIL	1	7.980,00	
OUTROS	BRASIL TELECOM ¹	3	1.841.870,00	6.281.010,00
	MONITORAMENTO ELETRÔNICO	4	4.310,00	
	EBCT	9	3.883.830,00	
	EMBRATEL ²	2	81.000,00	
	BESC (TAXAS)	1	470.000,00	
TOTAL		184	38.887.371,79	38.887.371,79

¹ Serviços de Internet, Comunicação de Dados e Telefonia

² Serviços de Comunicação de Dados e Telefonia

GRÁFICO ILUSTRATIVO



As contratações para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de consumo, de equipamentos, móveis e veículos ocorreram durante o presente exercício. O valor total gasto não compreende, na sua totalidade, os valores relativos ao mês de dezembro, haja vista que muitas das aquisições serão processadas no início do próximo exercício, ou quando for solicitado o respectivo pedido.

À guisa de informação: os valores empenhados relativamente aos materiais de consumo, gêneros alimentícios, mão-de-obra, locação de equipamentos, dentre outros foram feitos de forma estimativa, não representando, de forma concreta, o valor total de aquisição, podendo oscilar para mais ou menos. Essas alterações somente poderão ser analisadas ao final do exercício, quando o empenho, conforme o caso, terá necessidade de complementação ou estorno.

Para os contratos de mão-de-obra foram computadas as contratações comumente identificadas como "locação de mão-de-obra", de acordo com o art. 26 da Lei Estadual n. 8.815/92. Necessário informar que no Poder Judiciário, hoje, são prestados os serviços de digitação, limpeza e conservação, copagem, recepção, zeladoria e vigilância.

A Divisão de Contratos e Convênios celebrou 40 (quarenta) convênios e um contrato de concessão de uso (terreno do prédio do Tribunal de Justiça e Fórum da Capital).

Além disso, foram celebrados diversos contratos de concessão de uso remunerado para exploração de bares/lanchonetes de algumas de suas comarcas (Balneário Camboriú, Blumenau, Lages, Capital, Joinville, Tubarão, Criciúma e São José), com um aporte médio mensal de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), recolhidos por intermédio de GRJR.



DADOS ESTATÍSTICOS DO FLUXO DE TRABALHO

MOVIMENTAÇÃO EXPEDIENTES (EMPRESAS - PROTOCOLO INTERNO)	380
MOVIMENTAÇÃO EXPEDIENTES (Judiciário - Protocolo interno)	460
OFÍCIOS EXPEDIDOS	733
COMUNICAÇÃO INTERNA	100
OFÍCIOS RECEBIDOS	103
EMISSÃO DE GUIAS DE RECOLHIMENTO DE ISQN	446
INFORMAÇÕES (pagamentos e outras)	730
TOTAL	3.033

Como demonstração do volume de trabalho produzido e de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram feitos cerca de, aproximadamente, 12,13 processamentos de informações, expedição de ofícios, movimentação/dia (considerando 250 dias úteis).

Além disso, neste mesmo período, foi feita na Divisão de Contratos e Convênios a movimentação de 4.620 processos, equivalendo a, aproximadamente, 18 processos/dia

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

A Divisão de Patrimônio tem como competência realizar procedimentos administrativos, objetivando efetuar o controle do uso, a conservação e a guarda de materiais permanentes, de todos os agentes públicos designados como gestores patrimoniais lotados nas diversas unidades administrativas da Secretaria do Tribunal e em cada Fórum do Judiciário catarinense.

Para realizar esses procedimentos, a Divisão de Patrimônio segue, com maior ênfase, a Lei Federal n. 4.320/64, o Decreto-Lei n. 200/67, a Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, e as demais leis estaduais que disciplinam as alienações.

A Divisão de Patrimônio é responsável pelos procedimentos de averbações dos imóveis administrados pelo Poder Judiciário, legitimando os procedimentos de suas respectivas regularizações nos Registros de Imóveis de cada comarca.

Durante este exercício foram consertados ou transformados, conforme a necessidade do usuário, cerca de 407 bens patrimoniais.

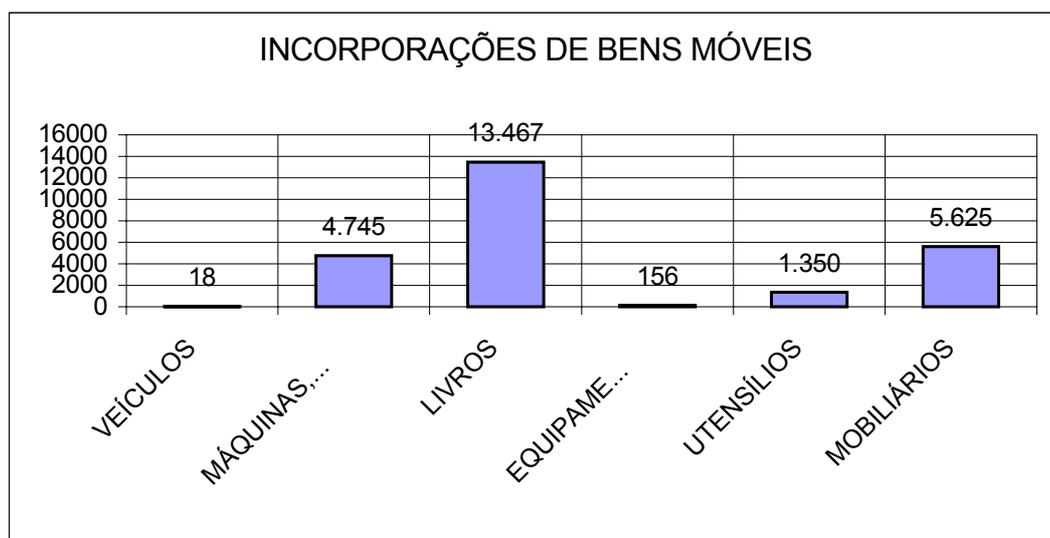


DADOS ESTATÍSTICOS

INCORPORAÇÕES DE BENS MÓVEIS

Veículos	460
Máquinas, Motores e Aparelhos	4.745
Livros	13.467
Equipamentos e Instalações	156
Utensílios	1.350
Mobiliários	5.625
TOTAL	25.361

GRÁFICO ILUSTRATIVO



INCORPORAÇÕES DE BENS IMÓVEIS

Terrenos	8
Edifícios	0

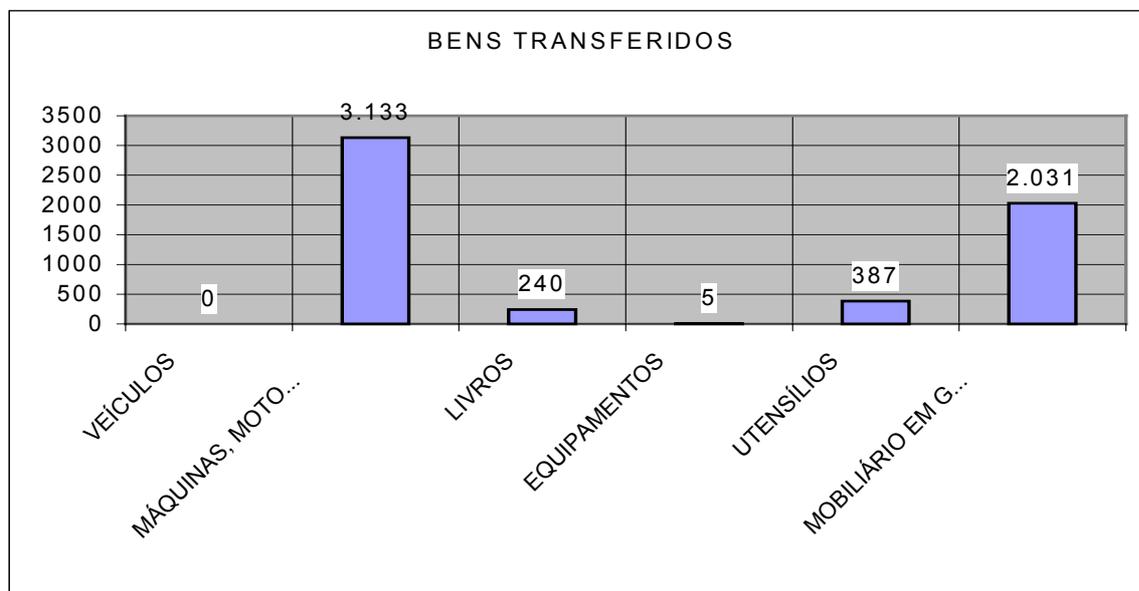
O custo total destas incorporações foi de R\$ 9.847.157,14 (nove milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e sete reais e quatorze centavos). Como demonstração do volume de trabalho produzido e de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram processadas, aproximadamente, 101,44 incorporações/dia (considerando 250 úteis).



BENS TRANSFERIDOS

Veículos	0
Máquinas, Motores e Aparelhos	43.133
Livros	1240
Equipamentos e Instalações	5
Utensílios	387
Mobiliário em geral	2.031
TOTAL	5.796

GRÁFICO ILUSTRATIVO



Bens transferidos referem-se à mudança de responsabilidade da guarda patrimonial de um gestor para outro, nos termos da Resolução n. 002/97. Como demonstração do volume de trabalho produzido e de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram processados aproximadamente 23,18 pedidos/dia (considerando 250 dias úteis).

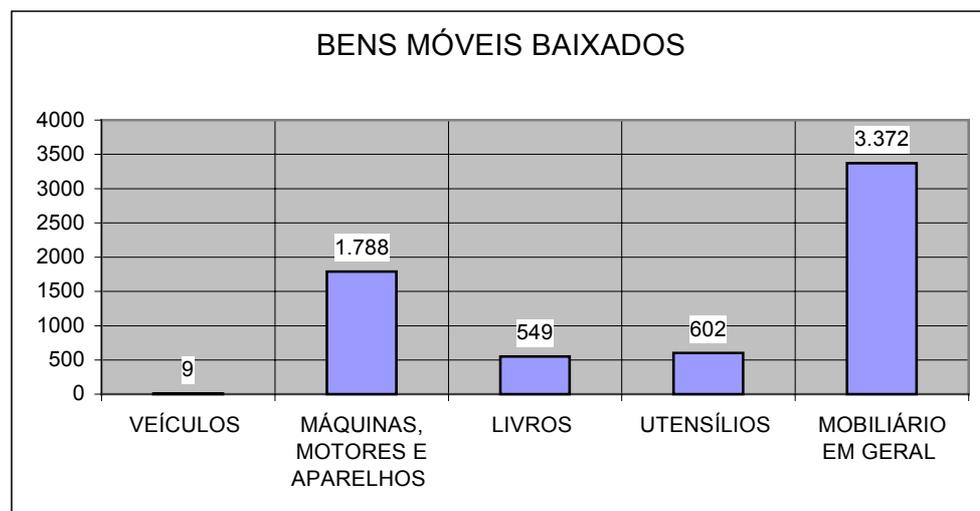
BENS MÓVEIS BAIXADOS

Veículos ³	9
Máquinas, Motores e Aparelhos	1.788
Livros	549
Utensílios	602
Mobiliário em geral	3.372
TOTAL	6.320

³ Serão alienados por processo de leilão, no próximo exercício



GRÁFICO ILUSTRATIVO



Bens móveis baixados referem-se àqueles inservíveis aos propósitos do Poder Judiciário, porém ainda úteis a outras instituições públicas ou privadas. Existem, também, aqueles inutilizados por questões técnicas, os quais a sua recuperação é inviável economicamente. Os procedimentos de alienação de bens foram, na sua totalidade, feitos da seguinte forma:

Processos de baixa	74
Doações	4.730
Inutilização	364
Transferidos a outros órgãos	1.039
TOTAL DE BAIXAS⁴	6.207

Como demonstração do volume de trabalho produzido e, de acordo com os dados estatísticos apresentados, foram processadas, aproximadamente, 25,28 baixas/dia (considerando 250 dias úteis).

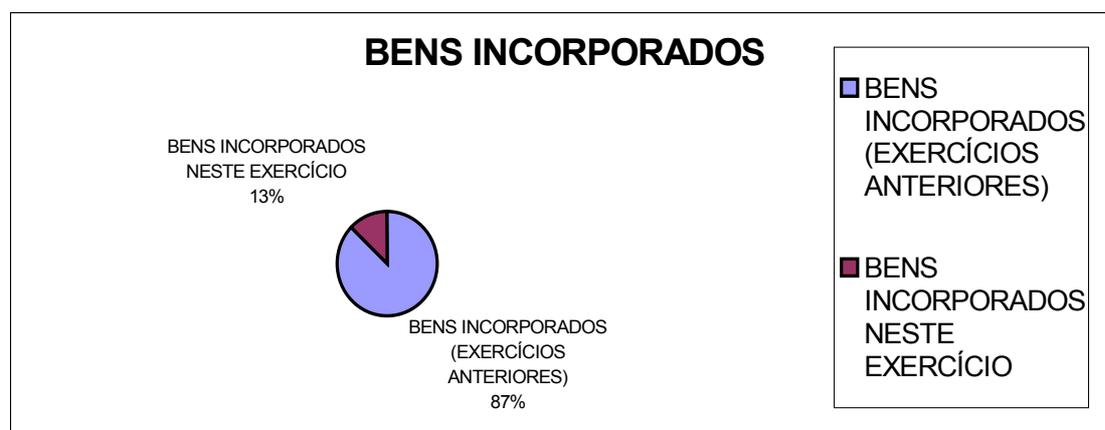
⁴ Deste total, foram atendidas, também, cerca de 120 entidades filantrópicas



DADOS FINANCEIROS

Valor dos bens incorporados	R\$ 66.863.462,99
Bens incorporados neste exercício	R\$ 9.847.157,14
TOTAL	R\$ 76.710.620,13

GRÁFICO ILUSTRATIVO



Atualmente o patrimônio do Judiciário conta com 164.300 (cento e sessenta e quatro mil e trezentos) bens, importando em R\$ 76.710.620,13 (setenta e seis milhões, setecentos e dez mil, seiscentos e vinte reais e treze centavos). Desse valor, durante o presente exercício, foram incorporados 25.369 bens móveis e imóveis, que importam em R\$ 9.847.157,14 (nove milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), representando cerca de 13% do valor total apurado.

Diretoria de Orçamento e Finanças

Diretor:

Bel. Ricardo Lentz



ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento total do Poder Judiciário é composto por três fontes de recursos, a saber:

- a - Recursos Ordinários do Tesouro do Estado;
- b - Receitas provenientes do Fundo de Reaparelhamento da Justiça; e
- c - Receita proveniente do Sistema Financeiro de Conta Única (Lei nº 11.644/2000).

Referente aos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado, a Lei nº 12.640, de 21 de julho de 2003, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2004, consignou ao Poder Judiciário o limite de 6,75% da Receita Líquida Disponível - RLD ("considera-se como Receita Líquida Disponível, observado o disposto no art. 123, inciso V, da Constituição Estadual, exclusivamente para servir como base para definir os valores a serem incluídos no orçamento, o total das Receitas Correntes, deduzidos os valores provenientes de convênios, ajustes e acordos administrativos, de taxas que, por legislação específica, se vinculem a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, Cota-Parte do Salário-Educação e as parcelas a serem entregues aos municípios por determinação constitucional."), mais os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar de Justiça e Serventuário de Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário através da Lei Complementar nº 127/94, bem como as dotações destinadas ao pagamento dos precatórios judiciais movidos contra a fazenda estadual.

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias: 1 - Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta única) e 2 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo e inativo, manutenção e investimentos, pagamentos de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados.

Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

No Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, constam os recursos que serão aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com construções, reformas e ampliações de prédios, equipamento e reequipamento e manutenção predial.

Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:



SOLENES	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	19.720.000,00	4,46%
Administração de Recursos Humanos (1)	314.405.000,00	71,13%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	21.606.591,00	4,89%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	15.000.000,00	3,39%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	11.622.000,00	2,63%
Coord.e Manut. das Ações de Informática - (4)	263.000,00	0,06%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	3.000.000,00	0,68%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	800.000,00	0,18%
Construções de Fóruns (4)	900.000,00	0,20%
Ampliações de Fóruns (4)	3.500.000,00	0,79%
Reformas de Fóruns (4)	3.715.000,00	0,84%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	5.000.000,00	1,13%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	14.904.555,00	3,37%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	15.932.453,00	3,60%
Capacitação e Aferfeiçãoamento (5)	7.312.992,00	1,65%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (5)	600.000,00	0,14%
Construção da Academia Judicial da Capital (5)	2.000.000,00	0,45%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.750.000,00	0,40%
TOTAL	442.031.591,00	100,00%

(1) 6,75% fixados na L.D.O.

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única



ORÇAMENTO FINAL

No decorrer do exercício financeiro o orçamento total do Poder Judiciário foi suplementado no valor de R\$ 53.765.228,28, sendo, R\$ 36.823.000,00 nas dotações do TJ e R\$ 16.942.228,28 nas do FRJ. Do total das suplementações, R\$ 39.048.981,00 são provenientes de anulações de outras dotações, R\$ 12.498.247,28 referentes ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2003 do FRJ e R\$ 2.218.000,00 foram suplementados com recursos orçamentários do Poder Executivo para pagamento dos extrajudiciais inativos. O total de dotações anuladas apresentou o valor de R\$ 39.048.981,00, dos quais R\$ 34.605.000,00 do orçamento do TJ e R\$ 4.443.981,00 do FRJ.

Assim, no dia 31/12/2004, o total dos créditos orçamentários importou em R\$ 456.747.838,28, abaixo especificados:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	18.720.000,00	4,10%
Administração de Recursos Humanos (1)	313.405.000,00	68,62%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	21.606.591,00	4,73%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.218.000,00	4,21%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	14.971.228,28	3,28%
Coord.e Manut. das Ações de Informática - (4)	12.019,00	0,00%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	4.000.000,00	0,88%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	1.900.000,00	0,42%
Construções de Fóruns (4)	3.770.000,00	0,83%
Ampliações de Fóruns (4)	3.361.500,00	0,74%
Reformas de Fóruns (4)	5.745.000,00	1,26%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça (4)	7.538.500,00	1,65%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (5)	15.204.555,00	3,33%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	17.332.453,00	3,79%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	7.612.992,00	1,67%
Construções de Casas da Cidadania e Cabeamento Estruturado(5)	2.350.000,00	0,51%
TOTAL	456.747.838,28	100,00%

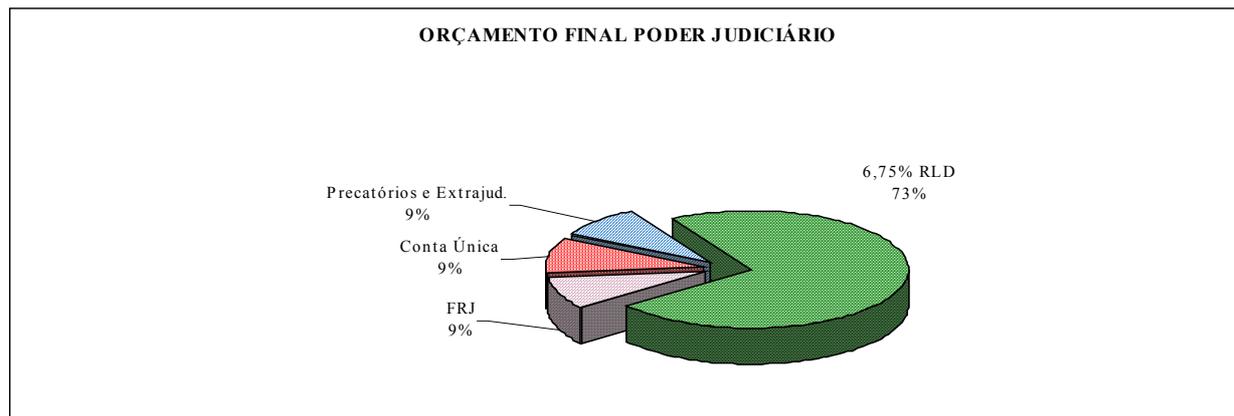
(1) 6,75% fixados na L.D.O.

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única





DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2004, foi de R\$ 405.055.491,88, abaixo discriminada:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	16.770.219,11	4,14%
Administração de Recursos Humanos (1)	312.632.165,55	77,18%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	-	0,00%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	18.989.712,90	4,69%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	12.944.914,02	3,20%
Coord.e Manut. das Ações de Informática - (4)	12.019,00	0,00%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	3.638.837,71	0,90%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	1.900.000,00	0,47%
Construções de Fóruns (4)	1.166.717,38	0,29%
Ampliações de Fóruns (4)	2.421.132,13	0,60%
Reformas de Fóruns (4)	3.657.323,31	0,90%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça (4)	2.356.284,61	0,58%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (5)	11.352.530,66	2,80%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	12.706.175,65	3,14%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	4.407.276,41	1,09%
Construções de Casas da Cidadania (5)	100.183,44	0,02%
TOTAL	405.055.491,88	100,00%

(1) 6,75% fixados na L.D.O.

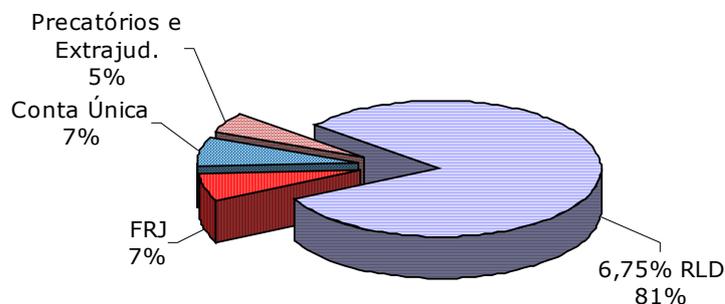
(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DESPESA EMPENHADO DO PJSC





ORÇAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ORÇAMENTO INICIAL

O Orçamento inicial da Unidade Orçamentária T.J., referente ao repasse efetuado pelo Poder Executivo de 6,75% da Receita Líquida Disponível - RLD, acrescidos dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou assim elaborado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	19.720.000,00	4,77%
Administração de Recursos Humanos (1)	314.405.000,00	76,08%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	21.606.591,00	5,23%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	15.000.000,00	3,63%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (4)	14.904.555,00	3,61%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	15.932.453,00	3,86%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	7.312.992,00	1,77%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (4)	600.000,00	0,15%
Construção da Academia Judicial da Capital (4)	2.000.000,00	0,48%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.750.000,00	0,42%
TOTAL	413.231.591,00	100,00%

(1) 6,75% fixados na LDO

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro do Estado

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única



ORÇAMENTO FINAL

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	18.720.000,00	4,51%
Administração de Recursos Humanos (1)	313.405.000,00	75,44%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	21.606.591,00	5,20%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.218.000,00	4,63%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (4)	15.204.555,00	3,66%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	17.332.453,00	4,17%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	7.612.992,00	1,83%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (4)	600.000,00	0,14%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.750.000,00	0,42%
TOTAL	415.449.591,00	100,00%

(1) 6,75% fixados na LDO

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro do Estado

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

ORÇAMENTO INICIAL DO TJ COM OS 6,75% DA R.L.D.

O orçamento do T.J., considerando apenas os créditos orçamentários relativos aos 6,75% da RLD foi assim projetado:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	19.720.000,00	5,90%
Administração de Recursos Humanos	314.405.000,00	94,10%
TOTAL	334.125.000,00	100,00%

ORÇAMENTO FINAL DO TJ COM OS 6,75% DA R.L.D.

Durante o exercício, as dotações orçamentárias referentes aos 6,75% da RLD foram suplementadas em R\$ 25.280.000,00, provenientes de anulações de outras dotações orçamentárias. Foram transferidos recursos orçamentários na ordem de R\$ 2.000.000,00 para pagamento dos Extrajudiciais Inativos. Assim, em 31/12/2004, estas ações apresentavam a seguinte posição:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	18.720.000,00	5,64%
Administração de Recursos Humanos	313.405.000,00	94,36%
TOTAL	332.125.000,00	100,00%



SALDO ORÇAMENTÁRIO FINAL COM OS 6,75% DA R.L.D.

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	1.949.780,89	71,61%
Administração de Recursos Humanos	772.834,45	28,39%
TOTAL	2.722.615,34	100,00%

SALDO ORÇAMENTÁRIO FINAL DOS RECURSOS DA CONTA ÚNICA

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática	3.852.024,34	27,65%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	4.626.277,35	33,20%
Capacitação e Aperfeiçoamento	3.205.715,59	23,01%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça	514.264,00	3,69%
Construções de Casas da Cidadania	1.735.552,56	12,46%
TOTAL	13.933.833,84	100,00%



DESPESA EMPENHADA COM OS 6,75% DA R.L.D.

A despesa com pessoal, ativo e inativo, importou em R\$ 312.632.165,55, representando 94,91% dos repasses provenientes da participação na RLD.

Já os gastos com manutenção/investimento da máquina administrativa judiciária totalizaram R\$ 16.770.219,11, equivalente a 5,09% da transferência supramencionada.

Desse modo, a despesa empenhada com os recursos da participação de 6,75% da RLD alcançou o montante de R\$ 329.402.384,66 a seguir discriminada:

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	%
Vencimento e Vantagens Fixas	181.956.243,77	55,24%
Aposentadorias	57.177.699,25	17,36%
Salário Família	23.821,47	0,01%
Obrigações Patronais	13.486.284,73	4,09%
Outras Despesas Variáveis (substituição)	3.098.168,86	0,94%
Despesas de Exercíc.Anteriores - pessoal	30.521.020,17	9,27%
Outros Benefícios Assistenciais (Auxílio Creche)	1.226.951,21	0,37%
Auxílio alimentação	23.470.000,00	7,13%
Indenizações e Restit. (Ajuda de Custo e bolsa estudo)	690.015,04	0,21%
Diárias	1.189.192,50	0,36%
Materiais de Consumo	3.934.055,22	1,19%
Passagens e Despesas com Locomoção	164.946,18	0,05%
Serviços de Terceiros Pessoa Física	1.369.989,10	0,42%
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	9.541.604,73	2,90%
Locação de Mão-de-Obra	93.268,55	0,03%
Outras Desp. Pessoal - Contratos de Terceirização	981.961,05	0,30%
Despesas de Exercíc.Anteriores - exceto pessoal	42.620,98	0,01%
Equipamentos e Materiais Permanentes	434.541,85	0,13%
TOTAL	329.402.384,66	100,00%



DESPESA COM PESSOAL POR CATEGORIA

Durante o exercício, a despesa com pessoal ativo e inativo, incluindo a quota de previdência patronal e excluindo os inativos Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário através da Lei Complementar nº 127/94, atingiu o montante de R\$ 312.632.165,55, representando 94,91% do total gasto pelo Poder Judiciário (R\$ 329.402.384,66) com os 6,75% de participação na Receita Líquida Disponível, assim distribuída:

ITEM	VALOR	%
Magistrados Ativos	91.590.146,04	29,30%
Magistrados Inativos	50.692.593,16	16,21%
SOMA MAGISTRADOS	142.282.739,20	45,51%
Servidores Ativos	149.610.438,98	47,86%
Servidores Inativos	20.738.987,38	6,63%
SOMA SERVIDORES	170.349.426,35	54,49%
TOTAL	312.632.165,55	100,00%



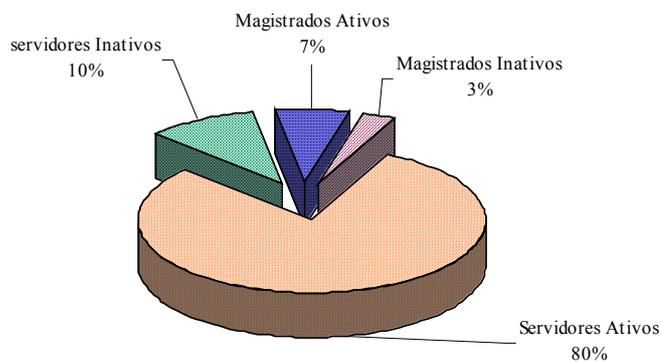


QUADRO DE PESSOAL

A composição do número de pessoal do Poder Judiciário, no exercício de 2004, teve a seguinte variação:

CATEGORIA	JANEIRO	DEZEMBRO	%
Magistrados Ativos	339	359	7,07%
Magistrados Inativos	152	151	2,97%
Total Magistrados	491	510	10,04%
Servidores Ativos	3680	4049	79,70%
Servidores Inativos	500	521	10,26%
Total Servidores	4180	4570	89,96%
Total Geral	4671	5080	100,00%

QUADRO DE PESSOAL - DEZEMBRO 2004





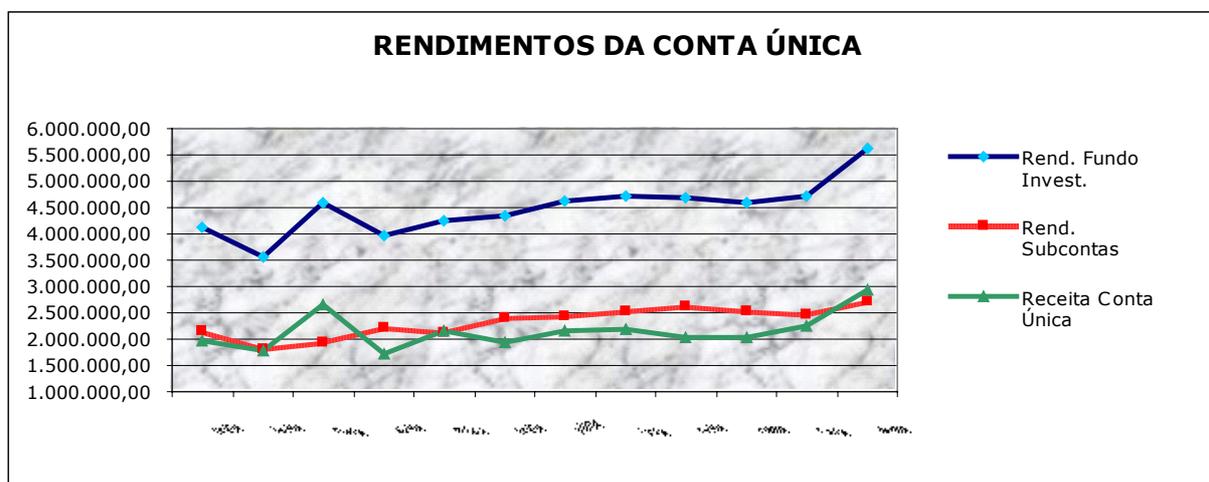
SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

O Sistema Financeiro da Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da Justiça foi implementado através da Lei nº 11644/2000. A escolha da instituição financeira que admistra o Fundo de Investimento do Judiciário foi realizada mediante processo licitatório, tendo como vencedor do certame o Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC, que ofereceu a menor taxa de administração, ou seja, 1,187% ao mês, incidindo sobre a diferença dos rendimentos do Fundo de Investimento (SELIC) e das Subcontas (TR + 0,5% juros).

O patromônio líquido do Fundo de Investimento registrou, no exercício de 2004, crescimento de 21,79%, apresentando em 31/12/2004, o saldo de R\$ 396.891.142,14.

No ano de 2004, o Sistema Financeiro de Conta Única apresentou os seguintes rendimentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - Rendimento do Fundo de investimento	53.764.069,87
2 - Rendimento das subcontas (TR+0,5%)	27.968.704,03
3 - Rendimento bruto	25.795.365,84
4 - Taxa de administração (1,187% a.m.)	306.190,99
Rendimento líquido	25.489.174,85
Rendimento médio dia útil	102.362,56





2.11 - PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2004 não foram pagos por falta de repasse dos recursos financeiros por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, apesar do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em 31/12/2004, o saldo de precatórios pendentes de pagamento, movidos contra a fazenda estadual, considerando a administração direta e indireta, atualizados até 01/12/2004, apresentava o montante de R\$ 209.484.510,16, sendo:

- R\$ 123.226.893,35 - Poder Executivo (1999/2004);
- R\$ 70.540.761,12 - IPESC (2002/2004);
- R\$ 15.567.259,38 - DINFRA (1999/2004);
- R\$ 99.319,43 - FÁTMA (2002 e 2004); e
- R\$ 50.276,88 - UDESC (2004).

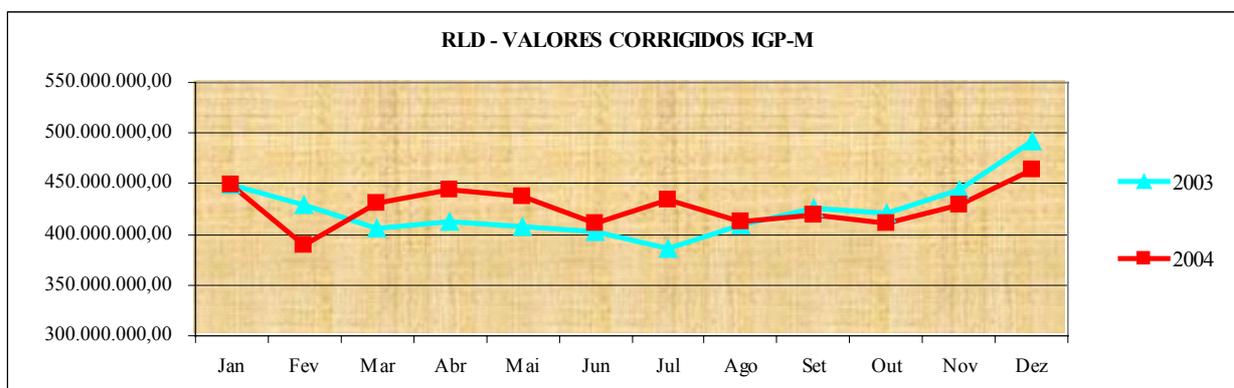
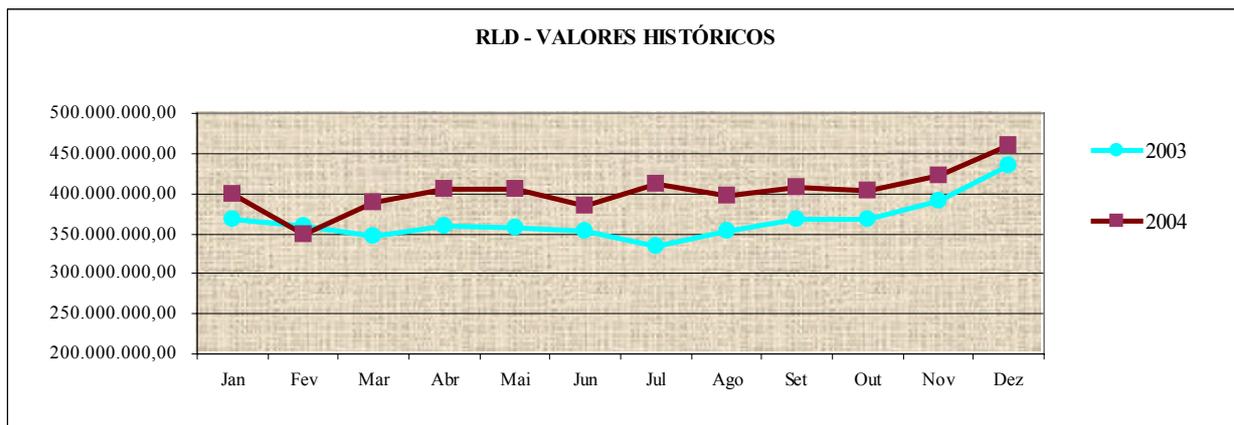
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL -2004

A Receita Líquida Disponível do Estado - RLD, durante o exercício de 2004, foi de aproximadamente R\$ 4.835.698.054,70, conforme quadro abaixo. A RLD arrecadada em 2004, em valores históricos, apresentou crescimento de 10% em relação ao ano anterior. Em valores constantes, ou seja, atualizadas monetariamente pelo IGP-M, a RLD de 2004 foi aproximadamente 1% superior à apurada no ano de 2003.

No ano de 2004 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou ao Poder Judiciário a importância de R\$ 325.348.718,68.

MÊS	RLD
Janeiro	399.511.770,55
Fevereiro	349.993.238,41
Março	389.153.967,47
Abril	405.582.743,99
Maio	404.632.857,96
Junho	384.524.131,49
Julho	411.805.779,33
Agosto	396.607.673,92
Setembro	408.701.673,29
Outubro	402.560.513,88
Novembro	422.623.704,41
Dezembro (1)	460.000.000,00
Total	4.835.698.054,70
Média	402.974.837,89

(1) Valor estimado



SALDO FINANCEIRO

No exercício, foi repassado ao Poder Judiciário, referente aos 6,75% da Receita Líquida Disponível - RLD, a importância de R\$ 325.348.718,68. Em 31/12/2004, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de R\$ 5.469.252,70, Do total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 2.626.598,84, referente às obrigações (precatórios movidos contra prefeituras, consignações, restos a pagar - despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 2.842.653,86 (superávit financeiro).

Já os recursos provenientes da Conta Única apresentaram disponibilidades, em 31/12/2004, no montante de R\$ 20.555.914,73. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R\$ 6.002.874,05 (restos a pagar de 2004), apresentando assim, superávit financeiro na ordem de R\$ 14.550.655,20.

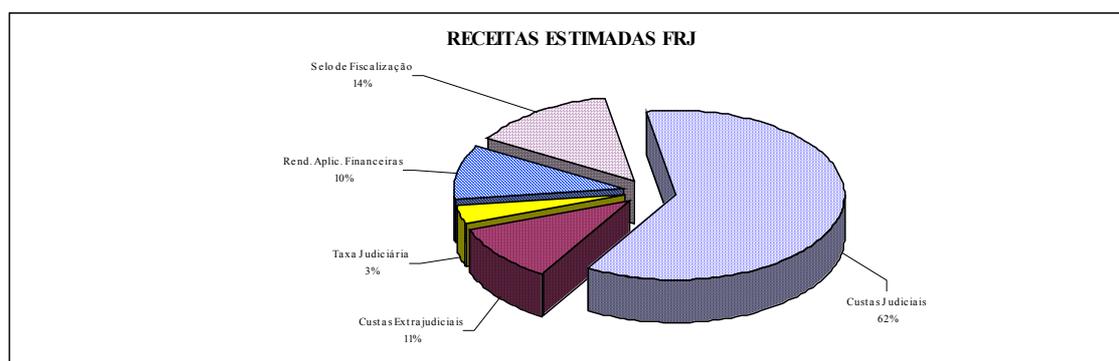


ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

RECEITAS ESTIMADAS DO FRJ - 2004

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2004, foram estimadas em R\$ 28.800.000,00, assim discriminadas:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Custas Judiciais	17.700.000,00	61,46%
Custas Extrajudiciais (50%)	3.100.000,00	10,76%
Taxa Judiciária	1.000.000,00	3,47%
Rendimentos Aplic. Financeiras	3.000.000,00	10,42%
Selo de Fiscalização	4.000.000,00	13,89%
TOTAL	28.800.000,00	100,00%



ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

As despesas do FRJ também foram fixadas em R\$ 28.800.000,00, abaixo discriminadas:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Coordenação e Manut. das Ações de Informática	263.000,00	0,91%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	11.622.000,00	40,35%
coordenação do Selo de Fiscalização	3.000.000,00	10,42%
Construção de Fóruns (anexo I)	900.000,00	3,13%
Reforma de Fóruns (anexo II)	3.500.000,00	12,15%
Ampliações de Fóruns (anexo III)	3.715.000,00	12,90%
Ampliação do Palácio da Justiça	5.000.000,00	17,36%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	800.000,00	2,78%
TOTAL	28.800.000,00	100,00%



ORÇAMENTO FINAL DO F.R.J.

Durante o exercício as dotações orçamentárias do Fundo de Reparelhamento da Justiça foram suplementadas em R\$ 16.942.228,28, sendo, R\$ 12.498.247,28 referente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FRJ de 2004 e R\$ 4.443.981,00 proveniente de anulações de outras dotações orçamentárias. Desse modo, os créditos orçamentários totalizaram o valor de R\$ 41.298.247,28, abaixo relacionados:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	14.971.228,28	36,25%
Coord.e Manut. das Ações de Informática	12.019,00	0,03%
Coord. Selo de Fiscalização	4.000.000,00	9,69%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	1.900.000,00	4,60%
Construções de Fóruns	3.770.000,00	9,13%
Ampliações de Fóruns	3.361.500,00	8,14%
Reformas de Fóruns	7.538.500,00	18,25%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça	5.745.000,00	13,91%
TOTAL	41.298.247,28	100,00%

SALDO ORÇAMENTÁRIO EM DEZEMBRO/2004 - FRJ

O orçamento do FRJ apresentou, em 31/12/2004, os seguintes saldos:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Coordenação e Manutenção das Ações de Informática	-	0,00%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	2.026.314,26	15,35%
coordenação do Selo de Fiscalização	361.162,29	2,74%
Construção de Fóruns	2.603.282,62	19,72%
Reforma de Fóruns	3.881.176,69	29,40%
Ampliações de Fóruns	940.367,87	7,12%
Ampliação do Palácio da Justiça	3.388.715,39	25,67%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	-	0,00%
TOTAL	13.201.019,12	100,00%



3.5 - DESPESA EMPENHADA PELO F.R.J.

Os recursos do F.R.J. são destinados para custear as ações desenvolvidas pela Justiça e pelo Ministério Público, principalmente na modernização, equipamento e reequipamento (aquisição de mobiliário, máquinas, equipamentos, materiais permanentes diversos, etc.), informatização, Construções, ampliações e reformas de prédios e conservação e manutenção das unidades judiciárias.

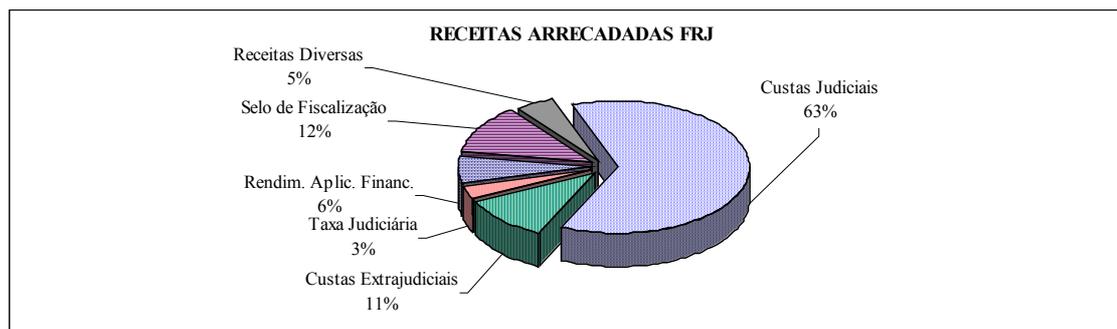
A despesa empenhada no exercício foi de R\$ 28.097.228,16, aplicada nos seguintes projetos/atividades:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Coordenação e Manutenção das Ações de Informática	12.944.914,02	46,07%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	12.019,00	0,04%
coordenação do Selo de Fiscalização	3.638.837,71	12,95%
Construção de Fóruns	1.166.717,38	4,15%
Reforma de Fóruns	3.657.323,31	13,02%
Ampliações de Fóruns	2.421.132,13	8,62%
Ampliação do Palácio da Justiça	2.356.284,61	8,39%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	1.900.000,00	6,76%
TOTAL	28.097.228,16	100,00%

RECEITA ARRECADADA DO F.R.J. - 2004

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA - 2004		% DA ARRECADADA
	ORÇADA	ARRECADADA	
Custas Judiciais	17.700.000,00	18.902.276,28	62,51%
Custas Extrajudiciais	3.100.000,00	3.313.709,76	10,96%
Taxa Judiciária	1.000.000,00	934.235,39	3,09%
Rendim. Aplic. Financ.	3.000.000,00	1.923.591,92	6,36%
Selo de Fiscalização	4.000.000,00	3.761.105,45	12,44%
Receitas Diversas	-	1.404.061,90	4,64%
TOTAL	28.800.000,00	30.238.980,70	100,00%

A receita arrecadada no exercício financeiro de 2004 foi superior à orçada em 5,0% (R\$ 1.438.980,70).





SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO DE 2004

O § 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17/03/64, dispõe o seguinte: "Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, .".

Dessa forma, em 31/12/2004, o saldo disponível do FRJ apresentava o valor de R\$ 21.928.518,73 e as obrigações R\$ 6.141.508,53, gerando assim, superávit financeiro na importância de R\$ 15.787.010,20.

Esse valor poderá ser utilizado para abertura de créditos orçamentários suplementares no presente exercício, conforme estabelece o art. 43, § 1º, I e art. 73 do diploma legal supramencionado.

PLANO PLURIANUAL 2004/2007

Cabe esclarecer que o inciso III do § 1º do artigo 165 da Constituição Federal e na sua esteira o § 1º do artigo 120 da Constituição Estadual, dispõem que "A Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

Esta ferramenta da administração pública consiste na técnica de estimar a receita e fixar a despesa e tem por finalidade precípua a de propiciar ao administrador a possibilidade de efetuar o planejamento das suas ações num horizonte mais amplo, objetivando a maximização dos recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) com o menor custo possível, exercendo o gerenciamento das diretrizes preestabelecidas, e, ao final da sua execução, avaliar a consecução de seus objetivos, através da mensuração dos resultados alcançados.

Todas as ações desenvolvidas no ano de 2004, como aquelas que serão executadas no exercício financeiro de 2005, estão contempladas no Plano Plurianual 2004/2007, conforme estabelece o § 1º do art. 167 da Constituição Federal, abaixo transcrito

"Art. 167 - São vedados:

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade."

O quadro abaixo representa o total dos recursos consignados no Plano Plurianual 2004/2007 do Poder Judiciário:

PLANO PLURIANUAL - 2004/2007 - PPA	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Tribunal de Justiça	1.584.025.000,00
Sistema Financeiro de Conta Única	151.698.412,00
Fundo de Reparelhamento da Justiça	142.905.000,00
TOTAL	1.878.628.412,00



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2003

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) impõe ao Poder Judiciário o limite 6% para a despesa total com pessoal, em relação à Receita Corrente Líquida - RCL.

No que tange ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), disciplinado no artigo 54 e 55 da LC 101/2000, referente ao 2º quadrimestre de 2004, o gasto com pessoal do Poder Judiciário foi de R\$ 265.804 milhões (4,82%).

O quadro abaixo demonstra os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2004, referente às despesas com pessoal:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	SET/03 a AGO/04
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	265.037,44
Pessoal Ativo	213.920,15
Pessoal Inativo e Pensionistas	81.570,02
Despesas não computadas (art.19, § 1º da LRF)	(30.452,73)
(-) Precatórios (Sent. Judiciárias) ref. período anterior ao de apuração	-
(-) Inativos com recursos vinculados	-
(-) Indenização por demissão	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(30.452,73)
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art.18, § 1º da LRF) (II)	766,70
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I+II)	265.804,14
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (III)	5.516.246,53
% do TOTAL DA DESP. LÍQ. COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II)/(III)	4,82%
LIMITE LEGAL (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 6,0%	330.974,79
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70%	314.426,05



ANEXO I

CONSTRUÇÃO DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO	
	FINAL	DESPESA EMPENHADA
Conclusão de Correia Pinto	50.000,00	-
Conclusão de Criciúma	30.000,00	-
Conclusão de Itajaí	50.000,00	-
Conclusão de Joinville	20.000,00	-
Conclusão de Descanso	30.000,00	-
Conclusão de Sombrio	20.000,00	-
Conclusão de Santa Cecília	20.000,00	-
São Domingos	500.000,00	-
Itapema	500.000,00	149.207,60
Concórdia	750.000,00	708.357,23
Porto Belo	500.000,00	7.309,84
Criminal da Capital	100.000,00	-
Presidente Getúlio	300.000,00	300.000,00
Conclusão Balneário Camboriú	600.000,00	1.842,71
Lauro Müller	300.000,00	-
TOTAL	3.770.000,00	1.166.717,38

ANEXO II

REFORMA DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO	
	FINAL	DESPESA EMPENHADA
Antigo prédio de Baln. Camboriú	200.000,00	147.779,47
Blumenau	200.000,00	-
Chapecó	233.000,00	232.989,19
Rio do Sul	300.000,00	-
Brusque	100.000,00	14.780,00
Capital	3.023.500,00	1.788.467,69
Braço do Norte	50.000,00	-
Biguaçu	50.000,00	3.990,00
Bom Retiro	30.000,00	-
Joaçaba	500.000,00	-
Cunha Porã	25.000,00	-
São Joaquim	60.000,00	-
Xaxim	200.000,00	-
Laguna	2.567.000,00	1.469.316,96
TOTAL	7.538.500,00	3.657.323,31



ANEXO III

AMPLIAÇÃO DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO	
	FINAL	DESPESA EMPENHADA
Videira	1.000.000,00	849.111,61
Almoxarifado	100.000,00	34.823,03
Araranguá	1.761.500,00	1.526.368,31
Piçarras	500.000,00	10.829,16
Palácio da Justiça	5.745.000,00	2.356.284,61
TOTAL	9.106.500,00	4.777.416,72